

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS ESTRATÉGICOS
INTERNACIONAIS**

LISBOA AUGUSTO MACHAVANE

**LIMITES DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EM MOÇAMBIQUE:
UMA ANÁLISE DA ESTRATÉGIA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO**

Porto Alegre

2021

LISBOA AUGUSTO MACHAVANE

**LIMITES DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EM MOÇAMBIQUE:
UMA ANÁLISE DA ESTRATÉGIA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Faculdade de Ciências Económicas da UFRGS, como requisito parcial e final à obtenção do título de Doutor em Estudos Estratégicos Internacionais, área de concentração de Economia Política Internacional

Orientadora: Prof^ª. Dra. Verônica Korber Gonçalves

Porto Alegre

2021

CIP - Catalogação na Publicação

Machavane, Lisboa Augusto
Limites de desenvolvimento sustentável em
Moçambique : uma análise da estratégia nacional de
desenvolvimento / Lisboa Augusto Machavane. -- 2021.
197 f.
Orientadora: Verônica Korber Gonçalves.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas,
Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos
Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2021.

1. Desenvolvimento sustentável. 2. Estratégia
nacional de desenvolvimento. 3. Desenvolvimento. 4.
Teoria da dependência. 5. Limites de desenvolvimento.
I. Gonçalves, Verônica Korber, orient. II. Título.

LISBOA AUGUSTO MACHAVANE

**LIMITES DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EM MOÇAMBIQUE:
UMA ANÁLISE DA ESTRATÉGIA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Faculdade de Ciências Económicas da UFRGS, como requisito parcial e final à obtenção do título de Doutor em Estudos Estratégicos Internacionais, área de concentração de Economia Política Internacional.

Aprovada em: Porto Alegre, 16 de dezembro de 2020.

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Dr.^a Verónica Korber Gonçalves
UFRGS

Prof.^a Dr.^a Inês Raimundo
UEM (Moçambique)

Prof. Dr. João Gabriel de Barros
UJC (Moçambique)

Prof. Dr. Eduardo Ernesto Filippi
UFRGS

Prof.^a Dr.^a Jacqueline Angélica Hernández Haffner
UFRGS

Dedico, a presente tese à minha esposa Sérgio Helana Mazivila Machavane, pela sua empatia ao longo dos anos e pela família que me deu.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha orientadora Veronica Korber Gonçalves, primeiro por ter aceitado a difícil tarefa de orientar o trabalho e com muita paciência fê-lo com dedicação e seriedade. Em segundo, agradeço pelo trato simples, correcto como fomos abordando o tema. Em terceiro por me ter feito participante do grupo de pesquisa GERIMA, uma verdadeira escola e debates de temas actuais sobre desenvolvimento, mudanças climáticas, entre outros. Obrigado Professora. Ao Dr. José de Jesus Mateus Pedro Mandra, Reitor da Academia de Ciências Policiais, pela oportunidade que me concedeu de continuar com os meus estudos ao nível de doutorado, no meio de tanta dificuldade financeira que a instituição atravessa.

Agradeço ao Prof. Dr. Fernando Francisco Tsucana, Vice-reitor da Academia de Ciências Policiais pelo companheirismo ao longo dos anos e pela inspiração na realização dos três níveis do ensino superior. À Professora Dra. Inês Raimundo que no momento de indecisão sobre que instituição para continuação de estudos, sem se aperceber, acabou influenciando para experimentar outros horizontes. Agradeço ao Prof. Dr. João Gabriel de Barros pelo apoio na forma de abordagem conceptual.

Agradeço aos docentes da Universidade Federal do Rio Grande de Sul, Faculdade de Ciências Económicas Programa de Pós-graduação em Estudos Estratégicos Internacionais (PPGEEI) pela forma simples e clara na interacção com os doutorandos ao longo dos quatro anos. Professores Visentini, Eduardo Filippi, Jacqueline Haffner, entre outros. Ao Professor André Reis, um agradecimento especial pela paciência que teve com os doutorandos como coordenador. À minha esposa Ségria Helena Mazivila Machavane, às minhas filhas, Felicina, Edna, Afrânia, Érica, Yórica e Shéron, aos meus genros Cassamo e Isaque Sulemane, netinhos, agradeço-vos pela paciência e motivação. Aos meus amigos, Domingos Bihale que no meio de cansaço e desespero, sempre soube apoiar e, Fernando Concelho que mesmo fora do País foi-se interessando sempre dando força e apoio. Aos Professores Alice Langa, capitã em horas difíceis, José Cossa, Mestres Venâncio Alfiado e Francisco Bilério pelo apoio na revisão dos textos. Agradeço à minha mãe, sogra e todos companheiros da turma que directa ou indirectamente tornaram possível, o meu sonho.

RESUMO¹

O presente trabalho versa sobre os Limites de Desenvolvimento Sustentável em Moçambique: uma análise da Estratégia Nacional de Desenvolvimento. A Estratégia Nacional de Desenvolvimento de Moçambique aborda a necessidade de desenvolvimento sustentável, mas, ao longo do discurso, nota-se que o enfoque está mais virado para um desenvolvimento baseado no extractivismo. Deste modo, questiona-se sobre os limites de desenvolvimento sustentável de Moçambique tendo em conta que a sua economia é dependente da exploração e uso intensivo dos recursos naturais. O objectivo central visa compreender os limites de desenvolvimento sustentável em Moçambique. A pesquisa justifica-se pela necessidade de encontrar uma explicação como Moçambique pode superar os limites domésticos e estruturais através da teoria de dependência. A importância da escolha desta teoria, reside no facto de poder encontrar nela elementos de debate sobre a relação entre o desenvolvimento e o subdesenvolvimento. Para conseguir atingir o objectivo traçado, seguiu-se o método hipotético – dedutivo e a abordagem qualitativa. A pesquisa é explicativa, pois, para além de identificar os limites de desenvolvimento sustentável, procura explaná-los a partir de uma leitura crítica da estratégia nacional de desenvolvimento e de outros documentos estruturantes tais como o programa nacional de desenvolvimento sustentável, programa quinquenal do governo, entre outros. Concluiu-se que, o desenvolvimento de Moçambique requer um novo paradigma, propondo-se um modelo que se apoie na economia de conhecimento da natureza que representa uma combinação do conhecimento das populações tradicionais com métodos trazidos da 4ª Revolução Industrial, seja no monitoramento das actividades produtivas, seja, sobretudo, para ampliar o conhecimento e a exploração de produtos cuja composição e utilidade hoje ainda pouco se conhece.

Palavras-chave: Limites de desenvolvimento. Desenvolvimento. Desenvolvimento sustentável. Estratégia Nacional de Desenvolvimento. Teoria da dependência. Economia extractiva.

¹ A Tese está escrita em Português de Moçambique

ABSTRACT

This work is about the Limits of Sustainable Development in Mozambique: an analysis of the National Development Strategy. The National Development Strategy of Mozambique addresses the need for sustainable development, but throughout the discourse it is noted that the focus is more on development based on extractivism. Thus, it is questioned about the limits of sustainable development in Mozambique taking into account that its economy is dependent on the exploitation and intensive use of natural resources. The central objective is to understand the limits of sustainable development in Mozambique. The research is justified by the need to find an explanation of how Mozambique can overcome domestic and structural limits through dependency theory. The importance of the choice of this theory lies in the fact that it can find elements of debate on the relationship between development and underdevelopment. In order to achieve the outlined goal, the hypothetical - deductive method and the qualitative approach were followed. The research is explanatory because, in addition to identifying the limits of sustainable development, it seeks to explain them from a critical reading of the national development strategy and other structuring documents such as the national sustainable development program, five-year government program, among others. It was concluded that the development of Mozambique requires a new paradigm, proposing a model that is based on the economy of knowledge of nature that represents a combination of knowledge of traditional populations with methods brought from the 4th Industrial Revolution, either in monitoring productive activities, or, above all, to expand the knowledge and exploitation of products whose composition and usefulness is still little known today.

Keywords: Limits of development. Development. Sustainable development. National Development Strategy. Dependency theory. Extractive economy.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Representação esquemática do conceito de Desenvolvimento Sustentável, no Diagrama de Venn (a esquerda) e Nested (a direita)	65
Figura 2 - Estrutura Económica e Social de Moçambique no período Colonial	70
Figura 3 - Mapa de Moçambique.....	73

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Contribuição dos Mega-projectos no Investimento Directo Estrangeiro	82
Gráfico 2 - População Activa por Sector.....	83
Gráfico 3 - Estrutura etária segundo Grupos Funcionais	90
Gráfico 4 - % dos AFs segundo o tipo de saneamento	90
Gráfico 5 - % do AFs segundo qualidade de água para beber.....	94
Gráfico 6 - Alocação de Despesas em Percentagem.....	132
Gráfico 7 - Despesas nos Sectores Economicos e Sociais	135

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Dimensões da sustentabilidade segundo Sachs (1993).....	63
Quadro 2 - Prioridades estratégicas do PNDS.....	119
Quadro 3 - Conceitos de desenvolvimento e meio ambiente nos PES 2015 a 2019.....	125
Quadro 4 - Convenções ratificadas por Moçambique no âmbito da conservação da Biodiversidade.....	165
Quadro 5 - Resultados dos acordos, protocolos e compromissos firmados.....	168

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Dimensões da sustentabilidade segundo Sachs (1993).....	75
Tabela 2 - Importações de Bens por País de Origem (USD milhões).....	77
Tabela 3 - Principais produtos de importação (10 ³ USD).....	79
Tabela 4 - Indicadores macroeconómicas	80
Tabela 5 - Evolução da produção das culturas de rendimento e culturas básicas (10 ³ t).....	84
Tabela 6 - Evolução da produção florestal (2015-2019).....	85
Tabela 7 - Capturas registadas da pesca industrial e semi-industrial (2015-2019)	88
Tabela 8 - Contribuição para taxa de crescimento.....	96
Tabela 9 - Evolução da Taxa de analfabetismo por sexo, 2007/2017.....	96
Tabela 10 - Taxa de analfabetismo por sexo segundo área de residência	98
Tabela 11 - Mortalidade Infantil.....	130
Tabela 12 - Prioridades estratégicas do PNDS	133
Tabela 13 - Conceitos de desenvolvimento e meio ambiente nos PES 2015 a 2019.....	138

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AA	Avaliação Ambiental
AC	Áreas de Conservação
AFs	Agregados Familiares
ANAC	Administração Nacional das Áreas de Conservação
BM	Banco Mundial
BM/DER	Banco de Moçambique
BR	Boletim da República
BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CDB	Convensão sobre a Diversidade Biológica
CEPAL	Comissão Económica para a América Latina e Caribe
CIP	Centro de Integridade Pública
Co2	Dióxido de Carbono
CQMC	Core Quality Measure Collaborative
CT&I	Ciência, Tecnologia e Inovação
DEC	Domicílio Electrónico do Contribuinte
DIT	Divisão Internacional do Trabalho
DS	Desenvolvimento sustentável
DUAT	Direito de Uso e Aproveitamento da Terra
EADS	Estratégia Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável
EN	Estrada Nacional
END	Estratégia nacional de desenvolvimento
ESCDM	Estratégia da Suécia para a Cooperação para o Desenvolvimento com Moçambique
EUA	Estados Unidos de América
FDA	Fundo de Desenvolvimento Agrário
FDD	Fundo de Desenvolvimento Distrital
FMI	Fundo Monetário Internacional
FOFAC	Fundo de Cooperação China- África
FRELIMO	Frente de Libertação de Moçambique
GCT	Grandes Corporações Internacionais
GEE	Gases com efeito estufa
HE	Hyper Expansion

HIV	Human Immuno-Deficiency Virus / Virus da Imunodeficiência humana
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IESE	Instituto de Estudos Económicos e Sociais
INDC	Intended Nationally Determined Contributions/ Contribuição Nacionalmente Determinada
INE	Instituto Nacional de Estatística
ISEB	Instituto Superior de Estudos Brasileiros
ISID	Desenvolvimento Industrial Inclusivo
KM	Quilómetro
MANU	Mozambique African National Union
MARP	Mecanismo Africano de Revisão de Pares
MASA	Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar
MC	Mudança Climática
MFA	Ministry For Foreign Affairs
MGCAS	Ministério do Género, Criança e Acção Social
MIC	Ministério da Indústria Comércio
MICOA	Ministério de Coordenação Ambiental
MITADER	Ministério de Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural
MT	Metical
NEPAD	Nova Parceria para o Desenvolvimento de África
NOE	Nova Ordem Económica
OBS	Observações
OCED	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
ODM	Objectivos do Desenvolvimento do Milénio
ODS	Objectivos de Desenvolvimento Sustentável
OE	Orçamento Estado
ONGs	Organizações Não-governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
ONUD	Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial
PARP	Programa para a Redução da Pobreza
PEANAC	Plano Estratégico da Administração Nacional das Áreas de Conservação
PES	Plano económico e social
PES,s	Planos económicos e sociais
PIB	Produto Interno Bruto

PII	Programa Integrado de Investimento
PNB	Produto Nacional Bruto
PNDS	Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável
PPI	Plano Prospectivo Indicativo
PQG	Programa quinquenal do governo
PRE	Programa de Reabilitação Económica
PSD	Países Subdesenvolvidos
QGAS	Quadro de Gestão Ambiental e Social
RI	Revolução Industrial
RSA	República SulAfricana
SADC	Coordenação para Desenvolvimento da África Austral
SHE	Sane Human Ecologica
SI	Sistema Internacional
SRI	Sistema de Relações Internacionais
UDENAMO	União Democrática Nacional de Moçambique
UNAMI	União Nacional Africana de Moçambique Independente
UNICEF	Fundo das Nações Unidas Para a Criança
ZEE	Zona Económica Exclusiva

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	17
2	DISCUSSÃO DO CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO	24
2.1	TERMO DESENVOLVIMENTO E A ANÁLISE DOS DEPENDENTISTAS ..	26
2.1.1	Desenvolvimento: perspectiva dependentista	32
2.1.2	Uma explicação sistémica para o subdesenvolvimento	33
2.1.3	Divisão Internacional do Trabalho como promotora do Subdesenvolvimento	36
2.1.4	Desenvolvimento e desigualdade	42
2.3	DESCONSTRUÇÃO DO CONCEITO DESENVOLVIMENTO: UMA ANÁLISE SOB O PARADIGMA SUSTENTÁVEL	48
2.3.1	Do desenvolvimento ao desenvolvimento sustentável	50
2.3.2	Desenvolvimento sustentável: uma leitura dependentista	59
2.4	CONSIDERAÇÕES PARCIAIS.....	65
3	ESTRUTURA ECONÓMICA E SOCIAL DE MOÇAMBIQUE	67
3.1	ESTRUTURA ECONÓMICA DE MOÇAMBIQUE NO PERÍODO 2015-2019	69
3.1.1	Agricultura	73
3.1.2	Pesca	77
3.1.3	Indústria	78
3.2	ESTRUTURA SOCIAL DE MOÇAMBIQUE PERÍODO 2015-2019	81
3.2.1	Educação	82
3.2.2	Saúde	85
3.2.3	Mortalidade	86
3.2.4	Saneamento	88
3.3	REFLEXÕES SOBRE A ESTRUTURA ECONÓMICA, SOCIAL E AMBIENTAL DE MOÇAMBIQUE 2015-2019.....	90
3.4	INVESTIMENTO DIRECTO ESTRANGEIRO E SUA INFLUÊNCIA	92
	NA ESTRUTURA ECONÓMICA E SOCIAL DE MOÇAMBIQUE.....	92
3.5	CONSIDERAÇÕES PARCIAIS.....	98
4	ESTRATÉGIA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO (2015-2035) E SUA RELAÇÃO COM O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE MOÇAMBIQUE	100
4.1	ESTRATÉGIA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DE MOÇAMBIQUE 2015-2035	101

4.2	PROGRAMA QUINQUENAL DO GOVERNO E PLANOS ECONÓMICOS E SOCIAIS (2015- 2019).....	120
4.2.1	Programa Quinquenal do Governo (2015-2019)	120
4.2.2	Planos Económicos e Sociais 2015-2019.....	124
4.3	ORÇAMENTAÇÃO DO ESTADO PARA O QUINQUÉNIO 2015-2019.....	129
4.4	CONSIDERAÇÃO PARCIAIS	138
5.1	CONSTRAGIMENTOS ENDÓGENOS.....	141
5.1.1	Dimensão económica	142
5.1.2	Dimensão social.....	149
5.1.3	Dimensão ambiental	154
5.1.4	Dimensão espacial.....	156
5.1.5	Dimensão cultural.....	158
5.1.6	Dimensão Estrutural	160
5.2	CONSTRANGIMENTOS EXÓGENOS.....	170
5.3	DESAFIOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NAS PRÓXIMAS ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO EM MOÇAMBIQUE.....	172
6	CONCLUSÕES	181
	REFERÊNCIAS	187

1 INTRODUÇÃO

Moçambique está a conhecer importantes transformações sociais, económicas, políticas e ambientais, decorrentes da descoberta e exploração de recursos naturais, com destaque para os minerais que representam uma oportunidade para tornar a economia nacional mais competitiva. O País também está a sofrer profundas mudanças ambientais, sobretudo devido às alterações climáticas que podem perigar os ganhos de desenvolvimento alcançados e almejados fundamento bastante para a elaboração da Estratégia Nacional de Desenvolvimento 2015-2035, que tem como objectivo geral elevar as condições de vida da população através da transformação estrutural da economia, expansão e diversificação da base produtiva.

Entretanto, é um país que enfrenta dificuldades no âmbito económico-social, ambiental e mesmo cultural. O desenvolvimento sustentável focado na Estratégia Nacional de Desenvolvimento, só é possível superando estas dificuldades. É uma economia extractivista, como tal o seu desempenho está virado para o mercado internacional. O mercado internacional está organizado entre aqueles que fornecem matérias-primas e são ao mesmo tempo consumidores e aqueles que ditam as regras de acordo com a organização do sistema internacional. Esta situação, associada a exploração ilegal dos recursos e a corrupção pode pôr em causa o desenvolvimento sustentável. É dentro deste contexto que surgiu o tema: *Limites de Desenvolvimento Sustentável em Moçambique: uma análise da Estratégia Nacional de Desenvolvimento*, que se insere linha de Pesquisa Economia Política Internacional. Abordar o tema utilizando o conceito limite remete à análise dos constrangimentos que impactam o desenvolvimento de Moçambique. Sendo assim, no capítulo da análise dos limites, como forma de contornar o conceito, estes serão abordados como constrangimentos para o desenvolvimento sustentável de Moçambique.

A questão que se coloca é: quais são os limites de desenvolvimento sustentável de Moçambique tendo em conta que a sua economia depende da exploração e uso intensivo dos recursos naturais?

De uma forma geral procura-se compreender os limites de desenvolvimento sustentável em Moçambique, tendo em conta que o País tem altos índices de pobreza e, a sua estrutura económica é dependente da exploração e utilização intensiva dos recursos naturais. Especificamente pretende-se apresentar um quadro teórico

relacionado à noção de desenvolvimento sustentável com maior enfoque na teoria de dependência; descrever a estrutura económica e social de Moçambique numa perspectiva histórica e sua relação com o meio ambiente; analisar a Estratégia Nacional de Desenvolvimento de Moçambique a partir da sua estrutura económica.

A pesquisa é desenvolvida partindo do pressuposto geral de que o modelo de desenvolvimento seguido por Moçambique é um projecto internacional de gestão de recursos naturais de áreas ecológicas importantes. Sendo assim, a retórica de desenvolvimento sustentável sustenta acções políticas e legitima determinados grupos, obscurecendo que as decisões são tomadas por alguns e colocadas como globais para todos. Ele implica a exploração acelerada da flora, fauna, recursos marinhos e dos recursos minerais, com impacto directo sobre o meio ambiente.

De forma específica assume-se que o quadro institucional e política do meio ambiente que sustentam os desafios de desenvolvimento sustentável em Moçambique chocam com os planos e programas governamentais que tem como base a exploração intensiva dos recursos naturais. Na prática, a Estratégia tem maior enfoque, nas entrelinhas, para a indústria extractiva, indústria transformadora, Agricultura comercial e, na energia enfocada nos hidrocarbonetos que são grandes emissores de Gás com Efeito Estufa (GEE), o que dificulta a realização dos compromissos de Moçambique assinados e ratificados nos acordos ambientais de forma geral.

A escolha deste tema justifica-se pelo seu grau de importância e actualidade. Moçambique desenhou e começou a implementar a Estratégia Nacional de Desenvolvimento e dentro dos seus objectivos está o desenvolvimento industrial e o desenvolvimento sustentável. Além destes objectivos, a estratégia torna claro que Moçambique é uma economia extractivista e por aquilo que se teoriza deste tipo de economia, ela está virada para fora, alimenta as indústrias dos países industrializados, tornando mais pobres os países pobres. Por essa via, a pesquisa tenta encontrar a explicação sobre como Moçambique, estando dentro de um sistema comandado por outros pode realizar o objectivo de desenvolvimento sustentável. A Estratégia Nacional de Desenvolvimento é um documento de base que orienta as políticas de desenvolvimento do país por um período de 20 anos. Não se pode falar de desenvolvimento sem se olhar a estratégia, tanto que é na estratégia onde se encontra a orientação do Estado moçambicano por esse período. Tratando-se de uma tese que discute desenvolvimento de Moçambique, não tem como não olhar para estratégia a partir do qual possa chegar aos outros documentos.

Um outro acontecimento que justifica a escolha do tema é o facto de se falar do desenvolvimento sustentável dentro da própria estratégia e, sabendo que o conceito em si parece estar viciado como justificam alguns autores que discordam dele. Segundo Almeida (2010)², o desenvolvimento sustentável exige claramente que haja crescimento económico em regiões onde tais necessidades não estão a ser atendidas, por um lado. Por outro, fala-se do desenvolvimento económico em países que durante longos anos foram a base para o desenvolvimento dos países que hoje impõe a agenda global. Entretanto, tal como aqueles países, os de periferia olham para os recursos naturais como base para alavancar o seu desenvolvimento. O ponto central e relevante é como um país como Moçambique, dependente do investimento directo estrangeiro e de uma economia comandada pelas multinacionais, com défices nos sectores primários como a educação e saúde, pode falar de desenvolvimento sustentável!

A tese busca explicar as formas como Moçambique pode superar os constrangimentos endógenos e exógenos através da teoria de dependência. A importância da escolha desta teoria para explicar os constrangimentos é o facto de encontrar nela elementos de debate sobre a relação centro - periferia que outras teorias, ainda que expliquem, declinam mais para as teorias eurocêntricas e evolucionistas.

Em relação à metodologia, optou-se pelo método hipotético – dedutivo porque partiu-se da identificação da área de interesse da pesquisa, seguida da revisão preliminar da literatura e informação, definição do problema de pesquisa, formulação de hipóteses, desenho da investigação, análise e interpretação da informação recolhida, que culminou com a dedução das hipóteses formuladas.

No que tange à abordagem, a pesquisa é qualitativa. Este tipo de pesquisa tem uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito. Que também existe um vínculo indissociável entre o mundo objectivo e a subjectividade do sujeito e que não pode ser traduzido em números, absolutos ou percentuais (LUNDIN, 2016). A autora avança que a interpretação dos fenómenos e a atribuição de significados são básicos no processo desta pesquisa e que não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. Ainda sobre a

² O autor questiona o conceito de desenvolvimento sustentável analisando a perspectiva de desenvolvimento dos países desenvolvidos que segundo ele são: altamente industrializados considerados desenvolvidos, produzem-se necessidades cada vez maiores de se aumentar o consumo de energia, mercadorias e, nesta trajectória se conjugam os esforços de países subdesenvolvidos. Qual seria o limite de contenção dessa fúria de consumo? Ou será que não teria que ser contida, já que faz parte das aspirações humanas, um dos objectivos do desenvolvimento? Questiona ainda sobre: Como resolver o dilema da miséria social e da degradação ambiental pelo Progresso e Desenvolvimento, sendo que o modelo de sua ampliação significaria uma ampliação de novos consumidores, gerando mais resíduos ambientais?

mesma temática, Richardson (1999, p.79), concordando com Lundin (2016), explica que: “a abordagem qualitativa de um problema, além de ser uma opção do investigador, justifica-se, sobretudo, por ser uma forma adequada para entender a natureza de um fenómeno social”. Para o desenvolvimento da presente pesquisa não se recorreu a métodos e técnicas estatísticas. Pelo contrário, descreveu-se a estrutura económica e social de Moçambique numa perspectiva histórica e sua relação com o meio ambiente. A maior preocupação nesta pesquisa foi interpretar o conceito de desenvolvimento sustentável a partir da realidade de Moçambique e, não necessariamente, a mensuração de variáveis relacionadas com indicadores do desenvolvimento sustentável.

Quanto à natureza a pesquisa é básica porque tem como finalidade aprofundar conhecimentos sobre o desenvolvimento sustentável, compreendendo os seus limites na realidade moçambicanos. De acordo com Prodanov e Freitas (2013, p.51) a pesquisa básica “objectiva gerar conhecimentos novos úteis para o avanço da ciência sem aplicação prática prevista. Envolve verdades e interesses universais”. É nesta perspectiva que se fundamenta a pesquisa que ora se apresenta.

Do ponto de vista de objetivos, a pesquisa é explicativa, pois, para além de identificar os limites de desenvolvimento sustentável, procura explaná-los a partir da uma leitura crítica da estratégia nacional de desenvolvimento e de outros documentos estruturantes tais como o programa nacional de desenvolvimento sustentável, programa quinquenal do governo, entre outros.

A pesquisa é bibliográfica e documental quanto aos procedimentos. Estas foram as técnicas do suporte teórico e metodológico para a concepção do problema, para a elaboração do projecto e para análise e interpretação dos dados recolhidos. A revisão bibliográfica foi desenvolvida a partir de material já elaborado constituído principalmente de livros e artigos científicos. Segundo Gil (1999, p.65), a pesquisa bibliográfica e documental tem a vantagem de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenómenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar directamente. Neste sentido, a análise documental consistiu em uma série de operações que visavam estudar e analisar um ou vários documentos para descobrir as circunstâncias sociais e económicas com as quais podem estar relacionados (RICHARDSON, 1999).

Gil (1999) acrescenta que este tipo de pesquisa segue os passos da pesquisa bibliográfica, mas que esta vale-se muito de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos

da pesquisa, é assim que se foram lendo outros documentos que não sofreram nenhuma crítica. Portanto, trata-se de documentos de primeira mão, que não receberam qualquer tratamento analítico, tais como documentos oficiais, reportagens de jornal, cartas, contratos, etc. Foram também estudados documentos de segunda mão como: relatórios de pesquisa, relatórios de empresas, tabelas estatísticas, etc. Deste modo, a presente pesquisa foi desenvolvida a partir de livros e artigos científicos sobre desenvolvimento, desenvolvimento sustentável, teoria da dependência, entre outros. Neste ponto, destacam-se autores como Gilbert Rist³, José Veigas⁴, Raúl Prebisch⁵, Ignacy Sachs⁶, Jeffrey Sachs⁷, Alberto Acosta⁸ e Ricardo Abramovay⁹. A escolha destes autores resulta do tipo de abordagem em relação ao conceito desenvolvimento e desenvolvimento sustentável. Por exemplo, Gilbert Rist critica o termo desenvolvimento sustentável olhando-o como mais uma forma de o Ocidente submeter os países em desenvolvimento. José Veigas e Ignacy Sachs são autores que, embora liberais, fazem uma crítica ao conceito desenvolvimento sustentável trazido pelo relatório de Brundtland. Ignacy, especificamente, a sua abordagem é sobre como promover o desenvolvimento ajudado na identificação dos limites de desenvolvimento. Alberto Acosta trata, em vários textos sobre o extractivismo e seu significado para as economias periféricas. Este autor foi útil na análise da economia de Moçambique tendo em conta que é uma economia extractiva. Jeffrey Sachs, é um crítico ao desenvolvimento proposto pelo ocidente. A obra deste ajudou para a definição de alguns conceitos. Raúl Prebisch é um teórico dependentista que ajudou na definição do conceito centro – periferia, porque aborda de uma forma incisiva as relações entre o norte e o sul e propõe acções para a solução das

³ RIST, Gilbert. El Desarrollo: *historia de una creencia occidental*, 2002. http://reko.utem.cl/assets/asigid_7389/contenidos_arc/60011_L-07-GilbertRist-pdf. Acessado em 2/3/2019.

RIST, Gilbert. **The History of Development: From Western Origins to Global Faith**. Third edition, New York: Zed Books Ltd, 2008.

⁴ VEIGA, José Ali da; ZATZ, Lia. Desenvolvimento Sustentável, que bicho é esse? Campinas, SP: Autores Associados, 2008

⁵ PREBISCH, Raúl. El desarrollo economic de la América Latina y algunos de sus Principales Problemas. **Desarrollo Económico**, Vol.26, nº 103, Ed. JSTOR, 1986.

⁶ SACHS, Ignacy. Estratégias de Transição para o Século XXI. In. BURSZTYN, Marcel (Org.). Para Pensar o Desenvolvimento Sustentável, Editora brasiliense, S. Paulo, 1993.

SACHS, Ignacy. Ambiente e Sociedade, vol. VII, nº. 2 julho/dezembro. 2004.

⁷ SACHS, Jeffrey D. **Common Wealth: Um novo modelo para a economia mundial**, Sociedade Editora, 2008.

⁸ ACOSTA, Alberto. **Extractivism and neoextractivism: two slides of the same curse**. In LAND, M.; MORKANI, D. (Ed.) Beyond Development. Alternative vision from Latim America. Quito: Fundation Rose Luxemburg, 2013.

⁹ ABRAMOVAY, Ricardo. **Amazônia. Por uma economia de conhecimento da natureza**, São Paulo. Edições Terceira Via, 2019.

diferenças. Prebisch é um dos cepalinos que ajudou na discussão sobre o desenvolvimento e desigualdade, assim como suas propostas sobre como resolver os problemas do fosso entre Norte e o Sul global. No geral os cepalinos definem princípios sobre como chegar a um desenvolvimento sustentável. Por sua vez, Ricardo Abramovay foi importante na proposta do desenho de um novo modelo do desenvolvimento que se apoia no conhecimento da natureza.

Além disso, foram analisados vários relatórios dos ministérios e várias organizações interessadas na sustentabilidade do desenvolvimento, bem como, contratos de empresas que estão envolvidos na pesquisa e exploração dos recursos naturais, artigos dos jornais com maior circulação que tratam do objecto da pesquisa, material bibliográfico disponível na Internet. Neste sentido, analisaram-se documentos tais como: a estratégia nacional de desenvolvimento 2015-2035, os planos económicos e sociais dos últimos 5 anos, o relatório balanço do Quinquénio 2015-2019, a Agenda 2025, a agenda 2060, o programa quinquenal do governo 2015-2019, entre outros.

Em termos de estrutura, O trabalho está dividido em cinco capítulos a contar com a parte introdutória. O segundo, intitulado por um conceito de Desenvolvimento. O objectivo é apresentar um quadro teórico relacionado à noção de desenvolvimento sustentável com o enfoque específico sobre os limites do mesmo para os países do Sul Global. Para tanto faz-se uma revisão bibliográfica acerca do contexto histórico e teórico do conceito desenvolvimento e desenvolvimento sustentável. A abordagem destes conceitos é feita buscando as visões do Norte e do Sul global. A teoria de análise é de dependência que é uma teoria crítica ao conceito de desenvolvimento apregoado pelo Norte Global. Discute-se os conceitos de desenvolvimento e de desenvolvimento sustentável. Os subcapítulos fazem várias abordagens entre elas a de nova dependência.

O terceiro capítulo é intitulado estrutura económica e social de Moçambique. Tem como objectivo descrever a estrutura económica e social de Moçambique numa perspectiva histórica e sua relação com o meio ambiente. A descrição visa compreender os limites de desenvolvimento sustentável em Moçambique, tendo em conta que o país tem altos índices de analfabetismo, de desemprego e de pobreza, com uma estrutura económica e social dependente da exploração e utilização intensiva dos recursos naturais.

O capítulo quarto é intitulado, a Estratégia Nacional de Desenvolvimento (2015-2035) e sua Relação com o desenvolvimento sustentável de Moçambique (2015-2019). Este capítulo tem como objectivo analisar a Estratégia Nacional de Desenvolvimento

2015-2035 (END), bem como os documentos que a detalham, quais sejam o Plano Quinquenal (2015-2019), a Agenda 2025 e os Planos Económicos e Sociais de 2015 até 2019, em busca do conteúdo do Desenvolvimento Sustentável nos documentos.

O quinto capítulo e último intitulado Limites de Desenvolvimento Sustentável em Moçambique à luz da sua Estratégia Nacional de Desenvolvimento. O objectivo do capítulo é responder à pergunta que norteou a pesquisa: Quais são os limites do desenvolvimento sustentável em Moçambique, tendo em conta que o país tem altos índices de pobreza e a sua estrutura económica é dependente da exploração e utilização intensiva de recursos naturais? Para tanto, analisa-se a END para compreender os limites que inviabilizam a prossecução dos objectivos identificados para o alcance de desenvolvimento sustentável de Moçambique.

2 DISCUSSÃO DO CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO

Neste capítulo, discute-se o conceito de desenvolvimento e suas diferenças conceptuais. O objectivo é apresentar um quadro teórico relacionado à noção de desenvolvimento sustentável com o enfoque específico sobre os limites do mesmo para os países do Sul Global. Este objectivo está em consonância com o objectivo geral da tese que é compreender os limites de desenvolvimento sustentável em Moçambique, tendo em conta que o país tem altos índices de pobreza e a sua estrutura económica é dependente da exploração e utilização intensiva dos recursos naturais. E, de acordo com Acosta (2013), o extractivismo tem sido um mecanismo de pilhagem e apropriação colonial e neo-colonial que surge da necessidade de exploração de matérias-primas essenciais para o desenvolvimento industrial e prosperidade do Norte Global. Tal situação perpetua as relações de dependência entre o sul e o norte global e tem sido uma constante na vida económica, social e política dos países do Sul Global que passam a produzir para a exportação e não para o consumo do mercado interno, não gerando, desta feita, benefícios para o país extractivo – exportador.

O argumento deste capítulo assenta no facto de que os conceitos de desenvolvimento e desenvolvimento sustentável são passíveis de discussão. Não são uniformes e estão em conformidade com a posição que os estados assumem no concerto das nações. Para os estados do Norte, há uma tendência de uma concepção liberal e neoliberal sobre estes conceitos, diferentemente do Sul que migram entre o liberal e a dependência. O ponto aqui é que os conceitos, em si, são definidos pelo norte, orientando-se pelos seus princípios e, fazendo com que se pense que para atingir esse desiderato, passa por seguir os passos dos países centrais.

A metodologia seguida para o alcance do objectivo do capítulo foi qualitativa, consistindo no levantamento das obras e artigos que documentam o historial do conceito desenvolvimento tendo em conta as várias perspectivas e visões dos teóricos de desenvolvimento. Confrontou-se a teoria de Dependência, procurando encontrar nela o sentido de desenvolvimento e desenvolvimento sustentável para os países do Sul Global tendo em conta a sua estrutura económica e social. Aqui foi importante procurar, além dos autores da dependência dos anos 1960 e 1970, os autores da nova dependência, ou seja, aqueles que procuram explicar as novas formas de dependência no mundo.

O capítulo está dividido em quatro subcapítulos. No primeiro, é desenvolvida a discussão sobre a evolução do conceito desenvolvimento, fazendo -se referência à

origem do conceito e à discussão sobre como atingir o desenvolvimento. Além da perspectiva do Centro, a discussão estende-se para a visão dos dependentistas que entendem o subdesenvolvimento como duas faces da mesma moeda. O mais importante nesta discussão é o surgimento do conceito centro - periferia, sendo que o centro é representado por países industrializados e desenvolvidos, e periferia por aqueles que não conseguiram industrializar-se, ou seja, subdesenvolvidos. Discute-se igualmente nesta esteira a explicação destas duas faces do mesmo conceito.

No segundo subcapítulo, leva-se a cabo uma discussão do conceito na perspectiva dos dependentistas, buscando-se a explicação sistémica para o desenvolvimento, onde se afirma que o desenvolvimento dos países periféricos passa necessariamente pela ruptura com a dependência em relação aos países centrais, a Divisão internacional do Trabalho como promotora do subdesenvolvimento, explicitando-se ainda esta, em relação ao Sul, corresponde-lhe a periferia do sistema económico mundial um papel específico de produzir alimentos e matérias-primas para os países centrais, o que faz com que o Sul esteja dependente do Norte e, desenvolvimento e igualdade, em que se faz um debate de busca de uma nova ordem económica mundial, na igualdade no acesso aos recursos fosse igual entre os centrais e os periféricos. Procura-se fazer uma aproximação por semelhança entre os dependentistas e os cepalinos.

No terceiro subcapítulo deste texto, analisa-se também a teoria de dependência numa nova perspectiva. Levanta-se não apenas uma discussão sobre a valência da teoria de dependência como também busca-se a explicação sobre os novos actores nas novas relações de dependência, encerrando-se com uma clarificação sobre como a nova dependência está ligada a pressão de agentes estrangeiros por intermédio de capitais com efeitos negativos tanto sobre as direcções do desenvolvimento económico nacional, quanto a soberania política e o bem-estar social de população.

O quarto subcapítulo dedica-se à desconstrução do conceito desenvolvimento na perspectiva do desenvolvimento sustentável. Debate-se nele o significado do desenvolvimento sustentável como uma nova visão de desenvolvimento, mas não diferente do que sempre foi. Confronta-se o ideal do desenvolvimento sustentável entre o Sul e o Norte, recorrendo aos autores como Rist, Sachs, Veigas, entre outros, que analisam o conceito como ocidental, chamando a atenção à sua ambiguidade trazida pela Comissão de Brundtland. Dentro deste capítulo, ainda se convoca a visão dos

dependentistas sobre o desenvolvimento sustentável, explicando como será utilizada a teoria para a análise dentro da tese das limitações de desenvolvimento sustentável.

2.1 TERMO DESENVOLVIMENTO E A ANÁLISE DOS DEPENDENTISTAS

A origem do conceito desenvolvimento está ligada à biologia, empregado como processo de evolução dos seres vivos para o alcance de suas potencialidades genéticas. É um conceito intimamente associado ao naturalista Charles Darwin, que o levou para a concepção de transformação, vista como um movimento na direcção da forma mais apropriada. Segundo o naturalista, um organismo desenvolve-se à medida que progride em direcção à sua maturidade biológica.

A transferência deste conceito para a vida em sociedade ocorreu nas últimas décadas do século XVII e tomou corpo com o darwinismo social. Com ela, verificou-se que o *progresso*, a *expansão* e o *crescimento* não eram virtualidades intrínsecas inerentes a todas as sociedades humanas, mas sim propriedades específicas de algumas sociedades ocidentais (SANTOS *et al.*, 2012). Conforme este autor, ainda na mesma obra, refere que o conceito desenvolvimento vem-se tornando tanto um *slogan*, quanto um termo multiparadigmático e, historicamente, vem sendo construído com base em três visões paradigmáticas a saber: desenvolvimento como crescimento económico, desenvolvimento como satisfação das necessidades básicas e desenvolvimento como elemento de sustentabilidade socioambiental.

Vai ser a partir da segunda metade do século XX que o discurso sobre o desenvolvimento ganhou ímpeto com o fim da Segunda Guerra Mundial, onde se destaca a existência de países com elevados níveis de crescimento e o consequente bem-estar socioeconómico e outros que não atingiram níveis consideráveis de crescimento/desenvolvimento e permaneceram na pobreza: os então chamados Países em Desenvolvimento compostos por todos os países da África, Ásia, excepto o Japão e todos os países da América Latina¹⁰. Franklin Roosevelt (1941) e o Primeiro-ministro

¹⁰ Para Amaro (2003, p. 40 – não perdendo a sua importância note que esta obra tem cerca de 17 anos), esta asserção fundamenta-se nos seguintes factores: Primeiro, o processo da independência da maioria das antigas colónias europeias que se seguiu à Segunda Guerra Mundial, grande parte delas nos continentes Africano, Asiático e Americano (América Latina que inclui as regiões central e sul de América), muito por efeitos dos eventos democráticos, dos interesses estratégicos dos Estados Unidos da América e da influência ideológica da União Soviética. Grande parte destes países tiveram a inspiração de caminhar para a prosperidade e a riqueza, como os seus antigos colonizadores, a par da sua independência política. Daí que a maior parte da produção teórica sobre desenvolvimento visasse a resolução dos problemas e vícios do subdesenvolvimento; Segundo, os desafios da reconstrução da Europa, com o apoio do Plano Marshall; terceiro, as exigências do confronto Leste-Oeste na esteira

Britânico Churchill (1941) passaram a fazer discursos que incluíam a necessidade de desenvolvimento. É o caso das afirmações solenes como: “as Quatro liberdades” do Franklin, que incluíam a liberdade de não passar necessidades; a Carta Atlântica, assinada pelo Primeiro-ministro Britânico Churchill e o presidente Americano Franklin Roosevelt (1941), que se propunha, entre outros aspectos, “promover o livre acesso de todos os países ao comércio externo e ao aprovisionamento de matéria-prima”, bem como garantir que “todos os seres humanos em todos os países possam viver sem sentir medo ou sofrer necessidades” e o famoso “Ponto quatro” da declaração do Presidente Americano Truman (1949) que foi o primeiro programa dos EUA de ajuda ao desenvolvimento (AMARO, 2003).

O uso do termo desenvolvimento encontra o seu maior impulso com o discurso do Presidente norte-americano Henry Truman (1949): um discurso que olhava para a industrialização como ponto de partida para o desenvolvimento e, portanto, seria necessário se desenvolver programas de ajuda ao desenvolvimento como, por exemplo, o Plano Marshal, desenhado para suprir as necessidades de desenvolvimento dos países da Europa saídos da Segunda Guerra Mundial. Como afirma Cervantes, (2013):

Como conceptos, el desarrollo y su contraparte, el subdesarrollo, cobran importancia por iniciativa de Truman en su discurso de toma de posesión como presidente de los Estados Unidos [...]. El discurso se construye, pues, dando por sentado que el progreso, el crecimiento económico, la industrialización, serán la llave maestra que permita que los atrasados, los incompetentes, los analfabetas, o sea, la mayoría de los países del mundo, lleguen un día a ser como sus preceptores, como los triunfadores en la carrera de la modernización (CERVANTES, 2013, p.474).

De acordo com essa visão, para que um país atingisse o nível de desenvolvimento, tinha que se industrializar. É um discurso economicista, mais apegado às teorias evolucionistas visto que revela assumir um enfoque em etapas de desenvolvimento onde despontam os atrasados, os incompetentes, os analfabetos que constituíam a maior parte da população global. O desenvolvimento não é visto como um processo, mas como uma mecânica que pela frente tem um chefe capaz de orientar como a coisa deve acontecer sem respeitar os desígnios locais. Trata-se de uma visão de desenvolvimento que, como se observará, ressurge com força com a noção de desenvolvimento defendido no final da Segunda Guerra Mundial.

da Guerra Fria que implicou a existência de uma base produtiva que sustentasse a corrida aos armamentos.

Uma das características comuns dos países que obtiveram às respectivas independências depois da Segunda Guerra Mundial era de baixa renda, baixos índices de literacia, altas taxas de mortalidade materna infantil, elevadas taxas de doenças endémicas, problemas de saneamento do meio, entre outros. Em face destas características, os líderes destas nações começaram a colocar o discurso de desenvolvimento na sua agenda política nacional como principal objectivo onde os países do Norte flexibilizaram as suas agendas apontando para as áreas onde os seus interesses estavam mais virados para explorar os recursos naturais das suas colónias e não no desenvolvimento destes no longo prazo (SACHS. 2009).

Para o Norte Global, assumia-se que o desenvolvimento económico como tal, estava estruturado em fases, sem os quais os países não poderiam ascender ao mesmo. É um desenvolvimento que foi à custa da degradação do meio ambiente, que a ser seguido como expõe Rostow, acarretaria problemas de ordem ecológica. De acordo com este académico e economista Walt Whitman Rostow (1916-2003), no seu livro *The Stages of Economic Growth: A Non Communist Manifesto*, publicado em 1960, defendia que o desenvolvimento económico passava por cinco etapas: Sociedade tradicional, as pré-condições para o arranque, o arranque, a marcha para a maturidade e a era de consumo em massa¹¹.

¹¹ Uma sociedade tradicional, segundo o autor é aquela cuja estrutura se expande dentro de funções de produção limitadas baseadas na ciência e tecnologia pré-newtonianas. Essa sociedade tem de dedicar uma proporção, extremamente, elevada dos seus recursos à agricultura devido à limitação da sua produtividade. A segunda etapa abarca o período em que as pré-condições para o arranque estão criadas. As pré-condições para o arranque desenvolvem-se no início do século XVII e início do século XVIII à medida que as concepções da ciência moderna começavam a se converter em novas funções de produção na agricultura e na indústria num ambiente de expansão dos mercados mundiais e da concorrência internacional. Durante esta fase a sociedade tradicional foi abalada pelas transformações industriais que impulsionaram a ideia de que o progresso económico era possível e constitui uma condição indispensável para a dignidade nacional, o lucro privado, o bem-estar geral ou uma vida melhor para os filhos e a modificação e ampliação da educação para atender as necessidades económicas modernas. Um dos aspectos mais salientes desta fase é o crescimento de investimentos em transportes e comunicações, bem como, o aumento de interesses em matérias-primas de outras nações. A terceira etapa, o arranque, caracteriza-se pela acumulação do capital social fixo, surto da evolução tecnológica da indústria e da agricultura e pelo acesso ao poder político de um grupo preparado para encarar a modernização da economia como um assunto sério e do mais elevado teor político. A taxa real de investimento e de poupança subiram, as novas indústrias se expandem, rapidamente, e ao mesmo ritmo das áreas urbanas. A classe empresarial amplia-se e dirige os fluxos aumentados dos investimentos no sector privado. A economia explora recursos naturais usando novos métodos. As novas técnicas difundem-se e revolucionam a agricultura e a indústria e por sua vez, a estrutura básica da economia, a estrutura social e política da sociedade transformam-se ao ponto de serem mantidos num ritmo constante de desenvolvimento. A fase do arranque é seguida por um longo intervalo de progresso continuado que se chama a marcha para a maturidade. Durante esta fase, a economia modifica-se, incessantemente, com o aperfeiçoamento da técnica da indústria. As novas indústrias aceleram-se e as mais antigas se estabilizam. Pode-se definir, essencialmente, a maturidade como a etapa em que a economia demonstra capacidade de avançar para além das indústrias que, inicialmente, impeliram o arranque para a absorção e ampliação de forma eficaz num campo bem

Rostow (1960), percebe o conceito de desenvolvimento como mudanças institucionais, estruturais e das condições de produção, que incluem mudanças nos valores, atitudes e normas de pessoas, resultantes de motivação individual e acumulação de capital e fluxos de investimento. Adicionalmente, o desenvolvimento seria produto da interacção entre mudanças nas condições de produção tais como a terra, a mão-de-obra, capital e a tecnologia, e factores não económicos, tais como o surgimento de uma nova elite para construir indústrias modernas, ambiente cultural e social, num processo que decorreria em fases ou estágios, desde a tradicional, *take off*, até sociedade de alto consumo em massa.

Diante deste contexto e seguindo o desenho teórico de Rostow, o conceito de desenvolvimento, desde o início, tomou como referência para a sua formulação e conteúdo, a experiência histórica dos EUA e dos países da Europa Ocidental considerados desenvolvidos, no âmbito das sociedades industriais, entendendo-se como «boas práticas» as suas evoluções, a caminho de uma sociedade de abundância, durante cerca de 200 anos que tinham percorrido entre os finais do Séc. XVIII e a 2ª Guerra Mundial¹², mais ligado ao crescimento e desenvolvimento dos EUA, como economia desenvolvida modelo pós-Segunda Guerra Mundial. Conforme Veiga (2008), debatia-se nessa altura a questão do subdesenvolvimento e a necessidade de sua superação e que se imaginava que bastaria a economia de um país crescer para que automaticamente se tornasse desenvolvido. Este pressuposto, conforme José Veiga, justificava-se pelo facto de que os poucos países desenvolvidos eram exactamente aqueles que tinham atingido alta renda por habitante e esses países situados na América do Norte e na Europa.

A ideia de modernização dos países fora da Europa, em especial o continente africano, foi a que conduziu a realização da Conferência de Berlim realizada entre 1884-85, que tinha como uma das missões a acção civilizadora do povo africano por se

amplo dos seus recursos – se não a todos eles – os frutos mais adiantados da tecnologia (então) moderna. Esta é a etapa em que a economia demonstra que possui as aptidões técnicas e organizacionais para produzir não tudo, mas qualquer coisa que decida produzir (Rostow, 1960, p.10). De acordo com o autor, para a fase da marcha para a maturidade, não existe uma duração exacta. No entanto, o intervalo entre o arranque e a maturidade é sucedido pela era do consumo em massa. Esta fase é caracterizada pela elevação da renda real por pessoa. Maior número de pessoas passa a ser de consumidores e ultrapassadas as necessidades mínimas de alimentação, habitação e vestuário. A estrutura da força do trabalho modifica-se e a população urbana em relação à total, aumenta.

¹² Por outras palavras, o eurocentrismo do Alemão Frederic Hegel está patente neste período de discussão do conceito de desenvolvimento. O conceito de desenvolvimento para o Norte encontra-se, desde o início, estreitamente ligado ao projecto da modernidade ocidental. A crença oitocentista no progresso ilimitado da Razão, da Ciência e da Técnica, sob os auspícios do paradigma racionalista, individualista e antropocêntrico das Luzes, preparou o caminho para a afirmação do evolucionismo social no século XIX (RAPOSO, 2017).

entender que os seus habitantes estavam atrasados comparativamente aos da Europa. Assim, o desenvolvimento, no sentido do Norte, é visto no sentido de evolucionismo. Ou seja, tinha que se seguir as cinco etapas de Rostow, porque só é desenvolvido aquele Estado que tenha passado por aquelas etapas. Esta é a visão do Ocidente em relação à noção das premissas para atingir o desenvolvimento. Na concepção ocidentalista, desenvolvimento significa ocidentalização¹³.

Com efeito, o desenvolvimento era visto como uma transformação estrutural com o objectivo de superar o atraso histórico em que se encontram os chamados países em desenvolvimento e alcançar, no prazo mais curto possível, o nível de bem-estar dos países considerados “desenvolvidos”. Assim, o desenvolvimento era conotado com a modernização ou industrialização (SANDRONI, 1999). Uma industrialização que se realizou à custa da degradação do meio ambiente e poluição da atmosfera que teve como resultado a Mudança Climática que as gerações actuais estão sentindo com cada vez mais eventos climáticos novos. A Revolução Industrial ocorrida nos séculos XVII e XVIII caracterizou-se pela mecanização da produção e pela substituição da energia humana e animal por novas, como o vapor, o carvão e o petróleo. Segundo Andreassa e Mai (2007), no artigo: O consumo como um factor de relevância, na degradação ambiental explicam que:

O vapor teve especial importância nesse cenário, mas apesar das suas inegáveis vantagens, tinha o inconveniente de necessitar grande quantidade de combustível, que em primeiro momento veio da madeira, que já nos primeiros anos do século XIX se esgotou com o aniquilamento das florestas inglesas, sendo substituído então pelo carvão mineral. Esse desmatamento foi o primeiro grande impacto ambiental trazido pela Revolução Industrial. A outra consequência ambiental importante, no começo da era industrial, foi o grande número de baleias mortas, cujo óleo era usado tanto para a lubrificação das máquinas como para a iluminação das fábricas. O carvão passou a ser o mais importante insumo para o desenvolvimento de uma nação (ANDREASSA; MAI, 2007, p. 2).

¹³ A polissemia do conceito de desenvolvimento, por vezes compreendido como sinónimo de crescimento económico, conferiu-lhe ambiguidade. Esta ambiguidade encontra fundamento no pressuposto de que os problemas relacionados à pobreza, discriminação, desemprego, falta de acesso à escolaridade, à água, o saneamento do meio e problemas de distribuição da renda, resolvem-se com o crescimento económico, não havendo diferença entre os dois conceitos (crescimento e desenvolvimento). Para Amaro (2003), a ligação entre os dois conceitos (desenvolvimento e crescimento) trouxe as seguintes consequências: a) considerar-se, frequentemente, o crescimento económico (enquanto processo contínuo de aumento da produção de bens e serviços) como condição necessária e suficiente (*sine qua non*) para o desenvolvimento, de que depende as melhorias de bem-estar da população, a todos os outros níveis (educação, saúde, habitação, relações sociais, sistema político, valores culturais, etc.); b) utilizar-se, sistematicamente, os indicadores de crescimento económico, e em particular o nível de rendimento *per capita*, para classificar os países em termos de desenvolvimento.

Portanto, o desenvolvimento dos países centrais foi à custa da degradação ambiental, porque a matéria-prima vinha da natureza e não havia a reposição necessária para manter a natureza intacta para o uso futuro. Aliás, o crescimento industrial levou a utilização de uma outra fonte energética, o petróleo, que passou a ser a principal fonte energética do século XX, o que agravou ainda mais o meio ambiente, tanto urbano quanto o rural. Tanto que, como afirma Silva (2007), a deterioração dos ambientes urbanos e rurais é consequência de um modelo de desenvolvimento pautado no crescente aumento da produção, do consumismo, da opulência e do desperdício, iniciados com a formação do modo capitalista de produção com o início do século XV, e acirrado com o advento da Revolução Industrial, século XVII e XVIII e a formação da sociedade industrial urbana nos séculos XIX e XX, que ameaça as gerações futuras e, dentre as principais consequências desse modelo de desenvolvimento serão as alterações climáticas, alterações do solo, assoreamento dos rios e lagos, aumento da temperatura da Terra, erosão do solo; desertificação, escassez de água potável, perda da biodiversidade, poluição do ar, da água, do solo, sonora, visual; redução da camada de ozono, exclusão social, etc.

Estas consequências têm efeitos para todo o globo e logicamente, os países periféricos são os que mais sofrem destes problemas, mesmo tendo em conta que os que mais danificam o ambiente são os países centrais que são mais industrializados e com um parque automóvel maior comparativamente com os periféricos.

A evolução recente da economia global, mostra que a economia periférica propiciou, e continua a prover as melhores condições do meio ambiente dos países centrais em detrimento próprio. Isso levou a um desequilíbrio desses termos entre os dois blocos que pode se tornar até dramático e talvez irreversível, condenando, em alguns casos mais graves, as populações dessas nações a viverem abaixo de padrões aceitáveis por absoluta falta de condições do seu próprio meio ambiente (ANREASSA; MAI, 2007).

Como se vai demonstrando, o conceito de desenvolvimento vai evoluindo e vai adquirindo novos rumos diferentes dos que deram sua origem. Por exemplo, Sen (2003) conceitua desenvolvimento como liberdade. Para ele, “o desenvolvimento pode ser encarado como um processo de alargamento das liberdades reais de que uma pessoa goza” (SEN, 2003, p. 19). Esta perspectiva do Amartya Sen contrasta com a visão de que desenvolvimento é igual ao crescimento, que olha para o crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB) e do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB). Em outra

análise, a visão do Amartya Sen não tem como base o aumento das receitas nem da contínua crescente da industrialização e muito menos o progresso tecnológico, independentemente de achar que esses elementos todos têm grande importância e/ou influência no processo de desenvolvimento, por conseguinte influenciam para o alargamento das liberdades. O argumento para que as liberdades não dependam só do crescimento económico é notório na sua análise ao afirmar que:

As liberdades dependem também de outros factores determinantes, tais como os dispositivos sociais e económicos (por exemplo, serviços de educação e de cuidados de saúde), bem como os relativos aos direitos políticos e cívicos (por exemplo, a liberdade de participar no debate público ou no escrutínio eleitoral). De modo semelhante, a industrialização ou o progresso tecnológico ou a modernização social podem contribuir substancialmente para alargar a liberdade humana, mas esta depende de outras influências (SEN, 2003, p.19).

Adicionalmente, Sen (2003) explica esta aceção afirmando que o desenvolvimento requer a eliminação de alguns factores obstrutores como a pobreza, a tirania, falta de oportunidades económicas, sistemática limitação das liberdades sociais, falta do profissionalismo dos serviços públicos como a intolerância e prepotência dos estados repressivos. Portanto, uma concepção adequada de desenvolvimento deve ser aquela que ultrapassa a definição baseada nos indicadores económicos, deve ter como enfoque a promoção da vida das pessoas e as liberdades que estas usufruem.

2.1.1 Desenvolvimento: perspectiva dependentista

A teoria da dependência surgiu durante os anos 70, como uma escola de pensamento estruturalista-globalista com o objectivo de explicar o fosso existente entre as nações ricas e as nações pobres do mundo. O objectivo da teoria é compreender as limitações de uma forma de desenvolvimento que se iniciou num período histórico no qual a economia mundial já estava constituída sob a hegemonia de poderosos grupos económicos e forças imperialistas (DUARTE; GRACIOLLI, [2019]). Por esse motivo, entendia-se que a forma de desenvolvimento implementada na América Latina só tenderia a aprofundar cada vez mais as relações de dependência.

A teoria da dependência, no entendimento do Hage (2013), pretende explicar as razões sociais, económicas e históricas que concorrem para a manutenção da situação de pobreza em grande parcela das sociedades nacionais. No plano externo, a teoria da dependência também é utilizada para analisar as desigualdades políticas e económicas existentes entre os estados industrializados, grosso modo localizados no Hemisfério

Norte e os dependentes pobres, do Hemisfério Sul. Apresenta a dicotomia centro/periferia.

A teoria de dependência resulta da necessidade de encontrar uma estrutura teórica para analisar e explicar, suficientemente, o desenvolvimento e subdesenvolvimento dentro do sistema internacional. Neste contexto, Bresser-Pereira (2010), indica que nos anos 1950 dois grupos de intelectuais públicos, organizados em torno da Comissão Económica para a América Latina e o Caribe das Nações Unidas (CEPAL)¹⁴, em Santiago do Chile, e do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB)¹⁵, no Rio de Janeiro, pensaram a América Latina de forma pioneira de um ponto de vista nacionalista.

Raúl Prebisch, Celso Furtado e Aníbal Pinto Santa Cruz, propõem que o desenvolvimento produtivo, competitivo e sustentável demanda dos esforços permanentes e significativos que são influenciados pelo papel da ciência, tecnologia e inovação (CT&I). Este debate tinha como objectivo a busca de uma nova ordem económica para o desenvolvimento, onde a igualdade no acesso aos recursos fosse igual entre os países centrais ou hegemónicos e os países periféricos. O subcapítulo está organizado em três secções principais: a primeira secção faz uma explicação sistémica para o subdesenvolvimento, a segunda discute a questão da divisão internacional do trabalho, explicando a lugar dos países do sul na DIT e como esta promove subdesenvolvimento destes e a terceira secção faz uma análise do desenvolvimento olhando para o norte e para o sul na perspectiva de que o desenvolvimento assim como é pregoado é promotor de desigualdade entre os países.

2.1.2 Uma explicação sistémica para o subdesenvolvimento

Os teóricos dependentistas não se mostravam satisfeitos com aqueles que atribuíam o fracasso do desenvolvimento e à modernização das sociedades do Terceiro Mundo às tradições religiosas e culturais (DOUGHERTY; PFALTZGRAFF JR., 2003),

¹⁴ A CEPAL nasce num momento histórico muito importante da organização da economia mundial. Terminava a Segunda Grande Guerra (1939-1945), a Europa estava num processo de reconstrução depois da guerra. E como uma das consequências da guerra, vários países africanos ascendiam à independência e se tornavam novos actores no sistema internacional ao lado da América Latina. E, para garantir que esses países fossem inseridos no sistema de relações internacionais, a Organização das Nações Unidas (ONU) instalou comissões temporárias para avaliar a situação económica e social das novas nações. A CEPAL criticou a lei das vantagens comparativas.

¹⁵ ISEB concentrou sua atenção na coalizão de classes burguesa e burocrática por trás da estratégia nacional de desenvolvimento proposta.

Estes autores olham a dependência como uma teoria que analisa as relações entre o Norte e o Sul Global ou, entre os países centrais, desenvolvidos e os periféricos, subdesenvolvidos ou em vias de desenvolvimento. Também pode ser vista, de acordo com Ferraro (1996), como uma explicação do desenvolvimento económico de um Estado em termos das influências externas nas políticas nacionais de desenvolvimento.

A premissa dos dependentistas à volta da teoria de desenvolvimento assenta no facto de os países periféricos estarem dependentes dos países centrais e que o desenvolvimento dos periféricos passa, necessariamente, pela ruptura com a dependência em relação aos países centrais e não pela via de modernização e industrialização da economia, o que implicaria ruptura com o capitalismo. Joseph e Romaniuk (2017), sem contrariarem as premissas avançadas por Ferraro (1996), que aponta outras três que sustentam a teoria de dependência. Primeira: vê o Sistema Internacional (SI) como somatório de dois conjuntos de estados - dominante e dependente. Segunda: sustenta que as forças externas são críticas em termos de actividade económica de estados dependentes. E terceira: compreende que os relacionamentos, com base em padrões e dinâmicas, fortemente, históricas (internacionalização do capitalismo), entre estados dominantes e dependentes, são um processo vibrante, com trocas ocorrendo entre os estados que desempenham um papel considerável no reforço dos padrões de desigualdade.

No debate teórico, os dependentistas distinguem duas correntes principais: marxista e *weberiana*, mas todas comungam da razão da existência de um mundo dividido em dois pólos desiguais, em que uns (dominantes) exercem um poder hegemónico sobre os dominados.

O objecto de estudo da corrente Marxista da Dependência é a compreensão do processo de formação socioeconómico na América Latina a partir de sua integração subordinada à economia capitalista mundial (DUARTE; GRACIOLLE, [2019]). Esta corrente entende a dependência como uma relação de subordinação entre nações, formalmente, independentes, na qual a economia de certos países está condicionada ao desenvolvimento e expansão de outras economias, de forma que os países centrais poder-se-iam se auto-sustentar, enquanto os países periféricos só poderiam expandir suas economias como um reflexo da expansão dos primeiros.

Nesses termos, a relação que se assiste entre os países centrais e os periféricos é de desigualdade e de controlo hegemónico dos mercados por parte dos países dominantes e uma perda de controlo dos dependentes sobre seus recursos, o que leva à

transferência de renda – tanto na forma de lucros como na forma de juros e dividendos – dos segundos para os primeiros (DUARTE; GRACIOLLE, [2019]). É uma corrente que segundo Martins e Valência (2001), está ciente de que é a afirmação do socialismo na periferia de um sistema mundial capitalista, contudo, entende ser possível o estabelecimento de um padrão de desenvolvimento alternativo à dependência, com maior ou menor horizonte, quanto maior seja o seu impacto sobre a configuração da economia mundial.

Ademais, Martins (2004) afirma que a corrente marxista lança uma forte crítica ao marxismo dos partidos comunistas e ao pensamento desenvolvimentista. Ao buscar a identidade do capitalismo dependente na sua articulação específica à economia mundial, propõe-se a reinterpretar o próprio desenvolvimento capitalista, gerando novos conceitos e aportes para a teoria do valor. Esse desenvolvimento não deveria ser compreendido a partir da trajetória de expansão dos países centrais, mas sim a partir do desenvolvimento da economia mundial, na qual estes países se inserem como parte dela.

Relativamente à corrente *weberiana* da dependência, também conhecida por versão da interdependência, de nacionalistas de esquerda, preocupa-se, fundamentalmente, com o desenvolvimento económico e com certas *tintas* de ecletismo, ao assimilar, parcialmente, e de maneira subordinada o marxismo e, de acordo com Martins (2004), esta corrente analisa a política como uma variável fraca frente a economia.

O autor em referência explica ainda que a face económica da dependência para os *weberianos*, expressa-se na conformação de uma estrutura produtiva nacional em função do mercado externo, que mantém os vínculos comerciais, produtivos e financeiros com a expansão internacional do capitalismo. Entretanto, a instância política tem as suas possibilidades de actuação concentradas no aparato jurídico-político nacional, o que limita grande parte da sua capacidade de decisão e acção.

O ponto de partida desta corrente é o fracasso do processo de substituição de importações e do projecto nacional - desenvolvimentista, que pretendia criar bases de um capitalismo autónomo, ideia defendida pela CEPAL, nas décadas de 1940 e 1950. O principal argumento da corrente é que o desenvolvimento económico nos países periféricos dependia de uma estratégia, diversa do desenvolvimento para dentro, uma vez que as modificações no sistema produtivo, ocasionadas por este, eram incapazes de resolver os problemas sociais, e conseqüentemente, de se criar uma sociedade dotada de

autonomia política e económica, com distintas condições de ordenar uma proposta de desenvolvimento (DUARTE; GRACIOLLE, [2019]).

Neste sentido, a dependência é vista e analisada a partir das estruturas de dominação, sendo que apenas por seu intermédio se compreende a luta de classes. Os padrões de desenvolvimento são articulados à dependência, que constitui o paradigma de desenvolvimento para as sociedades do Sul, cabendo à instância política nacional instituir padrões de dominação que oscilam entre os pares desenvolvimento/dependência e estancamento/autonomia (MARTINS; VALÊNCA, 2001). Independentemente de várias acepções da teoria de dependência,

A tese fundamental parte do princípio de que a dependência enquanto estrutura mundial é distinta do estado de dependência que liga os países uns aos outros e que a maior parte dos estudiosos contemporâneos associa a um mundo interdependente, mesmo quando reconhecem a desigualdade das relações interdependentes (DOUGHERTY; PFALTZGRAFF JR. 2003, p.578).

Os autores avançam ainda que é um paradigma estruturalista assente na estrutura de classes, no capital internacional e no papel do estado na planificação e organização das forças nacionais, estrangeiras e de classe que impulsionam o desenvolvimento dentro dos países.

Para o debate teórico, a tese vai-se centrar no conceptual teórico de dependência sem ter muito em conta a divisão de perspectivas dentro da teoria, por achar que é no seu conceito e premissas que se encontra a explicação sobre os limites de desenvolvimento de Moçambique.

2.1.3 Divisão Internacional do Trabalho como promotora do Subdesenvolvimento

Embora com algumas limitações no contexto da presente tese, a teoria da dependência é o modelo explicativo para as causas do subdesenvolvimento ou pobreza e riqueza de alguns, dado que de, acordo com a sua narrativa, encontra explicação da pobreza de uns na riqueza de outros e na economia-mundo ou no capitalismo que domina as relações económicas do mundo e por conseguinte a Divisão Internacional do Trabalho.

Segundo Amin (2000) a Divisão Internacional de Trabalho, que cria o contraste da desigualdade entre os centros industrializados e as periferias não industrializadas, remonta à Revolução Industrial (RI) de princípios do Séc. XIX na Europa que se

caracteriza em a periferia participar no comércio mundial matérias-primas que é o seu forte e não na produtividade de trabalho.

Ainda sobre a divisão internacional do trabalho, Prebisch (1986), no artigo *El desarrollo económico de la América Latina e algunos de sus principales problemas*, explica que em razão da Divisão Internacional do Trabalho (DIT) que ganhou vigor no século XIX, à América Latina correspondeu-lhe, como periferia do sistema económico mundial um papel específico de produzir alimentos e matérias-primas para os grandes centros industriais. Tomando em conta a análise deste autor referente à dependência da América Latina com relação aos grandes centros industriais, pode-se fazer uma extensão de análise, ou melhor, uma analogia para os países de África e de outros cantos do planeta, que ao ascenderem às independências, continuaram, como já traçado durante a colonização, com uma estrutura económica dependente¹⁶ da exploração intensiva dos recursos naturais e sua exportação para os países centrais com uma indústria desenvolvida e, continuando aqueles como centros consumidores dos produtos acabados.

Tybusch (2011) defende que os países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento produzem cada vez mais dívidas, com salários e níveis de emprego baixíssimos, bem como uma estrutura de normas ambientais enfraquecida em face dos interesses de empresas de fora, de modo a atrair investimentos e, por consequência, não perder competitividade. E, por outro lado, a abertura de empresas estrangeiras gera, em longo prazo, uma problemática cíclica no que tange ao controle económico por parte de grupos financeiros e consórcios internacionais, bem como a produção de dependência e externalidades ambientais a este processo. Esta aceção é apoiada por Dougherty e Pfaltzgraff, Jr.(2003) ao afirmarem que as empresas multinacionais têm sido atraídas para os países do Sul, pela existência do baixo custo da mão-de-obra e, em muitos casos, pela proximidade das fontes de abastecimento de matérias-primas.

O resultado desta análise evidencia que o desenvolvimento do Sul está dependente do Norte. A sua incapacidade de barganha com as potências industriais leva a que o seu desenvolvimento esteja dependente. Os recursos explorados nestes Estados são enviados para o Norte onde são transformados e voltam como produtos acabados para serem consumidos. As Grandes Multinacionais são pertencentes ao Norte e são as que dominam e determinam muitas vezes o rumo das relações internacionais dentro do

¹⁶ Sobre a estrutura económica dependente, é um debate a ser melhor explorado no segundo capítulo da tese que aborda sobre a estrutura económica e social de Moçambique.

Sistema Internacional (SI). Portanto, a dependência do Sul não é só perpetuada pelos estados industrializados do Norte mas também pelas Grandes Corporações Transnacionais (GCT) que vão esvaziando o poder dos estados no Sistema das Relações Internacionais (SRI). Em razão disto, como afirmam Joseph; Romaniuk (2017):

A teoria da dependência pode ser vista como uma crítica baseada na seguinte pergunta ou problema: Por que alguns países ficam ricos enquanto outros permanecem pobres? Esta questão é colocada contra a concepção anteriormente sustentada de que o desenvolvimento económico era benéfico para todos os países dentro do sistema internacional. A prosperidade económica em determinados países, no entanto, frequentemente resultou em problemas profundos em termos de subdesenvolvimento. A teoria da dependência espera os seguintes resultados para os países periféricos: (a) Economicamente, o resultado do desenvolvimento é continuação do subdesenvolvimento; (b) socialmente, o resultado é desigualdade e conflito; e (c) politicamente, o resultado é o reforço do governo autoritário. (JOSEPH; ROMANIUK, 2017, p.2, tradução nossa).

A teoria de dependência, que é a base de análise nesta tese, está muito alinhada com o objecto desta. A tese analisa os limites de desenvolvimento de Moçambique, um país subdesenvolvimento, com uma economia assenta na exploração dos recursos naturais. este tipo de economia encaixa-se dentro daquilo que Prebisch (1986), chama de característica dos países que estão na periferia do sistema económico mundial, desempenhando um papel específico de produzir alimentos e matérias-primas para os grandes centros industriais que, transformados, ganham um valor acrescentado, volta como produto de consumo, muito mais caro. Esta teoria, tendo em conta as suas premissas, ajuda a analisar a estrutura económica e social de Moçambique, no âmbito das relações internacionais.

Ferraro (1996) defende a tese segundo a qual a dependência caracteriza o Sistema Internacional como composto por dois conjuntos de Estados, já referidos anteriormente, descrito de várias formas como dominante/ dependente, centro/ periferia ou metropolitano/satélite. Os Estados dominantes são os países industrializados avançados da Organização de Cooperação Económica para Desenvolvimento (OCDE) e os Estados dependentes são aqueles da América Latina, Ásia e África com PIB *per capita* baixo e que dependem fortemente da exportação de mercadorias para ganhos cambiais.

Ferraro (1996) afirma ainda que as forças externas são de singular importância para as actividades económicas dos estados dependentes, onde se incluem empresas multinacionais, mercados internacionais de mercadorias, assistência externa, comunicações e qualquer outro meio pelo qual os países industrializados avançados

possam representar seus interesses económicos no exterior. As relações de dependência são dinâmicas porque as interações entre os dois conjuntos de Estados tendem a não apenas reforçar, mas também intensificar os padrões de desigualdade.

A teoria da dependência, ao analisar as relações entre os países centrais (desenvolvidos), com hegemonia nas relações internacionais e que exercem pressão sobre os periféricos (subdesenvolvidos ou em vias de desenvolvimento), é a lente teórica instrumentalizada nesta tese para se reflectir sobre os limites do desenvolvimento – sustentável – no Moçambique. A premissa da dependência à volta da teoria de desenvolvimento assenta no facto de os países periféricos estariam dependentes dos países centrais e que para o desenvolvimento dos periféricos passaria necessariamente pela ruptura com a dependência em relação aos países centrais e não pela via de modernização e industrialização da economia - o que implicaria, no limite, uma ruptura do sistema capitalista¹⁷.

Tendo em conta que o objecto da tese são os limites de desenvolvimento de Moçambique, a teoria vai ajudar a analisar a assimetria estrutural entre a política e a economia dentro do sistema inter-estatal. Como bem afirma Martins (2004):

A superestrutura da economia - mundo [...], estabelece uma assimetria estrutural entre a política e a economia que permite situar o lucro como objectivo fundamental do sistema. Esse sistema é coordenado pelo Estado hegemónico que concentra a soma de poderes produtivo, comercial e financeiro necessários para instituir pela combinação da coerção e consenso um conjunto de regras que são aceites pelos demais Estados e viabilizam o funcionamento da economia mundial em seu proveito. As tendências seculares do capital centradas na acumulação ilimitada de desenvolvimento se desenvolvem e com a difusão dos fundamentos económicos do poder do Estado hegemónico, provocando-lhe significativos deficits em conta corrente (MARTINS, 2004, p.46).

Portanto, as regras para o desenvolvimento das economias periféricas são impostas pela dependência em relação às economias centrais. Os países periféricos, embora detentores de recursos, não têm capacidade de barganha em razão do sistema inter-estatal ter suas regras estabelecidas pelos países centrais. Estes são detentores de tecnologias e são os que impõem o funcionamento da economia mundial, constituindo, desta forma, limites de desenvolvimento para Moçambique.

¹⁷ A teoria de dependência tem algumas limitações na explicação de alguns factos históricos como por exemplo o facto de ter falhado na explicação sobre o surgimento dos novos países industrializados do Leste asiático (Hong Kong, Coreia do Sul, Taiwan e Singapura) e os do sudeste Asiático (Indonésia, Malásia e Tailândia); a teoria falha, ainda, em considerar todos os países em desenvolvimento como tendo as mesmas características (JOSEPH, 2017).

Os outros autores de carácter marxista exploram o facto da dependência se perpetuar até o século XXI. Analisam a dependência como resultado das relações de colonização iniciadas no século XVIII para alguns casos ou mesmo desde que os europeus chegaram nos novos continentes que passaram a produzir para alimentar a Europa, fornecendo matérias-primas e mão-de-obra barata. E, só alguns países não europeus terão entrado no clube dos ricos como o Japão. Therborn, (2001, p.144), em sua análise afirma que: “as regiões mais ricas do mundo no início do Século XXI são as mesmas da década de 1820, a América do Norte anglo-saxônica e o noroeste e o sul da Europa, nessa ordem. O Japão é o único país a entrar para o clube dos ricos na segunda metade do Século XX”. Explica ainda que o Século XIX assistiu ao surgimento dos Novos Mundos de colonização europeia, incluindo a Argentina, e a ainda mais espectacular estagnação da Ásia, enquanto a Europa dava um salto adiante, depois de estender suas ramificações para além-mar. Como resultado deste paradigma, grande parte dos países fora da América do Norte e da Europa vivem de um padrão de renda global estabelecido no Século XVIII e no início do Século XIX.

Este padrão coloca a Europa Ocidental e suas colónias nos novos mundos no topo, as antigas zonas coloniais da África e da Europa na base e os países não colonizados da Modernização Reactiva e algumas misturas de povoação intermediária, mas com uma vantagem significativa, no final do Século XX, da região da Ásia da Modernidade Reactiva e algumas misturas de povoação e colonialismo, como a maioria da América Latina na posição intermediária, mas com uma vantagem significativa, no Século XX, da região da Ásia da Modernidade Reactiva (THERBORN, 2001).

São países que produzem cada vez mais dívidas, com salários e com níveis de emprego baixíssimos, bem como uma estrutura de normas ambientais enfraquecidas em face dos interesses de empresas fora, de modo a atrair investimentos e, por consequência não perder competitividade. Contudo, como se pode depreender, a produção económica não opera na lógica de vantagens comparativas que valoriza a produção interna diferenciada de cada país, como sugere a CEPAL. As exigências cada vez maiores em relação à produção que considerem cada vez mais aspectos de natureza ambiental têm reflexos nos custos de produção o que anula as vantagens comparativas pela produção de menor custo (TYBUSCH, 2011).

Ainda nas palavras do Tybusch (2011):

Quando os bens a serem exportados, geralmente produtos primários, possuem preços constantemente depreciados, este deficit (deterioração nos termos de

troca) necessita ser compensado através do aumento nas quantidades exportadas. Inaugura-se, portanto, um ciclo negativo onde o aumento na produção reforça a competitividade predatória e, evidentemente, a queda nos preços dos produtos de exportação. Este círculo vicioso conduz à dependência, empobrecimento e destruição dos recursos naturais (TYBUSCH, 2011. p.187).

O que equivale dizer que os PSD`s, por causa da concorrência desigual no mercado internacional, têm pouca capacidade de barganha e, que para o aumento das exportações necessitam de aumentar a produção e lógica de variação dos preços das *commodities*, acabam levando os PSD`s para a situação de dependência.

De forma geral, os marxistas criticam o projecto oferecido pelos teóricos de desenvolvimento observando que, não existia nesta teoria uma preocupação com a proposta do desenvolvimento do ser humano e de sua sociedade. E ainda, afirma-se como as estas teorias confirmassem e rectificassem o processo de acumulação de capital e, com isso, a manutenção da alienação. Isto é demonstrado não apenas na escolha do critério de mediação do desenvolvimento como também na defesa da lógica da acumulação capitalista, e da condição alienada do trabalho, como um pressuposto para o desenvolvimento da sociedade. Negam com isso as possibilidades de desenvolvimento do próprio homem (OLIVEIRA, 2002).

Mesmo assim, é importante destacar que no século XXI a economia global vai sofrer grandes transformações com posicionamento da China como uma das principais economias. De facto, segundo Cibils e Ludueña (2016), a partir de 2001 a China é incorporada na Organização Mundial do Comércio (2001), tendo influenciado consideravelmente sobre a Nova Divisão Internacional do Trabalho (NDIT), que por essa via implicou uma reconfiguração para os países da periferia.

Ainda para explicar a importância deste novo evento nas relações internacionais e principalmente na relação entre o centro e a periferia, Cibils e Ludueña (2016), afirmam que no marco da NDIT se desenvolveram novas discussões em torno das possibilidades de desenvolvimento económico dos países periféricos, onde se conclui que a convergência de factores locais e sistémicos que impulsionam um processo de desenvolvimento económico têm criado dificuldades, tanto que a NDIT tem vindo aprofundar cada vez mais a dependência dos países periféricos com respeito aos países centrais e mais recentemente, em relação à China.

Em relação a este debate, Amin (1974) aponta que de ponto de vista da DIT, a dispersão conduz a uma nova forma de desigualdade entre nações com o centro a reunir

as actividades estratégicas, chamadas vulgarmente o *software* (investigação e inovação tecnológica, *management*) e a produção dos equipamentos essenciais e mais complexos, que exigem mão-de-obra altamente qualificada. O *hardware*, a «quincalharia» reflui à periferia: tratando-se da produção de elementos que, com ajuda dos equipamentos importados exige uma mão-de-obra menos qualificada, porque apesar de ter o mesmo nome e se ter fixado na periferia, a empresa transnacional continua sendo nacional nas suas origens, onde se fixa sua direcção suprema. Amin (1974), explica ainda a diferença que existe entre a antiga Divisão Internacional de Trabalho (DIT) e a Nova Internacional de Trabalho (NDIT) onde destaca que:

Enquanto a antiga DIT, em que os países subdesenvolvidos proporcionavam matéria-prima e os países desenvolvidos proporcionavam produtos manufacturados, substitui-se por uma nova, em que os primeiros proporcionam produtos primários e manufacturados, os segundos os equipamentos e o software (AMIN, 1974, p.221).

2.1.4 Desenvolvimento e desigualdade

O debate sobre o desenvolvimento foi de busca de uma nova ordem económica, onde a igualdade no acesso aos recursos fosse igual entre os países centrais ou hegemónicos e os países periféricos. Antes de trazer o debate levantado pelo CEPAL acerca do desenvolvimento e desigualdade, é oportuno trazer a relação existente entre os dependentistas e os cepalinos, tendo em conta que o subcapítulo trata do desenvolvimento na perspectiva dependentista. Segundo Coelho (2010), no artigo: Subdesenvolvimento e dependência: um debate entre o pensamento da CEPAL dos anos 50 e a Teoria da Dependência, explica que os cepalinos influenciaram os teóricos da dependência, tanto que a ideia de dependência já se encontrava embrionária dentro do pensamento da CEPAL. Coelho (2010), acrescenta que ambas as correntes pensam ser necessário compreender a singularidade do subdesenvolvimento. Bresser-Pereira ([2020]) concorda com a afinidade que existe entre os dependentistas e os cepalinos ao afirmar que: o CEPAL e a Teoria de Dependência são críticos do liberalismo económico e que ambos estavam preocupados com desigualdade reinante. Entretanto divergem radicalmente sobre os caminhos a serem realizados para a solução do subdesenvolvimento (COELHO, 2010). Daí que nas últimas sete décadas, a CEPAL propôs horizontes estratégicos de desenvolvimento onde a igualdade adquire ênfase especial. Propôs ainda a igualdade como um valor fundamental do desenvolvimento e como um princípio ético irredutível, em sincronia com a crescente relevância do tema

nas demandas cidadãos e o debate de políticas (CEPAL, 2018b, p. 21). Para os cepalinos, a igualdade está no centro do desenvolvimento por duas razões fundamentais:

Primeiro, porque fornece às políticas um último fundamento centrado num enfoque de direitos e uma vocação humanista que agarra a herança mais preciosa da modernidade. Segundo, porque a igualdade é também uma condição propícia para avançar até um modelo de desenvolvimento centrado no fechar de brechas estruturais e na convergência até níveis mais altos de produtividade, a sustentabilidade económica e ambiental para as gerações futuras, a difusão da sociedade do conhecimento e o fortalecimento da democracia e a plena cidadania (CEPAL, 2018b, p. 21, tradução nossa).

Os cepalinos são críticos ao modelo tradicional de desenvolvimento por considerarem que baseia-se na desigualdade e que a desigualdade favorece a concentração de recursos nas mãos de um pequeno grupo que elevaria capacidade de economia e, portanto, sua capacidade de investimento. Para o modelo tradicional, corrigir a desigualdade comprometia o crescimento, porque reduzia os estímulos aos esforços individuais (cujos frutos poderiam ser capturados e redistribuídos pelo governo) e geraria perdas de receitas, transferir os recursos de um detentor a outro num processo redistributivo.

Defendem que a igualdade pode aumentar a eficiência do sistema económico, definida em termos dinâmicos como a velocidade com que se pode inovar, absorver as inovações geradas noutras partes do mundo e reduzir a lacuna tecnológica, difundir as inovações no tecido produtivo e, através delas, elevar a produtividade e abrir novos espaços de investimento (CEPAL, 2018b). Ainda de acordo com os cepalinos, a desigualdade é vista como uma barreira ao crescimento da produtividade que o mercado não pode corrigir. Corrigir a desigualdade não é um benefício que somente pode permitir-se aos países que contam com elevados níveis de renda, senão uma condição para que os países atrasados se aproximem aos níveis de produtividade dos países desenvolvidos.

A discussão sobre a igualdade e a desigualdade levantada pelos cepalinos, é encaminhada para os vários ângulos de desenvolvimento entre eles o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável. Para os cepalinos a destruição do meio ambiente é uma forma de desigualdade entre gerações e na geração actual. Ainda para eles, a questão da sustentabilidade ambiental deve ser analisada como um problema de justiça intergeracional (CEPAL, 2018b). Não se pode resumir no encontro de uma taxa de desconto de consumo presente frente ao consumo futuro, deve abarcar também uma trajectória de crescimento que outorgue às futuras gerações o direito de gozar do mesmo

nível de bem-estar que as gerações presentes, direito que se compromete na medida em que se destrói o ecossistema e, concluem afirmando que a desigualdade entre gerações implica um custo de produtividade futura na medida em que diminuem os serviços produtivos do ecossistema, o mesmo acontecendo com as gerações actuais onde a desigualdade afecta o meio ambiente e a produtividade (CEPAL, 2018b).

Resumidamente, pode-se concluir que o conceito desenvolvimento assume várias dimensões: uma dimensão política quando definido como forma de participação nos processos democráticos do Estado; dimensão social quando alerta à necessidade da liberdade, eliminação de focos de pobreza, doença, quando o Estado desenvolve infraestrutura que minimize o fosso entre os ricos e os pobres, ou seja, quando a riqueza resultante do crescimento se transforme num bem da sociedade e económico quando é visto como crescimento, como mudanças quantitativas da economia. O conceito de desenvolvimento mais próximo da tese é aquele defendido pelos cepalinos onde se defende a igualdade como um valor fundamental do desenvolvimento e como um princípio ético irreduzível, em sincronia com a crescente relevância do tema nas demandas cidadãs e o debate de políticas.

2.2 UMA NOVA TEORIA DE DEPENDÊNCIA?

O debate sobre a valência da teoria de dependência tem sido muito activa. Consideram uma teoria com uma perspectiva ultrapassada, desgastada pela globalização e inútil em um contexto de apagamento do Estado-nação. Contudo podemos continuar a pensar que a teoria da dependência continua e ela ganhou novas formas de estar como a seguir atesta Assis (2014). Existem três estratos da periferia: primeiro composto por China, os antigos países socialistas, Coreia do Sul, Taiwan, Índia, Brasil e México, que conseguiram construir sistemas produtivos nacionais (potencial ou realmente competitivos). Um segundo estrato, no qual se encontram os países árabes, África do Sul, Irão, Turquia e os outros países da América Latina, que ingressaram na industrialização, mas não conseguiram criar sistemas produtivos nacionais. Por fim, um terceiro estrato que engloba os países que ainda não entraram na revolução industrial e apenas alcançam competitividade nos domínios regulados pelas vantagens naturais, minas, petróleo e produtos agrícolas tropicais.

Diferentemente da teoria de Dependência das décadas de 1960 e 1970 que tinham como enfoque o papel dos Estados-Nacionais no exercício tanto da função cêntrica como da periférica, actualmente a teoria caracteriza-se novas relações.

Para a nova dependência, a teoria passou a significar: “ a pressão de agentes estrangeiros por intermédio do mercado de capitais, com efeitos negativos tanto sobre as direcções do desenvolvimento económico nacional quanto sobre a soberania política e o bem-estar social da população” (ASSIS, 2014, p.619). O autor continua afirmando que as novas relações centro-periferia estão estruturadas por meio das frequentes deslocamentos de capital e do avanço das grandes corporações transnacionais e conglomerados financeiros, que impõem novas formas organizativas de exploração do trabalho e dos recursos naturais territorializados e que nessas relações o Estado e o mercado representam dimensões complementares de um processo unitário que impulsionam a expansão de capitalismo por meio da perpetuação das relações centro-periferia. Se antes, a posição de centro era exercida por uma dominação e uma influência política derivada do poder dos Estados, agora seria mais adequado conjunturar que as relações de dependência são resultado do poder económico das grandes corporações transnacionais e conglomerados financeiros, que se ancoram na lógica de mercado e fazer valer sua força de constrangimento (ASSIS, 2014).

Katz ([2020]) justifica esta nova dependência como uma recolonização da periferia, apoiada pela crescente associação das classes dominantes locais com seus parceiros do norte e que esta associação é consequência da dependência financeira, da entrega de recursos naturais e da privatização dos sectores estratégicos do Estado periférico, que tem como uma das consequências, a perda da soberania económica à favor do FMI que passa, com o Banco Mundial, a fazerem o controlo directo da gestão macroeconómica.

Está claro que a teoria de dependência que se supunha ultrapassada, ela continua actual e actua sob diversas formas impondo aos países em desenvolvimento relações de dependência através das suas empresas que são multinacionais ou transnacionais que são novos actores que impõem regras no mercado e, por conseguinte nas relações internacionais. São estas empresas que exportam e expandem o capital, exercendo desta forma domínio sobre territórios dependentes. Elas são o tentáculo do Estado hegemónico no país dependente, dado que são policêntricos e engendram multiperiferias, pelo que esta dependência não mais é feito por via do próprio Estado central como acontecia na emergência da Teoria de Dependência em que as relações

centro-periferia vinculavam-se a posições geográficas estanques, expressas na figura dos Estados territoriais. Aliás, se no passado os actores eram Estados com poderes sobre os outros, alguns com territórios coloniais e que tornaram estes países fora da rota de desenvolvimento em resultado de serem fornecedores de matérias-primas para as metrópoles e centros consumidores dos produtos acados do centro, hoje existem novos actores como transcrito nos parágrafos anteriores. Além das transnacionais, corporações financeiras, etc, há um novo grupo de países que também exercem pressão sobre os países do sul dentro do sul, caso dos BRICS, a exemplo da China.

A China que tem exercido um tipo de relações que demanda uma relação de dependência, (embora Ferchen questione se da dependência ou da complementaridade), com os outros países do sul. Com efeito, a partir dos anos 2002 e 2003, a economia chinesa entrou em um período de acelerado uso de capital intensivo para o crescimento de sua indústria de base. Isso, na verdade, alavancou a demanda por matérias-primas, incluindo uma variedade de minerais, metais e fontes de energia, para suprir sua indústria de base. Para satisfazer essa demanda a China tem crescentemente se voltado para os países ricos em *commodities* da América Latina, África e outros lugares (FERCHEN, 2011, p.107). A demanda chinesa por matérias-primas exigiu deste país uma nova estratégia de abordagem com os países-chave e ricos em *commodities*, estreitando laços com envolvimento directo no financiamento projectos de desenvolvimento ou mesmo executando grandes obras de engenharia e no caso africano, foi criado em 2000, um organismo de ligação, o Fundo de Cooperação China-África (FOCAC).

Esta estratégia é que sustenta a trajectória de desenvolvimento da indústria de base chinesa e como afirma Ferchen, a estratégia funciona como pilar de sustentação de seu relacionamento com muitos dos maiores e mais importantes países latino-americanos e outros grandes produtores de produtos. Para (Lopes *et al*, 2013) entendem que, dada a importância da relação entre a China e África pela abundância dos recursos naturais em África, as partes concordaram em cooperar na utilização dos mesmos, por meio da exploração e promoção de investimentos chineses a fim de gerar actividades económicas industriais em solo africano, o que levou a que no topo da agenda estivesse o desenvolvimento da infra-estrutura de África com a incorporação de vários projectos no sector de transporte, telecomunicações, energia e abastecimento de água. Em foco, igualmente, estava o apoio das empresas chinesas a investimentos nos países africanos, incentivando a transferência tecnológica e a criação de emprego nos mesmos, ao mesmo

tempo que concorriam à fixação das grandes empresas chinesas, uma situação que demanda uma concorrência desleal entre as indústrias e o comércio local com os chineses.

Nesta nova relação, tanto a China, quanto os Estados centrais têm vindo a fazer fortes investimentos nos países do sul, que na visão dos autores López e Belloni (2014) quando discutem o tema: *Las dinâmicas del capital transnacional en América del Sur y los “nuevos” patrones de dependência: tendencia de re-primarización exportadora en el siglo XXI*, afirmam que o forte investimento de capital transnacional nas economias do Sul e sua relação com matérias-primas, alimentos e minerais, pode entender-se como parte da estratégia global de uma variedade de grandes empresas que visualizam nos países do Sul a possibilidade de ampliar suas margens de lucro através da exploração das riquezas naturais existentes (tradução nossa). A questão que se pode colocar é: porque falar da China? Porque China se a tese não debate? Como um novo actor na relação sul-sul, é fundamental isolar a China para analisar a relação desenvolvimento da China e o meio ambiente tendo em conta que, segundo Moreira e Ribeiro (2016), a China é o Estado no mundo que mais consome carvão e é o maior produtor CO₂, em termos absolutos, então como compreender que a sua relação com o resto do sul, baseada na política de *Win-Win*, não esteja a degradar o meio ambiente dos países em desenvolvimento onde a China tem relações estreitas!

A respeito destas questões colocadas, Souza e Cavalcante (2018, p.148) explicam que “as empresas chinesas têm participado sistematicamente da construção de usinas termoeléctricas movidas a carvão em diversos países da África, Ásia e América Latina”, o que quer dizer que ao mesmo tempo que participam nos processos de desenvolvimento dos países onde tem relações, têm contribuído para a degradação do ambiente ecológico desse Estado. Os autores explicam ainda que, a respeito dos impactos ambientais provocados pela China nos países do Sul Global, demonstrou que eles são tanto mais graves quanto mais incipiente a legislação ou precária a fiscalização do país com o qual os asiáticos estabelecem relações económicas (SOUZA; CAVALCANTE, 2018). Este é o apanágio dos países do sul, que tem ou fraca legislação ou então fraca fiscalização ligado a vários motivos como corrupção, formação, etc.). Ademais, tendo em conta a análise de outros autores que analisam a relação China e meio ambiente, pode-se aferir que:

A China é um país de dimensões gigantescas, em termos territoriais e populacionais, com grande parte de sua população vivendo em situação de

pobreza, mas com taxa de crescimento económico e, conseqüentemente, taxas de emissão de GEE cada vez maiores. A busca de recursos naturais que garantam seu firme desenvolvimento económico deixa o país em posição uma posição de importante actor global, especialmente quando se discutem temas como energia, mudanças climáticas, desenvolvimento económico e segurança internacional (MOREIRA; RIBEIRO, 2016, p.218).

O continente africano por exemplo, como depositário de grandes reservas de recursos naturais e energéticos, tornou-se alvo preferencial das corporações chinesas, ocupando a terceira posição no *ranking* de receptores do IDE chinês, fazendo com a relação entre China e África seja estratégica (CHEMANE, 2019). Eles operam em áreas muito sensíveis, como florestas, pesca, além da mineração, tanto que eles despendem capital em actividades que resultam em degradação ecológica ao mesmo tempo que buscam obter lucros com a venda de produtos de alto valor agregado que mitigam a poluição, de modo que são as regras ambientais dos seus respectivos parceiros que irão definir qual dos dois vectores prevalecerá (SOUZA; CAVALCANTE, 2018). É claro que muitas vezes, acaba por prevalecer o primeiro vector, tanto que o segundo é muito mais caro.

2. 3 DESCONSTRUÇÃO DO CONCEITO DESENVOLVIMENTO: UMA ANÁLISE SOB O PARADIGMA SUSTENTÁVEL

O conceito de Desenvolvimento sustentável remonta dos anos 60. Foi em 1968 com a fundação do clube de Roma que soou o alerta à humanidade sobre o ritmo de crescimento que poderia levar a um limiar que, se ultrapassado, poria em perigo risco à sobrevivência da espécie, se nada fosse feito. Mas vai ser na conferência de Estocolmo de 1972 que em sua Declaração sobre o Meio Ambiente manifestava preocupação obre o uso dos recursos naturais e preocupou-se ainda com a problemática da pobreza e da distribuição da renda, com maior foco para a poluição causada pelas actividades humanas, particularmente pelo desenvolvimento industrial, que degradava o meio ambiente (GADOTTI, 2008). Entre 1974 e 1984 foi feito um estudo organizado pelo ambientalista Lester Brown sobre o tema, através da organização *Worldwatch Institute*, cujos resultados foram publicados em 1984 no relatório *State of The World Report*, com dados muito preocupantes sobre os impactos ambientais do modelo económico dominante (Ibdem).

É com base nesta preocupação que a Organização das Nações Unidas (ONU) em 1982, aprovou a Carta da Natureza, defendendo todos os tipos de vida e criou em 1983 a

Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento liderada pela primeira ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, para formular propostas de superação desse impasse e a comissão divulgou o relatório (Nosso Futuro Comum) em 1987, também conhecido de (Relatório de Brundtland, em que aparece pela primeira vez o termo Desenvolvimento Sustentável.

Desenvolvimento sustentável é um conceito que a comunidade internacional adota a partir do relatório de Brundtland de 1989 que carregava consigo resultados que procuravam inverter o destino que preocupava o mundo. Algumas dessas recomendações são: um sistema político que garanta a efectiva participação dos cidadãos no processo decisório; um sistema económico capaz de gerar *Superávit* e conhecimento técnico em bases confiáveis e constantes; um sistema social que passa resolver as tensões causadas por um desenvolvimento não-equilibrado; um sistema de produção que respeite a obrigação de preservar a base ecológica do desenvolvimento; um sistema tecnológico que busque constantemente novas soluções; um sistema internacional que estimule padrões sustentáveis de comércio e financiamento; e um sistema administrativo que seja flexível e capaz de se autocorrigir (GADOTTI, 2008). Contudo, há-de ter sido a Conferência do Rio de 1992, Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento e Meio Ambiente, também conhecido de Eco-92, que se consagrou o conceito de desenvolvimento sustentável. O Eco-92 resultou na Agenda 21, contendo um conjunto de propostas e objectivos para reverter o processo de degradação do meio ambiente. O conceito resulta da necessidade de adoptar uma nova filosofia de desenvolvimento que combine o crescimento económico e o desenvolvimento económico tendo em atenção outras gerações. O termo desenvolvimento sustentável, segundo Brüzke (1993), sinaliza uma alternativa às teorias e aos modelos tradicionais de desenvolvimento, desgastadas numa série infinita de frustrações.

O conceito é “novo” e muito questionado por autores como Veiga, Sachs e Rist entre outros, porque para eles, o conceito não traz algo de novo em termos práticos, pois que o questionamento em vários círculos sobre se o termo sustentável não se circunscreve na velha teoria ocidental de distinção entre o Norte desenvolvido e o Sul subdesenvolvido.

Para outros autores como Sachs (2004), o desenvolvimento sustentável não se pode limitar unicamente aos aspectos sociais e sua base económica, ignorando as relações complexas entre o porvir das sociedades humanas e a evolução da biosfera, porque, na realidade, está-se na presença de uma co-evolução entre dois sistemas que se

regem por escalas de tempo e escalas especiais distintas. Kay (2018), é da opinião que para que haja desenvolvimento sustentável é preciso que se tenha em conta todo o processo de desenvolvimento, porque não basta desenvolver aqueles sectores para que se dê o desenvolvimento e exemplifica com o que aconteceu com a América Latina, que apostara na substituição das importações as quais não qualificaram os países para desenvolverem tecnologias, pois e estas continuaram a ser controladas pelas multinacionais.

2.3.1 Do desenvolvimento ao desenvolvimento sustentável

É ponto assente que o conceito de desenvolvimento sustentável não é convergente em vários autores, tanto que, segundo Melo *et al* (2012), assume-se o pressuposto de que a própria ONU não é ideologicamente neutra em suas posições no que se refere aos países desenvolvidos e em desenvolvimento, levando muitos a acreditar que as directrizes estabelecidas pela ONU em seus documentos favorecem um grupo de países e desfavorecem outro, tanto que, ainda de acordo com *mesmo autor* os países desenvolvidos se encarregaram da criação de instituições internacionais ao longo do tempo, como a ONU, amarradas em acordos entre todos os demais países, que limitam a capacidade dos países em desenvolvimento de utilizar essas vantagens. Neste prisma, existem vários autores Fernandes (2002), Gadotti (2008), Carvalho (1991) Calegrae e Silva Júnior (2011), Rist (2002) entre outros, que criticam o conceito de desenvolvimento sustentável, considerando-o uma nova roupagem da mesma forma de desenvolvimento que a humanidade vem seguindo.

Estes autores afirmam que o conceito desenvolvimento sustentável seria uma outra forma de submissão do Sul pelo Norte, tanto mais que ele é criado pelo ocidente conforme Carvalho (1991), na sua abordagem crítica ao Relatório de Brundtland ao afirmar que:

A posição do relatório é ambígua e contraditória. Aposta ao mesmo modelo de desenvolvimento que está na raiz dos problemas sociais e ambientais que constata. Alinhado à concepção liberal de um mundo organizado com base nas relações da ajuda e cooperação, exclui de sua análise os mecanismos de dominação que produzem as disparidades constatadas (CARVALHO, 1991, p.8).

Entende-se nesta citação que se ignoram as relações desiguais que têm imposto aos países periféricos os custos sociais e ambientais do crescimento dos países centrais.

A manutenção dos actuais níveis de consumo nesses últimos (países centrais) implica enorme impacto ambiental e a preservação da pobreza nos países periféricos.

O desenvolvimento sustentável como está concebida é uma nova forma de dependência, segundo afirma Carvalho (1991), sob uma capa de ajuda e preocupação internacional com a preservação da vida no planeta; é uma nova operação que reafirma uma dívida ilegítima, já muitas vezes paga, mantendo as posições entre financiados e financiadores; e as agências de financiamento internacional apresentam-se como líderes na transição para o desenvolvimento sustentável, tal como acontece com os protagonistas do capital transnacional, que são as multinacionais e os grandes conglomerados que são hoje os centros de decisão sobre os fluxos mundiais de produção e condicionam as políticas nacionais e determinam os limites do não tão livre mercado, tanto que são os grandes detentores do capital mundial.

É neste contexto que Fernandes (2002, p.253) afirma que: “O modelo de Desenvolvimento Sustentável não é outro estilo de desenvolvimento, mas um mecanismo proposto e adoptado pelo centro do poder do referido sistema, para conduzir e legitimar as políticas ambientais globais em consonância com seu ritmo e lógica”.

Uma das críticas ao modelo de Desenvolvimento sustentável é o facto de ter sido constituído como principal resposta à crise ambiental planetária que resultou dos mecanismos de construção de consenso internacional, o que faz com que os países desenvolvidos e suas instituições expandissem suas políticas ecológicas para o Sul, envolvendo os governos em todos os níveis e as ONG`s ambientalistas, que passaram a pensar em políticas ambientais a partir deste conceito de desenvolvimento (FERNANDES, 2002). Ou por outras palavras, a tese é de que os países do Sul deveriam implementar um estilo diferente daqueles historicamente adoptados no Norte, despontando como um modelo “bom” de desenvolvimento sustentável. O defensor desta teoria acrescenta explicando ainda que a implementação do modelo “bom” de desenvolvimento teria como consequência necessária a aceitação da limitação do estilo de Consumo e do ritmo de produção do Sul e, por tabela, a concordância com a manutenção dos padrões de consumo e de produção do Norte.

É nos países pobres onde os países ricos orientam as relações mundiais de dominação, orientando-os a guarnecer as grandes áreas florestais tropicais do mundo e onde existem ainda grandes riquezas ainda por explorar. Para a manutenção destas áreas e para explorar os recursos existentes nestes países pobres, os países do Sul contraem dívidas nos países centrais e em instituições financeiras internacionais. “A dívida

externa opera na manutenção da dominação económica e política, instituindo relações de submissão em nível internacional entre os endividados e credores. [...] a ajuda funciona como uma demarcação de poder, desenhando o mapa da colonização financeira” (CARVALHO, 1991).

Razão pela qual Calegrae e Silva Júnior (2011) concluem que o ambiente é utilizado pelo Norte como um elemento estratégico de dominação ideológica e que a bandeira do ambientalismo global serve para dar aval a organismos supranacionais para se sobreporem à soberania nacional dos países do sul, principalmente aqueles com grandes reservas de recursos naturais e diversidade biológica.

Gilbert Rist, na obra “El desarrollo: historia de una creencia occidental”, levanta vários questionamentos com relação ao termo desenvolvimento, indicando que se trata de um conceito ocidentalizado ao afirmar que:

Los problemas relacionados con el "desarrollo" se inscriben en lo más profundo del imaginario occidental. Que el crecimiento o el progreso pueden continuar indefinidamente, es una afirmación que distingue de manera radical a la cultura occidental de todas las demás. Esta característica, tan extraña y tan moderna, establece entre los pueblos una fractura cuya importancia va mucho más allá que cualquiera de las que se han forjado a lo largo de la historia para justificar, de manera sociocéntrica, la pretendida superioridad de Occidente (salvajes/civilizados; culturas orales/culturas escritas; sociedades sin historia/sociedades históricas, etc.) (RIST, 2002, p.5).

O autor acrescenta que as concepções do termo desenvolvimento transportam consigo uma carga semântica ilusionista que serve muitas vezes para justificar a divisão dos Estados em Pobres e Ricos ou em Sul Global e Norte Global, ou ainda, em desenvolvidos e subdesenvolvidos respectivamente, o que tornaria os países desenvolvidos hegemónicos, mais cultos com a significância ocidental, como a seguir se expõe:

La hegemonía del "desarrollo" sólo ha podido establecerse gracias a una forma de ilusionismo semántico: el establecimiento y la difusión de la idea de "subdesarrollo". Rompe con la tradición de la dicotomía y fabrica un "pseudocontrario", haciendo creer en la posible universalización del modo de producción occidental. La posterior transformación del apelativo "país subdesarrollado" en "país en vías de desarrollo" no há hecho sino reforzar la ilusión en una prosperidad material generalizada y prometida a todos (RIST, 2002 p.5).

Portanto, a própria natureza do desenvolvimento requer que haja oferta de muita abundância ao mesmo tempo que produz as desigualdades entre os pobres e os ricos:

Está en la naturaleza del "desarrollo" poner a disposición de los consumidores una superabundancia de bienes, pero también producir la desigualdad y la exclusión. Todos los documentos dedicados al "desarrollo" son unánimes al afirmarem que la diferencia entre el Norte-y el Sur (y también entre los ricos y los pobres de ambas partes) no hace sino crecer. La ceguera que aqueja a aquella reflexión permit actuar como si esta afirmación fuese un "dato", sin más relación con el discurso que la que se deriva de otorgarle legitimación (RIST, 2002, p.5).

A crítica ao conceito de desenvolvimento desenhado pelo Norte Global é a tomada de consciência dos "limites ao crescimento", reconhecida e divulgada pelo Clube de Roma (1972) como já foi referido anteriormente, no mesmo ano em que a ONU organizou a Conferência de Estocolmo, na qual se divulgaram diversos princípios normativos, que visavam harmonizar os objetivos do desenvolvimento económico com os de sustentabilidade ambiental. É uma crítica que se alia ao movimento ecologista que reclama uma economia diferente, por vezes formulada através do acrónimo SHE (*Sane, Humane, Ecological*), por oposição à economia do tipo HE (*Hyper-Expansion*), orientada para o industrialismo e o crescimento infinito (RAPOSO, 2017, p. 121).

Foi a partir do Relatório de Bruntland de 1989 que o discurso sobre o meio ambiente e/ou desenvolvimento sustentável ganhou sentido ao trazer uma visão complexa das causas dos problemas socioeconómicos e ecológicos da sociedade global, sublinhando a interligação entre economia, tecnologia, sociedade e política, chamando atenção para uma nova postura ética caracterizada pela responsabilidade, tanto pelas gerações quanto pelos membros da sociedade contemporânea. É neste relatório que o desenvolvimento sustentável é definido como aquele que deve satisfazer as necessidades e às aspirações humanas. Diz ainda que o alcance da satisfação das necessidades depende em parte que se consiga o crescimento potencial pleno e que o desenvolvimento sustentável exige que haja crescimento económico em regiões onde tais necessidades não são atendidas. O relatório sumariza afirmando que:

O desenvolvimento sustentável é um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direcção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas (COMISSÃO, 1991, p. 49).

O Relatório da Comissão define o desenvolvimento sustentável como sendo aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades. A ideia de desenvolvimento sustentável apregoado pela Comissão de Brundtland foca-se na necessidade de

promoção do desenvolvimento económico satisfazendo os interesses da geração presente, sem comprometer a geração futura (OLIVEIRA, 2002).

Segundo Rist (2008), o relatório da Comissão de Brundtland, não traz nenhuma novidade se não o mesmo argumento que levou ao desenvolvimento os países que hoje fazem parte do Sul Global. O autor declara que o relatório, ao prever o crescimento de 3 e 4 por cento dos países industrializados como forma de assegurar a expansão da economia mundial e uma recuperação nos Países “em desenvolvimento”, estar-se-ia na velha teoria do Comércio Internacional como o “motor do crescimento” e do crescimento como condição para uma distribuição mais equitativa da riqueza. Rist (2008) argumenta como ser uma contradição, porque a política de crescimento deveria reduzir a pobreza e estabilizar o ecossistema dificilmente, diferentemente da política que, historicamente, abriu espaço para a existência de ricos e pobres e colocou o ambiente em perigo.

Adicionalmente, Rist (2008), critica o facto de a Comissão não ter proposto medidas para mudanças radicais, tendo dado sugestões de medidas paliativas como, por exemplo, a reciclagem e a racionalização. Segundo o autor, não há nenhuma solução genuína que redefina a relação entre o ambiente e “desenvolvimento” e propor um programa global para a mudança. O autor considera esta falha como resultado de não se ter cumprido com três pontos fundamentais na sua tarefa:

- a) entender como as pessoas e sociedades realmente se inter-relacionam com o seu ambiente;
- b) desafiar os modelos simplistas que a ideologia dominante afirma ser apenas formas de interpretar fenómenos económicos;
- c) localizar o conceito de crescimento tanto culturalmente (como distintamente ocidental) e historicamente (como simultaneamente envolvendo mecanismos de enriquecimento e exclusão).

Lendo o relatório na perspectiva interpretativa de Gilbert Rist, os autores do mesmo terão metido na mesma panela os países pobres e ricos. Não houve uma análise profunda das causas da diferença entre estes. Pegou-se no processo de desenvolvimento do ocidente como modelo para que os países pobres atingissem o desenvolvimento. Os processos históricos e culturais envolventes não foram tidos em conta. Assim sendo, os países que sempre se beneficiaram da divisão internacional do trabalho continuarão a ser os maiores beneficiários mantendo assim o seu *status quo*, o que vai continuar a perpetuar a desigualdade criticada pelos dependentistas e os cepalinos.

Outro grande evento para o debate ambiental internacional depois de Estocolmo 1972 foi a Conferência do Rio em 1992 que se realizou entre os dias 3 e 14 de Junho de 1992, na cidade brasileira do Rio de Janeiro. A conferência, também conhecida por Cúpula da Terra, esteve sobre os auspícios da ONU e instituiu-se como ponto de encontro do debate e selagem dos princípios e programas de acções que promovessem a convergência dos três pilares do desenvolvimento sustentável definidos no âmbito do Relatório de Brundtland. A Conferência do Rio 92 teve a participação de mais de 100 chefes de Estados de todo o mundo, selou os acordos políticos entre os países que teriam como finalidade recheiar o roteiro do Relatório Brundtland e negociar metas e o arcabouço institucional do novo momento¹⁸ (VIEIRA, 2012). A Rio-92, pautou ainda pelas negociações sobre Desenvolvimento Sustentável e meio ambiente nas duas décadas seguintes graças à aprovação de um conjunto de tratados e declarações sob a chancela da ONU. O conceito de Desenvolvimento sustentável passou a estar na ordem do dia no Sistema das Relações Internacionais. A agenda de desenvolvimento passa a ter em conta o uso sustentável dos recursos e a protecção ambiental e ganha o seu ponto mais alto com a realização Conferência do Rio 1992.

A Rio/92 marca uma virada no conceito sustentável de desenvolvimento, passando a estar na ordem do dia. É aqui que a teoria ambiental, mesmo com grandes constrangimentos quanto à sua aceitação, ganha relevo passando a incorporar as discussões globais e multilaterais, ou seja, passou a ser um tema de discussão dentro das relações internacionais, tanto que diferentemente de Brundtland que prevalecia o indicador industrialização como sinónimo de desenvolvimento. Neste evento mundial, Rio/92 já se questionam os conceitos de crescimento e de desenvolvimento, dando lugar ao surgimento de várias teorias que punham em causa o Relatório de Brundtland.

O princípio do desenvolvimento sustentável reflectiria a necessidade de um equilíbrio cuidadoso entre o crescimento económico e a preservação ambiental,

¹⁸ A Rio-92 resultou nos seguintes documentos aprovados: 1) A Declaração do Rio sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento que possui 27 princípios para guiar os países nas suas políticas de desenvolvimento sustentável; 2) Agenda 21, documento fundamental aprovado na Eco 21, que é um programa de transição para o desenvolvimento sustentável inspirado no Relatório de Brundtland que é monitora da pela Comissão das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (CDS) e que serviu de base para a elaboração das agendas 21 nacionais e locais. Ele está estruturado em quatro secções: a) Dimensões sociais e económicas; b) Conservação e gestão dos recursos para o desenvolvimento; c) Fortalecimento do papel dos principais grupos sociais; e, d) Meios de implementação; 3) Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (CQNUMC) que resultou na elaboração do Protocolo de Kyoto, de 1997, que tem como objectivo, a redução da emissão de gases com efeito estufa; 4) Convenção das Nações Unidas sobre Diversidade Biológica (CDB), que começou a valer desde 1993 e 5) Convenção sobre a Combate à Desertificação adoptada em 1994 e entrou em vigor em 1996.

atendendo as necessidades da geração actual, sem comprometer as necessidades das gerações futuras. Ideia alinhada com um dos princípios, (princípio 2 da Declaração do Estocolmo 72), segundo o qual os recursos naturais da terra incluindo o ar, a água, a terra, a flora e a fauna e, especialmente amostras representativas dos ecossistemas naturais, devem ser preservados em benefício das gerações presentes e futuras, mediante uma cuidadosa planificação ou ordenamento.

Em relação a este debate, Gilbert Rist já se referira ao facto de a Comissão não ter conseguido responder aos três objectivos relacionados com a relação Homem-ambiente, com propostas concretas que pudessem dissuadir os estados e as multinacionais a usarem de forma sustentável os recursos naturais ao não terem proposto medidas jurídicas para que houvesse a responsabilização. Na perspectiva do autor em causa, ao não conseguir a resposta dos objectivos, a Comissão sujeitou-se a dar respostas e sugestões não genuínas. Um dos aspectos que Rist deplora tem a ver com a própria abordagem sobre o conceito de desenvolvimento sustentável, como uma terapia de resolução de problemas do presente e dos problemas das futuras gerações. Neste aspecto, a crítica recai ao facto de a Comissão ter ignorado muitas vezes a questão da diferenciação do Norte e o Sul Global. Ao falar-se do crescimento, os dois hemisférios partem em uma situação de desigualdade tecnológica, de oportunidades e da sua posição na divisão internacional de trabalho. As preocupações do Sul serão, logicamente diferentes dos do Norte.

O crescimento de que o relatório permite que possa acontecer, não leva em conta esta diferenciação, pois que Rist, em sua análise, foca o assunto neste sentido: os países do Norte podem pensar em termos de crescimento quase ilimitado (mesmo que o uso de reservas ponha em risco a biosfera com seus resíduos), os países do sul não podem ter certeza da auto-suficiência alimentar se o seu crescimento populacional excede a capacidade de reprodução da vida, dos recursos e, se as suas tentativas 'desenvolver', copiando o arquivo industrial os força a financiar importações de tecnologia por meio de empréstimos no mercado de capitais.

Aqui, Rist (2008) refere-se que os financiamentos deixam os países em desenvolvimento mais dependentes do Norte. Justifica este aspecto com o facto de os países em desenvolvimento estarem dependentes dos recursos naturais, que para poderem responder às dívidas com a finança internacional, obriga-lhes a terem que explorarem mais as fontes poluidoras como carvão e o petróleo. Refere-se ainda que, à medida que os juros crescem geometricamente, esses empréstimos não podem ser

reembolsados com base na produção necessariamente limitada, vinculada a uma taxa diferente (aritmética) de renovação. Facto que justifica a necessidade, nos dois casos de carvão e petróleo, para explorar demais o ambiente a fim de lidar com problemas alimentares e obrigações financeiras. A teoria de vantagens comparativas no comércio internacional assim como ele está estruturado consolida a diferenciação entre o Norte e o Sul.

Ela consolida também a desigualdade no âmbito da divisão internacional do trabalho, tanto que não se pode falar de vantagem comparativa numa situação em que uns controlam o comércio internacional, ou seja, onde as mesmas empresas (transnacionais) estão baseadas em ambos hemisférios favorecendo desta forma a diluição da responsabilidade, operando em muitos lugares diferentes ao mesmo tempo e constantemente dividindo a criação da destruição de recursos.

Observando a questão sob o ângulo de análise de Rist, pode-se perceber que o desenvolvimento sustentável é uma outra forma de desenvolver, porque o que se pretende no conceito é sustentar este desenvolvimento. O desenvolvimento continuará baseado no crescimento económico, ou seja, o desenvolvimento sustentável significa que o 'desenvolvimento' deve avançar em um ritmo mais 'sustentado' até que se torne irreversível - pois o que os países do Sul estão sofrendo é 'desenvolvimento não sustentável', 'desenvolvimento parado' constantemente perturbado por factores políticos efémeros. Esta forma de olhar o conceito de desenvolvimento, leva a que os países do Sul apostem na direcção que os países do Norte apostaram e que conduziu aos problemas de sustentabilidade ambiental. Portanto, não será a sobrevivência do ecossistema que estabelece os limites do "desenvolvimento", mas sim o desenvolvimento "que determina a sobrevivência das sociedades.

Este posicionamento de Rist (2008) em relação ao conceito Sustentável de desenvolvimento mostra que existem muitas interpretações e que o conceito foi definido de acordo com os interesses do Norte que obriga o Sul a ter que cumprir com os princípios desenhados pelos países do Norte e que beneficiam a eles ao mesmo tempo. Por tudo isto, vale ainda mencionar que:

O caminho percorrido até o desenvolvimento pelos países actualmente desenvolvidos foi plenamente marcado por um momento de protecção cujo objectivo era criar internamente as condições favoráveis de competição no mercado internacional. Esse momento foi de importância ímpar para todos os países actualmente desenvolvidos em maior ou menor grau. É justamente esse momento que tem sido extorquido dos países de desenvolvimento tardio. Estes têm, então, de aceitar as regras de abertura para o comércio

internacional puxado pelos países desenvolvidos, prejudicando a criação de condições favoráveis internamente, uma vez que os produtos dos países desenvolvidos demarcam território dentro dos países em desenvolvimento. (MELO, *et al*, 2012, p.715).

O sentido do termo desenvolvimento sustentável não é unívoco e, para além da perspectiva rostowiana mais dominante que, trata o desenvolvimento sustentável com um carácter linear e evolutivo, há outros que a enquadram na leitura marxista. Autores como Freitas *et al*, (2012), criticam o facto de, nas últimas décadas apregoar-se muito a teoria de uso sustentável questionando-se o facto de o desenvolvimento económico do capitalismo sempre ter acarretado a degradação social e ecológica. Só nas últimas três décadas começaram as manifestações das insustentáveis relações com o planeta constituírem um conjunto de contradições que levaram a identificação da denominada crise ambiental (FREITAS, *et al*, 2012).

Nas palavras de Freitas, *et al* (2012, p.48), o modo de produção capitalista está gerando um conjunto de contradições ecológicas. No plano económico, o capital transforma a poluição industrial e a rarefacção de recursos em novos campos de acumulação e, no espaço político, transfere o peso das degradações para os países periféricos e para as classes subalternas.

Na mesma senda, autores como Epiphânio e Araújo (2008) levantam o dilema “desenvolvimento e crescimento”. Os autores questionam, se para se ter um desenvolvimento sustentável é possível continuar a crescer-se. Argumentam que “crescer significa aumentar a exploração acima do que exploramos. Se vamos aumentar precisamos de mais recursos. Por isto questionamos se desenvolvimento sustentável é compatível com crescimento. Maior crescimento populacional, maior demanda de produtos industriais, ou seja, crescimento, é o centro da crise” (EPIPHÂNIO; ARAÚJO, 2008). Sustentam esta indagação questionando o seguinte:

Não se admite deixar de crescer, ainda que seja numa taxa menor, mas a busca será sempre pelo crescimento e desenvolvimento. Agora, qual será o preço e quem vai pagar a conta? Por isto a discussão sobre o desenvolvimento sustentável é muito mais complexa do que se tem apregoadado. Não se pode deixar de ver o que é retórica e o que é facto. Quando vemos que o crescimento de países como a China, Índia, Rússia e o próprio Brasil, não podem conciliar crescimento e desenvolvimento sem contar que os países mais ricos foram os que mais exauriram os recursos naturais e continuam sendo os maiores beneficiários dos recursos naturais dos países menos desenvolvidos, é compatível o crescimento e o desenvolvimento sustentável? Como crescer e não agredir a natureza? (EPIPHÂNIO; ARAÚJO, 2008, p.6).

Este questionamento está ligado ao pensamento de como os países do Norte se tornaram em estados que eles são hoje? Como se relacionam com as questões ambientais? E para a manutenção do actual desenvolvimento, os PDs estão continuando na rota da insustentabilidade ambiental. De facto, o desenvolvimento esteve no uso intensivo dos recursos naturais, que resultaram na degradação dos ecossistemas locais. Aliás, países como Estados Unidos, membros da União Europeia, China, Índia, Rússia e outros têm participado como maiores poluidores do Globo e, embora participantes em discussões sobre o ambiente, têm-se esquivado de forma recorrente de assinar memorandos, protocolos e acordos que tenham em conta a diminuição da contínua degradação do ambiente.

Tomando por base o Relatório de Brundtland, quando se fala da sustentabilidade, é preciso que se tenha em conta as necessidades e o bem-estar humano que incorpora variáveis não económicas como educação, saúde, água e ar puros e a protecção de belezas naturais (EPIPHÂNEO; ARAÚJO, 2008). Para além do que se disse, impõe-se também afirmar que é preciso eliminar as limitações de grupos menos favorecidos, muitos dos quais a viverem em áreas ecologicamente vulneráveis, como é o caso dos grupos tribais que habitam nas florestas, dos nómadas do deserto, dos grupos que vivem nas montanhas isoladas e das populações indígenas.

2. 3. 2 Desenvolvimento sustentável: uma leitura dependentista

Como se tem vindo a afirmar, o conceito de desenvolvimento sustentável é polissémico e tem tido várias interpretações de acordo com a teoria por que se opta. Pretende-se aqui apresentar uma versão teórica dos dependentista à volta do conceito de desenvolvimento sustentável de forma geral e a forma como os teóricos africanos de dependência abordam a questão do desenvolvimento sustentável, mesmo reconhecendo que a teoria de desenvolvimento sustentável é muito recente relativamente à Teoria de dependência.

De acordo com Ruz (1992), no discurso pronunciado nas Nações Unidas em 1992, dizia que as sociedades de consumo são responsáveis pela destruição do meio ambiente. Para os dependentistas, são políticas imperiais que, tendo produzido colonos e políticas imperiais, engendraram o atraso que afecta a maioria da humanidade. Ainda observa que são políticas imperiais que envenenaram os mares e os rios, contaminaram o ar, debilitaram e perfuraram a camada de Ozono, saturaram a atmosfera de gases que

alteraram as condições climáticas com efeitos catastróficas sobre a humanidade. E, a pressão populacional e a pobreza conduzem a esforços desesperados para sobreviver ainda que à custa da natureza.

Como tem sido frequentemente afirmado pelos cepalinos, a teoria de dependência vê o desenvolvimento inclusivo e sustentável como alternativa à fórmula neoliberal de desenvolvimento, pois, o conceito de desenvolvimento é visto como superior à ideia de crescimento entendido só como aumento do produto; uma ideia que comunga com a tese de Amartya Sen que olha o desenvolvimento como liberdade porque olha a sua sustentabilidade como algo mais complexo do que crescimento económico, vai para além das capacidades humanas e vai ao encontro do respeito aos recursos naturais; porque está destinada ao bem-estar de todos os cidadãos como membros de uma comunidade cujas relações estão fundadas em iguais e compartidos direitos; e porque o seu fim é a ampliação das liberdades e a redução das desigualdades (DIAZ, [2020]).

A mensagem básica da escola de dependência, segundo Matunhu (2011), é que o desenvolvimento da metrópole foi resultado do subdesenvolvimento activo das comunidades não metropolitanas. Em outras palavras, a metrópole depende, para seu desenvolvimento, do subdesenvolvimento de seu satélite e, por consequência, pela degradação ambiental dos dependentes.

Ruz (1992), é da opinião que não é possível culpar os países do Terceiro Mundo por uma Ordem Económica Mundial injusta. A solução não pode ser impedir o desenvolvimento aos que mais necessitam. O real é que todo o que constitui o subdesenvolvimento e a pobreza é uma violação flagrante da ecologia. Eles defendem uma Nova Ordem Económica onde haja relações de igualdade. Para os dependentistas, o intercâmbio desigual, o proteccionismo e a dívida externa agridem a ecologia e proporcionam a destruição do meio ambiente. Se quer salvar a humanidade com o desenvolvimento sustentável, melhor seria que as riquezas e as tecnologias disponíveis fossem melhor distribuídas, além da aplicação de uma nova Ordem Económica Internacional justa.

Ainda no pensamento da dependência relativamente ao desenvolvimento sustentável, toma-se o modelo de desenvolvimento imposto pelo ocidente como responsável da degradação ambiental e do desenvolvimento insustentável. Os problemas ecológicos verificados na actualidade são resultado do capitalismo que na sua essência tem vindo estas crises ecológicas que se manifestam na deterioração global das

condições que fazem possível as condições da vida na Terra e põe em perigo o futuro da espécie humana (GARZA, 2008).

No caso do continente africano, por exemplo, a visão do Matunhu (2011) é de que a metrópole determinou o nível e o ritmo em que a África se desenvolveria através da adoção e implementação de políticas e estratégias de desenvolvimento ineficazes. Essa janela facilitou o empobrecimento do satélite pelas partes mais ricas e influentes de todo o cosmos económico. Os esforços da África para resistir à interferência do Norte desencadearam geralmente sanções económicas, como as sanções inteligentes no Zimbabwe ou a eliminação de líderes poderosos como Patrice Lumumba e Kwame Nkrumah. A ideia esclarecedora na exploração da África é que pouco desenvolvimento limita a quantidade de mais-valia produzida no satélite, enquanto muito dele pode ameaçar a posição dominante da metrópole.

Nesse sentido, Matunhu (2011), noutro apontamento, afirma que, para a prossecução da política de dependência, a metrópole introduziu um sistema educacional que tornou o africano mais submisso.

Para ter sucesso na operação de empobrecimento, a metrópole destruiu as estruturas tradicionais pré-capitalistas da África, a fim de pavimentar o caminho para a super expropriação e apropriação da mais-valia. O currículo da educação missionária foi o principal instrumento usado para destruir as estruturas sociais pré-capitalistas na África. O sistema educacional trouxe empobrecimento mental dos africanos, enfatizando a importância dos valores e da cultura africanos, ao mesmo tempo em que glorificava a dos brancos. A ideia básica era desorientar a mente e a identidade dos negros. O processo de lavagem cerebral dos africanos criou um terreno fértil para a exploração dos recursos humanos e não humanos do continente. Não pode haver discussão sobre o facto de que a teoria da dependência é exploradora e, portanto, empobrecedora (MATUNHU, 2011, p.69, tradução nossa).

Portanto, em relação ao continente africano, pode-se concluir que a sua independência política não alterou o arranjo de dependência, pelo contrário aprofundou-a. Na entrada de novo milénio, foi notório que a situação de dependência foi-se perpetuando, tanto que, uma análise dos padrões comerciais entre a África e o mundo desenvolvido mostra como o continente é assaltado pelo Ocidente e pelo Oriente (releve-se, no caso de oriente, a China, a Índia, a Coreia do Sul). A teoria da dependência continua afectando o desenvolvimento da África e demais estados do Sul Global, como reflexo do monopólio do Norte sobre os recursos humanos e outros e sobre a tecnologia, o que induz ao uso insustentável dos recursos naturais.

A visão de desenvolvimento sustentável para a nova dependência passa por resolver os nós de desenvolvimento social inclusivo. A noção do desenvolvimento

sustentável situa a dimensão social em igual hierarquia que a dimensão ambiental e económica, ao considerar que seus objectivos e metas são de natureza integrada e indivisível (CEPAL, 2018a). Os cepalinos, por exemplo, como sede da teoria de dependência, entendem que:

A perspectiva de desenvolvimento sustentável, a conquista do desenvolvimento social inclusivo requer, por um lado, uma articulação sinérgica com as dimensões económica e ambiental, o que implica uma articulação crescente intersectorial no interior do Estado, e por outra, a identificação de nós críticos e de medidas que podem facilitar sua conquista de maneira eficiente e eficaz desde uma perspectiva institucionalmente viável (CEPAL, 2018a, p.19).

Os nós para um desenvolvimento social inclusivo, segundo CEPAL (2018a), são:

- a) a persistência da pobreza e a vulnerabilidade;
- b) as desigualdades injustas e ineficientes;
- c) fraca protecção aos direitos humanos ao longo da vida;
- d) a falta de emprego produtivo e de qualidade e o trabalho decente;
- e) a falta de acesso universal à protecção social;
- f) falta de uma institucionalidade social em construção;
- g) falta de investimento social.

Matos e Rovella ([2019]) no artigo: *Do crescimento económico ao Desenvolvimento Sustentável: Conceitos em evolução*, entendem que, para se alcançar o desenvolvimento sustentável depende de planeamento em longo prazo e do reconhecimento de que os recursos naturais do planeta são finitos e de todos. Na sua percepção, o desenvolvimento sustentável não deve significar a interrupção do crescimento, mas sim, de eleger um caminho que garanta o desenvolvimento integrado e participativo e que considere a valorização e o uso racional dos recursos naturais.

Agregando esta visão cepalina, Sachs (1993) destaca que para que o desenvolvimento se considere sustentável deve-se respeitar as cinco dimensões do ecodesenvolvimento que os sugere como (observe-se quadro 1):

Quadro 1 - Dimensões da sustentabilidade segundo Sachs (1993)

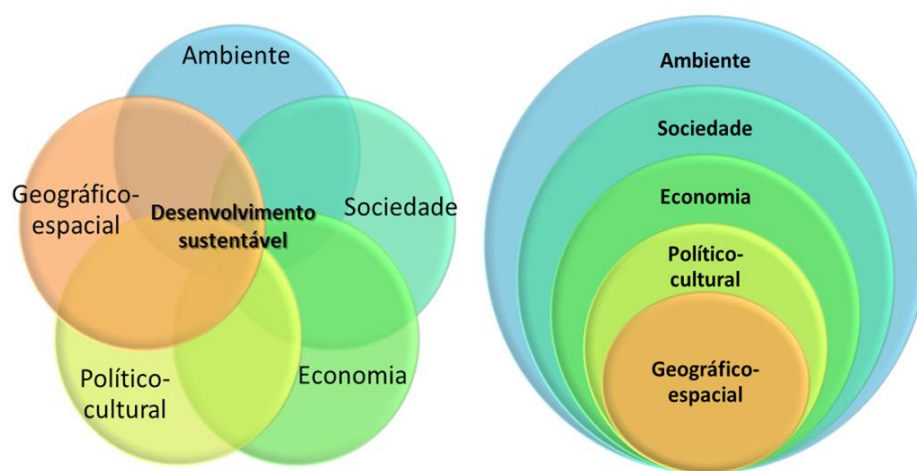
Dimensão	Característica da dimensão
Económica	Alcançável através da alocação e do gerenciamento mais eficientes dos recursos e de um fluxo constante de investimentos públicos e privados. Significa acabar com o serviço da dívida e da saída líquida de recursos financeiros do Sul, dos termos de troca desfavoráveis, das barreiras proteccionistas ainda existentes no Norte e do acesso limitado à ciência e tecnologia
Social	Entende como a criação de um desenvolvimento que seja, sustentado por um outro crescimento e subsidiado por uma outra visão do que seja uma sociedade boa. A meta é reduzir o abismo entre os padrões de vida dos ricos e dos pobres
Ecológica	que deve resultar da utilização de outras ferramentas como: ampliação da capacidade de carga da espaço nave Terra, intensificando o uso potencial de recursos dos diversos ecossistemas com um mínimo de danos aos sistemas de sustentação da vida; limitação do consumo dos combustíveis fósseis e de outros recursos e produtos que são facilmente esgotáveis ou danosos ao meio ambiente, substituindo-os por recursos ou produtos renováveis e/ou abundantes, usados de forma agressiva ao meio ambiente; redução do volume de resíduos e de poluição, através da conservação de energia e de recursos e da reciclagem; promoção da auto-limitação no consumo de materiais por parte dos países ricos e dos indivíduos em todo o planeta; intensificar a pesquisa para a obtenção de tecnologias de baixo teor de resíduos e eficientes no uso de recursos para o desenvolvimento urbano, rural e industrial e; definição de normas para uma adequada protecção ambiental
Espacial	Que deve ser dirigida para a obtenção de uma configuração rural-urbana mais equilibrada e uma melhor distribuição territorial dos assentamentos humanos e das actividades económicas no sentido de: reduzir a concentração excessiva nas áreas metropolitanas; frear a destruição de ecossistemas frágeis; promover a agricultura e a exploração agrícola das florestas através de técnicas modernas, regenerativas, por pequenos agricultores, notadamente através do usos de pacotes tecnológicos adequados, do crédito e do acesso a mercados; explorar o potencial da industrialização descentralizada acoplada à nova geração de tecnologias, em referência especial às indústrias de biomassa e ao seu papel na criação de oportunidades de emprego não-agrícolas nas áreas rurais e; criar uma rede de reservas naturais e de biosfera, para proteger a biodiversidade
Cultural	Inclui a procura de raízes endógenas de processos de modernização e de sistemas agrícolas integrados, processos que busquem mudanças dentro da continuidade cultural e que traduzam o conceito normativo de eco desenvolvimento em um conjunto de soluções específicas para o local, o ecossistema, a cultura e a área.

Fonte: Adaptado de Sachs (1993)

A figura 1 apresenta a forma como as dimensões devem-se conectar, querendo significar que para que haja desenvolvimento sustentável é necessário que haja sinergias entre as cinco dimensões de desenvolvimento, não actuando de forma isolada, deve

haver interacção entre elas e dentro da própria dimensão. Embora haja diferença na abordagem entre as duas diagramas (do Venn e do Nested), o objectivo é o mesmo, explicam a necessidade de se observar a interdependência dos indicadores. No de Venn observa-se a intersecção dos principais indicadores de sustentabilidade de modo equitativo, focando a necessidade transdisciplinar de abordagem enquanto no modelo de Nested há diferença entre as dimensões (FORTES *et al*, 2019).

Figura 1 Representação esquemática do conceito de Desenvolvimento Sustentável, no diagrama de Venn (a esquerda) e Nested (a direita)



Fonte: Revista Brasileira Multidisciplinar.

Depois de analisadas as visões sobre o desenvolvimento sustentável, importa aqui destacar as bases sobre as quais servirão de pilares (indicadores) para a discussão de acções orientados para desenvolvimento sustentável de acordo com o objectivo da tese. Parte-se do princípio que as políticas imperiais ou ocidentais sobre o desenvolvimento teriam provocado a crise ambiental que o mundo atravessa na actualidade, sob a responsabilidade de terem sido eles que envenenaram os mares e os rios, contaminaram o ar, debilitaram e perfuraram a camada de Ozono, saturaram a atmosfera de gases que alteraram as condições climáticas com efeitos catastróficas sobre a humanidade, tal como percepciona Ruz (1992) nos parágrafos anteriores. Deve-se olhar a questão do intercâmbio desigual, do proteccionismo e a dívida externa que são factores que agridem a ecologia e proporcionam a destruição do meio ambiente.

Adiante, analisar-se-á a noção do desenvolvimento sustentável olhando para as dimensões social, dimensão ambiental (ecológica), cultural, espacial e económica, para concluir que o objectivo de desenvolvimento sustentável tem metas orientadas para uma

natureza integrada e indivisível (CEPAL, 2018a; SACHS, 1993). Os outros indicadores de avaliação irão incidir sobre as políticas ou estratégias para a eliminação da persistente pobreza e vulnerabilidade à pobreza; sobre como acabar com as desigualdades injustas e ineficientes e quais são as políticas para a protecção dos direitos humanos que muitas vezes constituem os nós críticos para o avanço ao desenvolvimento social, ambiental, cultural, espacial e económico inclusivo. Ou seja, a avaliação do desenvolvimento sustentável nesta tese vai olhar muito para estes factores, porque, segundo os dependentistas, o desenvolvimento sustentável não deve significar a interrupção do crescimento, mas sim, de eleger um caminho que garanta o desenvolvimento integrado e participativo e que considere a valorização e o uso racional dos recursos naturais.

Por outro lado, reconhecendo que o conceito de dependência dos anos 1960 e 70 foi sofrendo erosão, vai-se basear na interpretação focada anteriormente de autores que defendem que existe uma nova dependência como Assis (2014, p.619), que interpreta esta nova forma como a que passou “a significar a pressão de agentes estrangeiros por intermédio do mercado de capitais, com efeitos negativos tanto sobre as direcções do desenvolvimento económico nacional quanto sobre a soberania política e o bem-estar social da população.

2.4 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Neste capítulo foram discutidos os conceitos de desenvolvimento e desenvolvimento sustentável de forma geral e principalmente nas visões do Norte global e ainda da visão dos dependentistas. Durante muitos anos a definição de desenvolvimento estava ligado aos indicadores de crescimento económico como Produto Interno Bruto (PIB) e Produto Nacional Bruto (PNB).

Na sequência destes elementos usados para definir o desenvolvimento, importa referir que não reuniu um consenso total na classe de economistas mundiais, pois não tardou que emergisse um movimento reactivo consubstanciado em Veiga (2008), que assegura que um grupo de economistas inconformados com o conceito questionou a forma de medição do desenvolvimento que usa os indicadores económicos simplesmente, propondo que fosse necessário uma maneira legítima de medir o desenvolvimento, que incluísse outras dimensões do seu processo como: Educação, saúde e renda *per capita*, ou seja, tinha que se ter em conta o Índice de

Desenvolvimento Humano (IDH). Assevera ainda que esses indicadores não deveriam ser obtidos em prejuízo das futuras gerações, o que ocorreria se as bases dos sistemas económicos, os ecossistemas, continuassem a ser degradados, surgindo desta forma o termo desenvolvimento sustentável.

O tema desenvolvimento sustentável passou a ser prioritário nas várias conferências organizadas pelas Nações Unidas, principalmente depois do Estocolmo 1987. O termo foi ganhando legitimidade no RIO/92, Kyoto/97 e mais recentemente Paris/2015 entre outras.

O conceito, tal como já dissemos anteriormente, é polissémico, tanto que tem sido muito difícil a conciliação do crescimento económico e a conservação do ambiente, propiciando, dada a sua pertinência, grandes debates que opõe o Norte e o Sul, com este a olhar o desenvolvimento como o fim das desigualdades e promoção da igualdade, pois que na definição do Norte, os países do Sul dificilmente alcançariam o desenvolvimento.

O conceito desenvolvimento apregoado pelo norte é ainda criticado pelos dependentistas por considerar hegemónico e que assinala o carácter desigual em que se baseia o desenvolvimento capitalista. São pela nova Ordem económica Mundial, onde a igualdade seja a base, porque, segundo eles, o desenvolvimento e o subdesenvolvimento são parte da mesma moeda. O subdesenvolvimento, ainda segundo os dependentistas é resultado da expansão capitalista e do lugar que foi reservado aos países colonizados na economia mundial que é de fornecimento de matérias-primas e consumidor de produtos acabados da metrópole.

3 ESTRUTURA ECONÓMICA E SOCIAL DE MOÇAMBIQUE

No primeiro capítulo, foram discutidos aspectos teóricos relacionados com o conceito de desenvolvimento e desenvolvimento sustentável na visão do Sul global. Também foram discutidos os mesmos termos conceptuais tendo em conta a teoria de dependência. Este capítulo tem como objectivo descrever a estrutura económica e social de Moçambique numa perspectiva histórica e sua relação com o meio ambiente.

A descrição da estrutura económica e social de Moçambique é necessária para se compreender os limites de desenvolvimento sustentável em Moçambique, tendo em conta que o país tem altos índices de analfabetismo, de desemprego e de pobreza, com uma estrutura económica e social dependente da exploração e utilização intensiva dos recursos naturais.

Nesta tese, entende-se por estrutura um conjunto de grupos de elementos interligados entre si, estáveis e organizados, em que as mudanças num deles produzem modificações nos restantes. Ou seja, uma estrutura é um corpo único cujo funcionamento é interdependente. Assim sendo, a estrutura económica e social vai englobar elementos relativamente estáveis de um conjunto económico e social num período e num espaço determinado e assente na base de cada modo de produção e distribuição (GOMES, 2008).

Gomes (2008) explica ainda que, embora relativamente estáveis, as estruturas não deixam de evoluir, tanto num como num outro sector concreto, quer por mutações bruscas, quer por variações lentas e contínuas, visto que, seguindo o raciocínio do autor, as diferentes estruturas sociais andam de mãos dadas com os processos, as actividades e as relações económicas, sendo que as mudanças económicas influenciam nas estruturas sociais.

A partir deste enunciado, pode-se afirmar que a estrutura económica de Moçambique vai ser o conjunto das diversas áreas que compõe a parte económica e social e que se encontram interligados entre si, pois a alteração de uma delas produz efeitos nas outras. Portanto, é a estrutura económica e social que indica as bases de planificação.

O argumento central deste capítulo deriva do facto de que a estrutura da economia de Moçambique vem consolidando a partir de uma base extractiva. As diferentes actividades produtivas (agricultura, indústria, turismo, pescas) estão

desconectadas e têm como produto final bens de carácter primário ou processados ao nível mais básico, logo, há uma incapacidade de retenção de riqueza para utilização na economia de forma consolidada.

Aliás, Acosta (2013), afirma que o extractivismo é um mecanismo de pilhagem e apropriação colonial e neocolonial e que surge da necessidade de exploração de matérias-primas essenciais para o desenvolvimento industrial e a prosperidade do norte global.

Autores como Abrahamsson e Nilsson (1998), Mosca (2005), Pachinuapa, Lphola e Gemo (2015) Wuyts (1978), entre outros, referem que a estrutura económica e social de Moçambique assenta-se sobre as estruturas económicas coloniais de Moçambique rural, nas quais a agricultura era a base, tal como se pode demonstrar na seguinte citação: “A estrutura social da produção na agricultura moçambicana é resultado do processo histórico da integração dos campesinatos no mercado mundial, sob a dominação do modo de produção capitalista” (WUYTS, 1978, p. 7).

O autor explica que a chave essencial para uma compreensão da economia colonial de Moçambique reside na constatação de que a colónia nunca foi consistente e exclusivamente de capital da burguesia portuguesa. Em termos factuais e comparando com o período anterior à colonização, a economia moçambicana assentava-se na agricultura, em que o campesinato e os artesãos desempenhavam um papel fundamental e posteriormente de capitais estrangeiros como a seguir se verá. Moçambique é resultado da ocupação efectiva decidida pelas potências coloniais na conferência de Berlim 1884/85. É um território com óptimas condições agro-ecológicas, com abundantes recursos hídricos e solos ricos em recursos minerais além da sua boa localização geoestratégica junto do oceano Índico.

Diante deste contexto, Moçambique pode ser considerado um país com um potencial económico atractivo em vários sectores de desenvolvimento como a agro-indústria, agricultura, turismo, pesca e mineração e, fundamentalmente em hidrocarbonetos. Projectos como a Barragem de Cabora Bassa, Indústria extractiva na região centro efectivada pela Companhia de Moçambique, a construção dos Corredores Ferro-Portuários nas zonas sul, centro e norte ligando o país com os países do interior e Complexos Turísticos ao longo de todo o País, são exemplos de decisões do governo colonial para viabilizar o projecto Moçambique.

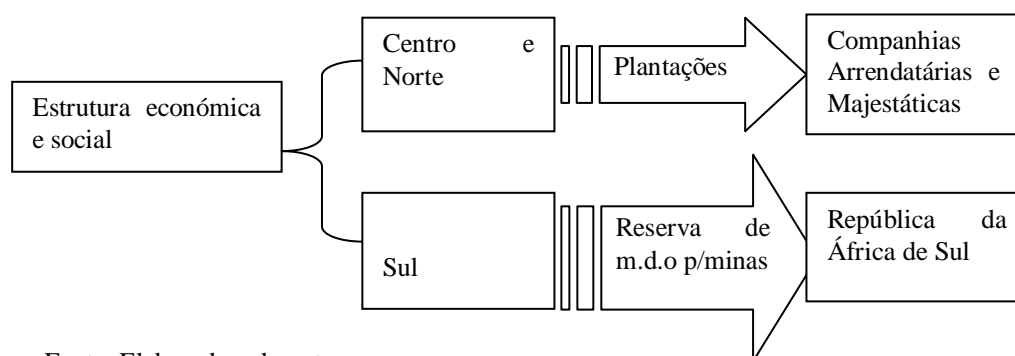
Para a consecução do objectivo acima exposto, foi realizada uma pesquisa explicativa, utilizando o método bibliográfico. Este capítulo faz uma análise qualitativa,

em resultado de uma discussão crítica e reflexiva sobre a estrutura económica e social de Moçambique ao longo do tempo. O presente capítulo está organizado em cinco partes incluindo a parte introdutória. Depois da introdução, segue a segunda parte que aborda a estrutura económica de Moçambique num horizonte temporal do período pré-colonial à pós-independência. Esta parte contempla três caixas ou secções que são: guerra pela independência e seus efeitos na estrutura económica e social; da independência ao programa de reabilitação económica e, a estrutura económica do séc. XXI. A terceira parte é da estrutura social de Moçambique; a quarta ocupa-se com as reflexões sobre a estrutura económica e social de Moçambique e a última parte dedica-se à estrutura económica e social e a questão ambiental.

3.1 ESTRUTURA ECONÓMICA DE MOÇAMBIQUE NO PERÍODO 2015-2019

A estrutura económica de Moçambique vai-se desenvolvendo a partir de uma base extractivista conforme foi referenciado na introdução do capítulo. Destaca-se nela a economia agrícola assente em sectores tradicionais com tendência para uma economia de preponderância extractiva e serviços financeiros. Um aspecto a reter na estrutura económica é que o Estado sempre exerceu um papel de relevo desde o período colonial, principalmente depois das guerras de ocupação efectiva em que Moçambique estruturava-se em duas grandes regiões económicas (sul e centro-norte)¹⁹ (Obs. Figura 2).

Figura 2 - Estrutura Económica e Social de Moçambique no período Colonial



Fonte: Elaborado pelo autor.

Moçambique entrava desta forma na Nova Divisão de Trabalho. Demonstra que a emergente economia-mundo baseia-se em métodos capitalistas, pois pressupunha uma divisão do trabalho produtivo que somente podia ser devidamente apreciada levando em

¹⁹ Esta divisão assegurava o extractivismo em Moçambique. Observando as empresas envolvidas, eram de produção de matérias-primas para alimentar a indústria europeia e ao mesmo tempo que garantiam a ocupação efectiva.

consideração a economia-mundo em sua totalidade. A emergência de um sector industrial foi importante neste quadro, mas o que o tornou possível foi a transformação das formas feudais em formas capitalistas de produção agrícola.

Esta característica da estrutura económica prevaleceu, mesmo depois da independência nacional. O extractivismo da economia de Moçambique foi continuando como base e, por conseguinte, continuou afectando o meio ambiente, como uma das características de uma economia que tem como base o extractivismo.

Ainda sobre as mudanças que foram ocorrendo na tentativa de alterar a estrutura económica e social, Abrahamsson e Nilsson (1998); Mosca (2005) e Wuyts (1978), concordam como o período de 1960-1973 é marcadamente de mudanças políticas mundiais e de crise do regime de Salazar que levaram a diversas reformas políticas e económicas que conduziram, entre outras medidas, à abolição do trabalho forçado das culturas e ao planeamento de novas estratégias de desenvolvimento para as colónias.

Algumas das consequências das reformas políticas levaram à modernização do capital, com a abertura da economia ao investimento estrangeiro. É neste contexto de modernização do capital que se fazem investimentos na indústria manufactureira.

O nacionalismo económico introduzido com o Estado Novo foi gradualmente abandonado e iniciou-se uma política económica mais aberta, com o envolvimento de capitais não portugueses em grandes investimentos, com o objectivo de reforçar as alianças políticas e militares para fazer face à guerra colonial.

São exemplos vivos desta nova política económica a construção de Barragens hidroeléctricas (Cabora Bassa²⁰ e Massingir²¹ e Chicamba) estrada centro-nordeste, unidades metalúrgicas de base, o surgimento de colonatos no Limpopo médio (Chókwe) Chimoio (ex-Vila Perí) e Lichinga (ex-Vila Sacadura Cabral), a construção da estrada sul-norte (EN1) que ligaria (ex-Lourenço Marques) Maputo e (ex. Porto Amélia) Pemba passando pelo Inchope (localidade entre Beira e Manica, cruzando a estrada que liga Beira a Untali, actual Mutare, no Zimbabwe “EN6”), Quelimane e Nampula (vide figura 3).

²⁰ É uma hidroeléctrica. Produz energia para a totalidade do país e para alguns países da África Austral como por exemplo a África do sul, Zimbabwe e Malawi. No período da sua construção, a barragem alimentava somente a África do sul, depois a África do sul passou a vender a mesma energia a Moçambique.

²¹ Vocacionada para agricultura na sua primeira fase, é também dotada de capacidade para a produção de energia, contudo, neste momento serve como um alimentador dos campos agrícolas do baixo e médio Limpopo. No médio Limpopo, localiza-se a cidade de Chókwe a ex-vila Trigo de Morais. Faz parte de uma das 3 (três) áreas que a pare de Chimoio (ex-Vila Perí) e Lichinga (ex-vila Sacadura Cabral) foram escolhidas para a instalação de colonatos no âmbito do programa de Fomento.

Este é um período de grandes realizações do governo colonial, caracterizadas com uma tendência de tentar alterar a estrutura económica baseada na agricultura e ao serviço da metrópole, para uma estrutura económica virada para a dinamização do desenvolvimento interno. Assiste-se também neste período e sob a força da nova estrutura económica à construção de grandes infra-estruturas, com o objectivo de inviabilizar a independência de Moçambique. A figura 3 representa os pontos destacados no parágrafo anterior e, no plano inferior direito da figura, está representado o mapa de África no qual se destaca o mapa de Moçambique.

A localização geográfica de Moçambique e a sua extensa costa, com cerca de 2700 km, (fonte) torna-o vulnerável aos efeitos dos eventos climáticos, como ciclones, chuvas torrenciais e não só, é um País inter-tropical com várias convergências atmosféricas, como secas cíclicas e prolongadas. Grande parte dos rios da região desaguam no oceano Índico e, por estar a jusante acaba sendo um corredor de águas provocando cheias. Portanto, é um país propenso a calamidades com alguma regularidade resultantes da sua localização geográfica.

Devido à sua localização privilegiada, Moçambique é um corredor preferencial para os países de *interland*, pois os seus portos e vias de comunicação ferroviárias e viárias (linhas férreas e estradas), como testemunha a figura 3, são usadas para escoarem as mercadorias do *inetrland*. Estas características têm efeitos negativos sobre o meio ambiente de Moçambique.

Figura 3 - Mapa de Moçambique



Fonte: CENACARTA Org. e elaboração: Autor e C. Chivale, 2019.

A estrutura económica de um país corresponde à interdependência das várias actividades principais de uma determinada economia. No caso de Moçambique, dentre várias actividades ou sectores da economia, destaca-se a agricultura. Assim sendo, embora a indústria extractiva tente ganhar espaço no PIB nacional, a agricultura é vista como base de desenvolvimento. Desta forma, pode-se presumir que a estrutura económica de Moçambique assenta-se no sector das actividades primárias

principalmente na agricultura que ocupa maior parte da população activa de Moçambique, como demonstrou o Censo 2017.

3.1.1 Agricultura

De acordo com os Planos Económicos e Sociais (PES`s) 2016, 2017, 2019 e 2019, a agricultura, produção animal, caças e florestas contribuíram para o PIB em 3,1, 2,5, 5,9, e 4,4 por cento em 2015, 2016, 2017 e 2018, respectivamente. Esta contribuição mostra que independentemente de ser considerado o primeiro sector da economia, ela contribui muito pouco relativamente aos sectores que dependem directamente do IDE.

O sector de agricultura, caças e florestas tem trazido muitos problemas de carácter ambiental. Desenvolve-se de forma insustentável conforme se vai demonstrando ao longo da tese. Várias empresas estrangeiras têm feito desmatamento da floresta de forma insustentável e a caça ilegal ao rinoceronte e a caça do elefante para a extracção do marfim compõem a característica fundamental de uso insustentável de recursos.

O censo de 2017 indica que a agricultura ocupa cerca de 66,8% da população activa de Moçambique (INE, 2019). Portanto, está-se falando de mais de metade da população que se dedica a várias actividades que se relacionam com o trabalho da terra. Pelo tipo de produção (cereais, hortícolas, entre outros), conclui-se que é uma agricultura de sequeiro ou de subsistência, utilizando tecnologias atrasadas. É certo que existe a agricultura mecanizada que utiliza agro-químicos e outros factores modernos de produção, mas em menor escala se comparada com a agricultura familiar.

A tabela 1 mostra a evolução da participação das culturas de rendimento e culturas básicas na economia nacional. Mostra como, desde 2015, as culturas básicas (milho, gergelim, amendoim, etc.) e as de rendimento foram participando no PIB. Tanto no caso das culturas de rendimento quanto das básicas, a sua participação não variou muito ao longo dos anos 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019, excepto o algodão que viu a sua participação decrescendo para quase metade nos anos 2016 e 2017 relativamente ao ano 2015. Em relação à castanha de caju, mostrou uma certa ascendência. Esta agricultura que, por um lado é de sequeiro, e por outro, mecanizada é aquela que é tida como base de desenvolvimento. É preciso que ela seja de elevada produtividade, embora, muitas vezes ela seja conotada com os problemas ambientais.

Tabela 1 - Evolução da produção das culturas de rendimento e culturas básicas (10³t)

Culturas/Produtos	Ano				
	2015	2016	2017	2018	2019
Algodão Caroço	98	44	52		
Castanha de Caju	81	104	139		
Cana-de-açúcar	3084	2762	2900		
Chá (folha verde)	32	32	32		
Citrinos	55	65	68		
Copra	22	N	23		
Tabaco	82	93	95		
Girassol	8	9	11		
Culturas básicas	3579	3598	-		

Fonte: Planos económicos 2015, 2016, 2017.

De facto, de acordo com Sachs (2008. p.161), “a agricultura de elevada produtividade é frequentemente vista como inimiga da conservação da biodiversidade”. Mais adiante, o autor acrescenta: “ a agricultura de elevada produtividade torna-se vital para a conservação da biodiversidade, visto que quanto mais elevada for a produção por hectare de terra arável menos hectares são necessários para abastecer a população com géneros alimentícios”.

Essa relevância, para o séc. XXI, é necessária que se aposte numa agricultura amiga do ambiente e ecologicamente sensata, ou seja, há necessidade de se combinar a agricultura de elevada produtividade com uma gestão sustentável da terra, adoptando técnicas agro-ecológicas como a irrigação gota a gota, controlo integrado das pragas para evitar pesticidas químicos, agricultura de baixa profundidade para evitar a intervenção nos solos e a erosão resultante, culturas e sementes eficientes na utilização de água (SACHS, 2008).

Uma outra área de relevo relacionada com a agricultura tem a ver com o uso sustentável das florestas, de como preservar a natividade da floresta para que de facto outras gerações possam usufruir destas riquezas naturais. Em relação à pesca, o único trecho tem a ver com os aquaparcos, não se aborda a estratégia de como combater a pesca ilegal, como proteger as espécies privilegiadas ou extinção e como contornar a questão da defesa da Zona Económica Exclusiva (ZEE).

Relativamente ao uso sustentável das florestas, Moçambique está ao nível dos outros países em desenvolvimento em que, por um lado assiste-se ao desflorestamento para o aumento das áreas de cultivo e, por outro o negócio chorudo que representa a madeira da floresta tropical para os países desenvolvidos. Nesta matéria, Muchangos (2009) afirma que:

Os países em desenvolvimento necessitam cada vez mais de aumentar as áreas de cultivo e de instalar estradas, represas, diques, canais, rede eléctrica, etc. com a tecnologia moderna, nunca foi tão fácil cortar as árvores das florestas, utilizando máquinas pesadas, como serras mecânicas, tractores e guindastes, capazes de devastar grandes porções de floresta com muito mais eficiência do que com os tradicionais machados e catanas. Hoje, em poucos meses, pode-se converter uma grande extensão de floresta em enormes plantações de culturas industriais ou em áreas de pastagens. Quando convertidas em terras para lavoura, as florestas permanecem férteis por poucos anos e, assim, mais áreas de floresta têm de ser destruídas, repetindo-se o processo (MUCHANGOS, 2009, p.46).

As florestas têm um papel importantíssimo na regulação dos ciclos hidrológicos, na protecção dos solos e ainda do clima global. A remoção da camada que cobre o solo da floresta pode gerar outros efeitos colaterais, porque as florestas são directamente responsáveis pelas chuvas, dado que as gigantescas árvores absorvem grande parte da água, devolvendo-a lentamente ao Meio Ambiente sob forma de humidade. Ora, a devastação da floresta, reduzindo a quantidade de chuva nas áreas florestais, pode levar a um processo de desertificação, pois o solo, desprovido da sua cobertura vegetal, fica mais vulnerável à erosão, deslizamentos e à ocorrência da seca e das cheias (MUCHANGOS, 2009).

Mesmo reconhecendo-se os efeitos nefastos da exploração insustentável da floresta, tem-se assistido à uma passividade cúmplice na actuação das autoridades administrativas responsáveis pela aplicação da lei. Calcula-se que a degradação florestal ronde, aproximadamente de 2 a 3% /ano e estima-se um custo de degradação em cerca de 35 milhões de dólares ou 0,4% do PIB (REVISTA..., 2019).

A tabela 2 mostra como foi evoluindo a exploração da madeira de 2015 a 2018. Observa-se que os dados contidos na tabela não são fiáveis, pois se observarmos os anos subsequentes a 2015, para a madeira em toros não tem nenhum registo, mas trata-se da madeira com maior exportação, embora proibida pela lei. A madeira serrada mostra uma tendência a subir de 2015 para 2017. A Revista...(2019) refere que o comércio ilegal de madeira está na ordem de 2 a 2,5 vezes mais do que os valores registados no país, querendo isto significar que as estratégias adoptadas não têm dado resultados plausíveis. Concorre para o uso insustentável entre outras causas a corrupção que se verifica neste sector.

Tabela 2 - Evolução da produção florestal (2015-2019)

Descrição	Unidade	Ano				
		2015	2016	2017	2018	2019
Madeira em toros	(10 ³ m ³)	88	--	N		
Madeira serrada	(10 ³ m ³)	84	455	648,56		
Parquet	(10 ³ m ³)	6	11	17		
Folheados	(10 ³ m ³)	83	14	26		

Fonte: Planos económicos e sociais 2015, 2016, 2017

Refira-se, também, que a dualidade dos sistemas de exploração florestal em vigor e atribuição de licenças (licença simples e concessões) é burocrática e ineficiente, e incentiva a ilegalidade. A atribuição de licenças em áreas “não - florestais” e de fraco potencial comercial é evidência de ilegalidade. Os suportes para as ilegalidades são notáveis no Decreto n.º 12/2002, de 6 de Junho que aprova o Regulamento da Lei de Florestas e Fauna Bravia, quando dentro das obrigações do titular de uma concessão, não exista uma obrigatoriedade da sustentabilidade na exploração florestal, limitando-se a dizer que o concessionário deveria realizar uma exploração sustentável dos recursos florestais de acordo com o plano de maneio aprovado (ALÍNEA b., do Dec. 12/2002, de 6 de Junho). Neste dispositivo legal, não se indica o que é o uso sustentável e que aspectos críticos devem estar contidos no plano de maneio, parecendo estar ao critério do concessionário.

Ainda vale mencionar que os ecossistemas florestais cobrem 40% do território nacional e albergam cerca de 1000 operadores florestais para a produção de madeira, envolvendo aproximadamente 3 milhões de pessoas na cadeia de valor dos combustíveis lenhosos, sem se considerar os demais usos comerciais das florestas (artesanato, plantas medicinais, materiais de construção, entre outros). Elas contribuem anualmente com cerca de 2% do PIB, 2% de empregos directos e 200 milhões de USD de divisas em exportações. A exploração florestal concentra-se em 2 grandes produtos: combustíveis lenhosos (92%) somente, para o mercado interno, e madeira (8%) para consumo interno e exportação (REVISTA...2019).

O sector de florestas tem grande importância na renda familiar das zonas rurais e em várias actividades de âmbito socioeconómico. Cerca de 5% da renda familiar das zonas rurais depende da energia da biomassa e, de acordo com as projecções da mesma revista, até 2035 a dependência da população correlação à energia da biomassa permanecerá em concurso com a rápida urbanização das grandes e pequenas cidades, o

que vai acrescentar desafios para a coordenação de acções na área de energia doméstica e a transformação do negócio de carvão vegetal no motor de desenvolvimento rural com modelos de produção sustentável e de maior responsabilização verso a perpetuação dos recursos (REVISTA...2019).

O sector de florestas é um dos que vem sofrendo pressão do IDE a par do sector pesqueiro, principalmente do IDE Chinês. A cooperação China - Moçambique ganhou fôlego e grande importância a partir da década de 1990 com a China acessar com alguma intensidade aos recursos e matérias – primas nacionais (CHEMANE, 2019), mas esta exploração de [...] é questionada severamente sobre a sua sustentabilidade.

A exploração florestal chinesa tem levantado muitos problemas ligados ao corte ilegal da madeira. Os problemas associados à exploração comercial da madeira vem se agravando e a China vem sendo indicada como a força motriz destes problemas, uma vez que este país é o maior consumidor da madeira explorada em Moçambique. Devido a este seu envolvimento na exploração da madeira de Moçambique e o aumento dos debates sobre o comércio madeireiro entre África e China, criou-se o Projecto China - África, *Forest Governance Project* que tem em vista o melhoramento da governação das florestas nos países que exportam madeira para China, particularmente Moçambique (MURINGA; NORFOLK, 2017) (observe-se a tabela 2).

3.1.2 Pesca

Afirma-se que se está à beira de extinção de muitos dos recursos pesqueiros ao nível global e que muitos dos principais bancos pesqueiros do mundo necessitam com grande desespero de alívio. É sector que em 2015 contribui para o PIB em 4,5%, em 2016, em 3,6%, 2017, em 4,4% e 2018, em 3,8%. Em Moçambique, a gestão de recursos pesqueiros está dividida entre a legislação nacional que corresponde a Zona Económica Exclusiva (ZEE), correspondente a 200 milhas ao largo da costa. O alto mar, que é tratado como recurso de acesso livre, está sujeito à legislação internacional.

A pesca de camarão tem sido um dos grandes problemas nacionais, porque a sua captura, embora existindo uma legislação que regula a actividade, ela é fraca principalmente para a pesca do alto mar ou de arrasto. Ultimamente incentiva-se a actividade da aquaparkes. A tabela 3 mostra o nível de capturas registadas nos últimos anos e o correspondente em milhões de meticais. Observando a tabela 3, nota-se que existe um decréscimo no pescado capturado, que pode resultar, por falta de fiscalização,

de meios de captura ou mesmo da crise do pescado. A pesca realiza-se no mar e nas águas interiores (albufeiras, rios, lagoas e lagos).

Tabela 3 – Capturas registadas da pesca industrial e semi-industrial (2015-2019)

Descrição	Capturas (t)			Valores (10 ³ MT)		
	2015	2016	2017	2015	2016	2017
	30134	25841	22808	1813142	1610072	1732622

Fonte: Planos económicos e sociais 2015, 2016, 2017

3.1.3 Indústria

O outro sector muito importante na transformação da estrutura económica do país é a indústria, a qual é definida nas políticas do governo, como factor impulsionador de desenvolvimento. Ela pode ser dividida em dois grandes grupos: O extractivo e a Transformadora.

A extractiva foi a que mais contribuiu para o PIB ao longo do quinquénio em análise. Em 2015 contribuiu com 22,5%, em 2016 contribui com 15,6%, em 2017 com 24,0% e em 2018, com 13,8%, representando desta forma o primeiro sector. Como se vem caracterizando, este sector está virado para a exportação e é dominado pelos mega-projectos.

Por sua vez, há a indústria transformadora que é a quarta maior contribuinte para o PIB, mesmo com valores abaixo de 10% por ano no Quinquénio 2015-2019. A questão da aposta na indústria tem sua marca no período colonial, principalmente no governo de Salazar. Segundo Chichava (2011)²², a base industrial de Moçambique é muito fraca e tem um historial de indústrias ligadas à aptidão ecológica do país, ou seja, são indústrias ligadas às culturas de cana-de-açúcar, sisal, coqueiro, do algodoeiro, do chá, do arroz, entre outros. Eram indústrias do início do ciclo de transformações industriais dos produtos que primeiro aparecem em Moçambique. Entretanto, a pouco e pouco foram aparecendo indústrias de refinação do petróleo, laminação de ferro e aço e de montagem de materiais de caminho-de-ferro, e de descasque de caju. Portanto, pode-se afirmar que a indústria moçambicana é basicamente de transformação de produtos primários da agricultura.

²² Chichava, é Doutor em Economia e foi ministro de administração estatal de Moçambique. Ele faz uma análise histórica da evolução da estrutura económica de Moçambique partindo do que era antes da independência nacional.
https://www.academia.edu/8687349/ELEMENTOS_PRINCIPAIS_DA ESTRUTURA_ECONOMICA_Moambique_nates_da_Independencia, acessado a 12/06/2019

Concluindo, o sector primário tem tido maior contribuição para a taxa de crescimento do PIB.

Tabela 4 - Contribuição para taxa de crescimento

Ramos de Actividade	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Agricultura, Produção Animal, Caça, Silvicultura e Pesca		0,4%	0,7%	0,9%	0,7%	1,0%	0,9%	0,7%
Agricultura, Produção Animal, Caça e Silvicultura		0,3%	0,6%	0,8%	0,7%	0,9%	0,9%	0,7%
Agricultura		0,1%	0,4%	0,7%	0,5%	0,8%	0,7%	0,6%
Produção Animal		0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,0%	0,1%	0,0%
Silvicultura		0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,0%	0,0%	0,0%
Pesca, Aquacultura e Actividades dos serviços relacionados		0,0%	0,1%	0,1%	0,0%	0,1%	0,1%	0,0%
Indústrias Extractivas		0,9%	0,4%	0,8%	0,8%	0,7%	1,7%	0,7%
Manufatura		0,1%	0,3%	0,4%	0,6%	0,3%	0,2%	0,1%
Produção e Distribuição de Electricidade e Gás		0,0%	0,3%	0,1%	0,2%	0,1%	-0,1%	-0,1%
Captação, Tratamento e Distribuição de Água		0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Construção		-0,1%	0,0%	0,3%	0,2%	0,1%	-0,1%	0,0%
Comércio, Reparação de Veículos Automóveis		2,0%	0,8%	1,0%	0,9%	-0,2%	-0,3%	0,1%
Transportes, Armazenagem		0,5%	0,3%	1,1%	0,1%	0,1%	0,3%	0,3%
Alojamento, Restaurantes e Similares		0,0%	0,1%	0,1%	0,1%	0,0%	0,0%	0,1%
Informação e Comunicação		0,3%	0,3%	0,3%	0,0%	0,0%	0,2%	0,2%
Actividades Financeiras		0,6%	0,6%	0,7%	0,4%	0,5%	0,2%	0,3%
Actividades Imobiliárias, Alugueres e Serviços Prestados às Empresas		0,3%	0,1%	0,0%	0,5%	-0,1%	0,0%	0,2%
Administração Pública, Defesa e Segurança Social Obrigatória		0,8%	0,2%	0,8%	1,0%	0,5%	0,1%	0,1%
Educação		0,5%	0,4%	0,5%	0,4%	0,1%	0,1%	0,1%
Saúde e Acção Social		0,1%	0,0%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,0%
Outras Actividades de Serviços Colectivos, Sociais e Pessoais		0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
SIFIM		0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Total Valores Acrescentados, preços de base		6,4%	4,5%	7,1%	6,2%	3,3%	3,4%	2,9%
Impostos sobre os Produtos		0,9%	2,5%	0,3%	0,6%	0,5%	0,3%	0,6%
IVA		0,7%	1,6%	0,1%	0,4%	0,6%	0,2%	0,4%
Direitos de Importação		-0,1%	0,3%	0,2%	0,1%	-0,1%	0,0%	0,2%
Outros Impostos sobre os Produtos		0,2%	0,6%	0,0%	0,1%	0,0%	0,1%	-0,1%
Produto Interno Bruto		7,3%	7,0%	7,4%	6,7%	3,8%	3,7%	3,4%

Fonte: INE, 2019

Observando a tabela 4, nota-se que os sectores que mais contribuíram para o crescimento da economia de Moçambique são os da indústria extractiva e da agricultura

variando nos últimos três anos entre 0,6 e 0,7 por cento. O sector da indústria extractiva tem representado uma nova oportunidade para a economia nacional. Fala-se de carvão e gás natural que têm sido grandes contribuintes para o crescimento da economia. O desenvolvimento destas indústrias tem sido uma mais-valia na criação de novos postos de trabalho, além de serem uma oportunidade para outras empresas que participam na construção dos empreendimentos.

Mas, como se pode notar, as indústrias extractivas são das Grandes Companhias Transnacionais (GCT) com poderes mais fortes de negociação, logo, deduz-se que grande parte do lucro de exploração está mais para o exterior. A entrada das GCT como novos actores nas relações internacionais são novas formas de dependência. É uma nova dependência da economia do terceiro mundo que são economias de subsistência que fornecem força de trabalho de baixo custo conforme as exigências determinadas pelos mercados de bens e de capitais e na medida em que as condições locais favorecem novos investimentos e transferências de tecnologia sob a forma de capital em lugar de mercadorias para comercialização.

Os investimentos que entram de estrangeiros retêm o controlo dos sectores mais dinâmicos da economia através do monopólio das patentes e da generalidade dos direitos que impendem sobre a tecnologia moderna. E, como se vem afirmando dentro da tese, os lucros resultantes dos investimentos vindos destas empresas, são escoados os recursos económicos excedentários do país que, de outra forma, poderiam ser usados na promoção do desenvolvimento local, provocando deste modo défices e dívidas que implicam empréstimos e serviços da dívida muito onerosos junto de bancos estrangeiros e instituições internacionais capitalistas como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM) (DOUGHERTY; PFALTZGRAFF JR., 2003).

Este é o cenário que grande parte dos países do terceiro mundo vai viver na sua tentativa de alcançar o desenvolvimento numa situação de dependência. É uma situação que aconteceu nos séculos passados, mas se vai perpetuando no século XXI.

3.2 ESTRUTURA SOCIAL DE MOÇAMBIQUE PERÍODO 2015-2019

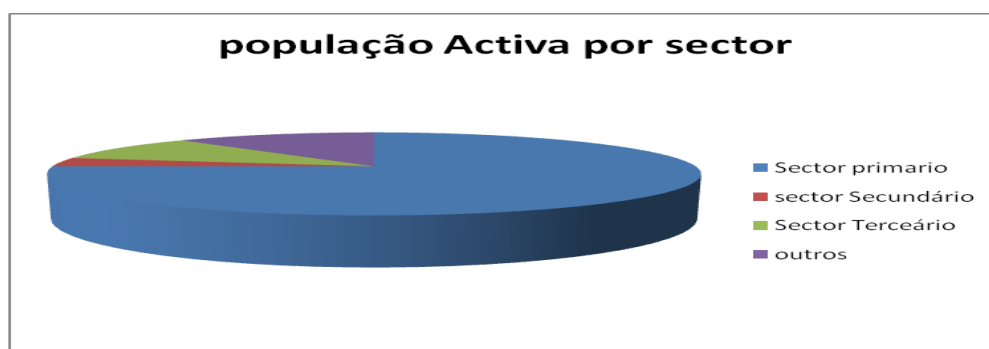
A estrutura social de Moçambique continua a mesma na entrada do século XXI. Apreciando o censo 2017, nota-se que continua uma estrutura jovem, como é característico dos países em via de desenvolvimento. Esta característica é igual à observada no século passado. É uma estrutura assimétrica onde a maior parte da

população analfabeta reside na zona rural representando mais de 50 por cento da população (como mostra o gráfico 4).

Com efeito, Moçambique entra para o séc. XXI com uma população aproximada de 28.000.000 de habitantes e sem alteração na sua estrutura económica e social, continuando com os desequilíbrios de desenvolvimento entre o Centro-Norte e o Sul e entre o campo e as zonas rurais, de acordo com o Censo de 2017 (INE, 2019), como a seguir se analisará. Dos cerca de 28.000.000 de habitantes, 13.348.446, correspondentes a 48% são homens e 14.561.352 que correspondem 52% são mulheres, o que significa que para cada 100 mulheres há 93,5 homens. O nível de fecundidade é de 37,9, representando um decréscimo em relação ao censo de 2007 que era de 42,2, significando isto que em cada mil habitantes, nascem cerca de 38 crianças. Este facto pode justificar-se pelo maior acesso aos cuidados de saúde, maior informação e aos serviços de planeamento familiar. Contudo, em termos estatísticos, a população aumentou em 7.277.398 pessoas, cerca de 35%, o que significa 27,9% em relação ao censo de 2007.

Grande parte da população reside na zona rural, representando cerca de 66,6% e os restantes 33,4% na zona urbana, com uma população economicamente activa de 57,6%. Este número significa um decréscimo em relação a 2007 que era de 69,2%. O facto da grande maioria residir no campo, vai influenciar na ocupação por sectores de actividades. O sector primário (Agricultura, Silvicultura, Pesca, Extração mineira) ocupa cerca de 66,8 % da população activa, seguindo o sector terciário (transportes e comunicações, comércio, finanças e serviços administrativos) com 12,9% e, o sector secundário (Indústria, Manufactureira, Energia e Construção) com 4,5% (vide Gráfico 1).

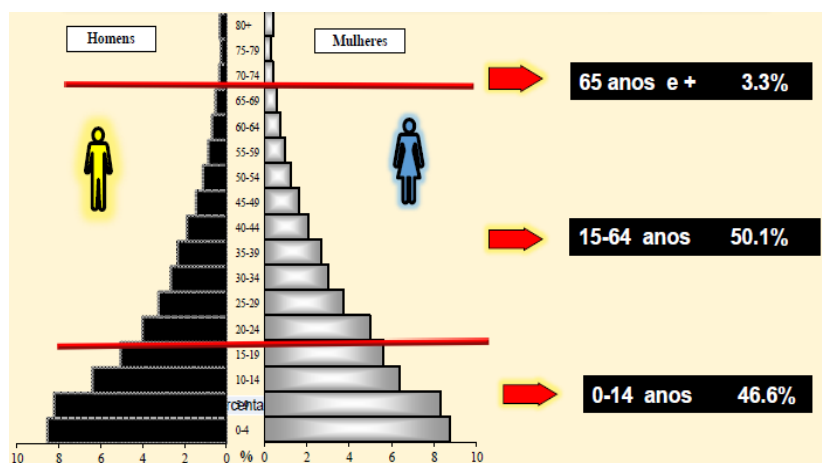
Gráfico 1 - População Activa por Sector



Fonte: Elaborado pelo autor

A distribuição da população activa por actividade económica corresponde à estrutura económica de Moçambique baseada no sector primário. Porém, dada a pobreza do país, esse sector não tem recebido a atenção necessária, apesar de ser declarado como sector impulsionador de desenvolvimento.

Gráfico 2 - Estrutura etária segundo Grupos Funcionais



Fonte: INE, 2019

A estrutura etária segundo grupos funcionais é jovem. Como se pode verificar no gráfico 2, o grupo etário dos 0-14 anos representa 46.6%; dos 15-64 anos, perfazem 50,1% e dos 65 anos e mais, compõem 3,3%. Assim, é notório na figura, que grande parte da população moçambicana concentra-se entre os 0-39 anos.

3.2.1 Educação

Em relação à educação, embora tenha diminuído o nível do analfabetismo relativamente ao período colonial, continua alto com cerca de 39 por cento de analfabetos. Entretanto, para que haja mudança da estrutura económica e social e, para que o desenvolvimento seja uma realidade, seja no sentido tradicional, seja no sentido de desenvolvimento sustentável das nações, a educação assume-se como o principal vector para o triunfo das políticas desenvolvimentistas.

No artigo intitulado: *A Relação entre a Educação e Desenvolvimento*, de Oliveira e Moraes (2016) inferem que a educação, além de promover os novos ciclos de desenvolvimento económico, também é essencial para a compreensão e aceitação dos novos modelos de desenvolvimento que visam a redução das desigualdades, a

solidariedade e a adopção de acções económicas e sociais que reduzam ou não ampliem os impactos ambientais.

Portanto, falar de desenvolvimento e desenvolvimento sustentável, encontra espaço numa população suportada pela educação, não se pretendendo afirmar com isto que as populações ou comunidades não alfabetizadas não entendem nada de desenvolvimento ou desenvolvimento sustentável - longe disso -, pois existem várias formas indígenas de defesa do ambiente ou de uso sustentável dos recursos não escritos²³.

Uma população formada está preparada para a recepção e uso das novas tecnologias que constitui uma vantagem comparativa rumo ao desenvolvimento sustentável. Segundo os dados do censo 2017, Moçambique tem 39.0% da população analfabeta, da qual a maior parte reside nas mulheres (49.4%) que representam 52% da população do país (INE, 2019).

Tabela 5 - Evolução da Taxa de analfabetismo por sexo, 2007/2017



Fonte: INE, 2019

Do total de 39% de analfabetos, 50,7% reside na zona rural e só 18,8% na zona urbana. Existe uma grande diferença entre a população analfabeta da zona urbana da rural, com maior expressão nas mulheres (tabela 5).

Observando os gráficos 1 e 2 as tabelas 5 e 6, e, tendo em conta que a maior parte da população moçambicana é constituída por mulheres e que a sua estrutura etária é jovem, impõe-se ao Estado um maior investimento no sector da Educação, ideia suportada por Gomes ([2019]), ao afirmar que o progresso social a desencadear num

²³ Alguns grupos ameaçados apelam para os direitos territoriais indígenas e igualmente para a sacralidade da natureza para defender e assegurar seu sustento. Com efeito, existem muitas tradições em alguns países nas quais se nota uma preocupação em reservar áreas para conservação, como arvoredos ou bosques sagrados (ALIER, 2007, p.34)

processo de desenvolvimento não é possível sem a existência de um esforço educacional que permita reconverter as estruturas mentais e o próprio quadro das instituições.

A condição mestra do crescimento cumulativo e durável numa economia racional do desenvolvimento é o despertar do meio humano de uma comunidade para um nível de aspirações mais exigentes. Aqui é onde a educação assume um papel fundamental enquanto factor de transformação das mentalidades sociocultural objectivando o alcance de qualquer objectivo traçado superiormente ante as novas tarefas a realizar (GOMES, [2019]).

A percepção deste autor, permite concluir que a erradicação do analfabetismo é uma condição prévia para ser possível instituir um processo de desenvolvimento e diz ainda que não basta a alfabetização para o esforço educacional seja considerado suficiente, existe um mínimo indispensável para que a pessoa se sinta humanamente realizada e a sua actuação seja socialmente útil, tal é a escolaridade obrigatória de 9ª classe no caso moçambicano.

Tabela 6 - Taxa de analfabetismo por sexo segundo área de residência

	Total	Urbano	Rural
Total	39,0	18,8	50,7
Homens	27,2	11,2	36,7
Mulheres	49,4	25,7	62,4

Fonte: INE, 2019

O analfabetismo tem uma maior incidência na zona rural com maior número de população analfabeta a recair sobre as mulheres com uma média de 62,4 por cento, enquanto a mesma classe na zona urbana, o nível de analfabetismo situa-se em 25,7 por cento. Relativamente aos homens, o comportamento é semelhante ao das mulheres se comparado o campo e a cidade. Na zona rural, cerca de 36,7 por cento dos homens são analfabetos, contra 11, 2 por cento na zona urbana (obs. Tabela 6). É um grande indicativo de assimetria entre o campo e a cidade, e olhando aquilo que é a estrutura económica de Moçambique, pode-se concluir que a base da economia que é agricultura é feita por uma camada virada para uma agricultura de subsistência.

3.2.2 Saúde

A saúde é um elemento fundamental na transformação da estrutura económica e social de um país. O desenvolvimento económico tem uma ligação intrínseca com o estado de saúde da população que é o factor de produção e de consumo dos produtos diversos resultantes dos vários sectores de produção.

Segundo Gadelha (2012), a discussão sobre a saúde implica pensar sua conexão estrutural com o desenvolvimento económico, a equidade, a sustentabilidade ambiental e a mobilização política, tornando-se assim parte endógena da discussão de um modelo de desenvolvimento.

De acordo com Wolf (1967):

La salud va adquiriendo una importancia creciente dentro de la estrategia para el desarrollo, lo cual implica el reconocimiento de que la salud, como inversión en recursos humanos, conduce al mejoramiento de uno de los tres elementos mas importantes del crecimiento económico: recursos naturales, capital y recursos humanos (WOLF, 1967, p.289).

Depreende-se nesta citação que o autor coloca a saúde como um sector da vida económica de um país que está em todas as esferas. Não se pode falar de desenvolvimento sem se ter em conta a saúde dos seus intervenientes ou actores. Ela é importante para manter a produtividade da força de trabalho e para permitir que as crianças utilizem eficazmente as inversões na educação necessárias para o desempenho das suas funções futuras (WOLF, 1967; AGUDELO, 1999).

Este é um indicativo de que a falta de saúde vai afectar a força de trabalho, afecta o desenvolvimento económico do país, faz com que o país perca as suas capacidades laborais com as mortes prematuras ou mesmo com as reformas antecipadas ditadas pela incapacidade laboral do trabalhador.

Ainda sobre a saúde, Gadelha (2012), diz possuir uma dupla dimensão na sua relação com o desenvolvimento. É parte do sistema de protecção social, constituindo um direito de cidadania. E a base produtiva em saúde - de bens e serviços - constitui um conjunto de sectores que geram crescimento e têm participação expressiva no PIB e no emprego formal. A saúde é também vista como uma medida de comparação entre o Sul e Norte Global. O mesmo autor, ainda em relação a este aspecto, informa que a questão geral que divide as nações entre o mundo desenvolvido e os outros mundos se expressa

de forma arrebatadora na área da saúde, evidenciando que somos parte não autónoma de um determinado modelo histórico de desenvolvimento.

Analisando as estatísticas fornecidas pelo INE (2019) sobre o censo geral da população 2017 mostram que é um desafio para Moçambique a superação do problema que afecta o sector de saúde que de uma ou de outra forma afecta a estrutura social do país. Reconhecendo a desafiante tarefa de transformar ou aproximar a saúde ao serviço da comunidade ou ao serviço de desenvolvimento inclusivo, Gadelha (2012), em sua análise entende que:

O desafio que se coloca para o aprofundamento da reforma sanitária em bases contemporâneas é o de pensar, articular e implementar os princípios constitucionais de universalização, de equidade e de integralidade do sistema de saúde com uma transformação profunda da base produtiva, tendo o complexo da saúde como um elo forte e estratégico da economia. Essa transformação implica elevar o peso dos segmentos produtivos de bens e serviços de saúde que atendem a demandas sociais e que incorporam um grande potencial de inovação e de transformação advindo das ciências da vida (GADELHA, 2012, p.4)

A preocupação do governo de Moçambique, como de qualquer país em vias de desenvolvimento, é de prover serviços curativos através da construção de novas unidades sanitárias e centrar também, na promoção do serviço materno infantil. Ou seja, os governos têm maior preocupação com os grupos etários mais vulneráveis, residentes em zonas com menor acesso aos serviços de saúde. A verificar-se isto, Agudelo (1999, p. 23), classifica que: “o impacto na saúde e no desenvolvimento é marginal, porque contribuem só a modificar parcialmente a qualidade de vida de uma parte da população que utiliza os serviços assistenciais, sem incidir sobre a esperança de vida da maioria da população”.

Neste sector, a análise vai-se centrar na mortalidade infantil, esperança de vida, saneamento e fonte de água, dada a vastidão da abrangência deste sector no desenvolvimento dos países e do indivíduo.

3.2.3 Mortalidade

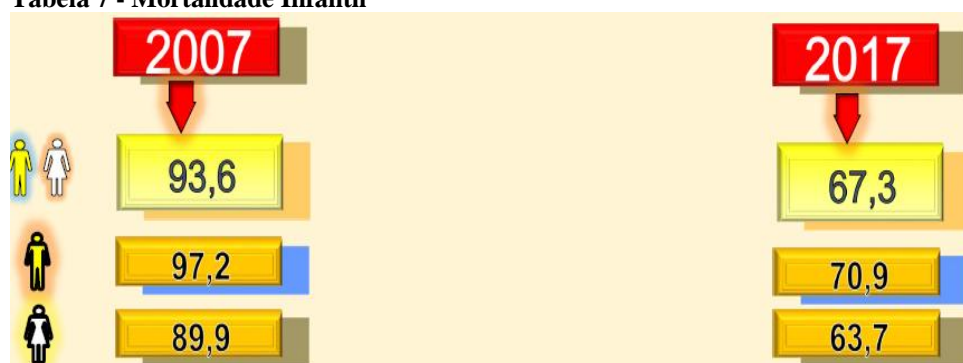
A mortalidade é tida como expressão do número de mortos que se regista numa área concreta durante um período de tempo, geralmente é avaliada por ano. Dentro da mortalidade, vai-se analisar a mortalidade infantil por se entender que o desenvolvimento de um país estará sempre ligado à redução das taxas de mortalidade infantil, factor determinante para o enriquecimento da futura força do trabalho.

É no acompanhamento das taxas de mortalidade na infância que os Estados têm a oportunidade para o desenvolvimento de estratégias preventivas direccionadas à redução do risco de morte nessa faixa etária por meio de políticas públicas relacionadas à saúde das crianças (FRANÇA *et al*, 2017). A mortalidade infantil deve ser vista como um grave problema de saúde pública mundial, pois, apesar da diminuição global de seus índices, ainda é uma realidade em vários países em desenvolvimento, onde não existem condições efectivas de oferecer serviços de saúde digna (SANDERS *et al*, 2017).

Para a concepção de políticas públicas no sector de saúde, é importante o conhecimento da evolução da mortalidade infato-juvenil pelas autoridades ou governo de um determinado país. As taxas de mortalidade infantil estão intimamente ligadas às condições culturais, ambientais, sócio-demográficas e infra-estruturais de um país. Em países em desenvolvimento assiste-se a uma tendência de melhoramento dos índices de mortalidade infantil ao mesmo tempo que se assiste a uma subida das taxas de nascimento. Em teoria, segundo Fernandez ([2019]), estes países encontram-se no regime pré-transicional, dado que têm altas taxas de mortalidade infantil (observa-se tabela 7), baixa produtividade agrícola (vide tabela 4), paupérrimo desenvolvimento dos sistemas de transporte e as redes de comércio e intercâmbio, a instabilidade política e social associada aos recorrentes conflitos laborais.

Sintetizando, estão a sair do regime tradicional, onde encontramos um relativo equilíbrio do tamanho da população, conseguido à expensas de altas taxas de mortalidade e de natalidade, para um regime de transição que com a melhoria dos sistemas de produção agrícola e da riqueza crescente, acompanhados pelo desenvolvimento do comércio e uma indústria urbana incipiente, criam melhores condições de vida que vão possibilitar a redução da mortalidade e precipitam o começo da transição demográfica.

Tabela 7 - Mortalidade Infantil



Fonte: INE, 2019

A tabela 7 mostra que, independentemente de ter havido em 2017, uma ligeira diminuição da taxa de mortalidade infantil com um ritmo médio de cerca de 26,3% relativamente ao Censo de 2007, ela continua sendo alta dado que está na ordem dos 67,3%.

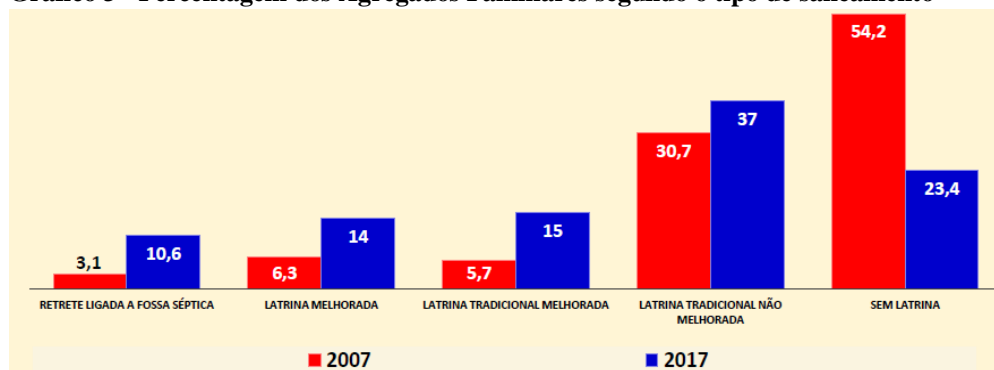
3.2.4 Saneamento

Saneamento é o conjunto de medidas que visa preservar ou modificar as condições do meio ambiente com a finalidade de prevenir doenças e promover a saúde, melhorar a qualidade de vida da população e à produtividade do indivíduo e facilitar a actividade económica (BAPTISTA, 2012).

Este conceito ganha mais alargamento ou amplitude em Kronemberger *et al* (2011), ao afirmar que o Saneamento ambiental abrange aspectos que vão além do saneamento básico, englobando o abastecimento de água potável, a colecta, o tratamento e a disposição final dos esgotos e dos resíduos sólidos e gasosos, os demais serviços de limpeza urbana, a drenagem urbana, o controle ambiental de vectores e reservatórios de doenças, a disciplina da ocupação e de uso da terra e obras especializadas para protecção e melhoria das condições de vida.

Conforme se pode verificar no gráfico 3, pode-se concluir que Moçambique tem graves problemas relacionados com o saneamento do meio. Cerca de 23,4 por cento da população moçambicana não tem latrina, satisfaz as suas necessidades ao céu aberto (matas ou nas águas) e 37 por cento em latrinas não melhoradas e só 39,6 por cento é provedora de condições mínimas de saneamento básico. Ou seja, cerca de 60,4 por cento da população não é provedora de condições dignas de saneamento básico. E, como consequência imediata deste problema, são as doenças de transmissão feco-oral, como as diarreias e cólera.

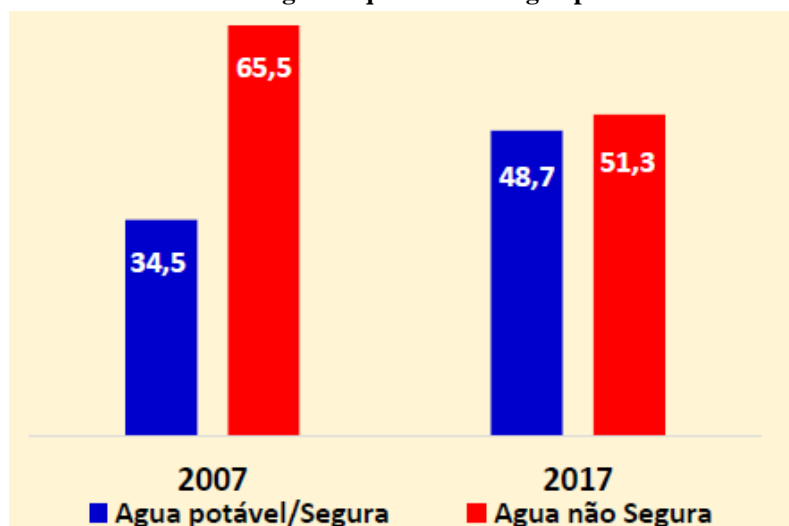
Gráfico 3 - Percentagem dos Agregados Familiares segundo o tipo de saneamento



Fonte: INE, 2019

A qualidade da água consumida pela população faz parte da qualidade de saneamento provida por uma determinada população. No caso de Moçambique, 51,3 por cento da população é provedora de água não segura (como atesta o gráfico 4).

Gráfico 4 - % do AFs segundo qualidade de água para beber



Fonte: INE, 2019

A precariedade do saneamento em Moçambique é uma ameaça à saúde da população. Pode-se concluir que o saneamento, adicionado aos problemas relacionados com a saúde e desnutrição crónica, são a causa da mortalidade infantil e pode-se definir como um problema de saúde pública. Portanto, a estrutura social de Moçambique, embora tenha melhorado relativamente aos períodos anteriores, constitui um desafio para o governo de dia.

3.3 REFLEXÕES SOBRE A ESTRUTURA ECONÓMICA, SOCIAL E AMBIENTAL DE MOÇAMBIQUE 2015-2019

Caracterizada a estrutura económica e social de Moçambique ao longo do tempo, é o oportuno trazer aqui alguma visão de alguns economistas que fazem uma perspectiva da estrutura económica e social de Moçambique ao longo do período em análise e ao longo do século XXI. Mosca (2005) é um destes autores que aborda com profundidade os desafios da estrutura económica. Além do Mosca (2005), Massarongo (2013), também faz uma leitura sobre como Moçambique pode evoluir para uma estrutura económica e social não assimétrica.

Mosca (2005) começa por afirmar que os desafios do século XXI são imensos e possuem contextos internacionais não favoráveis para a África Subsariana (ASS) e também para Moçambique, pelo menos a médio prazo. Conclui que as características fundamentais da estrutura económica colonial foram mantidas mesmo no período da experiência socialista em Moçambique e aprofundadas com o advento do ajustamento estrutural. Destacam-se algumas características mantidas e que fazem parte da actual estrutura económica do País:

Relações de dependência e subordinação a interesses e centros de decisão localizadas fora do país; assimetrias profundas no desenvolvimento e na distribuição dos rendimentos, entre as três regiões (Sul, Centro e Norte) do país, com uma elevada percentagem da população a viver abaixo da linha pobreza; a existência de clivagens e simultaneamente de funcionalidades entre a economia «moderna» e a «tradicional», que garantem a transferência de recursos e a concentração da acumulação no primeiro e onde o desenvolvimento (crescimento) do segundo depende das necessidades de reprodução do primeiro; a debilidade das infra-estruturas de transportes, de comunicações, da rede comercial no meio rural, das infra-estruturas produtivas na agricultura, é contraposta com algum desenvolvimento das infra-estruturas associadas à prestação de serviços para as economias do *hinterland*, principalmente os portos e os corredores de Maputo, Beira e Nacala e que não articulam as principais zonas económicas do país; O nacionalismo económico nem sempre favoreceu as melhores opções de investimento (MOSCA, 2005 p.452).

Portanto, dentro das suas conclusões, o autor afirma que:

Moçambique é um país exportador de matérias-primas; é fortemente dependente do exterior para o financiamento do défice da balança de pagamentos. A agricultura e o meio rural continuam sendo, apesar da importância atribuída aos grandes projectos e ao investimento directo estrangeiro na indústria e nos serviços, o sector que mais produz e que maior número de emprego garante. O défice da balança de pagamentos é crónico; os níveis de formação e a capacidade, tradição e experiência de gestão estão

assentes em aspectos culturais e foram dificultados por obstáculos impostos aos moçambicanos, antes da independência (MOSCA, 2005 p.452).

Olhando para a abordagem do Mosca (2005), pode-se afirmar que de facto não houve uma mudança na abordagem da estrutura económica de Moçambique. A agricultura continua sendo o sector mais importante, contudo, com menos atenção que os outros sectores. É uma agricultura que precisa de grandes investimentos em insumos agrícolas (com as consequências que advêm do uso destes), mas seria para inverter o cenário actual; por outro lado, já na época salazarista, décadas de vinte e sessenta do século vinte, a indústria passou a ser uma aposta para o crescimento da economia da metrópole, actualmente, assiste-se um grande investimento na indústria extractiva, também, virada para a metrópole.

A mudança da estrutura económica baseada numa indústria extractiva, como é a aposta do governo, pode trazer problemas sérios na problemática do ambiente. São indústrias poluidoras grande parte delas e ao serviço das superpotências e dos estados centrais, com grande capacidade de negociação e/ou de imposição dos seus princípios, principalmente por Moçambique não tem capacidade de impôr os seus princípios pela fraqueza e pela ânsia de desenvolvimento a todo o custo. Portanto, a economia de Moçambique é dependente do exterior, com uma balança de pagamento sempre deficitária. Continua dependente da agricultura que mesmo tido como sector de maior preponderância, recebe pouca atenção.

A evolução da economia global poderá vir a caracterizar-se por uma diminuição das diferenças de rendimento entre países ricos e pobres, devido a não declínio nos rendimentos das sociedades mais afluentes, mas graças a uma rápida aproximação por parte das outras (SACHS, 2008, p.217). A preocupação do mundo global neste século XXI é o desenvolvimento sustentável. é o controlo do descolo antrópica na exploração dos recursos naturais. Segundo Ely (1990), o homem é o foco principal das atenções e, como tal, tem uma posição de destaque nos demais subsistemas através de progresso económico e do avanço tecnológico.

A história dos problemas e catástrofes ambientais é antiga, mas a dimensão actual tem o seu início com a emergência da revolução industrial no séc. XIX. Contudo, só a partir da década de 60, que um número considerável de economistas e ambientalistas interessam-se pela questão ambiental. Entretanto, em relação a Moçambique, durante o período colonial e, mesmo no período posterior à independência a preocupação pelos problemas ambientais nunca foi prioridade. Foi e é

uma característica dos países em vias de desenvolvimento com uma economia baseada no sector primário e extractivista. A preocupação com o meio ambiente em Moçambique é da década de 80 do século passado com a criação do Instituto Nacional de Planeamento Físico que depois evolui para Ministério de Coordenação Ambiental. E só em 2004 através do Decreto nº 45/2004, de 29 de Setembro, aprova-se o Regulamento sobre o Processo de Avaliação do Impacto Ambiental (Boletim da República, 2004). A partir daqui foram aprovadas várias legislações sobre o ambiente.

Tendo em conta que durante várias décadas a questão ambiental não foi prioridade na prática, no próximo capítulo vai-se fazer análise do Plano Quinquenal do Governo e dos Planos Económicos e Social além de outra documentação importante para a análise do grau de acometimento do governo nos problemas ambientais. Para tal, primeiro vai-se debruçar sobre a Estratégia Nacional de Desenvolvimento 2015-2035.

3.4 INVESTIMENTO DIRECTO ESTRANGEIRO E SUA INFLUÊNCIA NA ESTRUTURA ECONÓMICA E SOCIAL DE MOÇAMBIQUE

Um dos aspectos que tem merecido atenção no desenvolvimento económico de Moçambique é o investimento que recebe dos parceiros, que pode ser multilateral, como pode ser bilateral. O Investimento Directo Estrangeiro em Moçambique tem merecido muita atenção dado o seu papel no desenvolvimento económico do país e tem vindo a crescer de ano para ano.

De acordo com Sambo (2019), o crescimento do IDE está associado a três factores principais:

i) O clima de paz e a relativa estabilidade macroeconómica que caracterizou Moçambique nas últimas duas décadas após assinatura dos acordos de paz; ii) a abundância dos recursos naturais (complexos minerais energéticos) no território, bem como a vantagem da sua localização costeira que se afigura estratégica para o acesso ao comércio internacional dos países do interior e vice-versa; iii) o favoritismo político ao IDE que caracterizou os sucessivos governos eleitos desde as primeiras eleições gerais de 1994, caracterizado por políticas contínuas de incentivo aos projectos do IDE, principalmente através de reduções fiscais ou isenções e facilitações para a sua materialização (SAMBO, 2019, p.337).

Compulsando o relatório da UNICEF (2019), o IDE cresceu muito logo depois dos Acordos Gerais de Roma em 1992 que garantiram a Paz. De 2000 a 2014 houve crescimento do IDE tendo começado a declinar-se a partir de 2014. Grande parte dos IDE estava ligada a mega-projectos de indústria extractiva. Só de 2010 a 2013

verificou-se um grande aumento do IDE, de US\$ mil milhões para US\$ 6,2 mil milhões maioritariamente de mega-projectos e os de não mega-projectos aumentaram para US\$ 2,6 mil milhões em 2015, altura em que Moçambique entra em crise da dívida e a consequente desaceleração da actividade económica como se pode notar no gráfico 5. Este gráfico mostra ainda que a partir de 2014, depois de ter atingido o apogeu de crescimento em 2013, o IDE começou a declinar continuamente todo o quinquénio (2015-2019), em razão da descoberta das dívidas ocultas que Moçambique contraiu.

Gráfico 5 - Contribuição dos Mega-projectos no Investimento Directo Estrangeiro



Fonte: UNICEF, 2019

É importante ressaltar que, independentemente da retirada da ajuda externa, os principais 10 investidores do país mantiveram-se basicamente os mesmos entre 2010 e 2017. Estes são liderados pelos Emiratos Árabes Unidos, seguidos das Maurícias. O IDE chinês está concentrado no sector de construção, enquanto o IDE de países como a Itália e a Austrália está associado aos recursos naturais. Foram recebidos fluxos consideráveis de IDE dos EUA, especialmente entre 2012 e 2014. Os investimentos sul-africanos são relativamente reduzidos comparativamente aos de outros países, mas

aumentaram em 2016. Outros actores importantes são Portugal e o Brasil (UNICEF, 2019).

Olhando ligeiramente a contribuição dos estados da semi-periferia para IDE, com destaque para o Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (BRICS), pode se aferir que a escolha é para a China que tem tomado dianteira na sua relação com Moçambique. Segundo Sambo (2019), nos últimos anos tem-se notado um certo ganho de protagonismo do IDE Chinês nas tendências gerais de investimento face aos restantes BRICS, como em relação aos outros países investidores em Moçambique. Acrescenta ainda que, a partir de 2014, o IDE da China assumiu a posição de crescimento estável e acentuado que, por conta da queda do IDE da África do Sul, elevou significativamente o seu peso no investimento dos BRICS, tendo compensado a queda do IDE da República da África do Sul (RSA) em relação aos demais BRICS. Continuamente é referido que até 2017, o IDE Chinês era responsável por 87 por cento do IDE dos BRICS e o IDE dos BRICS representava 55 por cento do IDE total registado em 2017. Conclui-se que existe uma tendência hegemónica do IDE da China sobre a economia moçambicana.

Devido a este maior envolvimento da China na economia moçambicana, muitas questões são colocadas, como por exemplo, se Moçambique não estaria perante uma nova colonização ou neo-colonização, mesmo sabendo que a base de cooperação chinesa é *win-win*? China tem maior interesse na área florestal, construção de infra-estruturas, pesca e recursos minerais. Em relação a área florestal, “Moçambique vem sendo considerado nos últimos anos um dos maiores fornecedores de madeira para a China entre os países africanos, o que representa cerca de 90 por cento do total das exportações do País para a China (MURINGAK; NORTFOLK, 2017). Aliás, estes autores e outros que se debruçam sobre as relações China-Moçambique resumem-nas dois prismas: por um lado, económico - que se caracteriza em oferecer maior privilégio às empresas chinesas em relação às moçambicanas e ainda, a ajuda, doações, perdão da dívida, com rosto amigável, mas, na prática equivalem à *tied aid*, pois os recursos naturais são pilhados em troca, e isso não gera desenvolvimento social, mas sim dependência económica; e por outro social - expropriação de terras, destruição de florestas e do meio ambiente e sobretudo, exploração de mão-de-obra local com recurso à violência física e moral, exclusão social e exteriorização dos moçambicanos.

A tabela 8 mostra como as importações foram evoluindo ao longo do quinquénio 2015-2019 dentro das relações China Moçambique e Índia Moçambique, destacando-se a maior importação nas relações Moçambique China.

Tabela 8 - Importações de Bens por País de Origem (USD milhões)

Descrição	2015	2016	2017	2018	2019
China	874,3	379,9	448,5	726,8	783,2
Índia	316,5	295,9	409,9	445,7	421,0

Fonte. Compilação BM/DER

A tabela 9 apresenta os produtos que Moçambique mais importa destacando-se a maquinaria, gásóleo, automóveis, cereais e gasolina.

Tabela 9 - Principais produtos de importação (10³ USD)

Produtos	2015	2016	2017	2018	2019
Maquinaria	—	1.063.098	844.791	1.131.150	—
Gasóleo	—	379.310	517.925	669.716	—
Cereais	—	301.417	365.022	457.358	—
Automóveis	—	204.858	204.930	349.492	—
Gasolina	—	151.335	185.556	222.942	—
Medicamentos	—	172.013	165.501	156.217	—
Óleo alimentar	—	68.895	60.903	123.056	—
Energia eléctrica	—	223.635	269.056	241.852	—
Cimento hidráulico	—	67.847	73.056	66.445	—
Cervejas	—	24.515	17.121	32.406	—
Açúcar	—	9.171	7.121	-	—

Fonte: INE: Anuários económicos 2016, 2017 e 2018

Portanto, um dos maiores problemas relacionados com o IDE da China é a forma como os recursos são explorados por este país, fazendo com que a sociedade civil e outros actores não estejam cómodos com a cooperação Moçambique - China. Em relação a este aspecto, Mabucanhane (2015) aborda nos seguintes termos:

Os dilemas da cooperação Moçambique – China, ou seja, exploração desenfreada de madeira, dos mariscos e outros recursos naturais moçambicanos, para além, da desumana exploração da mão-de-obra, estão associados, principalmente à incapacidade dos arranjos institucionais. Isto porque as questões sobre a acumulação primitiva da elite política moçambicana não têm como génese a nova era de cooperação com a China, mas estão associados com o modo como Moçambique criou o seu ambiente e arranjo institucional, sob assistência técnica e financeira dos países centrais (MABUCANHANE, 2015, p.21).

O autor sustenta esta afirmação com o seguinte argumento: Moçambique tem sido burlado por muitas empresas que não sejam chinesas. Começando mesmo pelo orçamento do Estado que é dependente dos donativos do G 19, anualmente este grupo de países da OCED ameaça não continuar a alocar os seus donativos ao orçamento do

Estado moçambicano devido a desgastante falta de transparência no uso dos mesmos pelo governo moçambicano. Indica um relatório CIP de Fevereiro de 2015 que mostra como as multinacionais americana e italiana, Anadarko e Eni, respectivamente, conseguiram assegurar contratos generosos nos Projectos de Gás Natural Liquefeito nas áreas 1 e 4 na bacia do Rovuma, na província nortenha de Cabo Delgado, e no relatório nº 12 de 2014 do CIP deplora-se ainda a exploração das areias pesadas de Moma pela empresa Kenmare que nem se preocupa com o pagar impostos e nem desenvolvimento económico e social local, conforme o previsto nos contratos de concessão.

Desta forma, a relação entre Moçambique - China está dentro daquilo que Theotonio dos Santos descreve como uma economia em que determinados estados estão condicionados pelo desenvolvimento e expansão de outra economia a qual a primeira encontra sujeita. Para Theotonio dos Santos, não existe uma interdependência quando uma economia dominante pode realizar uma expansão autosustentada, mas uma economia dependente não pode fazer o mesmo, excepto enquanto complemento dessa mesma expansão e condicionado pela economia dominante (DOUGHERTY; PFALTZGRAFF JR., 2003).

O IDE torna os países dependentes mais dependentes ainda, tanto que eles recebem o investimento, em contrapartida são sujeitos a contracção da dívida para empréstimos que os torna reféns de instituições multilaterais ou mesmo da dívida bilateral.

Observando a tabela 8, pode-se notar que a fonte de crescimento de Moçambique tem sido os mega-projectos extractivistas (alumínio, carvão, gás natural, etc.) que são propriedades estrangeiras. Este padrão de crescimento, puxado pelo IDE em recursos naturais, reforça a desarticulação sectorial e social de Moçambique, nos [...] da teoria da dependência. Como a produção dos sectores dinâmicos moçambicanos são mega-projectos significa que estava voltada para a exportação, gerando-se um desbalanceamento entre departamentos de consumo e de bens de capital, uma desarticulação social e a transferência de capitais do valor criado localmente para outros países centrais que são na prática os administradores dos mega-projectos (NOGUEIRA *et al*, 2017). Este pensamento é ainda sustentado no seguinte trecho:

Os investidores em mineração e no agro-negócio têm interesses convergentes em Moçambique, principalmente através da criação e utilização de uma infraestrutura voltada para a exportação, facilitando o acesso aos mercados da Ásia e, também através da criação de demanda e oferta de determinados produtos, como fertilizantes químicos (NOGUEIRA *et al*, 2017, p. 240).

O IDE que tem sido responsável pelo desenvolvimento de Moçambique acaba exercendo uma função retardadora de desenvolvimento porque, além de estar centrado nos recursos naturais, não deixa valor significativo dos seus lucros internamente, o que leva à falta de emprego, agravamento da pobreza e ainda problemas ambientais muito graves típicos de uma economia extractivista.

Tabela 10 Indicadores macroeconómicas (PIB de Moçambique)

	2015	2016	2017	2018	2019
PIB (Preços Correntes (MT)	591.677	689.213	804.464	887.806	
Taxa de Crescimento		3,8	3,7	3,4	

Fonte: INE: Anuários económicos: 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019

Esta situação vai contribuir negativamente para o PIB que as suas taxas foram variando entre 3,8, 3,7 e 3,4 por cento nos anos 2016, 2017 e 2018 (observe-se tabela 10), respectivamente. Ora, relacionando o PIB e o número da população que no período em análise era aproximadamente 28 milhões de habitantes, pode-se concluir que este é consumido a priori pela população, fazendo com que para o seu funcionamento tenha que recorrer ao IDE. Por outras palavras, está-se afirmando que olhando para o PIB e para a população de Moçambique, dificilmente Moçambique estaria em condições de aplicar políticas que trouxessem um desenvolvimento sustentável, por causa da sua dependência à finança internacional.

Associado a este aspecto, Acosta (2013, p. 66) afirma que “a abundância de recursos naturais [...] tende a distorcer a estrutura económica e a alocação de factores de produção: a renda é redistribuída regressivamente e a riqueza é concentrada em apenas algumas mãos”. Esta observação do autor desmonta claramente a política do extractivismo na medida em que está virado para o mercado externo e pouco se importa com a insustentabilidade ambiental, mesmo com a exaustão dos recursos, concentrando-se somente com o lucro. Pode-se concluir que o IDE em Moçambique está intimamente ligado aos problemas do meio ambiente, não gerando benefícios para o país.

3.5 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

A estrutura económica e social dos países periféricos está intimamente ligada às heranças históricas como a colonização e decisões internas equivocadas que beneficiavam grupos parasitários em detrimento da nação. O défice na educação da população transportada desde o período colonial, o défice no sistema de saúde e de saneamento, a economia baseada em exploração intensiva dos recursos naturais para alimentar os países centrais, os problemas relacionados com a dívida externa, torna os países periféricos, como Moçambique, ainda mais dependentes dos países hegemónicos.

A participação dos países dependentes na economia-mundo torna-os cada vez dependente dada a inexistência de uma estrutura económica forte capaz de ombrear com as economias hegemónicas. Isso porque, na conformação da economia internacional, ao se vincular a um mesmo mercado economias que apresentam graus variados de diferenciação do sistema produtivo, cria-se uma estrutura de relações de dominação do centro em direcção a periferia.

Portanto, a estrutura económica e social de Moçambique, de acordo com a teoria de dependência, não evoluiu nas diferentes fases de que passou. Continuou a ser uma estrutura económica e social dependente da exploração da agricultura e de recursos naturais. A sua participação na divisão internacional de trabalho, como periferia, está mais para a exportação das matérias-primas e consumidor dos produtos acabados. A sua estrutura social é jovem, precisando de entrar na transição, apresenta défice na educação, com altos índices de analfabetismo, na saúde que está mais virada para saúde curativa e com problemas sérios de saneamento do meio.

4 ESTRATÉGIA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO (2015-2035) E SUA RELAÇÃO COM O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE MOÇAMBIQUE

Este capítulo tem como objectivo analisar a Estratégia Nacional de Desenvolvimento 2015-2035 (END), bem como os documentos que a detalham, quais sejam o Plano Quinquenal (2015-2019), a Agenda 2025 e os Planos Económicos e Sociais de 2015 até 2019, em busca do conteúdo do Desenvolvimento Sustentável nos documentos.

A Estratégia Nacional de Desenvolvimento de 2015-2035 é a base de todas as acções desenhadas nos planos operacionais para o quinquénio 2015-2019. As prioridades definidas na END são: o aumento da competitividade da economia através da sua diversificação; a aposta nos pólos de desenvolvimento; o investimento do capital humano, em infra-estruturas e na pesquisa e inovação e, ainda, a necessidade de se assegurar uma maior ligação entre os recursos minerais e outros sectores da economia e foram desenhados quatro pilares que serão descritos e analisados no desenvolvimento do capítulo.

O argumento central deste capítulo é o de que as prioridades definidas na END não contemplam questões relacionadas ao desenvolvimento sustentável, entendido aqui como um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direcção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional harmonizam-se e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas, conforme referido no capítulo 2.

A análise da END tem em vista confrontar os objectivos traçados por Moçambique e a busca por “desenvolvimento sustentável”, tendo em conta que a base para o desenvolvimento económico do país é dependente da exploração e utilização intensiva dos recursos naturais, sendo que maior parte da população activa é jovem e depende da agricultura de subsistência, conforme foi abordado no capítulo anterior.

A metodologia seguida para atingir o objectivo central do capítulo consistiu na revisão da bibliografia e análise de documentos que tratam da matéria, como é o caso da END, do Plano Quinquenal do Governo (PQG) 2015-2019, dos planos económicos e Sociais (PES) do período em análise, e das Agendas 2025 e 2030. Desta documentação procurou-se fazer levantamento e análise dos termos relacionados com o desenvolvimento sustentável e outros termos relacionados com as questões ambientais entre eles: sustentabilidade ambiental, ecologia, preservação, protecção, mitigação,

adaptação, agro-ecologia e de conhecimentos tradicionais sobre o meio ambiente e desenvolvimento, com o objectivo de aferir quantas vezes estes conceitos são mencionados e como eles são tratados.

O capítulo está organizado em quatro subcapítulos, excluindo a parte introdutória do capítulo. No primeiro subcapítulo faz-se um breve historial sobre a planificação estratégica em Moçambique pós-colonial. Define-se a END ao mesmo tempo que se faz um levantamento sobre os conceitos de desenvolvimento sustentável e meio ambiente. Analisa-se a relação entre a END e o desenvolvimento sustentável. Em seguida, apresenta-se o PQG e os PES e busca-se a sua ligação com o desenvolvimento sustentável como instrumento operacionalizador da END, e faz-se a análise da abordagem sobre o Desenvolvimento Sustentável (DS) e meio ambiente. Depois, apresenta-se o Orçamento do Estado (OE), no qual se analisa a distribuição dos recursos financeiros em prioridades. Por fim, no quarto subcapítulo, faz-se uma análise estrutural sobre os vários instrumentos analisados para aferir qual é o sentido do termo DS na estratégia política de Moçambique tendo em conta os vários factores analisados.

4.1 ESTRATÉGIA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DE MOÇAMBIQUE 2015-2035

A estratégia de desenvolvimento é uma “visão” de para onde se quer levar a economia (SICSÚ & CASTELAR, 2009). É um conjunto de metas, instrumentos e responsabilidades explicitadas em um programa plurianual de políticas públicas, que seja percebido pela sociedade como factível, legítimo e objecto do comprometimento governamental. O termo estratégia encontra-se na teoria militar, de onde foi adoptado, significando a utilização do combate para atingir a finalidade da guerra (CHRISTENSEN; ROCHA, 1995).

No contexto organizacional, a estratégia corresponde à capacidade de se trabalhar contínua e sistematicamente no ajustamento da organização às condições ambientais que se encontram em constante mudança, tendo sempre em mente a visão de futuro e a perpetuidade organizacional. No geral, o principal norte da “estratégia” diz respeito a ser capaz de posicionar-se correctamente frente às situações de incertezas e turbulências do ambiente, seja ele no plano financeiro, seja no âmbito de suas actividades internas. Ela deve orientar-se pelas seguintes características: estar relacionada com a adaptação da organização a um ambiente mutável, estar orientada

para o futuro, ser compreensiva, ser um processo de construção de consenso e ser uma forma de aprendizagem organizacional (MATOS, 1999).

A Estratégia de Desenvolvimento de Moçambique está, em grande parte, virada para o Investimento Directo Estrangeiro (IDE), ligado à exploração de recursos naturais. O que acontece, de facto, é que o investimento externo, para além de ter acesso a recursos naturais a baixo custo, conta com uma estratégia de investimento público focada no desenvolvimento de infra-estruturas e factores de produção virados para servir às suas estratégias de extracção de recursos, levando a que as pequenas e médias empresas tenham dificuldades de sobrevivência. Todos estes factores analisados a pormenor terão, certamente, influência na conceptualização dos limites de desenvolvimento sustentável de Moçambique.

A estratégia deve criar a capacidade para continuar a gerar crescimento que depois resulte em desenvolvimento, porque ela centraliza os vários planos nacionais de desenvolvimento. A falta de uma maior aceleração do crescimento pode resultar no não cumprimento dos objectivos de desenvolvimento. Porque a estratégia é um conjunto de metas com indicativos de onde se pretende levar a economia. Moçambique lançou a sua estratégia com um período de duração de vinte anos, a Estratégia Nacional de Desenvolvimento 2015-2035

A Estratégia Nacional de Desenvolvimento aborda todos os passos a serem seguidos com vista a atingir um determinado objectivo. Assim, concordamos com os autores quando dizem que uma estratégia bem elaborada:

É um instrumento de mudança. Se bem concebida e implementada, ela pode reduzir o risco e alongar os prazos do investimento, elevando sua eficiência, principalmente se for percebida como válida para além do ciclo eleitoral. Para o sector público, em especial, uma estratégia de desenvolvimento é fundamental para orientar e dar consistência intertemporal às suas políticas, actividades e investimentos, melhorando a qualidade da gestão e a eficiência do seu gasto (SICSU; CASTELAR, 2009, p. 9).

Para abordar a END de Moçambique, é importante recuar um pouco na história do país e retomar o discurso sobre o desenvolvimento em Moçambique. O discurso histórico da END tem o seu epicentro nas directivas do 3º Congresso da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO)²⁴. O histórico sobre a estratégia de

²⁴ Frente de Libertação de Moçambique, fundado a 25 de Junho de 1962, pela União de três movimentos nacionalistas UDENAMO (União Democrática Nacional de Moçambique), MANU (União Nacional de Moçambique) e UNAMI (União Nacional de Moçambique Independente), que sob a Direcção de Eduardo Chivambo Mondlane, iniciou a luta armada de libertação de Moçambique a 25 de

desenvolvimento em Moçambique subdivide-se em três grandes períodos: o de Plano prospectivo Indicativo (PPI), o Programa de Reabilitação Económica (PRE) e a Estratégia Nacional de Desenvolvimento 2015-2035.

O PPI foi uma resposta às Directivas do III Congresso do Partido FRELIMO, segundo as quais a satisfação das necessidades fundamentais do povo em cada momento está de acordo com o nível de desenvolvimento das forças produtivas (FRELIMO, 1977, p.12). O PPI caracterizava-se por uma ânsia no desenvolvimento endógeno, com o objectivo central de superar as assimetrias resultantes do colonialismo e ainda a tentativa de inverter a posição de Moçambique na Divisão Internacional de Trabalho que herdou do governo colonial.

Durante o período colonial, as matérias-primas e os recursos naturais eram enviados para serem transformados na metrópole e Moçambique era apenas consumidor dos produtos acabados, facto que fez com que o Estado interviesse nas empresas e fábricas, criando machambas estatais e cooperativas de consumo, controlasse os preços e a circulação dos produtos no mercado, assim como a socialização do campo, através da instituição de mecanismos de produção colectivos e de Aldeias Comunais. O Plano Prospectivo Indicativo (PPI)²⁵ tinha como objectivos celebrar a vitória sobre o subdesenvolvimento e a construção de um País socialista.

Em 1984, realizou-se o IV Congresso da FRELIMO, no qual se fez uma reavaliação da estratégia económica a ser seguida. Foi então que se iniciaram as negociações com as instituições de Bretton Woods para a obtenção de financiamento para o seu desenvolvimento. Para acessar-se a esse financiamento, Moçambique deveria implementar um Programa de Reabilitação Económica (PRE), sendo que, a partir daí, ter-se estabelecido o programa de reajustamento estrutural, cujo conteúdo viria a ser apresentado em Janeiro de 1987.

De acordo com João e Chongo (2015), dentre vários objectivos, o PRE visava assegurar o crescimento contínuo da produção, sobretudo agrícola; fortalecer a balança

Setembro de 1964, contra o colonialismo Português, que durou 10 (dez) anos. Em 1975, a Frente transformou-se em partido político e força dirigente da nova nação, dirigida pelo Presidente Samora Moisés Machel, que sucedera Eduardo Chivambo Mondlane, morto a 3 de Fevereiro de 1969, num atentado à bomba.

²⁵ Trata-se de um Plano aprovado para um período de 10 anos (1980-1990). Era um conjunto de metas económicas e sociais, um instrumento de acção para a construção e desenvolvimento de uma economia socialista. Era um programa, que sistematizava as directrizes que iriam nortear a chamada “Década da Vitória Contra o Subdesenvolvimento”, tinha em vista, igualmente, ultrapassar os obstáculos herdados da era colonial, como sejam, a baixa capacidade dos activos económicos, e os novos desafios que eram colocados pelo crescente agravamento da instabilidade no país.

de pagamentos; reabilitar as infra-estruturas e a capacidade industrial; reduzir os desequilíbrios financeiros internos e externos; reduzir as intervenções administrativas na economia e reforçar o papel das instituições na programação e controlo da execução das políticas, e reduzir a pobreza.

Com base nas várias experiências de elaboração de estratégias de desenvolvimento de Moçambique, em 2014 desenhou-se a Estratégia Nacional de Desenvolvimento 2015-2035. Para compreender a Estratégia Nacional de Desenvolvimento 2015-2035 e o processo de desenvolvimento de Moçambique no período 2015-2019, é importante caracterizar a END e os seus sucessivos Planos operacionais, como é o caso do Plano Quinquenal e os Planos Económicos e Sociais de 2015 até 2019 e analisar os relatórios de cada exercício. Adicionalmente, analisar outros planos conexos, como Agenda 2025 e Agenda 2030.

Com vista a permitir um desenvolvimento sustentável, equilibrado e inclusivo de Moçambique, a (END) tem um horizonte temporal de 20 anos, portanto 2015-2035, prosseguindo o seguinte objectivo: elevar as condições de vida da população através da transformação estrutural da economia, expansão e diversificação da base produtiva (ESTRATÉGIA...2014). A Estratégia Nacional de Desenvolvimento é tida como um instrumento de orientação estratégica do governo donde se traçam os horizontes que visam orientar o desenvolvimento económico e social do país a longo prazo, cabendo aos sectores traduzir as linhas prioritárias em acções específicas (ESTRATÉGIA.... 2014).

Este instrumento orientador surge da necessidade de harmonização de várias abordagens estratégicas e da limitação na articulação entre os instrumentos de gestão económica e social. Espera-se que com ele o País tenha: primeiro, uma visão global agregada, integrada, onde os sectores estabelecem entre si uma linguagem de comunicação, articulação, interligação e de complementaridade; e, segundo, uma melhoria do alinhamento entre os instrumentos de médio prazo Programa Quinquenal do Governo (PQG), Plano de Acção para Redução da Pobreza (PARP), Programa Integrado de Investimentos (PII) e as estratégias sectoriais, territoriais.

A implementação de uma estratégia representa um grande desafio para a governação de um Estado. Segundo Sachs (2009, p.233), “o primeiro e mais fundamental desafio é garantir que os políticos e as suas escolhas apoiem realmente o desenvolvimento”. Neste aspecto, ele explica como as metrópoles constituíram e constituem um obstáculo de desenvolvimento para África e Ásia, pois os seus interesses

estavam mais virados para explorar os recursos naturais das suas colónias e não no desenvolvimento destes no longo prazo. Adianta ainda que mesmo depois destas colónias se terem constituído em países independentes tinham que se lidarem com os desafios de boa governação que resvalava em conflitos civis, corrupção, divisões étnicas, concentração do poder nas mãos de uma pequena minoria, as más escolhas em termos de políticas públicas, decisões que em alguns casos resultaram em confronto de princípios com as metrópoles como por exemplo as nacionalizações que desaguaram em bloqueios económicos (SACHS, 2009).

Para o sucesso na elaboração de qualquer estratégia nacional de desenvolvimento requer que se dê uma atenção especial a três dimensões geográficas: a rural, no caso dos países em desenvolvimento é onde se situa a maioria da população e que tem como base de sustento a agricultura, urbana onde estão os sectores industriais e de serviços e a infra-estrutura nacional que são estradas, energia, telecomunicações que ligam todas as partes da economia e a unem com os países vizinhos e com os mercados mundiais. Em segundo lugar, em cada fase do processo de transformação, os sectores privados e público têm papéis importantes e complementares a desempenhar (SACHS, 2009). É assim que para a elaboração da END teve em conta estas dimensões, além de várias consultas a outros instrumentos.

Para a elaboração da END foram consultados outros instrumentos nacionais, bilaterais e multilaterais, tais como: Agenda 2025, o Plano Prospectivo Indicativo, o Plano Estratégico e Indicativo da SADC, o Mecanismo Africano para a Revisão de Pares, as Estratégias Sectoriais e Territoriais, Relatórios Nacionais de Avaliação da Pobreza, entre outros.

Portanto, pode-se concluir que a Estratégia Nacional de Desenvolvimento constitui um documento orientador para um prazo de duas décadas. É uma compilação de várias estratégias dispersas de desenvolvimento de Moçambique, num único documento que, de acordo com os objectivos, tem uma orientação do desenvolvimento para todos os sectores, além das estratégias desenhadas para o alcance do desenvolvimento harmonioso do país. A END 2015-2035 estratifica as suas abordagens em áreas prioritárias (agricultura, pesca, indústria), onde dedica sua maior atenção sobre as estratégias de alcance dos seus objectivos. Para uma melhor percepção e análise, a abordagem será feita de acordo com o alinhamento das áreas prioritárias com destaque para a agricultura e indústria.

No capítulo 2 foi analisada a estrutura económica e social de Moçambique e concluiu-se que ela é assimétrica, baseia-se no sector primário, com uma estrutura populacional activa jovem que desenvolve actividades no sector primário mais concretamente no trabalho agrário, vivendo maioritariamente na zona rural. Ainda concluiu-se que havia problemas graves relacionados à educação, saúde e saneamento do meio, razão pela qual se afere:

A Estratégia Nacional de Desenvolvimento pressupõe que o alcance do desenvolvimento económico e social integrado passa pela transformação estrutural da economia para um estágio competitivo e diversificado, apostando assim na industrialização como principal via para alcançar a visão de prosperidade e competitividade, assentes num modelo de crescimento inclusivo e sustentável, assegurando que os activos naturais continuem a oferecer os recursos e serviços ambientais dos quais depende o bem-estar e progresso contínuo do País (ESTRATÉGIA..., 2014, p.v).

Pese embora ao longo do documento a agricultura é tida como base de desenvolvimento, o sector da indústria é visto como aquele capaz de desenvolver o país, pois que é tido como a principal via para alcançar a visão de prosperidade e competitividade e para um desenvolvimento competitivo e sustentável.

Segundo Oliveira (2002, p.43) “muita literatura especializada em economia é muito comum associar desenvolvimento com industrialização, pois a indústria é responsável por incrementos positivos no nível do produto no assim chamado crescimento económico”. O autor justifica o facto de muitos estados em desenvolvimento almejarem tanto industrializar-se pelos efeitos de encadeamento oriundos do processo de industrialização. Tais efeitos servem para aumentar a crença de que a industrialização é indispensável para se obter melhores níveis de crescimento e de qualidade de vida (OLIVEIRA, 2002).

Aliás, o ponto 4 da introdução da END faz referência à importância da indústria para a transformação da estrutura económica e, por conseguinte, da estrutura social e ambiental salientando que:

A industrialização integrada na transformação estrutural da economia é o mecanismo no qual o País irá apostar como factor decisivo para promoção do desenvolvimento nacional. Por um lado, este processo envolve o estabelecimento de políticas económicas e sociais prioritárias referentes aos sectores de infra-estruturas, aos sectores agrícola, pesqueiro, turístico, energético, entre outros, através da identificação e integração dos pacotes de investimento capazes de orientar e dinamizar o desenvolvimento do País. Por outro lado, a industrialização irá permitir o estabelecimento de políticas para a gestão do capital humano, dos recursos financeiros e materiais com base nas prioridades de desenvolvimento (ESTRATÉGIA, 2014, p. 1).

Como se pode notar no trecho citado, o desenvolvimento do país assenta na industrialização que se transformará em vector para a dinamização dos outros sectores, tanto que é a industrialização que vai permitir que se elaborem políticas para a gestão do capital humano, dos recursos financeiros e materiais com base nas prioridades de desenvolvimento. Esta tese de que a base para o desenvolvimento é a industrialização contrasta com o pressuposto básico de desenvolvimento de Moçambique que é a agricultura, conforme a END.

Esta estratégia de apresentar a indústria como o factor dinamizador de desenvolvimento é mais economicista, porque se orienta para o alcance rápido dos indicadores de crescimento económico como o PIB e PNB. É uma estratégia que inspirou os dependentistas ao observarem que as indústrias implantadas nos seus países nos anos 1930 e 1940, serviu de base para o novo desenvolvimento industrial do pós-guerra e terminou-se articulando com o movimento de expansão do capital internacional, cujos núcleos eram as empresas multinacionais criadas nas décadas de 1940 a 1960, como constata Theotónio dos Santos ([2019]) na obra *Teoria da dependência: um balanço histórico e teórico*. O desenvolvimentismo implica um desenvolvimento endógeno com muita industrialização mas tudo virado para dentro, de forma a deixar de ser dependente e imprimir um novo desenvolvimento.

É nesta perspectiva que a END destaca que o processo de transformação estrutural da economia deverá incidir em áreas prioritárias de desenvolvimento que se orientam por estratégias específicas, nomeadamente para os sectores agrário e pesqueiro, indústria transformadora, indústria extractiva e a indústria de turismo.

A palavra desenvolvimento industrial é repetida várias vezes como o factor dinamizador do desenvolvimento, ou seja, em Moçambique não haverá desenvolvimento sem que haja um desenvolvimento industrial - factor transformador da estrutura económica de Moçambique. Este sentimento de priorizar a indústria está espelhado ao longo do documento principalmente no ponto 2.4 “Desafios e Oportunidades”, em que há uma orientação no sentido de se desenvolver a indústria a médio e a longo prazo, virada para a exploração dos recursos naturais e estabelecimento de parques industriais no país.

Entretanto, seguindo a lógica dos primeiros dois capítulos sobre a indústria e o desenvolvimento sustentável e de acordo com Acosta (2013), as indústrias extractivas - petróleo e mineração - incentivam as relações sociais clientelistas que beneficiam os interesses das próprias empresas transnacionais, mas impedem a implementação de

planos de desenvolvimento nacionais e locais adequados e, estas economias baseadas em extractivismo causam danos graves e irreversíveis ao meio ambiente natural.

O outro facto que é apontado por Acosta (2013), é de que grande parte dos países que são ricos em recursos naturais podem receber quantidades significativas de receitas em dinheiro, mas não conseguem estabelecer bases para o seu próprio desenvolvimento e continuam pobres, porque prestam mais atenção na extracção das riquezas naturais para o mercado mundial e marginalizam outras formas de criação do valor baseados mais no esforço humano do que na exploração impiedosa da natureza. Facto que a aposta na indústria e principalmente na indústria extractiva não pode significar a priori desenvolvimento do país, visto que pode resvalar no não desenvolvimento e muito menos no desenvolvimento sustentável dada as formas e técnicas de extracção destes recursos.

E, para o alcance desse sonho, a END orienta-se por quatro pilares, a saber: A. Desenvolvimento do capital humano. B. Desenvolvimento de infra-estrutura de base produtiva. C. Investigação, inovação, e desenvolvimento tecnológico e, D. Articulação, e coordenação institucional. Estes quatro pilares estão, de acordo com a visão de Jeffrey Sachs (2009), na obra *Common Wealth: Um novo modelo para a economia mundial*, quando sintetiza que para a fuga à pobreza extrema requeriam-se quatro tipos de investimento: o primeiro fala da necessidade de um grande aumento na produtividade de modo de vida central, a agricultura, onde se prevê a retirada dos agricultores da economia de subsistência; o segundo passo faz referência à saúde onde destaca o controlo das principais infecções mortíferas, das deficiências nutricionais e dos partos inseguros; o terceiro passo é da educação, para permitir os agregados familiares desenvolvam competências necessárias para lidarem com economia global e, em quarto lugar, são as infra-estruturas, incluindo energia, estradas, água com qualidade para o consumo humano e sanidade, ligações telefónicas, via internet e serviços portuários.

A END coloca os recursos naturais como base para o desenvolvimento independentemente de reconhecer que estes recursos só teriam valor se fossem explorados com sustentabilidade, razão pela qual a Gestão Sustentável dos Recursos Naturais constitui um dos factores para o Sucesso da Estratégia Nacional de Desenvolvimento e destaca que:

A economia moçambicana em geral e a economia rural em particular é fortemente dependente da exploração e utilização dos recursos naturais. Os recursos naturais contribuem directamente com mais de 33% da riqueza nacional e as dinâmicas actuais na área de recursos minerais e

hidrocarbonetos abrem perspectivas promissoras para que a sua contribuição na economia aumente (ESTRATÉGIA, 2014, p.15).

Este facto veiculado na citação acima coloca grandes desafios para os gestores da economia do país. Nesta secção, a estratégia dedica boa parte à sustentabilidade necessária na exploração dos recursos. Avança ainda que: “Um dos grandes desafios inerentes a exploração dos recursos minerais prende-se com a necessidade de haver uma gestão cuidadosa das expectativas da população, e com uma exploração sustentável dos recursos naturais” (ESTRATÉGIA, 2014, p.15).

Segue afirmando que, para que haja uma exploração sustentável dos recursos, era necessário que se adoptasse modelos de gestão sustentável dos recursos naturais, no sentido de que o rápido crescimento económico não seja à custa da rápida exploração e degradação dos recursos naturais renováveis e não à custa do esgotamento das reservas de recursos não renováveis.

Deste modo, o documento em alusão avança na mesma com propostas de modelos que possam trazer o equilíbrio entre o uso dos recursos hoje e o uso destes no futuro por outras gerações, este conceito aproxima-se ao conceito clássico de Desenvolvimento Sustentável desenvolvido pela Comissão de Brundtland e criticado por vários autores por não trazer nada e continuar a submeter os países em desenvolvimento numa situação de dependência, já tratado no primeiro capítulo desta tese.

A END tem maior enfoque no desenvolvimento industrial, mesmo considerando a agricultura como base de desenvolvimento ao afirmar que a aposta na industrialização como principal via para alcançar a visão de prosperidade e competitividade, assentes num modelo de crescimento inclusivo e sustentável (ESTRATÉGIA, 2014). Adicionalmente e ainda segundo a END pretende-se com isto adoptar um paradigma de desenvolvimento segundo o qual o processo de industrialização resulta de uma interacção de forças, de forma integrada, com recurso a tecnologias apropriadas e especialização da mão-de-obra nacional.

A END faz uma abordagem holística sobre o desenvolvimento sustentável como, por exemplo. A educação, saúde, agricultura, abastecimento de água e saneamento, emprego e habitação, protecção social, desenvolvimento de infra-estruturas, comunicações, etc. Esta abordagem sobre o desenvolvimento sustentável, deveria olhar aquilo que é a abordagem do Kay (2018), no primeiro capítulo deste trabalho em que se

refere que, para que haja desenvolvimento sustentável, é preciso que se tenha em conta todo o processo de desenvolvimento, porque não basta desenvolver aqueles sectores para que se dê o desenvolvimento.

Por outro lado, faz referência ao facto de, por exemplo, uma das apostas dos dependentistas na América Latina, fora a substituição das importações, mas estas não habilitaram os países a produzirem suas próprias tecnologias, já que as empresas multinacionais preferiam manter o controlo dessas tecnologias nos países - sede, que são os países desenvolvidos. Em consequência disso, os países em desenvolvimento tornam-se dependentes das importações para ter acesso não só a maquinarias, equipamentos e outros produtos, bem como para manter a industrialização por substituição de importações e outros sectores, reconhecendo desse modo que a dependência tecnológica é um factor-chave para a reprodução de relações de dependência.

Como se tem vindo a referir, a base para a elaboração do END foi a consulta de vários documentos e estratégias já existentes. Um dos documentos referenciados é Agenda 2025. Este instrumento é um exercício estratégico de reflexão sobre o futuro de Moçambique. O seu objectivo principal é estabelecer novos caminhos para impulsionar o desenvolvimento de Moçambique, traçando objectivamente as principais linhas de forças consensuais. Especificamente, a Agenda 2025 pretende criar, através de um processo participativo, uma Visão Nacional de longo prazo e preparar, através de um processo participativo, uma Estratégia Nacional de Desenvolvimento que defina as políticas e os programas necessários para dar respostas aos objectivos identificados na visão nacional de desenvolvimento. A Agenda 2025 é um documento que reconhece que, a condição para o desenvolvimento de Moçambique depende da forma como for gerir as expectativas com relação aos recursos naturais, as sinergias e as parcerias internas, bem como o aproveitamento das oportunidades que a integração regional e a globalização oferecem em matéria de serviços e negócios, dada sua pouca expressão na Organização Mundial do Comércio (OMC), como países exportadores de matérias-primas não manufacturadas e consumidores dos produtos provenientes dos grandes centros produtores (AGENDA 2025, 2003).

Contrariamente a END, a Agenda 2025 entende que a transformação estrutural da economia de Moçambique deve assentar no desenvolvimento da agricultura. Este princípio assenta no pressuposto de que Moçambique tem um grande potencial agrícola cujo sucesso depende de uma política de desenvolvimento rural que valorize o factor

humano e a participação activa das comunidades locais. Em relação desenvolvimento sustentável do país a Agenda entende que “ depende de políticas envolventes que mobilizem todo o povo, os agentes económicos e as instituições da sociedade civil em torno de um projecto nacional comum, consensual, aglutinador e inclusivo, implantado com dedicação, persistência e de forma abrangente” (AGENDA 2025, 2003, p.101).

Entre os documentos consultados, o destaque vai para a Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD), Mecanismo Africano da Revisão dos Pares (MARP), Agenda 2063 da União Africana, Visão da Agenda Global de Desenvolvimento pós-2015 entre outros. A Nova Parceria para o Desenvolvimento de África é:

Uma promessa dos líderes Africanos, baseada numa visão comum e numa convicção firme e partilhada de que eles têm a missão urgente de erradicar a pobreza e colocar os seus países, individual e colectivamente, na via do crescimento sustentável e do desenvolvimento e, ao mesmo tempo, de participarem activamente na economia mundial e na vida política. O Programa é igualmente, baseado na determinação dos Africanos de se livrarem a si próprios e o continente dos males do subdesenvolvimento e da exclusão num mundo em globalização (NEPAD, 2001, p. 1).

A NEPAD é um documento estratégico para o desenvolvimento do continente africano, onde todos os líderes africanos reconhecem de forma implícita, a necessidade de romper com as estratégias até aqui adoptadas para a solução dos problemas que enfermam o continente. Reconhece a marginalidade a que está sujeito o continente no âmbito das relações internacionais, que se assentam na dependência em relação aos centros decisores localizados no Norte, pelo que, os países são chamados: "a inverter esta situação anormal, através da mudança das relações [...] e, a não continuarem a aceitar o aprofundamento da dependência, através da ajuda, nem a aceitarem concessões marginais” (NEPAD, 2001, p.1).

Esta é a vontade dos chefes dos estados de África, mas como o próprio documento reconhece, que África constitui uma base de recursos indispensáveis que tem servido à humanidade ao longo de vários séculos. Faz um levantamento do rico património natural que pode propiciar o desenvolvimento económico e sustentável do continente, mas para que haja de facto uma viragem é necessário mobilizar recursos, utilizá-los correctamente e ter uma liderança determinada e esclarecida que esteja verdadeiramente engajada no esforço do desenvolvimento humano sustentado e na erradicação da pobreza, bem como uma nova parceria global baseada na responsabilidade partilhada e no interesse mútuo (NEPAD, 2001).

Um outro documento de apoio que merece atenção é o Mecanismo Africano de Revisão de Pares (MARP). Segundo o IESA, o MARP é um mecanismo de monitoriamento, através do qual um país faz a avaliação da situação dos seus padrões e práticas de governação e busca depois experiências comuns dos seus pares para melhorar esses padrões e práticas. O MARP, segundo o IESA, destaca a função influenciadora na governação através da troca de conhecimentos e melhores práticas entre seus estados membros, com destaque para quatro áreas chave de governação: 1. Democracia e Boa Governação Política; 2. Governação Económica; Governação Corporativa; e, Desenvolvimento Socioeconómico. O MARP, como atesta a sua formação, é um complexo de padrões estabelecidos pela Declaração sobre Democracia, Governação Política, Económica e Corporativa da União Africana e pela Nova Parceria para o Desenvolvimento da África e a sua aderência não é de carácter obrigatório.

A Agenda 2063 da União Africana constitui uma das bases de que se inspirou a END. É um documento que expressa as aspirações e vontade dos povos do continente africano para uma meta traçada para o ano 2063. Organiza-se em aspirações que reflectem o desejo de prosperidade e bem-estar partilhados, da unidade e integração, para um continente de cidadãos livres e horizontes ampliados.

Está organizado em 7 (sete) aspirações. Todos rimados com os objectivos traçados no NEPAD. Na aspiração 1 sobre uma África próspera, baseada no crescimento inclusivo e desenvolvimento sustentável, o destaque vai para os objectivos e metas traçados ligados ao objecto da tese que é o desenvolvimento sustentável de Moçambique tendo em conta que a sua economia é extractivista.

Segundo a Agenda 2063 (2015), com relação ao objecto da tese desenvolvimento sustentável, o documento aposta na erradicação da pobreza e promoção de prosperidade comum, através da transformação social e económico do continente. Ademais, a administração sustentável dos recursos, a promoção de um alto padrão e qualidade de vida, boa saúde e bem-estar, boa educação e boa qualificação sem discriminação e a transformação da estrutural económica para garantir o crescimento comum, trabalho condigno e oportunidades económicas, são partes das aspirações do continente africano até 2063 (AGENDA 2063, 2015).

A Agenda africana reconhece que a riqueza natural e singular da África, o seu ambiente e os seus ecossistemas, incluindo as suas terras e vidas selvagens sejam valorizados e protegidos e deve participar no combate às mudanças climáticas que,

mesmo sendo o que menos contribui com as emissões de carbono, é o que mais sofre o impacto das alterações climáticas.

Os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) foram parte da documentação importantíssima para a elaboração do END. Ele contém directrizes que visam orientar os esforços da comunidade internacional para o desenvolvimento até o ano de 2015, tendo como linha de base o ano de 1990. Está organizado em 48 indicadores sugeridos pela ONU com a finalidade de avaliar a implementação de 21 metas distribuídas entre oito grandes objectivos: 1. Erradicar a pobreza extrema e a fome; 2. Atingir o ensino básico universal; 3. Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia da mulher; 4. Reduzir a mortalidade infantil; 5. Melhorar a saúde das gestantes; 6. Combater o HIV/Aids, a Malária e outras doenças; 7. Garantir a sustentabilidade ambiental; 8. Estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento (NILO; HAZARD, 2015).

Na óptica destes autores, Nilo e Hazard (2015), as políticas emanadas em ODM tornaram-se na primeira estratégia da ONU para o fomento da paz entre os Estados, cooperação para o desenvolvimento sustentável e para o monitoramento do cumprimento dos direitos humanos e liberdades fundamentais e contribuíram para o fortalecimento na área da cooperação internacional nos sectores económico, social, cultural e humanitária e de sua contribuição em áreas essenciais para o desenvolvimento humano.

E, a Visão da Agenda Global de Desenvolvimento Pós-2015, resulta do fim da meta traçada para os ODM. Havia necessidade da ONU muito antes do término dos ODMs desenhar-se o Pós-2015. É assim que o documento final da Cúpula dos ODM 2010 solicita ao Secretário-Geral da ONU para que se inicie uma análise da agenda de desenvolvimento global para além de 2015, um processo formalizado com o documento do Rio+20 “O Futuro que Queremos”. O resultado das discussões foi o lançamento dos 17 Objectivos de Desenvolvimento Sustentável na 69ª Assembleia das Nações Unidas em Setembro de 2014.

Como se pode notar, a grande parte dos conteúdos tratados nestas estratégias é sobre o desenvolvimento sustentável ligado aos instrumentos internacionais sobre o DS. São apostas que o continente e os parceiros multilaterais querem ver realizados em todo o mundo de forma geral e para África de forma particular. Esta aposta seria no sentido de busca da igualdade como já foi referido no primeiro capítulo na caixa 1.1.3 sobre desenvolvimento e desigualdade.

Nessa parte, afirma-se que, para o desenvolvimento é fundamental acabar com a desigualdade, porque o fim dela não é um benefício que somente pode permitir-se aos países que contam com elevados níveis de renda, senão uma condição para que os países atrasados se aproximem aos níveis de produtividade dos países desenvolvidos.

A Estratégia Nacional de Desenvolvimento (2015-2035) está ligada com os diversos instrumentos nacionais e internacionais que abordam o desenvolvimento, desenvolvimento sustentável e meio ambiente e que recomendam sobre como seguir rumo ao desenvolvimento sustentável seguindo o exemplo do Norte. Percebe-se ainda que existe um paradoxo entre este desejo diante do contexto do tipo de estrutura económica e social de Moçambique que é extractivista e sua posição na Divisão Internacional de Trabalho.

No capítulo dois, afirmou-se que a estrutura económica de Moçambique é uma continuidade da política usada no tempo colonial, que tem como base o extractivismo. Segundo Acosta (2013), o extractivismo tem sido um mecanismo de pilhagem e apropriação colonial e neocolonial. Surge da necessidade de exploração de matérias-primas essenciais para o desenvolvimento industrial e prosperidade do norte global. Este facto perpetua as relações de dependência entre o Sul e o Norte Global e tem sido uma constante na vida económica, social e política dos países do Sul global que passam a produzir para a exportação e não para o consumo do mercado interno, não gerando benefícios para o país extractivo – exportador.

Um aspecto de realce ligado à END é a existência das estratégias sectoriais. Se bem observada a END, pode-se aferir que é tida como um instrumento aglutinador das outras estratégias, mas entende-se como um instrumento de base para a elaboração de outras estratégias e dos Programas Quinquenais. Alguma estratégia nacional e sectorial elucida o esforço do país em relação aos termos desenvolvimento sustentável e meio ambiente, com destaque para as seguintes: Estratégia Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável (EADS); Quadro de Gestão Ambiental e Social (QGAS), Estratégia da Suécia para a Cooperação para o Desenvolvimento com Moçambique (ESCDM) 2015 – 2020; Plano Estratégico da Administração Nacional das Áreas de Conservação (PEANAC) (2015-2024); Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável (PNDS).

As Estratégias sectoriais²⁶ a que se refere este debate estão ligadas aos documentos que cada sector de actividade desenha com base nos fundamentos da END, do PQG, ou ainda com base em estratégias desenhadas dentro de uma instituição macro. Uma dessas estratégias foi a Estratégia Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável (EADS).

A Estratégia Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável, tida como a primeira de género ligado ao desenvolvimento sustentável, pretendia criar uma visão comum para uma sábia gestão ambiental, conducente a um desenvolvimento sustentável que contribuísse para a erradicação da pobreza e de outros males que afligem a sociedade moçambicana (MICOA, 2007).

A EADS baseia-se nos princípios e postulados estabelecidos pelo Plano de Implementação da Agenda 21 e da NEPAD. Esta visão comum estabeleceu a direcção pela qual todos os parceiros para o desenvolvimento se orientariam, incluindo as ONGs, o sector privado e a comunidade académica nacional e estrangeira (MICOA, 2007). Esta foi a primeira estratégia desenhada para o alcance do desenvolvimento sustentável e tinha como horizonte 2007-2017.

Ainda no esforço do governo para o controlo das áreas de conservação da biodiversidade, em 2015 foi lançado o Plano Estratégico da Administração Nacional das Áreas de Conservação (PEANAC) para o horizonte temporal de 2015 - 2024. O PEANAC 2015-2024 foi concebido para orientar os esforços nacionais e internacionais dedicados à Conservação da Biodiversidade e alcançados através da realização plena do potencial existente nas Áreas de Conservação (AC) de Moçambique. É um instrumento de orientação para ANAC num período de 10 anos na gestão e desenvolvimento das AC em todo o país, afirmando e consolidando o seu papel, não só em Moçambique mas também em toda a África Austral (PEANAC, [2015], p.1).

O PEANAC é um instrumento de força para o desenho de acções de combate à caça furtiva em todas as áreas de conservação. Moçambique tem vindo a ser assolado pela caça furtiva com ramificações nacionais e internacionais. A caça do Rinoceronte e do Elefante tem atingido níveis assustadores o que fez com que os países da região concentrassem seus esforços no combate à caça furtiva através da constituição de áreas de conservação transfronteiriças.

²⁶ O termo sectorial utilizado é para descrever uma divisão vertical do foco governamental que se relaciona com uma dada área temática ou necessidade pública, com áreas de interesse para este estudo, mandato próprio e autonomia orçamental.

No mesmo ano 2015, o Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural (MITADER) lançou a Estratégia e Plano de Acção para a Conservação da Diversidade Biológica em Moçambique 2015-2035. A estratégia tem como base a necessidade de conservação e o uso sustentável da biodiversidade e o facto de Moçambique se ter comprometido e assumido os princípios da conservação da diversidade biológica e a partilha justa e equitativa dos benefícios resultantes da sua utilização sustentável, através da ratificação da Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB, Resolução nº 2/94) e ter assinado os Protocolos de Cartagena sobre Bios-segurança relativo aos organismos geneticamente modificados (Resolução nº 11/2001) e o de Nagoya sobre o Acesso e Partilha Justa e Equitativa de Benefícios resultantes de utilização de recursos genéticos (Resolução Nº 2/2014) (MITADER, 2015).

A ESTRATÉGIA faz uma abordagem mais profunda sobre a generalidade dos recursos naturais de Moçambique e dos instrumentos nacionais desenvolvidos e internacionais ratificados, como os que podem ser observados no capítulo quatro na tabela 11 sobre os instrumentos assinados e ratificados por Moçambique no âmbito de desenvolvimento sustentável e outras políticas ambientais.

Em 2017 foi lançado no país o *Quadro de Gestão Ambiental e Social (QGAS)*, resultante do Projecto de Protecção Social para Moçambique (P129524), do Instituto Nacional de Acção Social, Ministério do Género, Criança e da Acção Social. É um documento que faz parte dos documentos de Avaliação Ambiental (AA) exigidos pelas salvaguardas sociais e ambientais do Banco Mundial (BM) para o financiamento do Projecto de Protecção Social em Moçambique (P129524), um Projecto de categoria B, segundo OP/BP 4.01 (Avaliação Ambiental).

O QGAS, além de fazer parte da operacionalização das prioridades da END é também um plano executivo para os Programas Quinquenais do Governo no âmbito do esforço de cumprimento da agenda nacional de desenvolvimento sustentável e de mitigação às mudanças climáticas. O objectivo principal do Quadro de Gestão Ambiental e Social (QGAS) é fornecer condições gerais, directrizes e procedimentos para serem integrados na implementação do Projecto de Protecção Social suportado pelo Banco Mundial. Este quadro foi desenvolvido para identificar os requisitos ambientais necessários para assegurar que todos os subprojectos estejam em conformidade com as leis nacionais de protecção ambiental, regulamentos e directrizes

em Moçambique e com as políticas de salvaguardas ambientais e sociais do Banco Mundial (MGCAS, 2017)²⁷.

O instrumento baseia-se em três princípios que norteiam os projectos financiados pelo Banco Mundial²⁸. É um projecto de apoio institucional para o Governo de Moçambique com um prazo determinado, mas nem com isso, ele integra-se dentro de projectos que têm impacto nos ODS, tanto que discute em extensão o desenvolvimento sustentável de Moçambique.

No âmbito das relações bilaterais, Moçambique beneficiou-se da Estratégia Sueca para a Cooperação para o Desenvolvimento com Moçambique (ESCDM) para o quinquénio 2015 – 2020. Segundo *Ministry for Foreign Affairs Sweden (MFA) (2015)*, a estratégia tinha por objectivo aproveitar o crescente interesse e potencial para explorar os recursos naturais do país de forma sustentável do ponto de vista social, económico e ambiental. Visava também melhorar as oportunidades das pessoas que vivem em situação de pobreza para que as mesmas possam contribuir e beneficiar do desenvolvimento económico e democrático.

A estratégia conjunta entre Suécia e Moçambique referida no parágrafo anterior desenvolve-se em três paradigmas, mormente: o Ambiental, Fortalecimento da democracia e igualdade de género e maior respeito pelos direitos humanos e Aumento das oportunidades e ferramentas para as pessoas em situação de pobreza de melhorarem as suas condições de vida. Em relação ao paradigma ambiental, espera-se que a estratégia traga os seguintes resultados:

²⁷ O Projecto está a apoiar o Governo de Moçambique (GM) na expansão do Programa de Acção Social Produtiva (PASP) para 68 distritos e 6 municípios através de um crédito de 50 milhões de dólares americanos e prevê prestar apoio directo acerca de 121 mil agregados familiares que vivem em situação de pobreza extrema em troca da sua participação em trabalhos públicos com mão-de-obra intensiva. O projecto tornou-se efectivo em 17 de Outubro de 2013 e tinha o encerramento previsto para 30 de Junho de 2018. Porque os espaços físicos das actividades do Projecto proposto são desconhecidos na fase inicial da implementação do Projecto, o Governo de Moçambique em cumprimento aos procedimentos do Banco Mundial preparou um Quadro de Gestão Ambiental e Social (QGAS) que fornece os princípios básicos e as directrizes que seguidas durante Projecto. Este QGAS foi elaborado em conformidade com as políticas ambientais e sociais aplicáveis pelo Banco Mundial e a legislação ambiental vigente em Moçambique.

²⁸ O QGAS baseia-se nos seguintes princípios: As operações propostas vão apoiar vários subprojectos, cujos desenhos detalhados não são conhecidos na fase de preparação do Projecto. Para assegurar a aplicação eficaz das políticas de salvaguarda do Banco Mundial, o QGAS fornece orientação sobre a abordagem a adoptar durante a selecção, concepção e implementação de subprojectos e o planeamento das medidas de mitigação; O QGAS fornece uma forma de triagem de avaliação ambiental e social e uma lista ambiental e social a ser administrada a cada subprojecto para determinar suas necessidades de salvaguardas; O projecto suporta apenas subprojectos de categoria ambiental "B" ou "C" conforme a classificação do Banco Mundial para as salvaguardas.

Um meio ambiente melhor, redução dos impactos climáticos e uma maior resiliência aos impactos ambientais, as mudanças climáticas e aos desastres naturais: Uma gestão e uso dos recursos naturais de Moçambique de forma transparente e sustentável. O aumento das capacidades das autoridades nacionais e locais para que contribuam para a melhoria do meio ambiente e maior resiliência aos impactos ambientais, as alterações climáticas e desastres naturais. Uma segurança alimentar sustentável com especial incidência para a agricultura resiliente. O aumento do acesso às energias renováveis e uma electricidade fiável e sustentável para às famílias, empresas e actividades públicas (MFA, 2015).

Este dispositivo legal explica na sua página 5 que a estratégia baseia-se no facto de que nos próximos dez anos Moçambique viverá um período de transição onde se formará a base da economia das próximas décadas, fundamentada nos recursos naturais. A extracção de recursos naturais em grande escala está relacionada com importantes desafios económicos, sociais e ambientais. Facto que impunha um desenho de uma estratégia em que os recursos naturais a serem explorados servisse de facto para o crescimento económico que promovesse um desenvolvimento sustentável e inclusivo.

No período em análise, Moçambique desenvolveu e promoveu também, o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável (PNDS) com o objectivo de fomentar uma economia local de base através da complementaridade da oferta de serviços básicos, capacitação e atracção de investimentos importantes para o desenvolvimento, enquanto explora as capacidades e inova o conhecimento local.

O PNDS é como um programa de desenvolvimento integrado no meio rural, que visa promover o uso sustentável dos recursos naturais, organização da terra e gestão ambiental. Mais concretamente, o Programa tem as seguintes prioridades estratégicas como atesta a tabela 2.

Quadro 2 - Prioridades estratégicas do PNDS

Prioridades	Caracterização
Energia	Dotar a economia rural de factores produtivos determinantes para o seu processo de dinamização;
Água	Assegurar os serviços básicos essenciais para o bem-estar das populações, e de impacto na produtividade no meio rural;
Formação e transferência de tecnologia	Reforçar a capacidade produtiva através da transferência de tecnologia e formação, para os agentes de desenvolvimento rural
Infra-estruturas de ligação aos mercados	Assegurar o desenvolvimento de infra-estruturas económicas e sociais que permitam aumentar a acessibilidade e mobilidade no meio rural;
Banca e Financiamento	Promover uma economia diversificada e geradora de emprego através do estímulo ao investimento nos sectores estratégicos da economia rural (PNDS).

Fonte: Adaptado autor

Este programa é constituído de vários projectos de intervenção ligados com as diversas áreas de intervenção, por exemplo, o projecto Ambiente em Movimento prevê a sua actuação em:

- a) a educação ambiental;
- b) a fiscalização efectiva;
- c) construção de infra-estruturas de gestão de resíduos sólidos e
- d) construção de outras infra-estruturas.

E, em 2019, o Ministério da Administração e Função Pública, através da Unidade de Gestão do Projecto, lançou o projecto de Desenvolvimento Urbano e Local, o qual se enquadra no âmbito da Política de Gestão Ambiental e Social (QPGAS).

Estas Estratégias fazem parte de um grupo de documentos viabilizados para o programa de desenvolvimento sustentável em Moçambique que, diferentemente do PQG, são elaborados para períodos mais ou menos de 10 anos ou mais e com um enfoque aos ODS. As várias estratégias sectoriais operacionalizam a END por este ser um programa mais amplo e de longo prazo.

Analisando a END em função do objectivo proposto, nota-se que o conceito de desenvolvimento sustentável está presente nas várias facetas sobre o que é desenvolvimento sustentável, não na perspectiva do Relatório de Brundtland que sugere, mas numa perspectiva multidimensional como sustenta Sachs (2004). O desenvolvimento sustentável segundo Sachs, está estruturado a partir de cinco pilares, o

Social, o Ambiental, o Territorial, o Económico e a Política, conformando-se com a organização dos pilares que constam da Estratégia Nacional de Desenvolvimento de Moçambique 2015-2035 que se orienta para a:

Transformação estrutural da economia que se incidirá sobre áreas prioritárias de desenvolvimento, que se orientam por estratégias específicas para os sectores, nomeadamente para os sectores agrários e pesqueiro, indústria transformadora, indústria extractiva e a indústria do turismo (ESTRATÉGIA...2014, p.vi).

Embora dentro do texto não apareçam conceitos e programas específicos ligados directamente ao desenvolvimento sustentável e meio ambiente, a END torna claro que os sectores prioritários de desenvolvimento irão desenvolver estratégias específicas para a operacionalização da Estratégia, que mais adiante, no ponto 3.2.1. serão destacados alguns exemplos como forma de mostrar a maneira que operacionalizam a END, ao mesmo tempo que operacionalizam o Programa Quinquenal e Planos Económicos e Sociais.

Ainda de acordo com a Estratégia, o sucesso do mesmo depende de alguns factores como sejam: Unidade Nacional; Paz, Estabilidade e Democracia; Reforço da Soberania; Planeamento e Ordenamento Territorial; Mudança de Mentalidade; Transparência e Prestação de Contas e Gestão Sustentável de Recursos Naturais.

Todavia, para a prossecução dos objectivos desenhados na END, o Governo elabora de quinze em quinze anos o Programa Quinquenal do Governo (PQG), que resulta da combinação dos factores endógenos e exógenos. O PQG é operacionalizado pelos Planos Económicos e Sociais e anualmente são elaborados e orçamentados para aprovação pelo Parlamento. Assim, no subcapítulo seguinte, vai-se apresentar o PQG, os PES e os Orçamentos por prioridades e pilares e ainda por sectores durante o período em análise.

4.2 PROGRAMA QUINQUENAL DO GOVERNO E PLANOS ECONÓMICOS E SOCIAIS (2015- 2019)

Depois da apresentação da END no subcapítulo anterior, neste subcapítulo vai-se apresentar o PQG e os PES do quinquénio 2015-2019. O objectivo é fazer o levantamento do conceito “desenvolvimento sustentável” e demais termos relacionados com o meio ambiente contidos nos documentos. Depois do levantamento, far-se-á uma análise para aferir o grau de cometimento de Moçambique com o desenvolvimento

sustentável tendo em conta a sua dependência com relação aos recursos naturais. Para uma melhor exposição, primeiro vai-se conceituar o PQG, os PES e os seus objectivos.

4.2.1 Programa Quinquenal do Governo (2015-2019)

O Programa Quinquenal do Governo é um documento de base que orienta o governo ao longo dos cinco anos de governação, onde são apresentadas as prioridades de desenvolvimentista do governo nas áreas económicas e sociais para os vários sectores ou áreas de acção governamental. “O Programa constitui o compromisso do Governo em focalizara sua acção na busca de soluções aos desafios e obstáculos que entravam o desenvolvimento económico e social do País” (DEC. nº 29/2015).

Ainda de acordo com o Dec. nº29/2015, de 14 de Abril, orienta que o programa do governo tinha como enfoque central o aumento do emprego, da produtividade e competitividade para a melhoria das condições de vida dos moçambicanos, no campo e na cidade, em ambiente de paz, harmonia e tranquilidade, consolidando a democracia e a governação participativa e inclusiva. Para a consecução destes objectivos, o governo elencou cinco prioridades para os cinco anos:

- a) Consolidação da unidade nacional, da paz e da soberania; b) Desenvolvimento do capital humano e social; c) Promoção do emprego, da produtividade e competitividade; d) Desenvolvimento de infra-estruturas económicas e sociais, e) Gestão sustentável e transparente dos recursos naturais e do ambiente. E, em cada uma destas prioridades foram definidos três pilares de suporte como sejam: 1) a garantia do Estado de direito democrático e de justiça social, boa governação e descentralização, 2) a promoção do ambiente macroeconómico equilibrado e sustentável e 3) o reforço da cooperação internacional (DEC. nº 29/2015).

O maior destaque neste programa está no enfoque integrado e intersectorial, procurando evitar as abordagens de governação sectorizadas e verticalizadas. Dá maior primazia ao desenvolvimento económico e social inclusivo que, segundo CEPAL, (2018) requer que se materialize um conjunto de supostos e princípios fundamentais, onde se inclui a existência de instituições democráticas, o respeito dos direitos humanos e as liberdades fundamentais e da diversidade cultural, assim como a participação activa da sociedade civil (Tradução nossa). O programa destaca também os assuntos transversais em cada Prioridade e Pilar de suporte e eleva a gestão sustentável e transparente dos recursos naturais e do ambiente.

O Programa Quinquenal do Governo 2015-2019, encontra-se organizado em cinco prioridades onde despontam vários objectivos estratégicos a serem cumpridos ao longo do quinquénio. As prioridades têm uma relação intrínseca com os Pilares da Estratégia Nacional de Desenvolvimento. Destas prioridades pode-se destacar 3 (três) prioridades (II, III e V) para exemplificar o que o PQG pretendia realizar de 2015-2019 em relação ao desenvolvimento sustentável e meio ambiente.

A prioridade II é de desenvolvimento do capital humano e social cujos objectivos são: promover um sistema educativo inclusivo; expandir o acesso e melhorar a qualidade de serviços de saúde, reduzir a mortalidade materna, a morbimortalidade; aumentar a provisão e acesso aos serviços de abastecimento de água, de saneamento, transportes, comunicações e habitação; promover a participação da juventude nos sectores socioculturais, desportivos e económicos como mecanismo de massificar; promover a igualdade e equidade de género nas diversas esferas do desenvolvimento económico, social, político e cultural, assegurar a protecção e desenvolvimento integral da criança.

A outra prioridade que se enquadra dentro dos ODS é a prioridade III. Esta prioridade enquadra-se dentro do desenvolvimento económico ao anunciar objectivos relacionados com a produtividade, agricultura, promoção da industrialização orientada para a modernização da economia e para o aumento das exportações.

Além destas, destaque vai também para a Prioridade V sobre a gestão sustentável e transparente dos recursos minerais e do ambiente. Nesta prioridade, entre várias acções, destaque para: A gestão criteriosa e económica dos recursos naturais e do ambiente como um factor determinante para o alcance do desenvolvimento sustentável e inclusivo e base sólida para garantir a satisfação das necessidades actuais, mantendo sempre a preservação dos recursos naturais para a satisfação das necessidades de desenvolvimento das futuras gerações.

Aliás, importa referir que a protecção dos direitos das comunidades residentes em áreas detentoras de recursos naturais, segundo a política e a lei, será salvaguardada garantindo a reversão a seu favor de parte dos benefícios provenientes da exploração dos recursos localmente disponíveis.

Desta forma, a prioridade V, tem cinco objectivos estratégicos: 1) Aprimorar o planeamento e ordenamento territorial e fortalecer a monitoria, fiscalização e responsabilização na elaboração e implementação dos planos. 2) Garantir a integração da Economia Verde-Azul e da agenda de crescimento verde nas prioridades nacionais

de desenvolvimento, assegurando a conservação de ecossistemas, a biodiversidade e o uso sustentável dos recursos naturais. 3) Reforçar a capacidade de avaliação e monitoria da qualidade ambiental, em especial nas áreas de implementação de projectos de desenvolvimento. 4) Promover estudos e investigação visando a redução do risco de calamidades e adaptação às mudanças climáticas e, 5) Reduzir a vulnerabilidade das comunidades, da economia e infra-estruturas aos riscos climáticos e às calamidades naturais e antropogénicas.

Os objectivos estratégicos das três prioridades avançadas no texto são os que directamente tratam questões e/ou conteúdos de Desenvolvimento Sustentável. Estão ligados aos PES's e aos Planos Estratégicos sectoriais, além da END. O cálculo orçamental do quinquénio correlaciona-se com as prioridades que corporizam os objectivos estratégicos. É das prioridades e pilares que se encontra a funcionalidade dos vários projectos de desenvolvimento.

O PGQ (2015-2019) é um programa ambicioso com enfoques relacionados aos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável e com a protecção ambiental. Na sua descrição, os objectivos do PQG coincide na letra com os ODS, ao apostar na eliminação da pobreza absoluta, a miséria, protecção ambiental, eliminação das desigualdades, das assimetrias e trazendo um desenvolvimento inclusivo. Contudo, o facto de tanto a END e o PQG enfocar o desenvolvimento no uso intensivo dos recursos naturais renováveis e não renováveis sem capacidade financeira de importar novas tecnologias não poluentes torna o país vulnerável à insustentabilidade do seu ambiente, tanto que como já se afirmava anteriormente o cumprimento das metas traçadas para os ODS nos PDS está condicionado a vários factores globais num mundo onde, de acordo com Martins (2004) o sistema é coordenado pelo Estado hegemónico que concentra a soma de poderes produtivo, comercial e financeiro necessários para instituir pela combinação da coerção e consenso, um conjunto de regras que são aceites pelos demais Estados e viabilizam o funcionamento da economia mundial em seu proveito, o que, por essa via, vai tornar-se difícil que os objectivos traçados possam ser cumpridos.

O Programa Quinquenal do Governo, em tese, está alinhado com a Estratégia de Nacional de Desenvolvimento 2015-2035, que é um instrumento de orientação estratégico do governo que visa orientar o desenvolvimento económico e social do País a longo prazo e traduz uma visão global agregada, integrada, onde os sectores estabelecem entre si uma linguagem de comunicação, articulação, interligação e de complementaridade e, faz um alinhamento entre os instrumentos de médio prazo

Programa Quinquenal do Governo (PQG), Plano de Acção para Redução da Pobreza (PARP), Programa Integrado de Investimentos (PII) e as estratégias sectoriais, territoriais.

Portanto, conforme o Dec. N°29/2015, de 14 de Abril, as medidas e acções de política desenhadas constituem a base para prossecução da visão e dos objectivos plasmados nos instrumentos nacionais de planeamento de médio e longo prazo, onde se destacam não só a nova Agenda 2025, o Programa Integrado de Investimentos, o Plano Estratégico de Promoção do Investimento Privado em Moçambique, bem como nos programas de âmbito regional, continental e internacional, onde pontificam o Plano Regional de Desenvolvimento Estratégico e Integrado da SADC, a Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD), Mecanismo Africano de Revisão de Pares (MARF), a Agenda 2063 da União Africana, os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) e a Visão da Agenda Global de Desenvolvimento Pós – 2015.

Para a operacionalização do Programa Quinquenal do Governo (2015-2019), foram elaborados Planos Económicos e Sociais, que são planos anuais que pontificam as acções do Governo durante um determinado ano distribuídos ao longo dos cinco de duração do Programa Quinquenal. Os programas relacionados à construção de cada distrito um hospital, a construção de mais salas de aulas, a iluminação de todas as sedes distritais do país, maior acesso à educação, maior cobertura de água potável, a construção de infra-estruturas como a Barragem de Mpanda Nkuwa, de Mapai, a asfaltagem das estradas, a descentralização governamental, são parte do que se pode aproximar aos conceitos de desenvolvimento sustentável contidos no Programa Quinquenal do Governo.

4.2.2 Planos Económicos e Sociais 2015-2019

O Plano Económico e Social (PES) é um instrumento anual de programação e de gestão da actividade económica e social que orienta a acção governativa, no processo da materialização das Prioridades do Programa Quinquenal do Governo, no caso pretérito, do quinquénio 2015-2019 e implementação, com a concentração de esforços para a materialização do seu objectivo central que é de melhorar as condições de vida do povo moçambicano, aumentando o emprego, a produtividade e a competitividade, criando riqueza e gerando um desenvolvimento equilibrado e inclusivo, num ambiente de paz,

segurança, harmonia, solidariedade, justiça e coesão entre os moçambicanos (PES, 2017).

Os Planos Económicos e Sociais são elaborados tendo em conta os indicadores macroeconómicos do exercício anterior. Faz-se uma análise da situação global e regional de forma a projectar os objectivos económicos, sociais e ambientais. São planos executores da END e do PQG. Tendo em conta que o objectivo deste subcapítulo é identificar e analisar os conteúdos relacionados com o desenvolvimento sustentável e meio ambiente, a seguir apresenta-se uma tabela de conteúdos conceptuais ligados ao desenvolvimento sustentável e meio ambiente para uma posterior análise.

Quadro 3 - Conceitos de desenvolvimento e meio ambiente nos PES 2015 a 2019

PES	Objectivos seleccionados de análise: desenvolvimento de infra-estruturas e de gestão sustentável e transparente de recursos naturais e do ambiente
2015	<p>O Plano Económico e Social para 2015 define como principais objectivos da acção do Governo:</p> <p>Alcançar um crescimento económico de 7,5% do Produto Interno Bruto; Conter a taxa de inflação média anual em cerca de 5,1%; Atingir o valor de USD 4,188 milhões, em exportações de bens; Constituir Reservas Internacionais Líquidas no valor de USD 2,491 milhões, o correspondente a 4.5 meses de cobertura das importações de bens e serviços não factoriais; Criar oportunidades de emprego através da melhoria contínua do ambiente de negócios que favoreça a atracção do investimento privado, a par do fortalecimento do empresariado nacional; Melhorar a gestão do ambiente e aumentar a transparência na utilização dos recursos naturais como base importante para o desenvolvimento nacional; Melhorar a oferta e qualidade dos serviços públicos de educação, saúde, água e saneamento, energia, protecção social, administração pública e justiça; Construir e expandir a rede de infra-estruturas económicas prioritárias e estruturantes para o suporte à actividade produtiva, dando prioridade às áreas geográficas de elevado potencial ou aquelas com investimentos em curso no sector agrário, pesqueiro, industrial e turístico; Construir e expandir a rede de infra-estruturas sociais de educação, saúde, abastecimento de água, saneamento, energia, administração pública, justiça e formação profissional, dando prioridade às áreas geográficas de elevada demanda; Consolidar a Administração Pública Central, Local e Autárquica de modo a tornar o Estado cada vez mais próximo e ao serviço do cidadão; Expandir o acesso à justiça tornando-a mais célere e próxima dos cidadãos, incluindo os cidadãos economicamente carenciados, e Reforçar a cooperação internacional orientada para a cooperação estratégica no âmbito económico e para a defesa dos interesses nacionais no contexto internacional.</p> <p>No âmbito da Gestão Sustentável e Transparente de Recursos Naturais e do Ambiente</p> <p>Regularização de parcelas de terra por ocupantes de boa-fé abrangendo 500 mil famílias, controlo de resíduos de drogas veterinárias e contaminantes ambientais,</p>

	<p>fiscalização da actividade pesqueira na costa moçambicana e na Zona Económica Exclusiva, reassentamento da população afectada pelas cheias e capacitação de 2,634 membros dos Comités Locais de Gestão do Risco de Calamidades (PES, 2015).</p>
2016	<p>No âmbito do Desenvolvimento de Infra-estruturas:</p> <p>Construção de 442 salas de aula sendo 400 para o Ensino Primário, 42 para o Ensino Secundário; concluídas e apetrechadas 10 instituições de ensino técnico profissional; Hotéis - Escola nos Institutos Industrial e Comercial Construção de 38 unidades sanitárias, Reabilitação, construção/asfaltagem de 369 Km de estradas nacionais e regionais Construção de 17 pontes, reabilitação de 2 pontes e manutenção de 8 pontes; Início das obras de expansão do abastecimento de água a região do Grande Maputo a partir da nova fonte de abastecimento de água, em Corumana; Continuar com a reabilitação de sistemas de drenagem na Cidade da Beira (Rio Chiveve) e construção do sistema de saneamento e drenagem de águas pluviais de Macurungo; Continuar com a construção das Barragens de Moamba Major, Gorongosa e Metuchira, e reabilitação das barragens de Massingir e Macarretane; Prosseguir com a construção dos 3 Palácios de Justiça, de Nampula, Guro e Gaza.</p> <p>No âmbito da Gestão Sustentável e Transparente de Recursos Naturais e do Ambiente</p> <p>Serão repostos 500 animais bravios nas áreas de conservação, e elaborados 10 Planos Locais de Adaptação as Mudanças Climáticas; criados 65 Comités Locais de Gestão do Risco de Calamidades (CLGRC); fiscalizados 7 projectos de reassentamento resultante de actividades económicas e ordenamento e monitorados 25 projectos de prospecção e pesquisa de recursos minerais (Revisão da Proposta do PES, 2016).</p>
2017	<p>Ao nível de desenvolvimento de infra-estruturas</p> <p>Construir 548 salas de aula; concluir a construção e apetrechamento de 2 instituições de ensino técnico profissional; reabilitar/ampliação de 5 instituições de ensino técnico profissional; construir 5 hospitais distritais; prosseguir com a construção de 5 hospitais distritais; prosseguir com a construção do hospital Provincial da Zambézia; reabilitar, construir/asfaltar 500 km de estradas nacionais e regionais; assegurar a manutenção de rotina de 13.000 km de estradas; continuar com a construção das barragens de Moamba Major, Gorongosa e Metuchira e reabilitar as barragens de Massingir e Macarretane</p> <p>Ao nível da Gestão Sustentável e Transparente de Recursos Naturais e do Ambiente,</p> <p>Atribuir mil DUAT's no âmbito da regularização da terra dos ocupantes de boa-fé, criar e equipar 130 comités locais de gestão do risco de calamidades, mapear 12 zonas de riscos de calamidades, organizar 10 feiras para divulgação do potencial geológico mineiro de Moçambique, apoiar o empresariado nacional e efectuar o mapeamento e inventários em florestais de mangais (Proposta do PES, 2016).</p>

2018	<p>Ao nível de desenvolvimento de infra-estruturas</p> <p>Construir 1.193 salas de aula para o ensino primário; iniciar a construção do Instituto Superior Politécnico de Pescas e Tecnologias Marinha de Inhambane; iniciar a reabilitação das Escola Industrial e Comercial da Beira e Inhambane; concluir a construção de 2 hospitais distritais; prosseguir com a construção de outros 9 hospitais distritais; reabilitar, construir, asfaltar 735 km de estradas nacionais e regionais; continuar com a construção de 12 pontes, reabilitar 2 e fazer a manutenção de 9 pontes; prosseguir com a reabilitação da barragem Massingir, Corumana, Macarretane e Pequenos Libombos.</p> <p>Ao nível da Gestão Sustentável e Transparente de Recursos Naturais e do Ambiente</p> <p>Atribuir 51 mil DUAT's no âmbito da regularização da terra dos ocupantes de boa-fé; reflorestar 43.500 hectares a nível nacional; construir 2 Empreendimentos Comunitários de Ecoturismo em Manica e Cabo Delgado; criar e equipar 153 Comités Locais de Gestão do Risco de Calamidades e construir 90 casas no âmbito da Reconstrução pós Calamidades sendo Sofala (24), Zambézia (22), Niassa (22) e Tete (22) (PES, 2017).</p>
2019	<p>Ao nível do desenvolvimento das infra-estruturas</p> <p>Construir 766 salas de aula para o ensino primário; concluir 225 salas de aula para o ensino secundário; concluir a reabilitação e apetrechamento de 4 instituições do ensino técnico profissional; concluir a construção de 7 hospitais distritais; reabilitar/asfaltar 484 km de estradas nacionais e regionais, reabilitar 15 km de diques de defesa na Zambézia e Gaza; reabilitar portos e linhas férreas, reabilitar as barragens de Corumana e Macarretane</p> <p>Ao nível da Gestão Sustentável e Transparente de Recursos Naturais e do Ambiente</p> <p>Atribuir 1 Milhão de DUAT's no âmbito da regularização da terra dos ocupantes de boa-fé; Repovoar a fauna bravia, com um efectivo de 2.500 Elefantes sendo, Maputo (500) e Inhambane (2.000); Construir empreendimentos comunitários de ecoturismo em Inhambane; Criar e equipar 73 Comités Locais de Gestão do Risco de Calamidades e apoiar com material de construção para casas definitivas nos bairros de reassentamento a 120 famílias (PES, 2018).</p>

Fonte: PES (2015 à 2019)

Da leitura que se pode fazer do quadro 3 e fazendo uma análise em profundidade com relação à presença dos objectivos relacionados com o desenvolvimento sustentável e meio ambiente, pode-se aferir que estão presentes em quase toda a extensão dos PES's. Foram eleitos duas prioridades relacionadas ao desenvolvimento sustentável que são: o desenvolvimento das infra-estruturas e a gestão sustentável e transparente de recursos naturais e do ambiente. Estes elementos, servirão de exemplo para mostrar como o país trata o tema conceptualmente. Existem várias estratégias que se acoplam a

END, algumas das quais são tratadas dentro deste capítulo como resultantes do esforço na política governamental sobre o desenvolvimento sustentável e meio ambiente.

O quadro 3 mostra igualmente que existe uma grande preocupação nos programas governamentais em desenvolver algumas áreas ligadas ao desenvolvimento sustentável. Tal como foi referido no primeiro capítulo por Sachs (2004), o desenvolvimento sustentável não se pode limitar unicamente aos aspectos sociais e sua base económica, ignorando as relações complexas entre o porvir das sociedades humanas e a evolução da biosfera, porque, na realidade, está-se em presença de uma co-evolução entre dois sistemas que se regem por escalas de tempo e escalas especiais distintas.

Neste sentido, constata-se que os PES em análise nada abordam sobre as Mudanças Climáticas (MC) e seus efeitos sobre o desenvolvimento. No entanto, sabe-se que a frequência das secas, cheias e outros eventos naturais têm aumentado em todo mundo e Moçambique faz parte da lista de países com fenómenos naturais extremos que constituem desafios para a humanidade e para as políticas de desenvolvimento do Estado.

Como diz Sachs (2009), não existe mais dúvidas de que o planeta está a aquecer e que o clima está a mudar e ainda, que as mudanças climáticas antropogénicas constituem o maior de todos os riscos ambientais, visto que alterações no clima em grande escala irão perturbar o funcionamento de todos os ecossistemas. Entenda-se que dentro dos PES, o tratamento sobre os Gases com Efeito Estufa e sobre que soluções nacionais e locais; o mesmo que os impactos das alterações climáticas que são reconhecidas na END e seus conhecidos efeitos sobre o aumento dos níveis dos oceanos, destruição de habitats, maior transmissão de doenças, alterações na produção agrícola, alterações na disponibilidade de água, alterações na química dos oceanos, são eventos que merecem maior atenção na elaboração dos PES, tendo em conta que estes são operacionais do PQG. Este facto permitiria uma melhor concentração na elaboração dos orçamentos anuais. Ao longo do quinquénio constata-se que do objectivo ligado à gestão sustentável e transparente de recursos naturais e do ambiente, as actividades não mudaram qualitativamente e sim de forma quantitativa. A título de exemplo, nota-se a presença das mesmas actividades ao longo do quinquénio 2015-2019, mudando simplesmente os números, com maior destaque na actividade do Direito de Uso e

Aproveitamento da Terra (DUAT)²⁹, o mesmo acontece com a de desenvolvimento das infra-estruturas.

A falta de abordagem de matérias relacionadas com o desenvolvimento sustentável e meio ambiente pode não ser considerada falha, pois é notória a esta ausência em todos os PES`s. Entretanto, estes objectivos são melhor tratados no Programa Quinquenal do Governo e nas estratégias e Programas sectoriais, que são considerados de auxílio para o cumprimento da END. Se o PES`s é um documento de operacionalização dos objectivos traçados na END e no PQG, levanta-se aqui a questão sobre a importância que o Estado moçambicano dispensa ao Desenvolvimento Sustentável e o meio ambiente, mesmo tendo em conta que existe um compromisso no âmbito dos vários acordos internacionais sobre a MC e que resultou INDC, matéria a ser tratada no quarto capítulo. A falta de atenção aos aspectos ambientais fazem-se se reflectir no orçamento das actividades durante o ano e durante o quinquénio (observe tabela 11).

Ainda sobre este assunto, é importante enfatizar que a economia de Moçambique está dependente da exploração de recursos naturais e sua localização geográfica junto ao Oceano Índico. Este assunto, merece muita atenção para a mitigação dos eventos naturais como os ciclones, as cheias e o uso insustentável dos recursos. Desta forma, há necessidade de se buscarem estratégias sectoriais que nos permitam fazer uma avaliação da importância que o Estado dá aos aspectos relacionados com a matéria ambiental.

4.3 ORÇAMENTAÇÃO DO ESTADO PARA O QUINQUÉNIO 2015-2019

Ao longo do Quinquénio 2015-2019, foi notório o esforço do governo o seu investimento em sectores ligados ao desenvolvimento sustentável e meio ambiente. As prioridades II, III e V são as que receberam maiores dotações durante o quinquénio com um total de 454.347,10 mil Milhões de Meticais para a Prioridade II, que é de desenvolvimento do capital humano e social (observe tabela 11).

²⁹ A terra em Moçambique pertence ao Estado. Ela não se vende, o Estado autoriza o seu uso através de DUAT. Pouco depois da proclamação da independência em 1975, a terra foi nacionalizada. A Constituição da República e a legislação subsequente articulam e definem o uso da terra e o sistema formal de posse terra. Assim, no país, a terra e os recursos naturais do solo e do subsolo, nas águas territoriais e na plataforma continental são propriedade do Estado.

Tabela 11 - Orçamento do Estado durante o Quinquénio 2015-2019 por Prioridades e Pilares Unidade: 10⁶MT (2015/2019)

Prioridade e Pilares	2015	2016	2017	2018	2019	Total
Prioridade I- Consolidar a Unidade Nacional, Paz e Soberania	1.726,80	17.964,00	17.331,00	21.423,30	28.322,70	86.767,80
Prioridade II- Desenvolver o capital Humano e Social	71.502,00	83.723,70	93.119,30	98.386,10	107.616,00	454.347,10
Prioridade III- Promover o emprego e melhorar a produtividade e competitividade	3.036,60	11.119,60	12.985,90	10.969,80	14.946,20	53.058,10
Prioridade IV Desenvolver as infra-estruturas económicas e sociais	40.847,90	27.697,00	36.140,20	42.039,00	87.638,60	234.362,70
Prioridade V- Assegurar a gestão sustentável e transparente dos recursos naturais e do ambiente	23.779,80	4.943,60	6.037,40	4.995,50	10.825,50	50.581,80
Pilar I- Consolidar o Estado de Direito, Boa Governação e descentralização	31.518,10	34.797,10	28.800,20	32.832,60	35.361	163.309,00
Pilar II- Promover um ambiente Macroeconómico e Sustentável	2.330,20	67.782,70	75.746,50	90.137,70	53.403,30	289.400,40
Pilar III- Reforçar a Cooperação Internacional	113,8	720,7	2.127,80	2.143,90	2.295,60	7.401,80
Total	174.855,20	248.748,40	272.288,30	302.927,90	340.408,90	

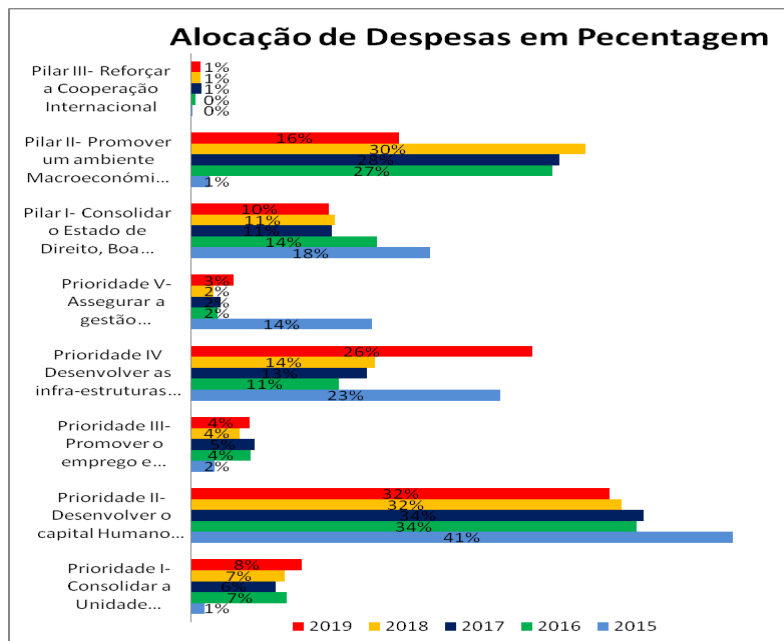
Fonte: Lei nº 2/2015, de 7 de Maio BR nº 36, I Série

No caso concreto desta prioridade II, (Prioridade II- Desenvolver o capital Humano e Social) as dotações foram variando de 71.502,00 mil Milhões de Meticais em 2015 à 107.616,00 mil Milhões em 2019. Terá sido a prioridade que mais dotação recebeu ao longo do trimestre que tem muita incidência no aspecto de desenvolvimento sustentável. Entretanto, a prioridade V, que assegura a gestão sustentável e transparente dos recursos naturais e do ambiente foi a que menos dotação recebeu ao longo do quinquénio com cerca de 50.581,80 mil milhões de MT (Cinquenta mil, quinhentos e oitenta e um mil milhões de meticais e oitenta centavos) o que corresponde a uma variação de cerca de 4.943,60 mil Milhões MT (quatro mil novecentos e quarenta e três mil milhões de meticais e sessenta centavos).

Esta prioridade tem a ver com o desenvolvimento sustentável tendo em conta que se lida com as questões ambientais e de equidade no uso dos recursos. Este facto, justifica-se por Moçambique ser um país localizado na costa que sofre frequentemente com os eventos climáticos (ciclones, cheias, terramotos, secas, erosão dos solos, etc.), para além da exploração da madeira e da caça furtiva. Como se pode constatar, é nesta prioridade que muitos projectos e programas devem merecer atenção para a sua execução, pois, se existem objectivos de mitigar e adaptação aos eventos climáticos, então a dotação deve corresponder às expectativas.

Percebe-se ainda desta tabela 11 que a Prioridade IV é de grande importância para o desenvolvimento sustentável pois trata do desenvolvimento de infra-estruturas económicas e sociais, sabe-se que o país ainda se ressentia da sua falta, tais como: escolas, hospitais, habitação e água, saneamento, etc. A sua construção instituiu-se num investimento não só com capitais nacionais como também com capitais de parceiros internacionais. Talvez por isso tenha recebido um total de 234.362,70 mil Milhões de MT (duzentos trinta e quatro mil, trezentos sessenta e dois mil milhões de Meticais), tendo variado entre 27.697,00 mil Milhões MT (Vinte e sete mil seiscentos e sessenta e nove e sete mil milhões de meticais) e 87.638,60 mil Milhões de MT (oitenta e sete mil seiscentos trinta e oito mil milhões meticais e sessenta centavos).

Gráfico 6 - Alocação de Despesas em Percentagem



Fonte: PES's 2015-2019

Em termos percentuais, a prioridade II foi a que mais dotação recebeu de acordo com o gráfico 6. Entretanto, nota-se uma variância no sentido decrescente, pois em 2015 a dotação foi de 41% e em 2019 de 32% o mesmo que 2018. A prioridade IV foi a que das cinco prioridades recebeu a segunda dotação ao longo do quinquénio, tendo recebido entre 11% e 26%. E a prioridade V foi a que menos dotação recebeu como se pode observar no Gráfico 6 em análise.

A falta de investimentos de vultos em sectores nevrálgicos para o desenvolvimento sustentatável durante o quinquénio pode estar ligado à conjuntura económica que o país atravessa, que tem a ver com o corte de Investimento Directo Estrangeiro (IDE), pois Moçambique é dependente para a sua orçamentação, resultante das dívidas ilegais contratadas pelo governo no quinquénio anterior. Este problema afasta de forma nítida o conceito de desenvolvimento e desenvolvimento sustentável produzindo desigualdade e a exclusão, como afirma Rist no primeiro capítulo. Ainda Rist, em volta deste conceito critica a forma como o conceito é tratado que leva em conta as desigualdades, pelo contrário, faz com que se pense num crescimento em que países do Norte podem crescer de forma ilimitada e os do sul condicionados, sem a certeza da auto-suficiência alimentar se o crescimento populacional excede à capacidade de reprodução da vida dos recursos e suas tentativas de desenvolver, copiar o arquivo tentativas de desenvolver, copiar o arquivo industrial, as forças a financiar importações

de tecnologia por meio de empréstimos no mercado de capitais que acabam condicionando o desenvolvimento destes.

Corroborando com a análise do Rist sobre as relações desiguais entre o Norte Global e o Sul, Veltmeyer e Petras (2014) argumentam que o efeito de tudo isso é criar estruturas políticas condicionadas e do direito internacional dos tratados e um conjunto de "melhores práticas" aceites que se reforçam mutuamente e reproduzem muitas das características da instalação colonial, tanto que no lugar de uma administração directa, agora os Estados do sul confrontam-se com a disciplina da ameaça de bloqueio financeiro e de sanções comerciais, onde os estados periféricos que desafiam o sistema correm o risco de ser económica e politicamente prejudicados dentro de seu próprio espaço doméstico.

No tabela 12 estão presentes os sectores económicos e sociais e suas dotações ao longo do quinquénio. Refira-se que existe alguma dificuldade na distribuição dos sectores pela variância dos agrupamentos que os sectores foram sofrendo ao longo do quinquénio. O sector da educação foi a que recebeu maior valor orçamental ao longo do quinquénio tendo variado entre 44.745 e 56.658,40 mil milhões de MT. O valor orçamental recebido pela educação corresponde entre 22% e 32% ao longo dos cinco.

Tabela 12 - Distribuição do Orçamento por sectores de actividades (2015-2019)

Função	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018	Ano 2019
Educação	44.745	50.110,16	48.287,70	52.629,50	56.658,40
Saúde	20.131,70	20.661,36	21.143,80	26.606,20	27.980,30
Infra-estruturas	31.054,60	28.316,71	37.113,80	40.905,80	39.246,60
Estradas	17.965,20	14.143,67	17.901,10	30.724,00	16.541,80
Água e Obras Públicas	10.133,00	11.971,06	16.215,40	71.129	19.115,00
Recursos Minerais e Energia	2.956,40	2.201,98	2.997,30	3.053,10	3.589,80
Agricultura e Desenvolvimento Rural	15.845,00	16.319,67	18.215,80	13.232,80	29.130,20
Sistema Judicial	4.001,70	4.538,44	3.057,40	3.642,80	4.332,20
Transportes e Comunicações	2.376,10	4.819,77	9.125,50	3.761,50	9.456,90
Acção Social e Trabalho	7.087,50	4.697,86	7.558,50	6.764,40	7.665,50
Total	156.296,20	157.780,68	181.616,30	252.448,80	213.716,70

Fonte: PES's 2015-2019

O exame da distribuição do orçamento constante do quadro evidencia que, ao longo do quinquénio, a educação foi a que recebeu maior dotação orçamental que foi crescendo de 44.745 mil milhões de meticais em 2015, para 56.658,40 mil milhões de

meticais em 2019. Além deste sector, outros sectores que receberam dotações crescentes foram: infra-estruturas, saúde, estradas e agricultura e desenvolvimento rural. Realce-se que o sector de saúde teve variância insignificante ao longo do quinquénio, 20.131,70 mil milhões em 2015 e 27.980,30 mil milhões em 2019. Um outro sector que merece atenção é da agricultura, tida como base de desenvolvimento em comunhão com a indústria, não ter recebido dotações significantes, chegando a baixar de 18.215,80 mil milhões de meticais em 2017 para 13.232,80 mil milhões de meticais em 2018, só voltando a subir para 29.130,20 mil milhões de meticais em 2019 (Observe-se a tabela 12).

Citando Oliveira e Moraes (2016), a educação, além de promover os novos ciclos de desenvolvimento económico, também é essencial para a compreensão e aceitação dos novos modelos de desenvolvimento, que visam a redução de desigualdades. A redução de desigualdades é uma aposta da END, do PQG e de outros planos sectoriais, contudo observando os gráficos 4 e 5, o analfabetismo situa-se em 39% de acordo com o censo 2017, dos quais 50,7% residem na zona rural, o que implica necessidade de um maior investimento.

A partir das afirmações acima, conclui-se que a educação é o sector que promove o desenvolvimento económico e fundamental para que, de facto, Moçambique cumpra com os objectivos traçados até 2035. É ela que constitui o suporte dos outros sectores devendo, contudo, ser fundamental que haja investimentos de relevo em outros sectores que não sejam só os sociais, como também na agricultura que emprega mais de metade da população activa de Moçambique (ler sobre a agricultura no segundo capítulo). A agricultura é tida como base de desenvolvimento dentro da Estratégia Nacional de Desenvolvimento e a Indústria um factor dinamizador, mas a dotação orçamental que ao longo dos cinco anos de análise recebeu, entre 13.232, 80 mil Milhões de MT e 29.130, 20 mil Milhões de MT.

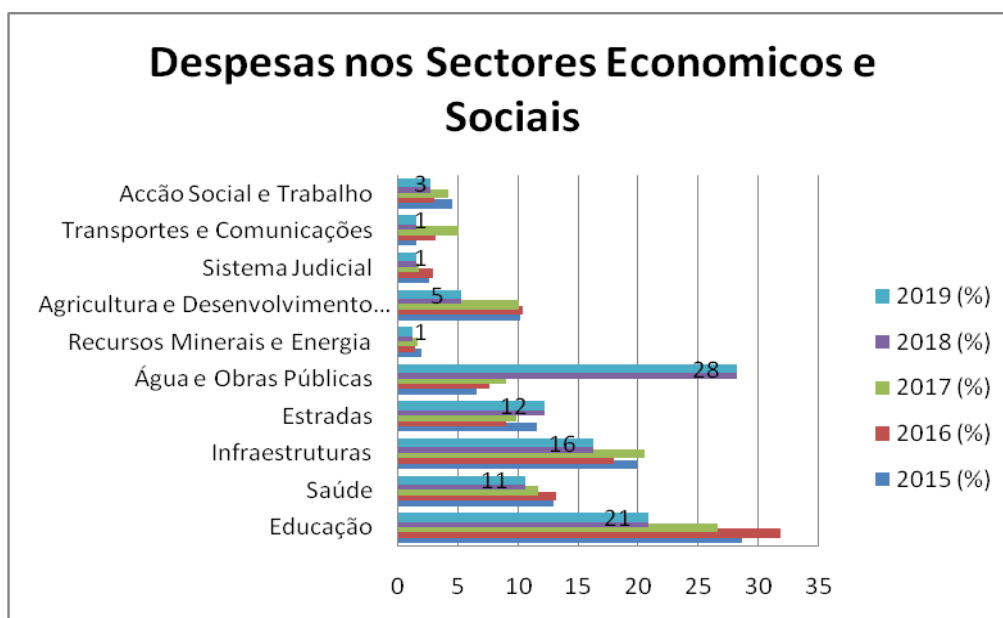
No nosso entender este défice no investimento num sector que se pretende ser impulsionador para que o país se liberte da dependência, pode justificar-se pela fuga dos investidores estrangeiros no sector. Aliás, metade da população moçambicana com idade activa vive da agricultura de sequeiro e de subsistência.

Uma outra área importante para o desenvolvimento económico e para a transformação económica e social de um país é a saúde. Como já se havia referido no segundo capítulo desta tese, o desenvolvimento económico tem uma ligação intrínseca com o estado de saúde da população que é o factor de produção e de consumo dos

produtos diversos resultantes dos vários sectores de produção citando ainda Gadelha (2012), que afirmava que a discussão sobre a saúde implica pensar sua conexão estrutural com o desenvolvimento económico, a equidade, a sustentabilidade ambiental e a mobilização política, tornando-se assim parte endógena da discussão de um modelo de desenvolvimento.

A saúde é um sector transversal porque ele está em todas as outras áreas ou sectores de desenvolvimento. De acordo com o censo 2017, Moçambique tem uma taxa de cerca de 67,36% de mortalidade infantil, daí que o Estado é desafiado a fazer grandes investimentos neste sector. Mas como se pode observar o, o orçamento variou entre cerca de 11% (Gráfico 7).

Gráfico 7 - Despesas nos Sectores Economicos e Sociais



Fonte: PES's 2015-2019

Em relação ao sector dos transportes e vias de comunicação verifica-se a partir dos dados acima que o mesmo não recebeu muita atenção na dotação orçamental, tendo recebido cerca de 12% conforme mostra o gráfico 7, se bem que se reconheça que as estradas sejam o motor de desenvolvimento por permitirem a conexão entre os vários sectores de desenvolvimento. Por seu lado, o sector de água e obras públicas recebeu cerca de 28%, uma dotação que se pode considerar razoável se tivermos em conta os problemas estruturais que o país atravessa bem com a sua contribuição para o alívio da pobreza.

A conclusão que se pode chegar em termos de investimento nas áreas ligadas ao desenvolvimento económico é que Moçambique tem investido muito no sector da educação por aquilo que nos dá observar, pode-se também concluir que existe um desequilíbrio na dotação orçamental se tiver em conta que existem sectores importantes que devem imprimir o desenvolvimento se, de facto, a aposta é acabar com a dependência, tais como o sector de infra-estruturas, saneamento e água estradas e agricultura, entre outros. Entretanto, mesmo estando presentes os conceitos de desenvolvimento sustentável de acordo com o relatório de Brundtland, segundo qual se deve ter em conta as gerações vindouras no uso dos recursos, está claro que a situação de dependência em que se encontra o País, as prioridades e os pilares desfazem-se da realidade. A base de desenvolvimento de Moçambique baseia-se no extractivismo que, de acordo com Acosta (2013) tem carácter destrutivo. E explica que este tipo de economias são voláteis e que dada:

A volatilidade que caracteriza os preços de matérias-primas no mercado mundial significa que uma economia baseada na exportação de *commodities* primárias sofrerá uma balança de pagamentos recorrente e problemas de escala de crédito. Isto cria dependência dos mercados financeiros e expõe as políticas económicas e sociopolíticas nacionais, agravado quando os preços mundiais caem repentinamente e a consequente crise da balança de pagamentos é agravada pelo aumento em massa do capital especulativo (ACOSTA, 2013, p.66, tradução nossa).

Esta situação explica-se com o facto de grande parte dos estados extractivistas não serem estados processadores do produto de extracção. São exportadores e consumidores de produtos acabados dos estados que assumem o monopólio das tecnologias de processamento. Nesta cadeia, quem sai a ganhar dessas actividades são as empresas transnacionais que se estabelecem nos países do Sul. Assim sendo, as apostas de Moçambique para o desenvolvimento indicam para uma contínua situação de dependência, o que provavelmente continuará a agravar a situação do meio ambiente e, por consequência, afectará o desenvolvimento sustentável que a END aposta na exploração dos recursos naturais. As tabelas 11 e 12 e gráficos 6 e 7 mostram como os orçamentos são distribuídos por prioridades e sectores de economia. O desequilíbrio explica esta afirmação de que na situação de uma economia extractivista, dificilmente Moçambique pode atingir o desenvolvimento sustentável, tanto que a lógica consumista não é ambiental e nem socialmente sustentável.

A questão que se pode colocar é se perante estas características de uma economia extractivista é possível falar-se de desenvolvimento sustentável tendo como base a END (2015-2035)?

Analisando a END como um projecto estruturante num universo temporal de 20 anos, não se pode falar de DS, porque, segundo Almeida (2010) a base conceitual é tão fácil de explicar quanto difícil de implementar, trata-se pois da gestão do desenvolvimento que leve em consideração as dimensões ambiental, económica e social e tem como objectivo assegurar a perenidade da base natural, da infra-estrutura económica e da sociedade.

Percorrendo o documento, o discurso sobre o desenvolvimento sustentável, aparece de forma genérica dentro dos Pilares. Os conceitos relacionados com meio ambiente como são os casos de agro-químico, biodiversidade, desenvolvimento sustentável, sustentabilidade ambiental, ecologia, preservação, protecção, mitigação, adaptação, mudanças climáticas, entre outros, não estão presentes de forma nítida na END, mas aparecem em outros documentos sectoriais que se inspiram na END. Aliás, a própria END mostra preocupação com o cumprimento dos princípios de DS de acordo com o Relatório de Brundtland mas sem conexões lógicas do conceito desenvolvimento sustentável entre vários fenómenos que podem comprometer os princípios orientadores para que haja DS, como seja: Democracia e estabilidade política; Paz; Respeito à lei e à propriedade; Respeito aos instrumentos de mercado; Ausência de corrupção e Transparência e previsibilidade de governos (ALMEIDA, 2010). Todavia, os Pilares e as Propriedades na END e no PQG e PES`s, se bem seguidos e operacionalizados, podem conduzir ao DS.

Na análise feita, pode-se concluir que a END poderá ter relegado esta responsabilidade a outros planos como, o PQG, PES`s, entretanto, analisados estes planos, também é notória a secundarização do debate dos conceitos ligados ao DS e meio ambiente. O PQG e PES`s são documentos que orientam as necessidades orçamentais e de orientação para o desenvolvimento nos sectores económicos, sociais e ambiental, por essa via, seriam estes documentos a apresentarem as necessidades do país para que atinja os ODS.

Da inexistência do trato específico dos conceitos sobre DS e Meio Ambiente e falta de sua definição em profundidade no END, PQG e PES`s, fez-se arrolamento destes conceitos em outras estratégias sectoriais. Embora a END se defina como

aglutinadora das demais estratégias, ficou claro que as estratégias sectoriais apresentam maiores conteúdos relativos ao DS e Meio Ambiente.

Tabela 13 - Avaliação geral de desempenho por prioridade e pilar

PRIORIDADE/PILAR DE APOIO	Nº de Indicadores	execução igual ou superior a 80%	execução de 50% a 79%	execução de 0% a 49%	Não avaliados
PRIORIDADE II - DESENVOLVER O CAPITAL HUMANO	36	44%	11%	36%	8%
PRIORIDADE III - PROMOVER O EMPREGO E MELHORAR A PRODUTIVIDADE E A COMPETIVIDADE	17	69%	19%	13%	0%
PRIORIDADE IV - DESENVOLVER INFRA-ESTRUTURAS ECONÓMICAS E SOCIAIS	9	50%	13%	38%	0%
PRIORIDADE V - ASSEGURAR A GESTÃO SUSTENTÁVEL E TRANSPARENTE DOS RECURSOS NATURAIS E DO AMBIENTE	10	50%	20%	30%	0%
PILAR I - CONSOLIDAR O ESTADO DE DIRETO DEMOCRÁTICO, BOA GOVERNAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO	11	56%	22%	22%	0%
PILAR II - PROMOVER UM AMBIENTE MACRO-ECONÓMICO EQUILIBRADO E SUSTENTÁVEL	8	17%	17%	67%	0%
TOTAL	91	42	13	27	9
% DO TOTAL		46%	14%	30%	10%

Fonte: Balanço dos 4 anos de Governação

A tabela 13 é de balanço do que foi o desempenho do conceito desenvolvimento ao longo do quinquénio tendo em conta as prioridades. Está claro que todas as prioridades não os 70%, o que demonstra que a economia moçambicana tem enfrentada grandes dificuldades para responder aos objectivos de desenvolvimento e essas dificuldades têm a ver com o tipo de economia que sustenta o desenho de desenvolvimento do país.

4.4 CONSIDERAÇÃO PARCIAIS

Depois de uma breve análise sobre END, PQG e PESs conclui-se que a END sistematiza o projecto de desenvolvimento de Moçambique a longo prazo. “Aglutina” as várias estratégias sectoriais. É do END que se desenha o PQG e por conseguinte o PES`s. Dentro destes três programas, o tratamento de conceitos sobre o DS e Meio Ambiente são tratados com profundidade principalmente nas estratégias sectoriais.

A orçamentação não é equilibrada ao longo do quinquénio, havendo sectores com maiores dotações, com défices orçamentais em todos os PES`s o que implica maior esforço do governo na busca de parcerias para a viabilização do orçamento. É orçamento muito dependente do IDE o que condiciona a execução dos projectos de desenvolvimento.

O facto da estrutura económica de Moçambique ser dependente da exploração e exportação de matérias-primas condiciona o desenvolvimento do País, porque continuará a ser um país consumidor dos produtos acabados da metrópole. Da documentação analisada, Moçambique tem instrumentos legais que possam promover o desenvolvimento sustentável e promover o meio ambiente, mas a sua estrutura económica e social não estão em condições para promover este objectivo, visto que a forma como o desenvolvimento sustentável é apregoado para os países em desenvolvimento pode significar o não desenvolvimento por falta de inclusão de conceptual. Democracia, estabilidade política e transparência (ausência de corrupção) em todos os níveis e de todos os agentes sociais (governos, empresas e organizações da sociedade civil) são essenciais, para o desenvolvimento sustentável.

5 LIMITES DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EM MOÇAMBIQUE À LUZ DA SUA ESTRATÉGIA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO

O objectivo do capítulo é responder à pergunta que norteou a pesquisa: Quais são os limites do desenvolvimento sustentável em Moçambique, tendo em conta que o país tem altos índices de pobreza e a sua estrutura económica é dependente da exploração e utilização intensiva de recursos naturais? Para tanto, analisa-se a END para compreender os limites que inviabilizam a prossecução dos objectivos identificados para o alcance de desenvolvimento sustentável de Moçambique.

O argumento central do capítulo é que o termo desenvolvimento sustentável, da forma como maioritariamente é empregue na política internacional, compartilha as raízes do termo desenvolvimento: permite dividir os Estados em dois pólos - aqueles que se desenvolvem de maneira “correcta” e aqueles que se desenvolvem de maneira “errada”, levando que haja perpetuidade nas relações de dependência entre os ricos e os pobres. Para reflectir sobre o termo desenvolvimento sustentável em Moçambique é preciso, portanto, rejeitar essa definição maioritária, e compreendê-lo a partir de outras raízes – que dêem o devido peso às estruturas sistémicas desiguais que “amarram” o desenvolvimento do país.

O termo desenvolvimento sustentável, da forma como foi trabalhado nessa tese, compreende a dimensão económica, social, ambiental/ecológica, espacial, cultural e estrutural. Segundo Sachs (1993); Veiga (2008); e Gallopin (2003), o conceito de Desenvolvimento Sustentável requer a articulação construtiva dos critérios que abordam o desenvolvimento de cima para baixo com as iniciativas de base, que vão de baixo para cima, exigindo sinergias entre os vários vectores, valorizando os aspectos locais e globais de forma a adaptarem-se às necessidades de gerações contemporâneas e outras gerações. Ademais, o conceito precisa incorporar as distâncias reais impostas por um sistema económico que reforça relações centro-periferia, numa dinâmica de desigualdade e de controlo hegemónico dos mercados por parte dos países centrais e de perda de controlo dos dependentes sobre os seus recursos, decorrentes do seu lugar na Divisão Internacional de Trabalho. Esta situação não permite que os estados do sul global falem de desenvolvimento sustentável, tanto que este conceito seria muito mais complexo do que garantir a sobrevivência das futuras gerações.

Como explicado na introdução da tese, os limites que são referidos ao longo do relatório, têm a ver com os constrangimentos que os vários actores de desenvolvimento, nos países do sul encontram para que de facto realizem o sonho de progresso nos seus territórios. Assim, a abordagem neste capítulo vai utilizar o conceito constrangimento no lugar de limite para uma melhor explicação e enquadramento.

O capítulo está organizado em três subcapítulos, sendo que o primeiro subcapítulo intitula-se constrangimentos endógenos. Neste subcapítulo faz-se análise das dimensões económica, social, ambiental, espacial, cultural e estrutural. O segundo discute os constrangimentos exógenos com enfoque à posição de Moçambique no Sistema Internacional procurando exemplificar com as relações entre Moçambique e a China, ao mesmo tempo que se analisa os seus compromissos internacionais e, por fim, o terceiro subcapítulo, memo tendo em conta que a tese não tenha como objectivo apresentar os desafios para o desenvolvimento sustentável, avança-se alguns desafios como forma de alertar os actores principais na elaboração das estratégias de desenvolvimento, da necessidade de novas abordagens para o desenvolvimento sustentável. Portanto, é uma contribuição para a próxima Estratégia Nacional de Desenvolvimento que procurará responder à questão: como falar em desenvolvimento social inclusivo, protecção ambiental, considerando os constrangimentos endógenos e exógenos de Moçambique?

5.1 CONSTRANGIMENTOS ENDÓGENOS

O desenvolvimento de Moçambique mostrou um défice de realização tendo em conta os dados apresentados nos capítulos 2 e 3. Os dados económicos, sociais, ambientais e ainda as análises dos relatórios dos programas quinquenais e económicos e sociais, respectivamente, demonstram que são um limitante para que se construa um Estado desenvolvido. Para uma melhor compreensão dos limites domésticos, vai-se recorrer às dimensões de desenvolvimento anunciadas por Sachs (1993) e comentadas por outros autores como Gallopin (2003) que fundamentam haver necessidade de sinergias entre as várias dimensões (económica, social, ambiental, espacial e cultural), sem perder de vista as premissas dependentistas em relação aos conceitos de desenvolvimento, subdesenvolvimento e desenvolvimento sustentável indicando a existência de dependência entre os países periféricos e os centrais.

5.1.1 Dimensão económica

A dimensão económica é determinante para as realizações no âmbito do desenvolvimento em todos os estados, principalmente para os estados do Sul Global. Estes países participam na DIT como fornecedores de *commodities*, além de serem Estados sufocados pelas dívidas provocadas pelo IDE. No caso concreto de Moçambique em particular, esta dimensão tem sido um grande entrave para o desenvolvimento devido ao tipo de estrutura económica montada desde o tempo colonial e à sua participação no sistema internacional.

Em Moçambique, esta dimensão constitui um dos grandes limitantes para o alcance do desenvolvimento, tanto que, segundo o referido anteriormente por Sachs (1993), é uma dimensão que precisa de alocação e do gerenciamento mais eficiente dos recursos e de um fluxo constante de investimentos públicos e privados, que têm sido deficientes para Moçambique, como exemplo disso, as dívidas contraídas fora dos parâmetros legais (dívidas ocultas), que sufocam as finanças do País.

O facto de estes países terem como base para a sua estrutura económica o extractivismo torna-os voláteis à flutuação dos preços de *commodities* no mercado, tal como explica Acosta (2013), que a volatilidade dos preços de matérias-primas é uma característica do mercado mundial significando que uma economia baseada na exportação de *commodities* sofrerá uma balança de pagamentos recorrentes e problemas de escala de crédito. É uma situação que cria dependência dos mercados financeiros e expõe as políticas económicas e sociopolíticas nacionais em constantes crises, quando os preços mundiais caem repentinamente e a conseqüente crise da balança de pagamentos é agravada pelo aumento em massa do capital especulativo. Esta é uma situação concreta que Moçambique vive, pois quando o carvão e o gás resvalam, também resvala a dinâmica da economia nacional.

Neste sentido, a economia de Moçambique vai-se transformando a partir do Investimento Directo Estrangeiro. Tais investidores, têm interesses comuns no território moçambicano, principalmente através da criação e utilização de uma infra-estrutura criada para a exportação, facto que dá azo ao fluxo de grandes projectos para as áreas de mineração e agro-negócios. A entrada de muitas companhias multinacionais, por um lado trazem vantagens para o crescimento económico, por outro, tornam o país cada vez mais dependente, se tomar em conta que o país não está em condições de se impor à

finança internacional. Isto tem como consequência a transferência de renda – tanto na forma de lucros como na forma de juros e dividendos, porque estas empresas geram em longo prazo, uma problemática cíclica no controle económico por parte de grupos financeiros e consórcios internacionais, bem como na produção de dependência e externalidades ambientais a este processo. Assim, pode-se afirmar que o IDE constitui a base para manutenção das engrenagens, apoiadas pela indústria extractiva que tem como os grandes motores os mega-projectos.

Um outro problema que constitui um limite para a mudança da estrutura económica é o tipo de produto com que Moçambique participa no comércio externo. Grande parte dos produtos de exportação está vinculada às GCT, que olham mais para os produtos de alimentação às indústrias do Norte, *Commodities*, que pela sua lógica são recursos esgotáveis com problemas sérios em relação ao meio ambiente como são os casos do carvão mineral, do alumínio, do gás natural, das areias pesadas, da madeira que são os maiores contribuintes para a degradação do ambiente e para as mudanças climáticas. Entretanto, produtos agrícolas e piscatórios, que vinculam grande parte da população moçambicana, tiveram menos relevo durante o período em análise 2015-2019. Isto requer uma reflexão profunda se tivermos como ponto de partida o facto de que a maior parte da população activa está nas zonas rurais e está vinculada à prática de agricultura sector com um determinado peso no PIB nacional.

De facto, o balanço dos 04 anos do programa quinquenal do governo 2015-2019 (2019), no objectivo estratégico (i), que se refere ao aumento da produção e produtividade em todos os sectores com ênfase na agricultura, produção animal e pescas, destaca que houve aumento do nível de cobertura da extensão agrária de 638,165 produtores em 2014, para 730,111 produtores em 2018, resultante de admissão de 907 extensionistas (777 agrónomos, 50 veterinários e 78 investigadores), perfazendo actualmente 1,934 extensionistas contra os 1,261 em 2014 (MOÇAMBIQUE, 2019).

Estes números não explicam como a produtividade desejada no objectivo estratégico poderia ter sido influenciado com as novas tecnologias. O relatório aborda simplesmente a formação de extensionistas e de outros técnicos relacionados à actividade sem contudo referir-se às técnicas que provavelmente os técnicos levariam às comunidades para disseminá-las e permitir que houvesse melhoria na produtividade. Caso contrário, permitiria que se fizesse uma análise da relação tecnologia-productividade-meio ambiente.

O mesmo relatório já no âmbito do Programa de Mecanização Agrária, refere que foram operacionalizados 134 Centros de Serviços Agrários, dos quais 90 pelo MASA e 44 pela Agência de Desenvolvimento do Vale de Zambeze, com 1,490 tractores e 35,300 juntas de tracção animal, tendo lavrado uma média de 187,000 hectares até 2018. Refere ainda que houve um aumento da área irrigada de 7,712 hectares até 2018. Portanto, saiu-se de uma situação de 9,158 hectares em, para 16,870 hectares, de uma meta de 16,000 hectares do quinquénio. A superfície desenvolvida até 2018 deveu-se ao aumento substancial no ano em referência de 1,389 hectares de área infra-estruturada. Como se pode notar, não há aqui uma preocupação do relatório em relacionar a END com o PQG e nem em relação aos PES que foram desenvolvidos ao longo do quinquénio (2015-2019), havendo simplesmente um levantamento de actividades produtivas que foram sendo realizadas ao longo do território. Em relação aos dados apresentados no parágrafo seguinte sobre o aumento de áreas de produção podem significar melhoramento do sistema produtivo, porque não existe uma relação directa do aumento da área produtiva-maior e a produtividade.

Se não vejamos: durante o quinquénio, foram construídos vários regadios, com destaque para Regadio do Baixo Limpopo (Magula – 1,050 ha), regadio Paz em Mopeia (165 ha), regadio de Intabo na Maganja da Costa (300ha) e regadio de Malene em Mandlakazi (211 ha). Para o combate a pragas e pestes, foram disponibilizados pesticidas aos produtores e libertados parasitóides no âmbito da implementação do programa de controlo integrado da praga da mosca-da-fruta, por um lado, foi efectuado o controlo do pardal do bicovermelho nos distritos de Chókwè e Macia, regiões onde a praga tem atacado de forma sistemática (MOÇAMBIQUE, 2019). Entretanto, aqui também não há nestas linhas uma abordagem sobre as técnicas de produção amigas do ambiente ou uma explicação sobre a relação entre o aumento da área de produção e a produtividade.

Na END e no PQG, aborda-se sobre uma agricultura verde, uma agricultura sustentável, mas não está anunciada uma técnica que conduza a esse objectivo. Como resultado, existe uma maior preocupação no aumento da produção e produtividade utilizando as tecnologias que podem levar ao esgotamento dos solos e ao desmatamento com o aumento de novas áreas de cultivo. Uma outra questão do fundo relaciona-se com o tipo da agricultura que a maioria desta população pratica (INE, 2019). Para Abramovay (2019) entende que o aumento das áreas através de desmatamento, a conversão da floresta para actividades agropecuárias, madeireiras ou de mineração seja

um caminho socialmente desejável para melhorar as condições de vida dos que vivem nas zonas de grandes florestas. Ao contrário, as práticas predatórias inibem a emergência de uma economia do conhecimento da natureza e estimulam a permanência do que hoje pode ser chamado de economia da destruição da natureza. Segundo aponta Sachs (2008) esta agricultura que, por um lado é de sequeiro e por outro mecanizado, é aquela tida como base de desenvolvimento. O mesmo autor explica que a agricultura de elevada produtividade, muitas vezes é conotada com os problemas ambientais. É necessário também que se aposte numa agricultura amiga do ambiente e ecologicamente sensata, ou seja, há necessidade de se combinar a agricultura de elevada produtividade com uma gestão sustentável da terra, adoptando técnicas agro-ecológicas, como a irrigação gota a gota, controlo integrado das pragas para evitar pesticidas químicos, enquanto a agricultura de baixa profundidade vai evitar a intervenção nos solos e a erosão resultante, e culturas e sementes eficientes na utilização de água (SACHS, 2008).

Mas, para que de facto isso se torne uma realidade, a agricultura fica condicionada a grandes investimentos que se consubstanciam à aquisição de tecnologias modernas e saudáveis que não destruam o ambiente. Vale lembrar que a agricultura é um dos sectores económicos de extrema importância para a transformação da estrutura económica. Os dados do INE (2019), por exemplo, indicam que a agricultura no seu conjunto (agricultura, produção animal, caça e silvicultura) tem contribuído para a taxa de crescimento em 0,7%; 0,9%; 0,9% e 0,7% nos anos 2015, 2016, 2017 e 2018 respectivamente. Para que a agricultura participe na transformação da estrutura económica, precisa de um enfoque sobre como deve ser feita a sua contribuição. Todavia, a END não faz uma abordagem holística sobre como a agricultura participa no crescimento económico.

Outrossim, constitui grandes objectivos estratégicos do PQG e da END é a garantia da integração da Economia Verde e Azul e da agenda de crescimento verde nas prioridades nacionais de desenvolvimento, assegurando a conservação de ecossistemas, a biodiversidade e o uso sustentável dos recursos naturais. Para tal, é necessário promover a integração das abordagens de sustentabilidade ambiental, da economia Verde e Azul nas políticas e estratégias nacionais, sectoriais e locais directamente ligadas à gestão e exploração dos recursos naturais (DEC.nº 29/2015, de 14 de Abril).

Entretanto, nada existe na operacionalização deste objectivo que indique como será alcançado. Não se aborda em relação à introdução de tecnologias conducentes à uma agricultura verde. De referir que a aquisição destas tecnologias é um imperativo

para a introdução de uma economia verde-azul. O Estado não tem um plano concreto que demonstre a existência de grandes investimentos para a garantia de cumprimento daquele objectivo estratégico. Um outro facto importante da agricultura em Moçambique é a introdução de culturas geneticamente modificadas, que tem como finalidade, o aumento da produtividade para além de se ter uma agricultura com investimentos em agro tóxicos, pesticidas e fertilizantes químicos que têm como consequências a degradação do meio ambiente, a contaminação dos lençóis freáticos, dos produtos e a deterioração da saúde dos seus consumidores.

A Estratégia Nacional de Desenvolvimento (END) e o Programa Quinquenal do Governo destacam a agricultura como a base de desenvolvimento de Moçambique e a indústria como factor dinamizador, embora, um estudo mais aprofundado é possível verificar que, a END dá maior relevância à indústria que à agricultura, tornando-se claro que a base para o desenvolvimento está na indústria.

Ademais, a END na maior extensão do documento considera que o desenvolvimento de Moçambique orienta-se pela criação de uma indústria forte capaz de imprimir uma dinâmica para o desenvolvimento, sublinhando ainda que ela é um sector importante para a transformação da estrutura económica, que levará à transformação da estrutura social e ambiental.

O desafio da criação da industrialização integrada na transformação estrutural da economia é o mecanismo no qual o país irá apostar como factor decisivo para promoção do desenvolvimento nacional. Esta estratégia enquadra-se no que Oliveira (2002) considera como sector responsável por incrementos positivos no nível do produto no assim chamado crescimento económico, isto pela crença de que a industrialização é indispensável para se obter melhores níveis de crescimento e de qualidade de vida.

Analisando o que foi realizado no objectivo estratégica (ii) anunciado, balanço dos 04 anos do programa quinquenal do governo 2015-2019 (2019), que é promover a industrialização orientada para a modernização da economia e para o aumento das exportações, são de realce as seguintes realizações: tramitação de 315 processos de pedido de isenção de direitos aduaneiros, no período compreendido entre 2015 à 2018, para importação de matérias-primas diversa para actividade produtiva. Aprovação de 647 Normas moçambicanas, incluindo especificações técnicas nas diferentes Comissões Técnicas de Normalização e licenciamento de 430 indústrias, destacando-se as de cimento e de metalurgia de base, criou 467,423 novos postos de trabalho (MOÇAMBIQUE, 2019).

Porém, no relatório em alusão nada se aborda sobre uma indústria azul, uma indústria limpa e, nem como atingir o objectivo da END ou mesmo do PQG. Não está clara a estratégia sobre a protecção ambiental, o que leva a crer que a estratégia que o país irá seguir para a industrialização será aquela que foi seguida pelos estados centrais, além de que grande parte dessa industrialização é feita e dominada por eles e beneficia a eles. Não havendo espaço para que de facto as políticas ambientais desenvolvidas no país sejam cumpridas, é assim que do balanço deste objectivo estratégico nada conste sobre a indústria verde.

A tese de se apostar na industrialização para o desenvolvimento de Moçambique contrasta com a distribuição da população activa por sectores de trabalho, segundo a qual grande parte desta está no sector primário (Agricultura, Silvicultura, Pesca, Extracção mineira), ocupando cerca de 66.8 % da população activa, seguindo o sector terciário (transportes e comunicações, comércio, finanças e serviços administrativos) com 12,9% e, o sector secundário (Indústria, Manufactureira, Energia e Construção) com 4,5% (vide Gráfico 2). E a Estratégia Nacional de Desenvolvimento reconhece que a economia de Moçambique é fortemente dependente da exploração e utilização dos recursos naturais. Reconhece ainda que estes recursos contribuem directamente com mais de 33% da riqueza nacional e olha com maior incidência sobre as descobertas dos hidrocarbonetos que trazem perspectivas promissoras para que a sua contribuição na economia aumente. A economia dependente dos hidrocarbonetos produz impactos nos meios físico, biológico e antrópico, onde o meio físico compreende a litoalogia (solo, relevo, ar e águas); os quais são componentes constantemente degradados pela indústria petrolífera.

No meio físico, as consequências da exploração dos hidrocarbonetos estão ligadas à geração de cascalho e deposição ao redor da cabeça dos poços; geração de efluentes domésticos e despejo no mar despejo de resíduos oleosos no solo e/ou mar; má disposição de resíduos sólidos contaminados; emissão de gases; geração de ruídos e vibrações; vazamentos de ductos e/ou tanques de armazenamento no solo e/ou mar; colisões entre navios e despejo de óleo bruto no mar e vazamento ou derramamento de resíduos da lavagem dos tanques de navios petroleiros e despejos de rejeito do processamento industrial. O meio biológico tem como consequências a redução da intensidade de luz no corpo de água, provocada pelo aumento da turbidez pode influenciar, temporariamente, a capacidade fotossintética dos organismos fitoplanctônicos para o zooplâncton.

As consequências do aumento da turbidez estão relacionadas principalmente com a diminuição da concentração do fito plâncton, ou seja, da oferta de alimento, pois, o meio antrópico envolve todas as acções que se relacionam com a economia, a sociedade e a cultura. Por sua vez, a exploração de petróleo causa diversos impactos a tal meio, sendo alguns deles, sendo alguns deles, a atracção da população e aceleração da expansão do espaço urbano; pressão sobre a infra-estrutura urbana e social; geração de renda; dinamização da economia local e demanda de bens e serviços; aumento da demanda por áreas para destinação final de resíduos sólidos; aumento da produção nacional de hidrocarbonetos e interferência na pesca.

Analisando esta aposta governamental que inspira a END, pode-se concluir que se está perante um sector que depende muito de GCT e, sendo assim, as relações centro-periferia, estruturadas por meio dos frequentes deslocamentos de capital e do avanço das GCT e conglomerados financeiros continuarão a perpetuar uma relação de dependência. Esta ideia encontra sustentação em Assis (2014) e Katz ([2020]) quando afirmam que os novos actores impõem novas formas organizativas de exploração do trabalho e dos recursos naturais territorializados e que nessas relações o Estado e o mercado representam dimensões complementares de um processo unitário que impulsiona a expansão de capitalismo por meio da perpetuação das relações centro-periferia.

Fica claro que não se pode falar de desenvolvimento sustentável, quando se está na dependência perante instituições que, pelas suas características, estão à busca do lucro no mercado. Esta forma de estar encaixa-se perfeitamente naquilo que Prebisch (1986) classifica como uma forma de ser dentro dos países que estão na periferia do sistema económico mundial, desempenhando um papel específico de produzir alimentos e matérias-primas para os grandes centros industriais que, transformados, ganham um valor acrescentado, voltando como produto de consumo, muito mais caro.

Esta forma de participação das indústrias das economias periféricas no comércio externo é um limite para o que se pretende como objectivo na redução dos problemas ambientais rumo à indústria verde que os europeus têm vindo a propor para os países do sul global.

A omissão na END de abordagem da forma de transformar uma economia extractivista, numa economia que ajude nos objectivos de desenvolvimento sustentável, traduz-se num limite para que, de facto, Moçambique participe de forma íntegra na Agenda 2030, sobre os objectivos de desenvolvimento sustentável. Este assunto, deve

ser tratado observando a necessidade de proteger o ambiente. Portanto, é uma premissa que coloca grandes desafios para os gestores da economia do país.

Neste subcapítulo, a estratégia dedica uma parte considerável à abordagem da sustentabilidade necessária na exploração dos recursos. O mesmo documento mesma avança que: “Um dos grandes desafios inerentes à exploração dos recursos minerais prende-se com a necessidade de haver uma gestão cuidadosa das expectativas da população, e com uma exploração sustentável dos recursos naturais” (ESTRATÉGIA, 2014, p.15). A mesma esclarece que, para uma exploração sustentável dos recursos é necessário que se adotem modelos de gestão sustentável dos recursos naturais, no sentido de que o rápido crescimento económico não seja à custa da rápida exploração e degradação dos recursos naturais renováveis e não e nem do esgotamento das reservas destes ou dos mesmos.

5.1.2 Dimensão social

Dentro dos limites domésticos, uma das dimensões importantes para o desenvolvimento, é a dimensão social (SACHS, 1993). O mesmo autor (Ibid), considera que, a dimensão social deve corresponder à criação de um desenvolvimento inclusivo, que busque maior proximidade entre as várias camadas populacionais, que seja sustentado por um outro crescimento e subsidiado por uma outra visão do que seja uma sociedade boa, como por exemplo uma maior participação da comunidade nas decisões orientadoras dos estados. A meta é construir uma civilização com maior equidade na distribuição de renda e de bens de modo a reduzir o abismo entre os padrões dos ricos e dos pobres, factos que encontram adversidades nas características da sua estrutura social. Nesta ordem de ideias, é imperioso fazer-se a confrontação dos factores que promovem a exclusão como por exemplo os mercados de trabalho fortemente segmentados cuja maior parcela dos trabalhadores se encontra confinada nas actividades informais e ainda; a frágil ou total exclusão de participação política, da qual as mulheres são sujeitas á discriminação de género e são fortemente atingidas.

A estrutura social dos países em desenvolvimento caracteriza-se por ter uma base alargada como indicativo de ter uma população jovem, de baixa renda, baixa escolaridade, alta taxa de analfabetismo, acesso limitado à saúde com altas taxas de mortalidade principalmente a infantil, problemas de saneamento do meio e de acesso à água potável. Ainda assim, parte significativa da população activa, além de se dedicar às

actividades agrícolas, dedica-se também às actividades informais, onde a mulher é o símbolo desta actividade, principalmente nas zonas urbanas.

Paralelamente a estes males, concorre igualmente uma exclusão no acesso aos recursos económicos, sociais e políticos. Os residentes nas zonas urbanas têm maiores oportunidades de acesso aos serviços sociais (hospitais, escolas, etc.) e, como resultado disso, a população urbana apresenta menores taxas de analfabetismo com cerca de 18,8% e 50,7% para a zona rural, conforme apresenta a tabela 10. Isto elucida que existe uma grande diferença de acesso aos serviços de educação, de acordo com as zonas e, por conseguinte, uma grande exclusão de acesso para a população rural que é a maioria do país.

A baixa escolaridade da população leva a uma grande falta de mão-de-obra qualificada para empregos mais estáveis, para oportunidades de trabalho e de empreendedorismo advindas do investimento estrangeiro. Dessa forma, muitas empresas empregam funcionários estrangeiros em Moçambique, um número que é limitado pela cota da relação entre o número de trabalhadores estrangeiros e de trabalhadores nativos estabelecidos pelo governo. Nesse sentido, o governo adoptou em 2016 uma regulação trabalhista que fortaleceu a exigência de que empresas com funcionários estrangeiros criem programas de treinamento para que cidadãos nacionais venham a substituí-los (MOÇAMBIQUE, 2019).

Por exemplo no número 1 do art. 3, Dec. 35/2016, de 31 de Agosto infere que:

O trabalhador estrangeiro deve possuir as qualificações académicas ou profissionais necessárias e a sua admissão só pode efectuar-se desde que não haja nacionais que possuam tais qualificações ou o seu número seja suficiente, exceptuando-se sócios administradores e mandatários (DEC. 35/2016, de 31 de agosto).

E, no número 2 do mesmo artigo explica que;

Havendo necessidade de contratar um trabalhador estrangeiro, a entidade empregadora deve garantir a transmissão de conhecimentos científicos ou técnicos profissionais, na base de um plano de formação e de substituição gradual por nacionais, apresentado pela entidade empregadora a partir do terceiro ano da implementação de actividade (DEC. 35/2016, de 31 de agosto).

Analisando os dados estatísticos sobre a escolaridade, é de considerar que Moçambique deveria apostar muito na educação porque ela é fundamental para a promoção do desenvolvimento, tanto que, além de promover os novos ciclos de desenvolvimento económico ou que também são essenciais para a compreensão e

aceitação dos novos modelos de desenvolvimento, que visam a redução das desigualdades, a solidariedade e a adopção de acções económicas e sociais capazes de reduzir os impactos ambientais. Morais (2016) adianta que falar de desenvolvimento e desenvolvimento sustentável, encontra espaço numa população suportada na educação, não querendo com isto negligenciar o papel e o conhecimento das populações ou comunidades não alfabetizadas, no processo de desenvolvimento e de desenvolvimento sustentável.

É de concordar que as populações ou comunidades indígenas têm muito conhecimento relacionado ao desenvolvimento e de protecção ambiental que deve ser valorizado. Entretanto, uma população formada está melhor preparada para a recepção e uso das novas tecnologias que constitui uma vantagem comparativa rumo ao desenvolvimento sustentável.

A educação é um factor determinante para o desenvolvimento de qualquer que seja a área e de um país. No caso de Moçambique, a educação deve reduzir as desigualdades entre o campo e a cidade, entre as zonas rurais e as zonas urbanas, porque o desenvolvimento sustentável é sinónimo ou oposto das desigualdades promovidas pelo tradicional de desenvolvimento. Moçambique é desafiado a reduzir os níveis de analfabetismo que se situam quase à metade da população, uma vez que a eliminação do analfabetismo constitui uma condição prévia para que seja possível instituir um processo de desenvolvimento. Outrossim, para que o esforço educacional seja considerado suficiente, existe um mínimo indispensável para que a pessoa se sinta humanamente realizada e a sua actuação seja socialmente útil, tal é a escolaridade obrigatória de 9ª classe no caso moçambicano.

No objectivo estratégico (i) sobre a promoção de um Sistema Educativo inclusivo, eficaz e eficiente que garanta a aquisição das competências requeridas ao nível de conhecimentos, habilidades, gestão e atitudes que respondam às necessidades de desenvolvimento humano, o balanço mostra que nos quatro anos do quinquénio foram construídas 3,004 salas de aula, beneficiando mais de 360 mil alunos do ensino primário e secundário, merecendo ainda o destaque a construção de 6 Escolas Secundárias; no âmbito da expansão do acesso ao ensino superior, foram atribuídas bolsas de estudo a 1,515 estudantes para frequentar cursos de licenciatura, sendo 1,141 bolseiros dentro e 374 fora do país; no âmbito do Ensino Técnico Profissional, durante o período em análise, o número de instituições de Ensino Técnico Profissional passou de 144 em 2015 para 193 em 2018, o que resultou no aumento do efectivo escolar de

42,000 em 2015. Deste, 38% corresponde ao número de raparigas. Em 2018 foram formados 91,615, dos quais 44,440 são raparigas correspondendo a 48,5%. A subida do número de raparigas pode justificar-se pelas políticas de intervenção do governo no sector estarem a surtir algum efeito. De facto têm-se desenvolvido políticas que incentiva as raparigas a permanecerem nas escolas e a realizarem cursos que outrora estivessem “reservados” para os rapazes. Enquadram-se no quadro da implementação da Reforma do Ensino Profissional. O objectivo tem em vista acabar com as desigualdades no acesso à educação (MOÇAMBIQUE, 2019).

Como forma de minimizar os efeitos das desigualdades no sector da educação, o programa quinquenal do governo 2015-2019 desenhou um objectivo educacional de inclusividade, que, de acordo com o Dec.nº 29/2015 de 14 de Abril, havia que promover um Sistema Educativo inclusivo, eficaz e eficiente que garanta a aquisição das competências requeridas ao nível de conhecimentos, habilidades, gestão e atitudes que respondam às necessidades de desenvolvimento humano. Mas a forma como está desenhada a operacionalização do objectivo não leva à inclusão, porque não fala da expansão do ensino, nem da necessidade de equilibrar neste sector o ensino urbano e o rural através da expansão de infra-estruturas de qualidade e de recursos humanos qualificados. Por essa via, este objectivo enquadrado dentro da prioridade IV é dos que não foi cumprido ao longo do quinquénio sobre a avaliação geral de desempenho por prioridade e pilar (MOÇAMBIQUE, 2019).

Um outro factor importante dentro da dimensão social para análise do desenvolvimento tem a ver com a saúde. Apoiando-se na análise de Wolf (1967) sobre a importância da saúde para o desenvolvimento, conclui-se que ela vai adquirindo cada vez mais importância na estratégia do desenvolvimento, reconhecendo que o investimento nos recursos humanos para sector conduz ao melhoramento de um dos três elementos mais importantes do crescimento económico: recursos naturais, capital e recursos humanos. O objectivo estratégico (ii) que tem a ver com o expandir o acesso e melhorar a qualidade dos serviços de saúde, reduzir a mortalidade materna por desnutrição crónica, malária, tuberculose, HIV, doenças não transmissíveis e doenças transmissíveis. Para colmatar esta situação foram colocados cerca de 10,294 profissionais nas diferentes instituições do Sistema de Saúde, fortalecendo, deste modo, o Sistema Nacional de Saúde, sendo para 2015 (3,169), 2016 (3,104), 2017 (2,002) e 2018 (2,019).

Na prioridade II da estratégia e do PQG 2015-2019, foram desenhados dentre vários, dois objectivos estratégicos ligados ao desenvolvimento do sector da saúde. O primeiro objectivo estratégico que chama a atenção é o da “expansão do acesso e melhoramento da qualidade dos serviços de saúde, redução da mortalidade materna, da morbi-mortalidade por desnutrição crónica, malária, tuberculose, HIV, doenças não transmissíveis e doenças preveníveis”. E o segundo aumento da provisão é o do acesso aos serviços de abastecimento de água, de saneamento, de transporte, das comunicações e habitação.

No objectivo Estratégico (iv) ligado à construção e expansão de infra-estruturas de saneamento, incluindo aterros sanitários, durante o quinquénio foram construídas 42,426 fossas sépticas e efectuadas, ligações à rede de esgoto nas zonas urbanas, com vista ao melhoramento das condições de higiene e saneamento no seio das famílias e a preservação da saúde pública. Com a construção de infra-estruturas de saneamento, assegurou-se o acesso a serviços de saneamento seguro a 76,678 pessoas adicionais em 2015 e 254,861 pessoas em 2016 nas zonas urbanas. Foram ainda construídas 273,258 latrinas melhoradas nas zonas rurais o que permitiu elevar-se o acesso a serviços de saneamento seguro nas zonas rurais de 912,520 pessoas adicionais em 2015 para 1,366,290 pessoas adicionais (MOÇAMBIQUE, 2019).

Analisando o número acima pode-se perceber que o desenvolvimento económico tem uma ligação intrínseca com o estado de saúde da população que é o factor de produção e de consumo de diversos produtos resultantes dos vários sectores de produção. Essas, ideias são secundadas por Gadelha (2012), ao afirmar que a discussão sobre a saúde implica pensar na sua conexão estrutural com o desenvolvimento económico, com a equidade, com a sustentabilidade ambiental e a com mobilização política. Fica clara a necessidade da discussão de um modelo de desenvolvimento de que a saúde que possui uma dupla dimensão na sua relação com o desenvolvimento, pois, por um lado, é parte do sistema de protecção social, constituindo um direito de cidadania e, por outro, é a base produtiva de bens e serviços – composto por um conjunto de sectores que geram crescimento e tem participação expressiva no PIB e no emprego formal.

A forma como os resultados são expostos no relatório balanço (2019) é notória a preocupação do governo de Moçambique em prover serviços curativos através de construção de novas unidades sanitárias e centrando-se também, na promoção do serviço materno infantil, ou seja, o governo tem maior preocupação com os grupos

etários mais vulneráveis, residentes em zonas com menor acesso aos serviços de saúde. Esta forma de abordagem enquadra-se exactamente naquilo que Agudelo (1999) considera de impacto na saúde e no desenvolvimento como marginal, porque contribuem só para modificar parcialmente a qualidade de vida de uma parte da população que utiliza os serviços assistenciais, sem incidir sobre a esperança de vida da maioria da população.

Para a concepção de políticas públicas no sector de saúde é importante o conhecimento da evolução da mortalidade infanto-juvenil pelas autoridades ou governo de um determinado país. As taxas de mortalidade infantil estão intimamente ligadas às condições culturais, ambientais, sócio-demográficas e infra-estruturais de um país. Em países em desenvolvimento assiste-se a uma tendência de melhoramento dos índices de mortalidade infantil ao mesmo tempo que se assiste a uma subida das taxas de nascimento.

A nível da saúde infantil, o grande destaque vai para a introdução da vacina combinada e a suplementação nutricional com a Vitamina A e desparasitação, melhorando a taxa de cura da desnutrição aguda em crianças menores de 5 anos de 70% em 2015, para 83% em 2018, bem como, mais de 3,000,000 crianças são suplementadas anualmente com Vitamina A e desparasitaram para a prevenção da desnutrição correspondendo a cobertura acima de 90%. Ainda sobre o sector de saúde, cerca de 23,4 por cento da população moçambicana não tem latrina, satisfaz as suas necessidades ao céu aberto (matas ou nas águas) e 37 por cento em latrinas não melhoradas e só 39,6 por cento é provedora de condições mínimas de saneamento básico. Ou seja, cerca de 60,4 por cento da população não é provedora de condições dignas de saneamento básico. E, como resultado deste problema, são as doenças de transmissão feco - oral, como as diarreias e cóleras (MOÇAMBIQUE, 2019).

O objectivo estratégico (iv): Construir e expandir infra-estruturas de saneamento, incluindo aterros sanitários. Foram construídas 42,426 fossas sépticas e efectuadas, ligações a rede de esgoto nas zonas urbanas, com vista ao melhoramento das condições de higiene e saneamento no seio das famílias e a preservação da saúde pública. Com a construção de infra-estruturas de saneamento, assegurou-se o acesso a serviços de saneamento seguro a 76,678 pessoas adicionais em 2015 e 254,861 pessoas adicionais em 2016 nas zonas urbanas. Foram ainda construídas 273,258 latrinas melhoradas nas zonas rurais o que permitiu elevar-se o acesso a serviços de saneamento seguro nas zonas rurais de 912,520 pessoas adicionais em 2015 para 1,366,290 pessoas

adicionais. A qualidade de água consumida pela população faz parte da qualidade de saneamento provida por uma determinada população.

A questão do saneamento do meio constitui um grande desafio para o Estado moçambicano, pois não se pode falar de desenvolvimento sustentável para uma população que grande parte dela não é provedora de condições mínimas de saneamento. E, a Estratégia Nacional de Desenvolvimento aborda a área de saúde em poucas linhas e não indica estratégias e nem os indicadores de avaliação.

5.1.3 Dimensão ambiental

Uma outra dimensão dentro dos limites domésticos é o ambiental já caracterizado no primeiro capítulo, que, para a sua viabilidade, é intensificar a exploração do potencial dos recursos dos diversos ecossistemas, causando menor dano possível nos sistemas que mantêm a vida, limitar o consumo de combustíveis fósseis e outros recursos não renováveis, reduzir o volume de resíduos e contaminação e economizando e reciclando energia, intensificar a investigação sobre tecnologias limpas, definir regras para a protecção do meio ambiente (combinação de instrumentos económicos, jurídicos e administrativos (FOLADORI; TOMMASINO, 2000; SACHS, 1994).

Moçambique é um país da África Austral, banhado pelo Oceano Índico, com uma linha de costa de cerca de 2.700 Km. É propenso à ocorrência de desastres naturais, sendo o 3º país africano mais afectado por desastres relacionados ao clima, o que torna a população mais vulnerável, pois grande parte tem na agricultura e pecuária como principais fontes de renda e cerca de 60% desta vive ao longo da costa o que a torna mais vulnerável aos eventos climáticos como ciclones, tempestades, cheias e secas. É naturalmente dotado de uma paisagem diversificada, rico em recursos naturais, possuindo uma das 5 maiores reservas de gás natural do mundo. A sua estrutura ambiental é muito rica, com vastas florestas, diversidade de fauna e pesca, mas, por causa da sua localização geográfica e do tipo de actividade económica que desenvolve, (extractivista), vem experimentando problemas sérios com a degradação do ambiente.

Para o alcance desta dimensão, Moçambique enfrenta dificuldades como o de uso do potencial de recursos dos diversos ecossistemas com um mínimo de danos. Como afirma Sachs (1993), Estados como Moçambique têm dificuldades de limitação do consumo de combustíveis fósseis e de outros recursos e produtos que são facilmente

esgotáveis. Entretanto, para Moçambique estes recursos são tidos como uma “tábua de salvação”, pois que se aposta na exploração efectiva e ainda de forma agressiva. Sachs autor explica que estes recursos, além de esgotáveis, são danosos ao meio ambiente. Desta forma, esta dimensão é condicionada várias vezes pela acção das GCT que são as que investem no sector energético, fazendo com que Moçambique se torne cada vez mais dependente para o seu desenvolvimento.

Como foi visto nos capítulos anteriores, estas companhias estão envolvidas na exploração do carvão mineral, na província de Tete, de areias pesadas em Gaza, Nampula e Zambézia, Gás natural em Inhambane e Cabo Delgado, corte de madeira em quase toda extensão do país, desmatamento dos ecossistemas marinhos, como por exemplo os mangais pela população, além da caça às espécies proibidas.

O abate de espécies da fauna e flora é protegida pela lei que está também ligada à dimensão social, porque tem a ver também com a pobreza da população. Tal como afirmam Foladori e Tommasino (2000), a questão não é simplesmente o problema da pobreza em si que causa a insustentabilidade ambiental, mas que a actividade da queima aumenta o aquecimento global e conduz à degradação dos solos quando o descanso é menor ao exigido pelo ecossistema.

Grande parte da população moçambicana, além de ser pobre, como foi dito anteriormente, vive no campo praticando uma agricultura de sequeiro e itinerante, com uso de técnicas que danificam o ambiente. Um outro problema se refere tem a ver com o aumento da população que pressiona os recursos e provoca os desperdícios. A população moçambicana está crescendo a um ritmo não sustentável como uma das características dos países que ainda não estão na transição demográfica, o que faz com que as relações entre esta população pobre e as técnicas de usos dos recursos gerem problemas ecológicos muito sérios. É a definição de normas válidas para a protecção ambiental desenhando a máquina institucional e seleccionando o composto de instrumentos económicos, legais e administrativos necessários para o seu cumprimento. Ressalve-se que Moçambique desenvolveu antes e dentro deste período instrumentos para a viabilização deste desiderato, como são os casos da Estratégia Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável (EADS); Quadro de Gestão Ambiental e Social (QGAS), Estratégia da Suécia para a Cooperação para o Desenvolvimento com Moçambique (ESCDM) 2015 – 2020; Plano Estratégico da Administração Nacional das Áreas de Conservação (PEANAC) (2015-2024); Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável (PNDS) e ao nível internacional desenvolveu e submeteu em 2014 o seu

INDC. Pese a existência destes instrumentos a realidade mostra que existe uma ineficácia na sua implementação acabando por tornar o país vulnerável à actos criminais ligados à protecção do meio ambiente.

5.1.4 Dimensão espacial

Uma outra análise a ser feita tem a ver com a dimensão espacial, que tem a ver com o como é usado o espaço territorial para o assentamento humano e distribuição das actividades económicas. Esta dimensão faz relação entre a configuração rural -urbana na perspectiva de trazer o equilíbrio, ou seja, tem como objectivo equilibrar as populações da cidade e do campo e uma maior repartição da actividade económica em todo o território. A desigualdade, de acordo com os cepalinos, favorece a concentração de recursos nas mãos de um pequeno grupo que elevaria capacidade de economia e, portanto, sua capacidade de investimento. Neste caso, por causa da desigualdade pode-se assistir a um maior deslocamento das populações rurais para as zonas urbanas em busca das melhores oportunidades ou, ainda, a um uso insustentável dos recursos, em razão de busca de melhores condições de vida. A deslocação da população de zonas rurais para as zonas urbanas tem criado problemas de insustentabilidade na gestão do espaço urbano, gestão dos resíduos sólidos, gestão do saneamento do meio, de habitabilidade, etc.

Seguindo o raciocínio de Sachs (1993), grande parte dos problemas relacionados com sustentabilidade espacial relaciona-se com: concentração excessiva nas áreas metropolitanas, destruição de ecossistemas frágeis, mas de importância vital através de processos de colonização sem controlo, falta de técnicas modernas para exploração sustentável de agricultura e ainda a falta de acesso aos mercados, a falta de industrialização rural atrelada a nova geração de tecnologias que seria um factor de dinamização de empregos não - agrícolas, embora existam reservas espaciais para a protecção a biodiversidade, existe um défice muito maior de protecção destas áreas resultante de falta de disciplina profissional dos agentes do Estado moçambicano que se manifesta em forma de corrupção. Este problema de sustentabilidade ambiental, tem resultado em disputas na ocupação dos espaços e o desemprego. Segundo dados fornecidos pelo INE (2019) no ano de 2017, uma população estimada em 8.971.788 vivia nas zonas urbanas e 17.927.317 nas zonas rurais. Maior parte desta população tem uma faixa etária que varia dos 0-15 anos de idade.

As desigualdades de investimento entre o campo e a cidade, a falta de investimento, principalmente na agricultura, levam ao êxodo rural, fazendo com que esta concentração de pessoas nas zonas urbanas, onde se supõe haver lugar para emprego, crie um exército de desempregados com consequências que dali resultam, como afirma Rattner (2009). Ainda Rattner, conclui que o número crescente de desempregados enfraquece os laços tradicionais de solidariedade, amparados por sentimentos de identidade e de pertencer, sem os quais as pessoas se sentem abandonadas, inseguras, marginalizadas e apreensivas quanto ao seu futuro. Adicionalmente, o autor explica que a dignidade humana, baseada em identidade individual e colectiva, constitui um dos pilares de um convívio social organizado e harmónico e de estabilidade de suas instituições e que o desemprego, quando atinge a maioria e cria distúrbios, torna-se um problema de saúde pública em todas as disposições (RATTNER, 2009).

A concentração da população nas zonas urbanas não só levanta problemas de saúde pública, mas também problemas ambientais. Grande parte das zonas urbanas de Moçambique está a braços com os problemas de saneamento do meio, de inundações em época chuvosa, de falta de transporte, congestionamentos de veículos e de criminalidade. É certo que ao longo do quinquénio houve preocupação na regularização dos espaços físicos em todo o território, mas não trouxeram soluções para o equilíbrio entre a zona urbana e a zona rural (observe-se tabela 5).

O Objectivo Estratégico (i): Aprimorar o planeamento e ordenamento territorial e fortalecer a monitoria, fiscalização e responsabilização na elaboração e implementação dos planos: 221. Foram elaborados 9 instrumentos de ordenamento territorial, nomeadamente: (i) Plano Geral de Urbanização de Península de Afungi (Cabo Delgado); (ii) Planos de Estrutura Urbana Bilene, Chókwe, Pambara, Quelimane, Chiúre, Quissíco e Malema; e (iii) Plano de Pormenor do Município de Namatil (Nampula). Ainda nesta prioridade e no âmbito do ordenamento das Zonas de Interesse Turístico (ZIT,s), em 2015, foi concluído o Plano de Metangula em Niassa e o Plano de Lumbo e Sancul. Neste âmbito, são de destaque a produção de 9 Planos de Estrutura Urbana; mapeamentos e inventários florestais das províncias de Cabo Delgado, Nampula, Inhambane, Gaza e Maputo; o Plano Especial de Ordenamento do Território do Vale do Zambeze e a conclusão do Plano de Ordenamento das Zonas de Interesse Turístico de Metangula em Niassa e o Inventário Florestal Nacional.

Ao longo do quinquénio 2015-2019, além de uma grande preocupação no sentido de se distribuir DUATs à população e da legalização de terras aráveis para o uso das comunidades, também se notou de forma mais expressiva a elaboração de Planos Locais de Adaptação as Mudanças Climáticas; criação de Comités Locais de Gestão do Risco de Calamidades, controlo de resíduos de drogas veterinárias e contaminantes ambientais, fiscalização da actividade pesqueira na costa moçambicana e na Zona Económica Exclusiva, o apoio ao empresariado nacional. Também foi efectuado o mapeamento e inventários florestais de mangais, reassentamento da população afectada pelas cheias e capacitação, entre outras. Estes problemas espaciais resultam em limite para o desenvolvimento sustentável de Moçambique. Conforme o que mostra a tabela 13, o Estado moçambicano enfrentou muita dificuldade para fazer cumprir o PQG 2015-2019. As Prioridades IV e V mostram uma variância de 13 a 50% de cumprimento do plano, significando que existem grandes problemas de cumprimento dos objectivos de desenvolvimento sustentável o que compromete a END. Portanto, pode-se concluir que a dimensão espacial concorreu como limitante para que Moçambique desse paços para o objectivo de desenvolvimento.

5.1.5 Dimensão cultural

Em relação à dimensão cultural que é de carácter multidisciplinar, invade os espaços das outras dimensões de sustentabilidade. É uma dimensão que liga o conceito de desenvolvimento sustentável e do eco desenvolvimento. Falar da sustentabilidade cultural significa traduzir o conceito normativo de eco desenvolvimento em uma pluralidade de soluções particulares, que respeitam as especificidades de cada ecossistema, de cada cultura e de cada local. Esta dimensão tem como objectivo a alteração dos modos de viver da sociedade, a transformação da maneira de pensar e agir, para despertar a consciência ambiental, para que se alcance o objectivo de diminuição de consumo de produtos causadores de impactos ambientais. É uma dimensão que altera em grande medida participa na alteração do conceito de desenvolvimento, outrora visto como focado no crescimento económico, passando para outras dimensões como o social (MONTIBELLER FILHO, 1993; SACHS, 1993; HAAS, 2011).

Segundo explica Haas (2011), a sustentabilidade cultural deve basear-se no reconhecimento das diversas identidades, compreendendo que cada uma possui seu valor, respeitando-se dessa maneira, a independência de cada uma das diversidades. Olhando para a realidade moçambicana, queremos concordar com Haas (2011), pois é

um país de diversidade cultural e de várias etnicidades, por exemplo, todo o país tem cerca de 20 grupos étnicos. Analisando a END nota-se que a visão não respeita o conceito do local, que se entenda que cada grupo étnico do país representa a diversidade cultural. Fala-se levemente sobre a educação ambiental, mas ela não é trazida ao nível de reduzir as desigualdades e provocar desenvolvimento endógeno. O mesmo autor (Ibid) considera ser necessária uma educação consciente de preservação do meio ambiente, do património cultural material e imaterial, do reconhecimento e respeito às diversas culturas do mundo, a redução de desigualdade entre os países, enfim, acções que tragam mudanças de todo um hábito de mudança e exploração que deve ser modificado, mas sobretudo valorizando o conhecimento das comunidades locais.

Em relação à questão de mudança de hábitos, pode-se citar, por exemplo, a questão do corte dos mangais para a construção sabendo da sua importância para os ecossistemas marinhos. A defecação a céu aberto que se tornou num hábito cultural, mas que é um foco de doenças como a cólera. A utilização da rede mosquiteira distribuída no âmbito da prevenção à malária que ao invés disso é usado para a pesca. Segundo a UNAIDS (2019) Moçambique é dos países com altos níveis de infecção do HIV/SIDA, com cerca de 2,200,000 em 2019. Torna-se assim necessária uma educação, mais aprofundada para que o uso de preservativo interfira na mudança de mentalidade e cultura de testagem para efeitos de prevenção. Os ritos de iniciação e suas consequências por exemplo, são parte de um processo que a ser superado conduziria uma parte da comunidade moçambicana para o desenvolvimento sustentável. A protecção de locais históricos e de florestas míticas que fazem parte de uma estratégia indígena de protecção ambiental é outro exemplo que ajudaria sobremaneira a preservação do meio ambiente na dimensão cultural.

5.1.6 Dimensão Estrutural

De resumida, pode-se constatar que os constrangimentos endógenos estão ligados ao deficit do capital humano que como visto no capítulo sobre a estrutura económica e social, a população é maioritariamente analfabeta e grande parte dela dedica-se às actividades agrícolas; também, Moçambique tem um défice nos recursos financeiros, tornando o país dependente do IDE o que o torna um país devedor fazendo com que grande parte dos projectos de desenvolvimento não sejam viáveis, como por exemplo, a expansão dos serviços sociais ao longo do território como hospitais, escolas,

água de qualidade, saneamento do meio, etc, tornando difícil falar-se de desenvolvimento sustentável. Esta situação enfraquece as suas políticas públicas. Por exemplo, as políticas públicas de ordenamento territorial não efectivas e elas permitem visualizar as actividades socioeconómicas ao longo do território. Um outro elemento que constitui constrangimento endógeno relaciona-se com o capital físico com destaque para o fraco desenvolvimento infra-estrutural, além do défice do capital tecnológico

É o caso do Acordo de Paris 2015 de que eles são signatários dada a sua relação de dependência económica. Esta breve caracterização leva à conclusão de que existe um desequilíbrio entre o Norte e o Sul.

Para Jacobi (1999):

O desequilíbrio acelerado na apropriação e uso dos recursos e do capital ecológico que sistematicamente favorece o centro dominante do sistema económico, tem a força potencial de concentrar os problemas do meio ambiente e do desenvolvimento. A estrutura desigual no acesso e distribuição dos recursos do planeta e a influência que exercem as disparidades dos poderes económicos e políticos agudizam de forma desproporcional as desigualdades sociais e internacionais e os desajustes ambientais, à medida que o sistema económico mundial se aproxima dos limites ecológicos do ecossistema global (JACOBI, 1999).

Sobre a posição dos estados periféricos no sistema internacional, Joseph e Romaniuk (2017) e Ferraro (1996), como visto no primeiro capítulo, confirmam que dentro do Sistema Internacional (SI) os países periféricos estão dependentes dos países centrais. Ademais, esta relação entre os centrais e os periféricos insere-se dentro das dinâmicas, fortemente, históricas (internacionalização do capitalismo), entre estados dominantes e dependentes, são um processo vibrante, com trocas ocorrendo entre os estados que desempenham um papel considerável no reforço dos padrões de desigualdade.

A relação de dependência destrinchada anteriormente em que os estados do sul, como Moçambique, caracterizada pelo domínio dos países colonizadores, actualmente mudou de figurino com a entrada de novos actores, que pressionam negativamente os países dependentes por intermédio do mercado de capitais, afectando o seu progresso, são os casos dos BRICS, que mesmo não tendo tido territórios coloniais, ganham protagonismo no Sistema Internacional a par dos conglomerados financeiros, como o Fundo Internacional e o Banco Mundial (ASSIS, 2014).

Para a nova dependência, tudo passa pela pressão de agentes estrangeiros por intermédio do mercado de capitais, com efeitos negativos tanto sobre as direcções do

desenvolvimento económico nacional quanto sobre a soberania política e o bem-estar social da população. Isto justifica-se pelo facto de as novas relações centro-periferia estarem estruturadas por meio das frequentes deslocamentos de capital e do avanço das grandes corporações transnacionais e conglomerados financeiros, que impõem novas formas organizativas de exploração do trabalho e dos recursos naturais territorializados, pois, como diz Assis (2014), nessas relações o Estado e o mercado representam dimensões complementares de um processo unitário que impulsionam a expansão de capitalismo por meio da perpetuação das relações centro-periferia.

O extractivismo que caracteriza as nações do Sul Global tem sido um mecanismo de pilhagem e apropriação colonial e neocolonial. Daí que surge a necessidade de exploração de matérias-primas essenciais para o desenvolvimento industrial e prosperidade do Norte Global (ACOSTA, 2013). Este facto perpetua as relações de dependência entre o Sul e o Norte Global e tem sido uma constante na vida económica, social e política dos países do Sul Global que passam a produzir para a exportação e não para o consumo do mercado interno e nem gerando benefícios para o país extractivo – exportador. Moçambique por exemplo exportou madeira, cereais, produtos marinhos, energia, etc, com uma certa tradição, de 2011-2015 para a África do Sul, Países Baixos, Índia, Bélgica-Luxemburgo, Reino Unido, Cingapura, Zimbabwe, Suíça, EUA e Itália. Por outro lado, as principais importações de Moçambique vêm da África do Sul, da China, dos Países Baixos, da Índia, Emiratos árabes Unidos, Bahiran, EUA, Japão Reino Unido e Portugal (MIC, 2016).

As relações China-Moçambique consubstanciam uma nova forma da relação de dependência. Com efeito, a partir dos anos 2002 e 2003, a economia chinesa entrou em um período de uso de capital intensivo para o crescimento de sua indústria de base. Isso, alavancou efectivamente a demanda por matérias-primas, incluindo uma variedade de minerais, metais e fontes de energia, para suprir sua indústria de base. Para satisfazer essa demanda, a China tem crescentemente se voltado para os países ricos em *commodities* da América Latina, África e outros lugares. A demanda chinesa por matérias-primas exigiu deste país uma nova estratégia de abordagem com os países-chave e ricos em *commodities*, estreitando laços com envolvimento directo no financiamento de projectos de desenvolvimento ou mesmo executando grandes obras de engenharia e, no caso africano, foi criado em 2000, um organismo de ligação: o Fundo de Cooperação China-África (FOCAC) (FERCHEN, 2011).

A China transformou-se num dos grandes parceiros de desenvolvimento de Moçambique com grandes investimentos, com destaque para as florestas, minerais construção e agricultura. São relações que têm trazido grandes discórdias na área de ambiente e/ou de benefício mútuo. O sector de florestas é um dos que vem sofrendo pressão do IDE a par do sector pesqueiro, principalmente do IDE chinês. A cooperação China - Moçambique ganhou fôlego e grande importância a partir da década de 1990 com a China acessar com alguma intensidade aos recursos e matérias – primas nacionais (CHEMANE, 2019).

A exploração florestal chinesa em Moçambique tem levantado muitos problemas ligados ao corte ilegal da madeira. Os problemas associados à exploração comercial da madeira vem-se agravando e a China vem sendo indicada como a força motriz destes problemas, uma vez que este país é o maior consumidor da madeira explorada em Moçambique (MURINGA e NORFOLK, 2017).

A China é um exemplo de um estado que exerce relações de dependência com Moçambique independentemente de ambos assumirem-se como países do Sul Global. Analisando o comportamento do IDE Chinês em Moçambique, é notória a sua influência no IDE total, o que torna Moçambique um País vulnerável nas suas relações com a China. A tabela 2 do trabalho mostra como o comércio entre a China e Moçambique evoluiu na balança de pagamento, a par com a Índia. Neste aspecto, como já se havia referido anteriormente, o resultado da relação Moçambique – China é igual aos papéis semelhantes às da cooperação Norte-Sul, em que: Moçambique é fornecedor de “*raw materials*” (e gás natural num futuro próximo), receptor de produtos industriais e de crédito (dívida); a China é fornecedora de recursos financeiros, de produtos industriais, de mão-de-obra especializada e da tecnologia (CHEMANE, 2019).

Na perspectiva do Chemane (2019), a China desenvolve com Moçambique relações de dependência, devido ao seu nível de desenvolvimento económico, tecnológico, grande importador de matérias-primas como madeira e minerais e tem uma estrutura económica muito desenvolvida e robusta com os países do Norte Global.

São relações que tornam Moçambique impotente na barganha entre os dois estados, permitindo que, muitas vezes, mesmo com as denúncias sobre os abusos na exploração dos recursos naturais de Moçambique, o país não esteja em condições de tomar decisões que alterem as atitudes das empresas chinesas. Ademais, explora os recursos marinhos, além de se dedicar à execução de grandes obras de engenharia, mas como qualquer outro país forte, vai concedendo empréstimos a Moçambique deixando-o

endividado. É uma relação que reduz Moçambique consumidor dos produtos acabados e condicionando as transformações na estrutura económica e social.

China e Moçambique desenvolvem uma relação que se enquadra dentro daquilo que Theotónio dos Santos descreve como uma economia em que determinados estados estão condicionados pelo desenvolvimento e expansão de outra economia, a qual a primeira está sujeita a outra, daí não se justificar o termo interdependência dado que uma economia dominante pode realizar uma expansão auto-sustentada, enquanto a dependente não pode fazer o mesmo, excepto enquanto complemento dessa mesma expansão e condicionado pela economia dominante Centro – Periferia.

Moçambique, nas condições em que se encontra, como qualquer Estado do Sul Global, dentro da Divisão Internacional de Trabalho, corresponde-lhe, como periferia do sistema económico mundial, um papel específico de produzir alimentos e matérias-primas para os grandes centros industriais (PREBISCH, 1986). Esta situação, como afirma Tybusch (2011), torna os países do sul mais vulneráveis a contracção de mais dívidas, com salários e níveis de emprego baixíssimos, bem como uma estrutura de normas ambientais enfraquecidas em face dos interesses de empresas de fora, de modo a atrair investimentos e, por consequência, não perder a competitividade.

Um outro acto que torna Moçambique e outros países periféricos vulneráveis no Sistema Internacional (SI) são os acordos internacionais por estes assinados. Corroborando com a análise do Rist sobre as relações desiguais entre os estados periféricos e os centrais no SI, Veltmeyer e Petras (2014) argumentam que o efeito de tudo isso é criar estruturas políticas condicionadas e do direito internacional dos tratados e um conjunto de "melhores práticas" aceites que se reforçam mutuamente e reproduzem muitas das características da instalação colonial, tanto que no lugar de uma administração directa, agora os Estados do sul confrontam-se com a disciplina da ameaça de bloqueio financeiro e de sanções comerciais, onde os estados periféricos que desafiam o sistema correm o risco de ser económica e politicamente prejudicados dentro de seu próprio espaço doméstico.

Estes estados periféricos assumem compromissos internacionais mesmo que não tenham tido um papel relevante nos processos de elaboração dos protocolos. A exemplo disso, Moçambique assinou vários acordos internacionais relacionados com o desenvolvimento sustentável (observe os quadro 4 e 5)

Quadro 4 - Convenções ratificadas por Moçambique no âmbito da conservação da Biodiversidade

Convenção	Ano de Ratificação	Aspectos relacionados com a Biodiversidade
Convenção Africana sobre a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais	1981 (Resolução nº 18/1981)	Reconhece a importância vital dos recursos naturais, e.g. flora, fauna, água e solos, para o bem-estar das Populações africanas.
Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies de Flora e Fauna Selvagens Ameaçadas de Extinção (CITES)	1981 (Resolução nº 20/1981)	Reconhece que as várias espécies, animais e vegetais representam uma parte insubstituível dos ecossistemas naturais.
Convenção de Bamako sobre Protecção da Camada de Ozono	1993 (Resolução nº 8/1993)	Reconhece os efeitos das modificações na camada de ozono sobre os ecossistemas e organismos.
Convenção Quadro sobre as Mudanças Climáticas (UNFCCC)	1994 (Resolução nº 1/1994)	Reconhece o acentuado efeito de estufa natural, causado pelas actividades humanas, e avalia em que medida podem afectar, adversamente, os ecossistemas naturais e a humanidade; reconhece ainda o papel dos ecossistemas terrestres e marinhos como reservatórios de carbono.
Convenção sobre a Protecção, Gestão e Desenvolvimento Marinho e Costeiro da Região Oriental de África	1996 (Resolução nº 17/1996)	Reconhece as características especiais dos ecossistemas marinhos (hidrográficas e ecológicas), e as ameaças a que estão sujeitos pela poluição e pela deficiente integração no processo de desenvolvimento.
Convenção de Bamako relativa à Interdição da Importação de Lixos Perigosos, e ao Controlo da Movimentação Transfronteiriça desses lixos em África !	1996 (Resolução nº 19/1996)	Reconhece a crescente produção e complexidade dos lixos tóxicos e os efeitos sobre a saúde humana e a biodiversidade.
Convenção sobre o Combate à Seca e Desertificação (UNCCD)	1994 (Resolução nº 1/1994)	Reconhece que a desertificação é causada por uma interacção complexa entre factores físicos, biológicos, políticos, socioeconómicos e culturais
Protocolo de Cartagena sobre Bio-Segurança	2001 (Resolução nº 11/2001)	Estabelece mecanismos para proteger biodiversidade e a saúde pública dos riscos dos Organismos Geneticamente Modificados (OGM)

Convenção sobre a protecção das Terras Húmidas (RAMSAR)	2003 (Resolução nº 45/2003)	Reconhece a importância ecológica das terras húmidas como reguladoras de regimes hidrológicos e de habitats de espécies florísticas e faunísticas características (incluindo as migratórias).
Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos e Persistentes	2004 (Resolução nº 56/2004)	Reconhece os efeitos tóxicos dos poluentes dos tecidos biológicos e transportados além-fronteiras
Convenção de Bona sobre Espécies Migratórias (CMS)	2008 (Resolução Nº 9 /2008)	Reconhece a importância da conservação de habitats especiais de espécies migratórias
Protocolo de Nagoya sobre Acesso a Recursos Genéticos e Partilha Justa e Equitativa dos Benefícios Derivados de sua utilização à Convenção sobre Diversidade Biológica	2014 (Resolução nº 2/2014)	Acordo suplementar à CDB para a Regulamentação do Acesso aos Recursos Genéticos e a partilha Justa e Equitativa dos Benefícios Advindos de sua Utilização (ABS).
Modelo de sustentabilidade <i>International Financial Corporation</i> (IFC) – Política e Padrões de desempenho ambiental e Social (PS 6)		Providencia orientações para a identificação de riscos e impactos resultantes de actividades de desenvolvimento, velando pelos aspectos de conservação da biodiversidade.

Fonte: (MITADER), Estratégia e Plano de Acção para a Conservação da Diversidade Biológica em Moçambique (2015-2035)

Os exemplos expostos no quadro 4 são uma parte dos compromissos que Moçambique vai assumindo no âmbito do concerto das nações para o desenvolvimento sustentável de forma global. O ponto mais alto de assinatura e ratificação de acordos e convenções foi a assinatura e ratificação do Acordo de Paris em 2015 ou COP21³⁰, que é reforço da implementação da Convenção e inclui o objectivo de fortalecer a resposta global à ameaça das mudanças climáticas, no contexto do desenvolvimento sustentável e os esforços para erradicar a pobreza. O Acordo de Paris 2015, inclui os seguintes objectivos:

- (a) Manter o aumento da temperatura média global bem abaixo dos 2 °C acima dos níveis pré-industriais e buscar esforços para limitar o aumento da temperatura a 1,5 °C acima dos níveis pré-industriais, reconhecendo que isso reduziria significativamente os riscos e impactos das mudanças climáticas;
- (b) Aumentar a capacidade de adaptar-se aos impactos adversos das mudanças climáticas e fomentar a resiliência ao clima e o desenvolvimento de baixas emissões de gases de efeito estufa, de uma forma que não ameace a produção de alimentos;
- (c) Promover fluxos financeiros consistentes com um caminho de baixas emissões de gases de efeito estufa e de desenvolvimento resiliente ao clima (CQMC, 2015).

³⁰ A COP21 (Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2015) realizou-se em Paris entre os dias 30 de Novembro e 12 de Dezembro de 2015. Foi assistida por chefes de estados ou representantes de 197 países com o objectivo geral de discutir o clima e as mudanças causadas pelo efeito estufa e aquecimento global. O Acordo entraria em vigor a partir de 2020, sendo a meta de reduzir o aquecimento global para que até 2100 o aumento da temperatura seja inferior 2°C.

Quadro 5 - Resultados dos acordos, protocolos e compromissos firmados**Resultados dos acordos, protocolos e compromissos firmados**

1. Alcançados níveis significativos de liberalização comercial em relação a implementação da Zona de Comércio Livre da SADC;
2. Reafirmada a validade e actualidade da Declaração e Plano de Beijing sobre o empoderamento da mulher e da rapariga;
3. Adoptado o Programa de Acção 2016-2026 que preconiza a cooperação para o combate a pobreza e alcance dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentáveis;
4. Adoptada a Declaração dos Chefes de Estado e de Governo dos MNA sobre “Paz, Soberania e Solidariedade para o Desenvolvimento”;
5. Reforçadas as relações multilaterais a nível da União Africana;
6. Adoptada a agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável;
7. Adoptado o Acordo de Paris sobre as Mudanças Climáticas;
8. Avaliada a implementação do Protocolo da SADC sobre armas de fogo, munições e outros materiais relacionados e outros instrumentos internacionais;
9. Aprovada a Declaração dos Chefes de Estado e Governo sobre o Relatório sobre Nova Visão Estratégica da CPLP;
10. Elaborada a Declaração da Dupla Troika da SADC/UE;
11. Aprovada a Estratégia e Roteiro de Industrialização na Região da SADC;
12. Aprovados dois projectos pelo Japão 2015/2016 para a área da Saúde;
13. Adoptado o Acordo de Paris sobre as Mudanças Climáticas.

Fonte: Balanço dos 04 anos do programa quinquenal do governo 2015-2019

O Acordo de Paris 2015 coloca, portanto, o desafio de acompanhar de forma precisa a evolução ao longo do tempo das emissões de gases de efeito estufa de cada país. É um mecanismo que, pela primeira vez, consegue que os vários estados presentes se comprometessem a pôr um limite para o aquecimento global ao definir a meta de 2°C em relação às temperaturas médias do período pré-industrial. Esse acordo determina automaticamente um limite máximo de partículas de gases de efeito estufa em suspensão na atmosfera. Um dos instrumentos para isso é dos inventários nacionais de emissões, elaborados por cada país e enviado ao secretariado da convenção para compilação e, segundo Gonçalves (2016), a COP21 inseriu na arena multilateral espaço para um componente unilateral, por meio das *Intended Nationally Determined Contributions* - INDCs, em que cada país define os parâmetros e métricas estritamente nacionais, com vistas a aumentar a possibilidade de que o acordo final fosse relevante e impulsionasse/constrangesse os Estados a adoptar acções de combate às mudanças climáticas. A elaboração das Contribuições Nacionalmente Determinadas tem como finalidade dar resposta global à mudança climática e que as partes deveriam realizar e comunicar esforços ambiciosos tal como definido nos artigos 4, 7, 9,10,11 e 13, do Acordo de Paris (CQMC, 2015).

Para a realização de qualquer reforma estrutural ou mesmo doméstico, são necessários recursos financeiros e o Acordo de Paris dá devida importância a este facto, pelo que os países mais desenvolvidos são orientados a mobilizar recursos financeiros na ordem dos 100 bilhões de dólares anuais para acções de adaptação e de mitigação das consequências do aquecimento global nos países mais pobres, a partir de 2020. Entretanto, o montante prometido no Acordo ainda não foi libertado pelos países desenvolvidos, o que levanta algum questionamento da sua validade. Uma leitura atenta ao Acordo, nota-se *a priori* que nada existe de obrigatoriedade ou uma acção que obrigue de facto aos países centrais e industrializados a desembolsar tal valor. Isto sugere que mais uma vez, embora tenha tido grande participação dos estados tanto pobres quanto ricos, os resultados e a sua efectivação ficam dependentes dos países centrais.

Uma das formas para responder à preocupação dos dependentistas no que tange à aproximação de soluções equitativas resultantes da contínua degradação do ambiente pelo Norte Global, se se tomar em conta o teor do discurso de Ruz (1992) quando afirma que se o mundo pretende salvar a humanidade com o desenvolvimento sustentável, melhor seria que as riquezas e as tecnologias disponíveis fossem melhor distribuídas, além da aplicação de uma nova Ordem Económica Internacional justa.

Entretanto, Castro ([2018]), entende haver algumas lacunas que são fundamentais para que se evolua de forma global para actos que possam resultar em desenvolvimento sustentável como por exemplo:

- a) o facto de o Acordo de Paris não entrar em vigor imediatamente;
- b) a falta de estabelecimento de acções a serem cumpridas compulsoriamente;
- c) o facto de o documento não ter apontado os sectores produtivos e económicos que deveriam ser mais fortemente regulados em nível global, principalmente aqueles que têm maior participação nas emissões de gases de efeito estufa;
- d) não ter havido nenhuma mensagem enviada às empresas petrolíferas;
- e) as empresas que usam carvão mineral para gerarem energia uma data limite e aos fabricantes de automóveis e, ainda, à capacidade concreta de haver acções de comando e controle dentro do território de qualquer país.

Neste âmbito e analisando os pressupostos de Moçambique no Plano Internacional, ele compromete-se com o DS, reflectindo deste a sua dependência que, segundo a teoria de dependência, os compromissos assumidos pelos países do Sul,

sustentam-se nas relações de dependência no mercado global, reflectindo-se igualmente nas relações de dependência estrutural dentro dos Estados e entre as comunidades.

A política internacional ambiental e o Desenvolvimento Sustentável de Moçambique tem poucas chances de alterar e/ou disputar seu sentido e seu conteúdo. Neste caso, para Moçambique só lhe resta adequar-se ou conformar-se com os princípios de relações de dependência ou mesmo do sistema internacional que se caracterizam por ter estados centrais e estados periféricos, onde os periféricos são obrigados a assumir a expansão do extractivismo já para si reservado.

5.2 CONSTRANGIMENTOS EXÓGENOS

O desenvolvimento sustentável para os países do Sul Global, além de ser condicionado por constrangimentos endógenos, é também condicionado pelos constrangimentos exógenos. Estes, condicionam a planificação dos estados rumo ao desenvolvimento, tanto que, tem a ver com o seu posicionamento no SI, onde o domínio é dos países que avançaram na industrialização e com um PIB muito alto. Estes países dominam as relações comerciais na economia-mundo deixando os outros na periferia do sistema.

Países como Moçambique participam na Divisão Internacional de Trabalho como fornecedores de matérias-primas e recebedores de produtos acabados. Aqui, destaque para as políticas eurocêntricas que não tem nada a ver com o contexto dos estados do sul. Moçambique por exemplo, tem desenhado a END (2015-2035), mas a sua base de orientação, a sua metodologia de elaboração e implementação inspira-se no modelo de desenvolvimento do norte. Os planificadores, muitas vezes não analisam os condicionalismos que os seus estados estão sujeitos. Os estados do sul estão condicionados pelos do norte nos seus projectos de desenvolvimento. São pressionados para a exploração dos recursos naturais com vantagens para o centro onde as regras da Organização Mundial do Comércio (OMC) favorecem sempre o Norte. Moçambique e outros países da periferia não definem os preços das *commodities*, quem os define é o norte e o sul limita-se a cumprir. Sem, obviamente participarem nas grandes decisões sobre o desenvolvimento sustentável, eles assumem compromissos internacionais para o cumprimento dos objectivos de desenvolvimento.

Um outro constrangimento relacionado aos factores exógeno tem a ver com os problemas ambientais, problemas políticos e de saúde pública. Nos ambientais

concorrem os relacionados com a Mudança Climática (MC). Estes estão intimamente ligados à também localização geográfica de Moçambique de que anteriormente fez-se referência. Moçambique é porta de entrada de eventos climáticos extremos, como ciclones, ventos fortes e chuvas torrenciais. Por estar à jusante, grande parte dos rios da região atravessam Moçambique para desaguar na sua costa. As chuvas fortes têm provocado inundações nas zonas urbanas e peri - urbanas, chegando em alguns casos a cheias. Os rios, na época chuvosa, também provocam cheias dado que muitas vezes saiem do seu leito destruindo todas as culturas da época. O inverno de Moçambique é seco e muitas vezes não é produtivo. Portanto, pode-se concluir que se trata de um país de contrastes, variando entre cheias, secas e cheias. Por exemplo, em menos de um ano (2020/2021), Moçambique foi atingido por cinco ciclones (IDAI, KENETH, CHALANE ELOISE E GUAMBE) que, para além das mortes, deixaram um rasto de destruição de aldeias, casas, infra-estruturas como estradas e pontes destruídas, património estatal e privado destruídos e campos de culturas submersos. Ainda acerca dos constrangimentos exógenos, como referido anteriormente, Moçambique está a braços com guerras de desestabilização na zona centro (Províncias de Sofala e Manica) e de terrorismo na zona norte (província de Cabo Delgado), que tem semeado destruições de infra-estruturas, provocados mortes e deslocados, além da paralisação da economia nestas zonas, com efeitos negativos no desenvolvimento do país, pois há um esforço adicional para manter a economia funcional.

Fora os constrangimentos, Moçambique como o mundo em geral, está abraços com a Covid-19. É um constrangimento que a par a outros de saúde, reforça a debilidade das políticas públicas na área da saúde. A circulação de pessoas e mercadorias foi um factor determinante para a situação actual. A pandemia surgiu no Hemisfério Norte, China e daqui para o mundo em geral e particularmente para os países do sul, impondo ainda mais, as dificuldades económicas que os países do sul têm. Embora a crise da Covid-19 não responsável pelas dificuldades económicas vivida pelos países, ela aprofundou a especulação financeira (TOUSSAINT; RIVIÉ, 2020). Estas dificuldades que são sentidas por todos os países, são de maneira acrescida para os países do sul, que por essa via vão pedindo a moratória para o reembolso das suas dívidas aos credores bilaterais e multilaterais. Segundo Toussaint e Rivié (2020), é uma operação financeira que consiste em adiar os pagamentos da quota bilateral de 2020 (ou mesmo 2021, caso haja prorrogação da moratória) entre 2022 e 2024. Eles serão adicionados aos pagamentos já previstos para esses dois anos o que de certo modo

agravarão as dificuldades de reembolso dos países em vias de desenvolvimento. ou seja, os países em desenvolvimento vão reembolsar mais dinheiro com menos recursos, o que significa que, reembolsarão mais do que receberão sob a forma de novos créditos.

5.3 DESAFIOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NAS PRÓXIMAS ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO EM MOÇAMBIQUE

Mesmo tendo em conta que no desenho da pesquisa não estava desenhado o objectivo sobre os desafios de desenvolvimento sustentável de Moçambique, achou-se pertinente avançar-se com alguns desafios como forma de contribuir para a elaboração da próxima estratégia de desenvolvimento. No âmbito do desenho da END (2015-2035) não estavam preconizados alguns eventos que se foram desenhando neste período, por exemplo, fenómenos naturais como os ciclones IDAI, Kenneth, Chalane, Eloise e Guambe. Paralelamente a estes eventos, outros de carácter político e económico se foram desenhando, como a insurgência na província nortenha de Cabo Delgado, desestabilização nas províncias do centro (Manica e Sofala) realizada pela Junta Militar da Renamo³¹, as dívidas não declaradas (dívidas ocultas) que desencadearam uma grave crise económica no país como resultado da retirada dos doadores. Finalmente, um evento na área de saúde pública que desafia os sistemas sanitários do globo e de Moçambique de forma particular, a Covid-19.

Depois de ter analisado os limites de desenvolvimento de Moçambique, neste subcapítulo pretende-se trazer contribuições para se pensar a próxima END dado que os limites descortinados impõem alguns desafios para que Moçambique atinja o desenvolvimento sustentável. O desenvolvimento sustentável de uma forma geral, implica a erradicação da pobreza multidimensional. A superação deste desafio passa por orientações políticas viradas à sustentabilidade tanto da agricultura como dos recursos naturais no desenvolvimento rural (ASEFA, 2005). De acordo com este autor algumas das políticas consistem em proporcionar direitos de propriedade de terras agrícolas com vista a aumentar a produtividade e a produção agrícola, assim como, investimentos a longo prazo que são necessários para a conservação e melhoria dos recursos naturais.

³¹ A junta Militar da Renamo representa o desentendimento entre o maior partido da Oposição em Moçambique (RENAMO- Resistência Nacional de Moçambique), que no âmbito do programa de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração, resultante do entendimento entre o Governo de Moçambique e aquele partido, parte dos seus membros entenderam que o acordo era-lhe desfavorável, preferindo manterem-se em nas matas com as suas armas, interrompendo muitas a circulação na principal estrada que liga o norte - centro e sul de Moçambique

Para o efeito é necessário desenvolver-se instituições locais que apoiem a gestão destes recursos, fornecer uma rede eficiente de transportes, estradas e comunicação para apoiar os mercados dos insumos agrícolas e mercadorias, incluindo o fornecimento de um sistema de crédito eficiente. Outra orientação política apontada por Asefa (2005) é o aumento da capacidade dos agricultores através de uma educação de qualidade e formação complementado pelo acesso a fontes externas de rendimento ou de crédito, queira através de investimentos de créditos, quer através de subsídios. Por outro lado, é necessário o desenvolvimento de políticas adaptadas aos contextos socioeconómicos e biogeofísicos em que a agricultura e os recursos naturais são geridos.

Para Abramovay (2019), o maior desafio do DS está na transição do predominante modelo predatório do crescimento para uma economia de conhecimento da natureza que se traduz na combinação do conhecimento das populações tradicionais com métodos trazidos da 4ª Revolução Industrial (RI), seja no monitoramento das actividades produtivas, seja, sobretudo, para ampliar o conhecimento e a exploração de produtos de cuja composição e de cuja utilidade hoje ainda pouco se sabe. O mesmo autor, refere ainda que o objectivo fundamental deste paradigma é melhorar a vida e ampliar as oportunidades para que as populações tradicionais possam manter sua cultura e possam gerar renda por meio das actividades compatíveis com a preservação do ambiente em que vivem.

Adicionalmente, garantir a vida, as possibilidades de trabalho, a autonomia e fortalecer os projectos para que toda a população rural tenha na oferta dos serviços prestados pela floresta à sociedade seu meio de vida, será uma aspiração não só deles próprios, mas um parâmetro que pode medir o próprio grau de desenvolvimento da sociedade como um todo (Idem).

Dentro do paradigma de economia de conhecimento está inclusa a visão do Castro ([2018]), que se resume no olhar das comunidades locais como parte da solução para um novo modelo de desenvolvimento. Esta visão inclui as várias actividades que geram maiores impactos como as obras de infra-estruturas de grande vulto e a mineração que muitas vezes sofre de uma disputa entre as comunidades locais e grandes empresas, o que tem resultado em perdas de territórios e a assimetria na relação com actores económicos externos desorganizando essas sociedades (CASTRO, [2018]). Ainda Castro ([2018]), considera ser necessário valorizar o Protocolo de Nagoya³² como

³² O Protocolo de Nagoya sobre Acesso a Recursos Genéticos e Repartição Justa e Equitativa dos Benefícios Derivados de sua Utilização. É um novo tratado internacional que se baseia e ao mesmo

um instrumento muito importante por este prever a obrigatoriedade do consentimento prévio e informado a realização de qualquer acção passando por envolver conhecimentos tradicionais e ainda pelo reconhecimento dos seus direitos que têm no acesso aos seus territórios e de receberem uma protecção específica, tendo em conta a sua importância na conservação da natureza (CASTRO, [2018]).

A actualidade é desafiada pelas mudanças climáticas que são de grande impetuosidade para o seu combate. A mesma ideia é compartilhada por Abramovay (2019) ao afirmar que o combate ou a atenuação das MC pressupõe transformações profundas nos modelos contemporâneos de produção e de consumo que se vão apoiar não só na ciência e tecnologia, mas na urgência de que sejam modificadas dimensões fundamentais dos próprios comportamentos sociais. Este considera como sendo uma das primeiras medidas o fim imediato do desmatamento e, isso passa pelo reconhecimento do papel estratégico das populações tradicionais e de suas actividades na ocupação das suas áreas, tanto que para estas populações, as florestas não representam apenas utilidade económica ou ecossistémica, mas uma riqueza cultural que se exprime na diversidade de língua, dos costumes e da própria cultura material. Tanto que, Wedig e Ramos (2016, p.71) referem que “as noções como as de cultura, natureza, sustentabilidade, pessoa, grupo social, desenvolvimento, entre outras, adquirem outros sentidos e assumem perspectivas diferentes quando pensadas junto a esses grupos”.

O outro desafio para Moçambique é a criação de um processo dinâmico de mudanças em que as explorações dos recursos, a orientação dos investimentos e do desenvolvimento tecnológico são acompanhadas de mudanças institucionais consistentes com as necessidades presentes e futuras (ROGERS; JALAL; BOYD, 2008). Segundo MITADER (2015), os países já possuem as chamadas “Grandes metas do programa do desenvolvimento sustentável” alinhadas com um conjunto de projectos cujo horizonte temporal é de 15 anos, esperando-se, até 2030, a redução da pobreza no meio rural para 45%; conferir acesso a água potável acessível a 15 milhões de habitantes; expandir a geração de bioenergia para 4000 Mw, implantando sistemas de energias renováveis; a construção de 1500 km de estradas terciárias e vicinais; assegurar a cobertura bancária em todos distritos de Moçambique; garantir o acesso a terra,

tempo apoia a implementação da Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB). Ele se reporta em particular a um dos seus três objectivos: a repartição justa e equitativa dos benefícios oriundos da utilização dos recursos genéticos. O Protocolo de Nagoya é um acordo histórico para a governança internacional da biodiversidade e é relevante para vários sectores comerciais e não comerciais envolvidos no uso e no intercâmbio de recursos genéticos (Bibliografia).

através do registo de 5 milhões de ocupações; elevar o efectivo da população de elefantes para 17.500; reduzir a emissão de gases (CO₂) em 72,8 milhões de toneladas por ano.

Apesar de estas metas estarem claras colocam um novo desafio que consiste na vontade política do governo para tomar decisões económicas, ambientais e socioculturais. Na opinião de Rogers, Jalal e Boyd (2008), a pobreza, a população, a poluição, a participação e as falhas políticas de mercado, incluindo a boa governação, bem como a prevenção são os factores chave que regem o desenvolvimento sustentável e podem ser considerados, como os principais pilares. Portanto, o alcance das metas do desenvolvimento sustentável em Moçambique exige investimentos na tecnologia, energia, água, estradas, principalmente nas zonas rurais, onde vive quase 80% da população.

Paralelamente a isto, foi concebido o PNDS como um princípio do desenvolvimento integrado no meio rural, através do uso sustentável dos recursos naturais, organização da terra e gestão ambiental. O Programa pretende fomentar uma economia local de base através da complementaridade da oferta de serviços básicos, capacitação e atracção de investimentos importantes para o desenvolvimento, enquanto explora as capacidades e inova o conhecimento local.

Desta feita o país compromete-se a dotar a economia rural de factores produtivos determinantes para o seu processo de dinamização; assegurar os serviços básicos essenciais para o bem-estar das populações, e de impacto na produtividade no meio rural; reforçar a capacidade produtiva através da transferência de tecnologia e formação, para os agentes de desenvolvimento rural assegurar o desenvolvimento de infra-estruturas económicas e sociais que permitam aumentar a acessibilidade e mobilidade no meio rural; promover uma economia diversificada e geradora de emprego através do estímulo ao investimento nos sectores estratégicos da economia rural (MITADER, 2015). Todavia, estes compromissos estão condicionados a investimentos tanto internos quanto externos.

De acordo com Zarsky (2005), através de investimentos na criação de capacidades produtivas (conhecimentos, habilidades, tecnologia e instituições para acção colectiva), os padrões da pobreza e marginalização podem ser transformados, em padrões dinâmicos de desenvolvimento económico e social inclusivo. Porém, e ainda na linha do pensamento do autor, a atracção de investimento para o desenvolvimento sustentável coloca o desafio da criação e/ou a transformação das regras formais e

informais, políticas, regulamentos e normas de conduta para facilitar a sua gestão de modo a evitar que o aumento do investimento possa exacerbar ou reforçar os padrões existentes de consumo excessivo por parte das classes mais ricas e marginalização dos pobres atrelados à devastação ambiental, ao nível interno e global.

A END aposta na industrialização do país para a mudança da estrutura económica. Entretanto, a indústria que está sendo promovida está ligada aos grandes projectos, logo é uma indústria virada para o exterior, nessa ordem, o desafio será: a promoção de uma indústria inclusiva que vai promover uma indústria verde para fornecer bens e serviços ambientais (ONUDI, 2014). Este paradigma de desenvolvimento industrial, que contemple as comunidades locais, irá ao encontro daquilo que Abramovay (2019) denomina de economia de conhecimento de natureza. Estas indústrias são uma fonte sustentável de maior diversificação estrutural, empregos, renda e prosperidade. Além disso, a ONUDI (2014) elucida que o compromisso com padrões de produção sustentáveis faz sentido sob o ponto de vista empresarial, já que reduz o desperdício de recursos caros e contribui para o aumento da competitividade.

O outro desafio, segundo a ONUDI (2014) é do aumento da eficiência energética na produção industrial. Já que os insumos energéticos representam um custo importante para as indústrias, a energia limpa e a eficiência energética foram-se tornando progressivamente determinantes centrais da competitividade económica e crescimento sustentado o que implica o desenho de uma estratégia de longo prazo que estabeleça uma estrutura de condições económicas, jurídicas e políticas estáveis e crie incentivos a políticas de investimento necessárias à educação, infra-estrutura, qualidade dos produtos, soluções para o agro-negócio, inovação e habilidades de empreendedorismo.

O desenvolvimento industrial inclusivo é sustentável (ISID) como ferramenta de geração de empregos mais qualificados, desenvolvimento de sociedades justas e protecção do meio ambiente, sustentando ao mesmo tempo o desenvolvimento económico. O desenvolvimento industrial inclusivo e sustentável deve se tornar uma parte importante da agenda de desenvolvimento de longo prazo, para além de 2015. Para alcançar o ISID e combater a pobreza, é essencial incluir todos os interessados: sector privado, sociedade civil, academia, instituições governamentais e organizações internacionais de desenvolvimento. É preciso que se tome em conta que neste todo processo de busca de desenvolvimento via indústria como sistema, deve ser visto como complexos modos técnicos, sociais, económicos, culturais políticos e ecológicos de regulação e produção no espaço local e no *locus global* (CORIOLANO, 2003).

Inverter a dependência com relação ao Investimento Directo Estrangeiro constitui um dos grandes desafios que se alinha com os dizeres de Asefa (2005) e (ROGERS; JALAL; BOYD, 2008), porque, mesmo no período anterior a 2015 em que a expansão do PIB era uma realidade, Moçambique não conseguiu resultados agregados para inverter problemas socioculturais, económicos, ambientais e políticos. Em relação a este aspecto, Nogueira *et al* (2017) afirmam que apesar da expansão do PIB, Moçambique não conseguiu resultados expressivos na geração de emprego, redução da pobreza extrema nem na e a produção de alimentos *per capita*, porque o crescimento estava centrado nos recursos naturais e no IED e este tipo de crescimento retém internamente uma parcela muito pequena do excedente gerado no processo produtivo e, por essa via, tem havido grandes dificuldades para a ampliação do emprego e a redução da pobreza. Esta forma de crescimento “gera um padrão de crescimento dependente e desarticulado sectorial e socialmente, com ganhos privados, sobretudo estrangeiros, perdas sociais” (NOGUEIRA, *at al*, 2017, 223). O número crescente de desempregados em Moçambique pode-se tornar num problema de saúde pública, em dimensões físicas-nutrição e assistência médica insuficiente e psíquicas, em consequência dos distúrbios de personalidade e de comportamento (RATTNER, 2009). Além do desemprego constituir um problema de saúde pública, é o tipo de agricultura que se tem vindo a praticar como parte de aumento da produtividade. Segundo Rattner (2009), a agricultura praticada em larga escala, baseada em uma poderosa indústria de agrotóxicos, pesticidas e fertilizantes químicos contaminam seus produtores e consumidores. Para ele, apostar numa agricultura verde é um desafio, pois esta evitará a utilização de pesticidas, hormónios e fertilizantes químicos que causam devastação do meio, a contaminação dos lençóis freáticos e a deterioração da saúde dos consumidores elo final da cadeia (RATTNER, 2009).

Diversificar o tipo de economia significa além demais, olhar para todos os sectores da economia, deixar de depositar o seu crescimento na principal fonte de crescimento que tem sido os mega-projectos extractivistas (alumínio, carvão, gás natural, etc) que são estrangeiros, apoiados pelo governo moçambicano, o que na visão de Nogueira *at al* (2017) cria desbalanceamento entre os departamentos de consumo e de bens de capital, uma desarticulação social e a transferência de valor criado localmente para os países centrais. Mas os impactos mais sérios de desenvolvimento desarticulado está nas condições de vida, na desigualdade social e na crescente exclusão e marginalidade que atinge muitos milhões no mundo e em particular para

Moçambique, que desagua na pobreza com consequência ambientais que daí resultam, não simplesmente para os pobres, mas também para todas as camadas sociais, como o caso do aumento das taxas de natalidade dos pobres que incrementam a população mundial e exigem maiores recursos.

O desafio de desenvolvimento para Moçambique deverá ir por via de inclusividade. O desenvolvimento inclusivo de Moçambique inclui o direito ao trabalho, inclui também o direito a uma nutrição adequada. Com a fome e malnutrição eliminada; há uma saúde de altos níveis para todos, incluindo o acesso à protecção sanitária, o direito à educação, a eliminação da pobreza e de todas as formas de discriminação e exploração. O desenvolvimento social inclui aspectos da dimensão cultural, como por exemplo, o acesso universal à cultura, ao lugar de vida e aos serviços sociais, a provisão de sistemas amplos de segurança social e serviços de assistência social, a protecção dos direitos das mães, crianças, pessoas idosas, pessoas com incapacidades física incluindo a concessão de licenças de gravidez e maternidade e abonos à mulher, com direito à manutenção do emprego e do salário e, de forma mais ampla, a protecção dos direitos das pessoas, com ênfase na redução da desigualdade (CEPAL, 2018a).

É de considerar que o desenvolvimento inclusivo acabaria com a desigualdade e os desequilíbrios regionais existentes em Moçambique. Para os cepalinos, a igualdade aumenta a eficiência do sistema económico definida como a velocidade com que se pode inovar, difundir inovações no tecido produtivo e, através delas, elevar a produtividade e abrir novos espaços de investimento, pois a desigualdade é barreira ao crescimento da produtividade que o mercado não pode corrigir. De facto e segundo atesta CEPAL (2018a) uma das formas das manifestações da desigualdade é a destruição do meio ambiente que se pode manifestar nas diversas gerações.

Ainda na perspectiva social, o desenvolvimento vai exigir o envolvimento de toda a sociedade, uma revalorização da cultura e uma base ética. Ademais, segundo Coriolano (2003), com as crises ecológicas, escassez de recursos públicos e de grandes demandas sociais, o desafio será o de estimular a participação das comunidades para uma maior dinamização económica e buscar respostas às necessidades de saúde pública, educação, cultura, construção de moradias, lazer, produção de emprego e renda, como estratégia eficaz e eficiente, sobretudo, para os segmentos sociais mais vulneráveis pelo modelo da macroeconomia. Por isso, este autor propõe a adopção de um modelo de desenvolvimento que estimule e desenvolva a cooperação, a solidariedade, a

criatividade, que passe a utilizar os recursos locais ainda latentes, especialmente os recursos humanos.

Portanto, o maior desafio para os limites de desenvolvimento de Moçambique passa necessariamente por uma articulação sinérgica entre as dimensões económica, social, ecológica, espacial e cultural, e passa também pela identificação dos nós críticos e das medidas que possam com eficiência e eficácia resolver os problemas levantados nas várias dimensões, dado que o contexto social económico, cultural e ambiental é caracterizado por nós críticos persistentes e novos desafios e também pelos enfoques de política social que se impõe a impulsionar a nível global e regional. Pois, segundo Coriolano (2003), o desenvolvimento como fenómeno complexo mostra-se com dimensões variadas, em razão ao território, aos recursos naturais, às pessoas e suas acções, pois que os factos geradores interagem nos planos geográfico, político, económico, social, psicológico e antropológico.

Todos estes desafios terão que ter em conta as particularidades de cada local, de cada região e romper com o pensamento de que existe um desenvolvimento unilinear proposto por alguns economistas como Rostow (1960) e, ainda por alguns teóricos evolucionistas que no desenho do conceito desenvolvimento escalonam-no em fases, as quais devem ser seguidos para se atingir a excelência.

É neste contexto que se afirma que o desenvolvimento, para que atenda a essa nova visão, teria que se dissociar da noção de que todos os povos estão caminhando na mesma direcção e pela mesma estrada para atingir o tipo de maturidade cujo modelo é o das nações que correm à frente. Teria igualmente que fugir dos modelos postos ou pré-concebidos e criar modelos localizados, porque a homogeneização, a padronização e a ocidentalização são inimigos da diversidade e certamente não podem ser vistos como melhores modelos para imprimir o desenvolvimento de Moçambique.

5.4 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Os limites de desenvolvimento de Moçambique estão ligados a dimensões económica, social, ambiental, espacial e cultural que constituem o limite doméstico. Além deste, encontra-se também o limite estrutural.

O tipo de economia extractivista, a dependência em relação ao investimento estrangeiro, a existência de uma indústria ligada à exportação suportada pelas GCT e uma agricultura itinerante e de sequeiro, entre outros consubstanciam limites no âmbito

da dimensão económica. Como explanava Randriamaro (2008), o extractivismo leva os países há uma pressão para o aumento da exploração dos recursos naturais, fazendo com que se intensifique a crise ecológica mundial que desagua na transgressão insustentável dos limites da natureza. É um modelo de desenvolvimento que compreende desigualdades evidentes ao longo das classes, raças e género.

O nível baixo de escolaridade, baixo acesso ao sistema de saúde, o estágio no regime pré-transição populacional, o défice no saneamento do meio, a fome, a pobreza, o desemprego, défice de transporte e comunicações constituem parte das limitações do desenvolvimento no âmbito da dimensão social.

Dentro da dimensão ambiental, destaque para a localização de Moçambique junto ao Oceano Índico, porta de entrada de vários eventos climáticos e receptor de várias descargas de águas pluviais que vêm do montante para jusante. Outros fenómenos ambientais têm a ver com o desmatamento, caça furtiva, pesca ilegal, um parque automóvel que aumenta a cada dia, poluição dos mares com a passagem de navios e despejos de detritos nocivos à vida no mar. Esgotos que escoam na sua totalidade para o mar nas zonas costeiras, a pobreza e as indústrias extractivas são parte dos problemas ambientais. Fora limitações ambientais, as limitações espaciais e culturais são de grande importância quanto os outros.

Moçambique tem grandes desafios no que tange ao desenvolvimento, os quais passam pela conversão destes limites em oportunidades para o seu desenvolvimento. Procedendo assim, poderá ultrapassar os desafios que são impostos pelos limites estruturais e, parte destas soluções é a economia de conhecimento para as comunidades rurais que passa pelo envolvimento e valorização do seu conhecimento.

6 CONCLUSÕES

A questão que norteou a pesquisa é compreender os limites do desenvolvimento sustentável em Moçambique, tendo em conta que o país tem altos índices de pobreza e a sua estrutura económica é dependente da exploração e utilização intensiva de recursos naturais. Em função das leituras e análise feitas concluiu-se que:

Os limites domésticos constituem um grave entrave para o desenvolvimento de Moçambique. O país não se livrou da estrutura económica montada no tempo colonial que é extractivista e assimétrica com as regiões do país especializadas na produção. Outrossim o país participa na Divisão Internacional do Trabalho como fornecedor de matérias-primas e como tal, sujeita-se incontornavelmente à flutuação dos preços no mercado internacional. Ademais, está dependente do Investimento Directo Estrangeiro que o torna cada vez mais dependente do Sistema Internacional, com implicações no sistema financeiro nacional fraco e, por conseguinte, fragilizando as políticas económicas e sociopolíticas do país, que dependem da volatilidade dos preços mundiais das *commodities*.

A pesquisa partiu da hipótese geral de que o modelo de desenvolvimento seguido por Moçambique é um projecto internacional de gestão de recursos naturais de áreas ecológicas importantes e que, a retórica de desenvolvimento sustentável sustenta acções políticas e legitima determinados grupos, obscurecendo que as decisões são tomadas por alguns e colocadas como globais para todos, com implicações na exploração acelerada da flora, fauna, recursos marinhos e dos recursos minerais, com impacto directo sobre o meio ambiente.

De forma específica a hipóteses assume que o quadro institucional e política do meio ambiente que sustentam os desafios de desenvolvimento sustentável em Moçambique chocam com os planos e programas governamentais que tem como base a exploração intensiva dos recursos naturais. Na prática, a Estratégia tem maior enfoque, nas entrelinhas, para a indústria extractiva, indústria transformadora, Agricultura comercial e, na energia enfocada nos hidrocarbonetos que são grandes emissores de Gás com Efeito Estufa (GEE), o que dificulta a realização dos compromissos de Moçambique assinados e ratificados nos acordos ambientais de forma geral.

Com efeito, a descoberta de gás, petróleo e pedras preciosas entre outros recursos minerais, tornou o país mais apeteçível às GCT, tornando desta forma mais dependente de uma indústria exportadora de *commodities*, facto que dá azo ao fluxo de grandes projectos para as áreas de mineração e agro-negócios o que faz com que Moçambique vá perdendo pouco e pouco o controlo dos seus recursos naturais, ao mesmo tempo que o pouco que ganha da concessão de licenças de exploração e de juros e rendas sirva para a amortização da dívida além de provocar sérios problemas ambientais.

A END prioriza o sector industrial como estratégico para o desenvolvimento de Moçambique, entretanto a estratégia seguida não difere da industrialização iniciada no tempo colonial que era uma indústria virada para a exportação. A END e o PQG não abordam claramente sobre uma indústria verde, uma indústria limpa e nem como atingir os objectivos de uma indústria sustentável. Aliás, esta indústria, da forma como está descrita, não vincula as populações locais, tanto que precisa da uma mão-de-obra especializada não existente localmente. Não está clara a estratégia sobre a protecção ambiental, o mesmo acontecendo com o agronegócio que não está ligado à eliminação da pobreza, à redução da fome. Parece sim virado para a exportação.

A agricultura que tem sido vinculada como base de desenvolvimento do país fala-se de forma subtil e refere-se suavemente à estratégia que vincule a comunidade ou o sector familiar que ocupa mais de metade da população activa de Moçambique. Este problema vai-se reflectindo no PQG e nos PES's do quinquénio 2015-2019, tanto que estes dois documentos também prestam maior atenção ao sector industrial. No sector agrário, a maior preocupação está ligada ao aumento das áreas de cultivo, como se o aumento das áreas de cultivo significasse maior produtividade. Ainda nesta área, assiste-se a um desmatamento descontrolado, o que resulta em problemas graves ambientais. Abramovay (2017) e Sachs (2008) comentam sobre este tipo de agricultura que tem como prioridade o aumento da produtividade sem que para tal se introduzam técnicas ambientalmente aceites.

A aposta numa industrialização do país contrasta com a distribuição da população activa por sectores de trabalho, segundo a qual grande parte desta, está no sector primário e principalmente na Agricultura, Silvicultura, Pesca, Extração mineira), ocupando cerca de 66.8 % da população activa, significando que a aposta do governo, se o objectivo for de um desenvolvimento inclusivo, com aposta na eliminação das

desigualdades, maior atenção deveria ser nos sectores onde emprega maior número da população.

Outra dimensão que mereceu atenção na análise dos limites, é a social que tem a responsabilidade de trazer desenvolvimento inclusivo, buscar maior aproximação entre as diferentes camadas da sociedade. Foi notória a disparidade na distribuição da população. Não existe maior equidade na distribuição de renda e de bens de modo a reduzir o abismo entre os padrões dos ricos e dos pobres, facto que encontra adversidades nas características da sua estrutura social. Notou-se como resultado destas diferenças entre camadas, que existe uma promoção da exclusão, sendo que grande parte da população, se não está na agricultura, ocupa-se das actividades informais com maior presença da mulher, tornando-se necessária a busca de factores responsáveis pelos fenómenos.

Concluiu-se que a população moçambicana é jovem, é de baixa renda, baixa escolaridade caracterizada pela alta taxa de analfabetismo, acesso limitado à saúde com altas taxas de natalidade e de mortalidade infantil, significando que está na fase da pré ou da transição demográfica, com acentuados problemas de saneamento do meio e de acesso à água potável. Dividem as suas actividades entre o campo e a cidade, sendo que, como se referiu anteriormente, os de campo dedicam-se, na sua maioria, às actividades agrícolas e os das zonas urbanas dividem-se entre as actividades terciárias e o comércio informal. Face a isto, concluiu-se, pelas estatísticas apresentadas no segundo capítulo que os residentes das zonas urbanas têm maior acesso aos serviços de saúde, de educação, de saneamento, de electricidade, de água potável e, como prova, é o nível da escolaridade comparando dois grupos.

A saúde e a educação têm ligação intrínseca com o desenvolvimento económico. O estado de saúde da população é o factor de produção e de consumo dos produtos diversos resultantes dos vários sectores de produção, por isso que Gadelha (2012) afirma que a discussão sobre a saúde implica pensar sua conexão estrutural com o desenvolvimento económico, a equidade, a sustentabilidade ambiental e a mobilização política. E qualquer população que quer desenvolver passa necessariamente pela educação e, no caso de Moçambique, foi notório na pesquisa, que a maior parte da população é analfabeta ou tem baixa escolaridade.

Ademais, concluiu-se também que a dimensão ambiental constitui um dos limites para o desenvolvimento sustentável de Moçambique. O país tem dificuldades de limitação do consumo de combustíveis fósseis e de outros recursos e produtos que são

facilmente esgotáveis. A economia de Moçambique está dependente da exploração dos recursos naturais, grande parte dos quais esgotáveis e outros com efeitos nocivos sobre o ambiente, porque libertam gases com efeito estufa, como são os casos do gás, petróleo, carvão. Facto interessante e pior de tudo é que parte significativa destes recursos são explorados pelas GCT cujo objectivo é o lucro deixando o país vulnerável às mudanças climáticas. O aumento do parque automóvel no país cria problemas de sustentabilidade ambiental. Uma parte considerável das viaturas importadas pela classe média e média baixa é constituída por viaturas usadas que, pela idade e baixa qualidade, deitando abaixo os esforços para a mitigação da crise climática. São estes responsáveis não só pela emissão de gases com efeito estufa como também pela poluição atmosférica, pois as mesmas têm maior probabilidade de criar acidentes de viação. Mesmo com os instrumentos desenvolvidos para a defesa do ambiente como, por exemplo, EADS; QGAS, ESCDM (2015 – 2020); PEANAC (2015-2024); PNDS e, ao nível internacional, ter assinado e ratificado muitos acordos a título de exemplo, o Acordo de Paris 2015 e submetido em 2014, o seu INDC, Moçambique continuou a enfrentar problemas sérios para a promoção e defesa dos ecossistemas, porque as caças furtivas, pescas insustentáveis e ilegais, desmatamentos, etc., continuaram incessantemente.

Moçambique por causa da sua localização geográfica junto ao Oceano Índico, está exposto aos fenómenos naturais como ventos fortes e ciclones, mas é junto à zona costeira onde se regista maior densidade populacional. As guerras que se sucederam desde 1964, determinaram uma distribuição espacial desigual da sua população. Se se compararem as zonas urbanas e rurais vai-se notar que existe uma maior concentração população nas zonas urbanas onde existem melhores condições sociais. Existem três maiores cidades onde se concentra maior parte da população que coincidentemente são as capitais regionais, mormente: cidades de Maputo, Beira e Nampula.

A falta de emprego nas zonas rurais torna as zonas urbanas mais apetecíveis, resultando em deslocações constantes das zonas rurais para os centros urbanos, abandonando desta forma as actividades primárias que suportam o desenvolvimento do país. Este exército de homens e mulheres com fraca educação na sua forma escolar tornam as zonas urbanas ambientalmente insustentáveis. Moçambique é multiétnico e, com efeito, necessita de políticas públicas baseadas no reconhecimento das diversas identidades, compreendendo que cada uma possui seu valor, respeitando-se dessa maneira, a independência de cada uma das diversidades. Faltam políticas que provoquem um desenvolvimento endógeno das populações locais, tem faltado uma

educação que possa fazer mudanças conscientes. É preciso que haja valorização do conhecimento local para que estas comunidades se dediquem à preservação consciente do meio ambiente, do património cultural, material e imaterial.

Em relação aos limites estruturais, concluiu-se que Moçambique está amarrado dentro do SI onde existem países dependentes e aqueles que ditam as regras. O lugar que ocupa na DIT como fornecedor de matérias-primas faz com que o seu desenvolvimento esteja dependente da volatilidade dos preços das *commodities* no mercado internacional. Como já se mencionou anteriormente, Moçambique é dependente do IDE, do desempenho das GCT que exploram o gás, alumínio, carvão, pedras preciosas, madeira, pesca e aquelas que praticam agro-negócio. Todas estas actividades estão viradas para a exportação. As multinacionais que são a âncora para o crescimento da economia de Moçambique, não resolvem os problemas da pobreza, do desemprego e da fome que são a maior preocupação da população, porque elas estão viradas para o exterior. Em síntese, o extractivismo que caracteriza a economia de Moçambique constitui um mecanismo de pilhagem e apropriação colonial e neocolonial de recursos naturais. A predominância deste modelo de desenvolvimento neoliberal tem vindo a impor uma visão generalizada que o crescimento económico é condição para o desenvolvimento, daí a necessidade de aumento da extracção dos recursos naturais para responder as necessidades da grande procura no mercado internacional.

Toda esta actividade está em vista o desenvolvimento industrial e prosperidade do Norte Global, perpetuando desta forma relações de dependência, porque não gera benefício para o país extractivo – exportador. Moçambique, dentro da DIT, corresponde-lhe, como periferia do sistema económico mundial, um papel específico de produzir alimentos e matérias-primas para os grandes centros industriais.

É importante que fique claro que o extractivismo como modelo de desenvolvimento favorece e propaga a exploração da natureza e da população pobre em benefício dos paraísos fiscais offshore e um grupo de políticos e de empresários, gerando, por consequência, um conjunto de crises sociais e políticas e com constantes fluxos migratórios do campo para as zonas urbanas e de países pobres para países do Norte.

Em razão dos limites para o desenvolvimento, Moçambique deve orientar as suas estratégias para a erradicação da pobreza multidimensional através de políticas públicas viradas para a sustentabilidade na agricultura e nos recursos naturais; deverá proporcionar direitos de propriedade de terras agrícolas para servirem de activos em

instituições financeiras, além de desencadear uma rede eficiente de transportes e comunicações para apoiar o escoamento. Para melhorar a vida e ampliar as oportunidades das populações rurais, o país é desafiado a introduzir um novo modelo de desenvolvimento na próxima estratégia que se apoie no paradigma de conhecimento da natureza que implica olhar para a comunidade rural como parte da solução.

As políticas públicas deverão ser coerentes em relação aos projectos de desenvolvimento rural, de forma a evitar o desenvolvimento de muitos projectos com mesmo enfoque como, por exemplo, o Fundo de Desenvolvimento Distrital (FDD)³³, SUSTENTA e Fundo de Desenvolvimento Agrário (FDA). O Estado deve fazer mudanças instituições com as necessidades do presente e futuro, através da criação de um processo dinâmico de mudanças na exploração de recursos, orientação dos investimentos e do desenvolvimento tecnológico.

A futura estratégia deve apostar numa indústria virada para o desenvolvimento endógeno que passará a alimentar o mercado interno comprometido com padrões de produção sustentável. Tudo passa pelo grande investimento na educação, principalmente nas zonas rurais onde se localizam as bases económicas do país capazes de romper com a estrutura montada desde o tempo colonial que é uma estrutura de dependência. Traçar políticas de passagem da pré-transição demográfica.

Em suma, Moçambique deverá apostar num desenvolvimento inclusivo que inclui o direito ao trabalho, à uma nutrição adequada, direito à saúde, à educação, porque com o fim destas desigualdades aumentará a eficiência do sistema económico, elevará a produtividade, abrirá novos espaços do investimento, corrigindo as barreiras impostas pelo próprio mercado e deve, por fim, combater de forma enérgica a corrupção nas instituições licenciadoras e de fiscalização das actividades económicas, sociais, ambientais, espaciais e culturais.

³³ FDD foi um projecto de desenvolvimento rural desenvolvido no Quinquénio anterior ao Quinquénio 2015-2019. É um projecto da iniciativa do Governo do Presidente Guebuza que consistia em atribuir 7.000.000,00MT (Sete milhões de meticais) aos distritos que por meio de concurso, a comunidade rural desenvolvia projectos, submetia-os à uma comissão que depois de seleccionados eram financiados pelo governo. O projecto não foi avaliado nem liquidado, o que se pressupõe que está correndo em paralelo com o novo programa/projecto denominado Sustenta, que também é gerido pelo governo. Esta situação torna o Estado responsável pelos programas financeiros, o que pode complicar a viabilidade do programa.

REFERÊNCIAS

- ABRAHAMSSON, Hans; NILSSON, Anders. **Moçambique em transição**: um estudo da história de desenvolvimento durante o período 1974-1992. CEEI-ISRI. Maputo, 1998.
- ABRAMOVAY, Ricardo. **Amazônia**: por uma economia de conhecimento da natureza, São Paulo: Terceira Via, 2019.
- ACOSTA, Alberto. Extractivism and neextractivism: two slides of the same curse. *In*: LAND, M.; MORKANI, D. (Ed.) **Beyond development**. Alternative vision from Latin America. Quito: Fundation Rose Luxemburg, 2013.
- AGENDA 2025. **Visão e estratégias da Nação**. Maputo, 2003.
- AGENDA 2063 da União Africana. [S.l.], abr. 2015. Disponível em: Au.int/sites/default/files/documents/36204-doc-agenda2063_popular_vision_po.pdf. Acesso em: 1 jun. 2020.
- AGUDELO, Carlos A. Desarrollo y salud. **Revista de Salud Pública**, [s.l.], v.1, 1999. Disponível em: <C:/Users/Dr.%20Lisboa/Downloas/18947-16813-1-PB.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2019.
- ALIER, Joan Martínez. **O ecologismo dos pobres**: conflitos ambientais e linguagens de valoração. São Paulo: Contexto, 2007.
- ALMEIDA, Jozimar de Paes. **Biodiesel o “Óleo Filosofal”**: desafios para a educação ambiental no caldeirão do “desenvolvimento sustentável”. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010.
- ALMEIDA, Jozimar de Paes. **Desenvolvimento (in) sustentável?** Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/d7tch/pdf/almeida-9788579820274-02.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2019.
- AMARO, Rogério Roque. **Desenvolvimento**: um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e de prática à teoria. Lisboa: I.S.C.T.E., 2003. Disponível em: repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/3186/1/2003_4_02.pdf Acesso em: 14 mar. 2019.
- AMIN, Samir. **Os desafios da mundialização**. Lisboa: Dinossauro, 2000.
- AMIN, Samir. **El desarrollo desigual**: ensayo sobre las formaciones sociales del capitalismo periférico. Barcelona: Fontanella, 1974.
- ANDRADE, Rodrigo de Oliveira. **Teoria para o desenvolvimento**. Edição 270. Cepal/Flicks, 2018. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/2018/8/20/teorias-para-o-desenvolvimento/>. Acesso em: 8 out. 2018.

ANDREASSA, Wagner Luis; MAI, Luz António. **O consumo como um factor de relevância, na degradação ambiental global.** [S.l.], 2007. Disponível em: <https://www.ipen.br/biblioteca/2007/eventos/13965>. Acesso em: 26 ago. 2020.

ASEFA, Sisay. **The economics of sustainable development.** Michigan: W.E.Upjohn Institute or Employment Research, 2005.

ASSIS, Wendell Ficher Teixeira. Do colonialismo à colonialidade: expropriação na periferia do capitalismo. **Caderno CRH**, Salvador, v. 27, n. 72, 2014. <https://doi.org/10.1590/S0103-49792014000300011>. Acesso em: 18 nov. 2020.

AYRES, Ron. Schools of development thought. *In*: AYRES, Ron (Ed.). **Development studies: an introduction through selected readings.** United Kingdom: Greenwich University Press, 1995. p. 97-103.

BAPTISTA, Mônica. **Manual do saneamento básico: entendendo o saneamento básico ambiental no Brasil e sua importância socioeconômica.** Trata Brasil, saneamento é saúde. [S.l.]: Instituto Trata Brasil, 2012. Disponível em: Tratabrasil.org.br/datafiles/uploads/estudos/pesquisa/6/manual-imprensa.pdf. Acesso em: 30 ago. 2019.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. As três interpretações da dependência. **Perspectivas**, São Paulo, v. 38, p. 17-48, jul./dez. 2010. Disponível em: http://www.bresserpereira.org.br/papers/2009/09.11.Tres_interpretacoes_dependencia.Perspectivas_26.pdf Acesso em: 18 out. 2019.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Do ISEB e da CEPAL à teoria da dependência.** [S.l.], [2020]. Disponível em: <http://afoiceomartelo.com.br/posfsa/Autores/Bresser-Pereira,%20Luiz%20Carlos/ISEB-CEPAL-TeoriaDependencia.pdf> Acesso em: 3 ago. 2020.

BRÜZELE, Franz Josef. O problema do desenvolvimento sustentável. **Papers do NAEA**, Belém, n. 013, nov. 1993.

BUARQUE, Sérgio C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável.** Rio de Janeiro: Granod, 2008.

CALEGRAE, Marcelo Gustavo Aguilar; SILVA JÚNIOR, Nelson da. Progresso desenvolvimento sustentável e abordagens diversas de desenvolvimento: uma sucinta revisão de literatura. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, n. 24, dez. 2011.

CARVALHO, Isabel. Ecologia, desenvolvimento e sociedade civil. **Revista Administração Pública**, Rio de Janeiro, out./dez. 1991.

CASTRO, Carlos Potiara. Acordo de Paris e mudanças climáticas: avanço importante, mas limitado. **Revista Fórum**, [s.l.], ([2018]). Disponível em: <https://www.revistaforum.com.br/semanal/acordo-de-paris-e-mudancas-climaticas-avanco-importante-mas-limitado/>. Acesso em: 8 maio 2018.

CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA - CIP. **Os custos da corrupção para a economia moçambicana**: por quê é que é importante combater a corrupção num clima de fragilidade fiscal. Maputo, 2016.

CERVANTES, José. **El desarrollo como discurso**. [S.l.], 2013. Disponível em: <http://revistas.ecosur.mx/filesco/228.pdf>. Acesso em: 2 mar. 2019.

CHEMANE, Vasco Alberto. Parceria Moçambique-China: cruzamento de estratégias seeking em contexto de globalização financeira (um olhar aos resultados do período 2001-2016). **Revista Conjuntura Austral**, Porto Alegre, v. 10, n. 49, jan./mar. 2019. Disponível em: <http://oaji.net/articles/2019/2137-1554727027.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2019.

CHICHAVA, José. **Elementos principais da estrutura económica formada pelo capitalismo colonial em Moçambique**. Maputo, 2011. Disponível em: https://www.academia.edu/8687349/ELEMENTOS_PRINCIPAIS_DA ESTRUTURA_ECON%C3%93MICA_Mo%C3%A7ambique_nates_da_Independencia. Acesso em: 24 fev. 2019.

COELHO, Tádzio Peters. Subdesenvolvimento e dependência: um debate entre o pensamento da Cepal dos anos 50s e a Teoria da Dependência. **Perspectiva Sociológica**: a revista de professores de sociologia, 2010. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.33025/rps.v1i5%2F6.604>. Acesso em: 17 nov. 2020

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE – CEPAL. **La ineficiencia de la desigualdad**. Trigésimo séptimo período de sesiones de la CEPAL. Habana, 2018b.

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE - CEPAL. **Hacia una agenda regional de desarrollo social inclusivo**: bases y propuesta inicial. Santiago, 2018a.

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE - CEPAL. **La ineficiencia de la desigualdad**. La Habana, 2018c.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **O nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

CORIOLOANO, Luzia Neide Menezes Teixeira. Os limites do desenvolvimento e do desenvolvimento e do turismo. **Pasos**: revista de turismo y patrimonio cultural, [s.l.], v. 1, n. 2, 2003.

CQMC. **Adopção do Acordo de Paris**. Paris, 2015.

DECLARAÇÃO DA CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O MEIO AMBIENTE HUMANO. 1972, 21a reunião plenária 16 de junho de 1972 Capítulo 11. Disponível em: https://apambiente.pt/_zdata/Políticas/DesenvolvimentoSustentavel/1972_Declaracao_Estocolmo.pdf acessado a 2/01/2020. Acesso em: 2 jan. 2020.

DECRETO nº 35/2016, de 31 de Agosto, publicado no Boletim da República nº 104, I Série.

DECRETO nº 45/2004, de 29 de: Dec. Nº 45/2004 de 29 de Setembro. Regulamento sobre o Processo de Avaliação de Impacto Ambiental, BOLETIM DA REPÚBLICA. I Série, nº 39 B.

DECRETO. 12/2002, de 6 de Junho . Aprova o Regulamento da Lei de Florestas e Fauna Bravia.

DECRETO. 29/29/2015, de 14 de Abril.

DOUGHERTY, James E.; PFALTZGRAFF JR., Robert L. **Relações internacionais: as teorias em confronto: um estudo detalhado**. Lisboa: Gradiva, 2003.

DUARTE, Pedro Henrique Evangelista; GRACIOLLI, Edilson José. **A teoria de dependência: interpretações sobre o (SUB) desenvolvimento na América Latina**. [S.l.], ([2019]). Disponível em: https://www.unicamp.br/cemarx/anais_v_coloquio_arquivos/arquivos/comunicacoes/gt3/sessao4/Pedro_Duarte.pdf Acesso em: 2 dez. 2019.

ELY, Aloisio. **Economia do meio ambiente**. 4. ed. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Henser, 1990.

ESTRATÉGIA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO (2015-2035). Maputo, 2014. Disponível em: www.mef.gov.mz/index.php/documents/.../estrategia...desenvolvimento/.../file?... Acesso em: 10 maio 2018.

FERCHEN, Matt. As relações entre China e América Latina: impacto de curta ou longa duração? *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 19, n. supl. 2011. Disponível em: Revistas.ufpr.br/rsp/article/view/31757/20271. Acesso em: 18 nov. 2020.

FERNANDES, Marcionila. Desenvolvimento sustentável: antinomias de um conceito. **Raizes**, Campina Grande, v. 21, n. 02, jul./dez. 2002.

FERNANDEZ, Francisco Viciano. **Mortalidad**. Sevilla: Departamento de Ciencias Sócio-Sanitárias, Facultad de Medicina, Universidad de Sevilla, [2019].

FERRARO, Vincent. **Dependency theory: an introduction**. [S.l.]: South Hadley Mount Holyoke College, July 1996.

FMI. **Relatório de diagnóstico sobre transparência, governação e corrupção**. Washington, DC, 2019.

FRANÇA, Elisabeth Barbosa *et al.* Principais causas de mortalidade na infância no Brasil, em 1990 e 2015: estimativas do estudo de carga global de doença. **Revista Bras Epedemol**, [s.l.], 2017. Disponível em: www.Scielo.org/article/ssm/content/raw/?resource_ssm_path=media/assets/rbepid/v2051/1980-5497-rbepid-20-51-00046.pdf. Acesso em: 11 jul.2019.

FREITAS, Rosana de Carvalho Martinelli *at al.* **A crítica marxista ao desenvolvimento (in) sustentável.** Florianópolis, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rk/v15n1/a04v15n1>. Acesso em: 5 maio 2018.

FRELIMO. **Directivas económicas e sociais.** Maputo, 1977.

FUNDO DE AMBIENTE - FUNAB. **Análise do quadro legal e institucional para implementação do REDD+ em Moçambique.** Relatório final, t15002/3. Moçambique, ago. 2015.

GADELHA, Carlos Augusto Grabois. Desenvolvimento e saúde. **Valor**, Brasília, 2012. Disponível em: https://www.academia.edu/8687349/ELEMENTOS_PRINCIPAIS_DA ESTRUTURA_ECONOMICA_Moambique_nates_da_Independencia. Acesso em: 12 jun. 2019.

GADOTTI, Moacir. **Educar para a sustentabilidade:** uma contribuição à década da educação para o desenvolvimento sustentável. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2008.

GALLOPIN, Gilberto. **Sostenibilidad y desarrollo sostenible:** un enfoque sistémico. Santiago de Chile: CEPAL, 2003.

GARZA, Esthela Gutiérrez. De las teorías del desarrollo al desarrollo sustentable: historia de la constitución de un enfoque multidisciplinario. **Ingenierías**, [s.l.], v. 11, n. 39, abril/junio 2008.

GIL, António Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Atlas, 1999.

GIL, Begoña Maria Tomé. **De Kioto a Paris, un viaje lleno de diferencias.** [s.l.], 2015. Disponível em: [http://www.agroalimentaria.ccoo.es/comunes/recursos/21/doc260253_Articulo_de_la_Cumbre_del_Clima_de_Paris_\(COP21\).pdf](http://www.agroalimentaria.ccoo.es/comunes/recursos/21/doc260253_Articulo_de_la_Cumbre_del_Clima_de_Paris_(COP21).pdf). Acesso em: 28 fev. 2019.

GOMES, António Sousa. **O desenvolvimento sócio-económico e a educação.** [s.l., 2019].

GOMES, Carlos. **Antecedentes do capitalismo.** Portugal: Almada, 2008. Disponível em: www.eumed.net/libros-gratis/2008a/372/ESTRUTURAS%20E%20SOCIAIS.htm. Acesso em: 17 maio 2019.

GONÇALVES, Veronica Korber. **A União Europeia na governança do clima:** o caso da aviação civil internacional. 2016. Tese (Doutorado) - Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

HAAS, Ingrid Freia. A sustentabilidade cultural: perspectivas de desenvolvimento para as relações internacionais. **Revista Electrónica do Curso de Direito PUC**, [s.l.], 2011. Disponível em: [Google.com/scholar?hi=pt-PT&as_sdt=0%2CS&q=0+cultural%3Fpdf%btnG=](https://scholar.google.com/scholar?hi=pt-PT&as_sdt=0%2CS&q=0+cultural%3Fpdf%btnG=). Acesso em: 14 set. 2020.

HAGE, José Alexandre Altahyde. A teoria da dependência: uma contribuição aos estudos de relações internacionais. **Revista Política Hoje**, Recife, v. 22, n. 1, 2013.

Disponível em:

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/politica hoje/article/download/3776/3080>. Acesso em: 3 fev. 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. **IV Recenseamento Geral da População e Habilitação 2017**. Maputo, 2019.

JACKSON, Robert; SØRENSEN, Georg. **Introdução às relações internacionais**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2018.

JOÃO, Angélica; CHONGO, Edith. **Moçambique, 40 anos de Independência: unidade nacional, paz e progresso**. Maputo: ARPAC, 2015.

JOSEPH, Paul; ROMANIUK, Scott Nicholas. **The SAGE encyclopedia of war: social science perspectives: dependency theory**. Thousand Oaks: SAGE, 2017.

KATZ, Claudio. **El imperialismo del siglo XXI**. [S.l., 2020]. Disponível em:

<https://www.lahaine.org/amauta/b2->

<img/Katz%20EI%20i,perialismo%20del%20siglo%20XXI.pdf>. Acesso em: 26 jul.2020.

KAY, Cristobal. As contradições Latino-americanas para a teoria crítica de desenvolvimento. **Caderno CRH**, Salvador, v. 31, n. 84, set./dez. 2018. Disponível em:

<https://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0103-497920/8000300451script=sciarttext>.

Acesso em: 17 jun. 2020.

LEI nº 2/2015, de 7 de Maio, Bolentim da República nº 36, I série, Suplemento.

LOPES, Bárbara Ferreira, *et al.* FOFAC. Estratégia económica e política de cooperação sul-sul Sino-Africana. **Carta Internacional: publicação da associação brasileira de relações internacionais**, [s.l.], v. 8, n. 2, 2013. Disponível em:

[Google.com/search?q=relação+china-africa%2C+2013&oeq=relação+china-](https://www.google.com/search?q=relação+china-africa%2C+2013&oeq=relação+china-africa%2C+Lopes+2013&aqs=chrome...69;57.1389...)

<africa%2C+Lopes+2013&aqs=chrome...69;57.1389...> Acesso em: 17 nov. 2020.

LOPES, Emeliano; BELLONI, Paula. Las dinámicas del capital transnacional en América del Sur y los “nuevos” patrones de dependencia: tendencia de re-primarización exportadora en el siglo XXI. **Mundo del Siglo XXI: revista del CIECAS-IBN**, [s.l.], v. 10, n. 34, 2014.

LUNDIN, Iraê. Baptista. **Metodologia de pesquisa em ciências sociais**. Maputo: Escolar, 2016.

MABUCANHANE, Nelson Laura. A nova era de cooperação Moçambique-China:

debates, dilemas, realidades e perspectivas de políticas institucionais. **Espaço e**

Economia: revista brasileira de geografia económica, [s.l.], v. 4, n. 7, 2015. Disponível em: <https://journals.openedition.org/espacoeconomia/2025>. Acesso em 26 fev. 2020.

MARTINS, Carlos Eduardo. **Dependência e desenvolvimento no moderno sistema mundial**. Buenos Aires: CLACSO, 2004. Disponível em:

<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/becas/20140310040949/DaRosaMartins.pdf>
Acesso em: 12 nov. 2020.

MARTINS, Carlos Eduardo; VALÊNCIA, Adrián Sotelo. **Teoria da dependência, neoliberalismo e desenvolvimento: reflexões para os 30 anos da teoria.** [S.l.], 2001.
Disponível em:

http://www4.pucsp.br/neils/downloads/v7_martins_sotelo.pdf d'18.0.2019. Acesso em 26 fev. 2020.

MASSARONGO, Fernanda. Porque é que os bancos comerciais não respondem à redução das taxas de referência do Banco de Moçambique?: reflexões. In: BRITO, Luis de *et al.* (Org). **Desafios para Moçambique.** [S.l.]: IESE, 2013.

MATOS, Richer de Andrade; ROVELLA, Syane Brandão Caribé. **Do crescimento econômico ao desenvolvimento sustentável: conceitos em evolução.** [S.l., 2019].
Disponível em: <http://www.opet.com.br/faculdade/revista-cc-adm/pdf/n3/DO-CRESCIMENTO-ECONOMICO-AO-DESENVOLVIMENTO-SUSTENTAVEL-CONCEITOS-EM-EVOLUCAO.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2019.

MATUNHU, Jephias. A critique of modernization and dependency theories in África: critical assessment, Zimbabwe. **African Journal of History and Cultura**, [s.l.], v. 3, n. 5, 2011. Disponível em:
https://academicjournals.org/article/article1381858116_Matunhu.pdf d'20 mar. 2020.

MELO, Paulo Thiago Nunes Bezerra de *et al.* Quadro institucional para o desenvolvimento sustentável: o papel dos países em desenvolvimento com base na análise crítica do discurso da Rio+20. **Cad. EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, 1 set. 2012.

MOÇAMBIQUE. **Balço dos 04 anos do programa quinquenal do governo 2015-2019**, Maputo, 2019.

MOÇAMBIQUE. Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural. **Estratégia e plano de acção para a conservação da diversidade biológica em Moçambique.** Maputo, 2015.

MOÇAMBIQUE. Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural. **Programa Nacional para o Desenvolvimento Sustentável.** Maputo, 2015.

MOÇAMBIQUE. Ministério de Coordenação para Acção Ambiental. **Estratégia ambiental para o desenvolvimento sustentável de Moçambique.** Maputo, 2007.

MONTIBELLER FILHO, Gilberto. Ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável. **Revista Textos de Economia**, Florianópolis, v. 4, n. 1, 1993. Disponível em: Periodicos.ufsc.br/index.php/economia/article/view/6645. Acesso em: 14 set. 2020.

MOREIRA, Helena Margarido; RIBEIRO, Wagner Costa. A China na ordem ambiental internacional das mudanças climáticas. **Revista Estudos Avançados**, [s.l.], v. 30, n. 87,

2016. Disponível em: [Scielo.br/pdf/ea/v30n87/0103-4014-ea-30-87-00213.pdf](https://scielo.br/pdf/ea/v30n87/0103-4014-ea-30-87-00213.pdf). Acesso em: 26 ago. 2020.

MOSCA, João. **Economia de Moçambique século XX**. Lisboa: Instituto Piaget, 2005.

MUCHANGOS, Aniceto dos. **A exploração e as implicações para o desenvolvimento sustentável**. Economia, política e desenvolvimento. [S.l.]: CAO, 2009.

MUINGA, Marie; NORFOLK, Simon. **Investimento chinês no sector florestal moçambicano**. Relatório do país. Londres: Terra Firme, 2017.

NAÇÕES UNIDAS, CONVENÇÃO QUADRO SOBRE MUDANÇA DO CLIMA. **Adoção do Acordo Paris**. FCCC/cp/2015/L.9/Rev.I. [S.l.], 2015.

NEPAD. **Nova parceria para desenvolvimento de Africa**. [S.l.], 2003. Disponível em: electionupdate.org.za/aprm/pdf/MARP_Objectivos.pdf. Acesso em: 2 jun.2020.

NOGUEIRA, Isabela *et al.* Investimento e cooperação do Brasil e o padrão de acumulação em Moçambique: reforçando dependência e porosidade? Dossier. **Revista Nera**, São Paulo, n. 38, 2017. Disponível em: [Revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/5299/4063](http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/5299/4063). Acesso em: 16 ago.2020.

OLIVEIRA, Gilson Batista de. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista FAE**, Curitiba, v. 5, n. 2, maio/ago. 2002. Disponível em: <https://revistafae.fae.edu/revistafae/article/download/477/372>. Acesso em: 6 fev. 2020.

PACHINUAPA, Raimundo; LPHOLA, Marcelino e GEMO, Pedro. **Moçambique: 40 anos de independência e soberania: lições, desafios e oportunidades**. Maputo: Nachingwea, 2015.

PREBISCH, Raúl. El desarrollo economic de la América Latina y algunos de sus principales problemas. **Desarrollo Económico**, [s.l.], v. 26, n. 103, 1986.

PRESTRE, Philippe Le. **Ecopolítica internacional**. São Paulo: Senac, 2000.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho académico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Universidade Feevale, 2013.

PROGRAMA QUINQUENAL DO GOVERNO (2015-2019). Maputo, 2015.

PROPOSTA DO PLANO ECONÓMICO E SOCIAL para 2015. Maputo, 2015.

PROPOSTA DO PLANO ECONÓMICO E SOCIAL para 2016. Maputo, 2016.

PROPOSTA DO PLANO ECONÓMICO E SOCIAL para 2017. Maputo, 2017.

PROPOSTA DO PLANO ECONÓMICO E SOCIAL para 2018. Maputo, 2018.

PROPOSTA DO PLANO ECONÓMICO E SOCIAL para 2019. Maputo, 2019.

RATTNER, Henrique. **Meio ambiente, saúde e desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Associação Brasileira para Desenvolvimento de Liderança, Ciência e Saúde Colectiva, 2009.

RELATÓRIO NACIONAL VOLUNTARIADO. **Sobre os objetivos de desenvolvimento sustentável**. Brasil, 2017.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social, métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

RIST, Gilbert. **El desarrollo: historia de una creencia occidental**. [S.l.], 2002. Disponível em: http://reko.utem.cl/assets/asigid_7389/contenidos_arc/60011_L-07-GilbertRist-pdf. Acesso em: 2 mar. 2019.

RIST, Gilbert. **The history of development: from western origins to global faith**. 3rd. ed. New York: Zed Books, 2008.

ROGERS, Peter P.; JALAL, Kazi F.; BOYD, John A. **An introduction to sustainable development**. UK; USA: Glen Educational Foundation, 2008.

ROMANIUK, Scott Nicholas. **The SAGE encyclopedia of war: social science perspectives**. Thousand Oaks: SAGE, 2017.

ROSTOW, Walt Whitman. **The stages of economic growth: a non communist manifesto**. Cambridge: Cambridge University Press, 1960.

RUZ, Fidel Castro. **Medio ambiente**. Discurso apresentado em Conferencia ONU sobre Medio Ambiente y Desarrollo Organización de las Naciones Unidas (ONU). Rio de Janeiro, 1992.

SACHS, Ignacy. Estratégias de transição para o século XXI. In: BURSZTYN, Marcel (Org.). **Para pensar o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

SACHS, Ignacy. **Ambiente e Sociedade**, [s.l.], v. 7, n. 2, jul./dez. 2004.

SACHS, Jeffrey D. **Common wealth: um novo modelo para a economia mundial**. [S.l.]: Sociedade, 2008.

SAMBO, Michael Godet. **Panorama, reflexões e desafios do IDE da China em Moçambique no contexto dos BRICS**. Desafios para Moçambique. [S.l.], 2019. Disponível em: http://www.iese.ac.mz/wp-content/uploadg/2019/12/art_msambo.pdf. Acesso em: 24 fev.2020.

SANDERS, Lúcia Samara de Castro *et al.* Mortalidade infantil: análise de fatores associados em uma capital do Nordeste brasileiro. **Cad. Saúde Colet.**, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cadsc/2017nahead/1414-462x-cadsc-1414-462x201700010284.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2019.

SANTOS, André Carlos Cau dos *et al.* **Contextualização dos objectivos de desenvolvimento sustentável no Brasil e na Embrapa.** [S.l.], 2012. Disponível em: <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/bitstream/doc/1100678/1/RossanoODS1812018.pdf>. Acesso em: 16 out. 2019.

SANTOS JÚNIOR, Theotônio dos. **A teoria da dependência: um balanço histórico e teórico,** [2019]. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/409532/mod_resource/content/1/ateoriadadependencia.pdf. Acesso em: 1 jan. 2020.

SANTOS JÚNIOR, Theotônio dos. Actualidade da teoria de dependência. **Terra e Tempo,** [s.l.], 2012.

SEN, Amartya. **O desenvolvimento como liberdade.** Lisboa, Gradiva Publicações, Lta, 2003.

SILVA, Gustavo Javier Castro. **A teoria da dependência: reflexões sobre uma teoria latino-americana.** [S.l.], 2017. Disponível em: http://www.unieuro.edu.br/sitenovo/revistas/downloads/hegemonia_03_04.pdf. Acesso em: 1 jul. 2019.

SILVA, Odair Veira da. Sistemas produtivos, desenvolvimento económico e degradação ambiental. **Revista Científica Electrónica de Turismo,** [s.l.], v. 4, n. 6, jan. 2007.

SOUZA, Luis Enrique Vieira de; CAVALCANTE, Alina Mikhailovna Gilmanova. A “Unidade dos Contrários” na análise dos fluxos e impactos ambientais das relações Brasil-China. **Revista Ideia,** Campinas, v. 9, n. 2, 2018. Disponível em: periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ideias/article/view/8655432. Acesso em: 1 jul. 2019.

THERBORN, Göran. Globalização e desigualdade: questões de conceituação e esclarecimento. **Sociologias,** Porto Alegre, v. 3, n. 6, jul./dez. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n6/a07n6.pdf>. Acesso em: 1 jul. 2019.

TYBUSCH, Jerônimo Sequeira. **O conceito de desenvolvimento sustentável e sua insuficiência metodológica no contexto Latino-Americano: justiça ambiental e “sustentabilidade como liberdade”.** [S.l.], 2011. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/277268868_O_conceito_de_desenvolvimento_sustentavel_e_sua_insuficiencia_metodologica_no_contexto_Latino-Americano_Justica_Ambiental_e_Sustentabilidade_como_Liberdade. Acesso em: 23 abr. 2019.

TOUSSAINT, Eric; RIVIÉ, Milan. **Países em desenvolvimento asfixiados pela dívida: uma nova armadilha de dívida do Sul para o Norte- parte3.** [S.l.], 2020. Disponível em: Cadtm.org/Paises-em-desenvolvimento-asfixiados-pela-dívida. Acesso em: 1 mar. 2021.

UNICEF MOÇAMBIQUE. **Análise do espaço fiscal.** Maputo, 2019. Disponível em: <http://www.unicef.org/mozambique/sites/unicef-borg.mozambique/files/2019-04/2019-Analise-espaço-fiscal.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2019.

VEIGA, José Ali da; ZATZ, Lia. **Desenvolvimento sustentável, que bicho é esse?** Campinas: Autores Associados, 2008.

VELTMEYER, Henry; PETRAS, James (Ed.). **The new extractivism: a post-neoliberal development model or imperialism of the twenty-first century?** London: Zed Books, 2014.

VIEIRA, Ricardo Stanziola. RIO+20 – Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento: contexto, principais temas e expectativas em relação ao novo “direito da sustentabilidade”. **Estudos Jurídicos**: revista NEJ, [s.l.], v. 17, n. 1, p. 48-69, jan./abr. 2012. Disponível em: <https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/nej/article/download/3638/2181>. Acesso em: 24 fev. 2019.

VISÃO GLOBAL DE DESENVOLVIMENTO PÓS-2015. **Análise sustainable development**. [S.l.], 2015.

WEDIG, Josina Carine; RAMOS, João Daniel Dorneles. Povos e comunidades tradicionais: territórios, práticas e conhecimentos. In: SOGLIO, Fabio Dal; KUBO, Rumi Regina (Org). **Desenvolvimento, agricultura e sustentabilidade**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.

WOLF, Alfred C. La salud como factor del desarrollo económico internacional. **Boletín de la Oficina Sanitaria Panamericana**, [s.l.], 1967. Disponível em: hist.library.paho.org/Spanish/BOL/v62n4P289.pdf. Acesso em: 10 jul. 2019.

WUYTS, Marc. **Camponeses e economia rural em Moçambique**. Universidade Eduardo Mondlane, Centro de Estudos Africanos. Maputo, 1978. Disponível em: www.eumed.net/libros-gratis/2008a/372/ESTRUTURAS%20E%20SOCIAIS.htm. Acesso em: 17 maio 2019.